

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

NÚMERO – 78 – 2016/2



SESQUICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON





REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

NÚMERO – 78 – 2016/2

DOSSIÊ

SESQUICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE
CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON

(1865-2015)



Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
IHGMT

Presidente *President*

João Carlos Vicente Ferreira

Editor *Publischer*

Elizabeth Madureira Siqueira

Conselho Editorial *Publisher's Council*

Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT/IHGMT)

Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira

da Costa (UNIVAG/IHGMT)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT/IHGMT)

Nileide Souza Dourado (UFMT/IHGMT)

Suíse Monteiro Leon Bordest (UFMT/IHGMT)

Weller Marcos da Silva (IHGMT)

Diretoria 2016-2018

Presidente: João Carlos Vicente Ferreira

1º Vice-Presidente: Anna Maria R. M. da Costa

2º Vice-Presidente: Paulo Pitaluga Costa e Silva

Secretária Geral: Sônia Regina Romancini

2ª Secretária: Suíse Monteiro Leon Bordest

1º Tesoureiro Geral: Nileide Souza Dourado

2º Tesoureiro: Fernando Tadeu de Miranda Borges

Conselho Fiscal *Fiscal's Council*

Benedito Pedro Dorileo

Nilza Queiroz Freire

Vinicius de Carvalho Araújo

Conselho Consultivo a Científico

Consult and Cientific Council

História *History*

Arno Welling (UFRJ/UNIPIO/UGF)

Giovani José da Silva (UNIFAP)

Leandro Mendes Rocha (UFG)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT)

Luiza Rios Ricci Volpato (USP-SP)

Geografia *Geographic*

Cláudio Antônio Di Mauro (UFU)

Eliane Tomiasi Paulino (UEL/PR)

José Borzacchiello da Silva (UFC)

Rosimeire Aparecida de Almeida (UFMS)

Solange Terezinha de Lima Guimarães (UNESP)

Educação *Educacion*

Elizabeth Figueiredo Sá (UFMT)

Nicanor Palhares Sá (UFMT)

Áreas Afins *Related areas*

Rosemar Eurico Coenga (UNIVAG)

Maria Cristina Theobaldo (UFMT)

Seções da RIHGMT, 78

Revista Comemorativa do Sesquicentenário de

Nascimento de Cândido Mariano da Silva Rondon



REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

NÚMERO 78

DOSSIÊ

SESQUICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE
CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON

(1865-2015)

© Copyright @ 2016 IHGMT
Os direitos desta edição são reservados ao IHGMT

ISSN 1677-0897

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso /
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. n. 78. Cuiabá, 2016
334 p.: 15,5 cm.
Anual
Inclui bibliografia, Índice e ilustração

CDD 981.72

Editora da Revista do IHGMT:

Elizabeth Madureira Siqueira

Revisão:

Conselho Editorial

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:

Candida Bitencourt Haesbaert

Foto da Capa:

Cientistas da Comissão Rondon. Fonte: *Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento da Guerra, pelo Tenente-Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, chefe da Comissão. v. 2. Construções. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1919, Estampa 4.*

IHGMT

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

Rua Barão de Melgaço n. 3.869 (Centro) - Cuiabá, MT – 78050-500

Acesse o Arquivo da Casa Barão de Melgaço: [www//casabarao.com.br](http://casabarao.com.br)

ÍNDICE

EDITORIAL	7
DOSSIÊ: SESQUICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON (1865-2015)	11
RONDON	13
Ivens Scaf	
A SAGA DO MARECHAL RONDON NA FORMAÇÃO DA UNIDADE MATO-GROSSENSE 15 João Carlos Vicente Ferreira	
A COMISSÃO RONDON E A IMPLANTAÇÃO DA LINHA TELEGRÁFICA EM MATO GROSSO: UMA POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO E DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO DO SERTÃO OESTE BRASILEIRO	29
Shirley Hitomi Gushiken Margareth da Silva Pereira	
POR UM FIO DE MEMÓRIA: A FAZENDA VELHA QUE FOI DE RONDON (RONDONÓPOLIS, MT)	53
Jocenaide Maria Rossetto Silva	
CIENTISTAS BRASILEIROS CONHECEM E ESTUDAM, PELA PRIMEIRA VEZ, O BRASIL ATRAVÉS DA COMISSÃO RONDON	83
Elizabeth Madureira Siqueira	
A “NEFASTA DOENÇA” E A EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA ROOSEVELT-RONDON	123
Nanci Leonzo	
CONTRIBUIÇÕES DA EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA ROOSEVELT-RONDON AO ESTUDO DAS AVES DO BRASIL	147
Marcelo Ferreira de Vasconcelos Fernando Augusto Valério José Fernando Pacheco Henrique Belfort Gomes	
MARECHAL RONDON: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E ENSINO DE HISTÓRIA	181
Nileide Souza Dourado Renilson Rosa Ribeiro	
NÃO SE MATA NA MATA: RONDON NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL	223
Anna Maria Ribeiro F. M. Costa Rosemar Eurico Coenga	
MARECHAL CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON: ALTRUISTA E MECENAS	241
Ivan Echeverria	
TRANSPLANTES DE CIVILIZAÇÃO: OS POSTOS TELEGRÁFICOS E SEU PAPEL NA OCUPAÇÃO DO INTERIOR E FRONTEIRA OCIDENTAL DO BRASIL	283
Fernanda Quixabeira Machado Luciwaldo Pires de Ávila	
MEMORIAL RONDON EM MIMOSO E O CONTEXTO ESPACIAL	299
Suise Monteiro Leon Bordest	
UM MARECHAL SERTANISTA PACIFICADOR NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL: CÂNDIDO MARIANO (RONDON)	313
Fernando Tadeu de Miranda Borges	
PAGMEJERA	325
Vera Randazzo	
RONDON	330
Amidicis Diogo Tocantins	
NORMAS DA REVISTA DO IHGMT	331

CONTENTS

EDITORIAL	7
DOSSIER: SESQUICENTENNIAL BIRTH CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON (1865-2015)	11
RONDON	13
Ivens Scaf	
SAGA MARSHAL RONDON IN TRAINING THE MATO GROSSO UNIT	15
João Carlos Vicente Ferreira	
THE RONDON COMMISSION AND THE TELEGRAPH LINE IN MATO GROSSO: AN URBANIZATION POLICY AND SCIENTIFIC KNOWLEDGE IN THE WEST BRAZILIAN SERTÃO	29
Shirley Hitomi Gushiken Margareth da Silva Pereira	
IN A MEMORY WIRE: THE OLD FARM THAT WAS RONDON (RONDONÓPOLIS, MT)....	53
Jocenaide Maria Rossetto Silva	
BRAZILIAN SCIENTISTS STUDY AND KNOW, FOR THE FIRST TIME, THE BRAZIL THROUGH THE COMMISSION RONDON	83
Elizabeth Madureira Siqueira	
THE “NEFARIOUS DISEASE” AND SHIPMENT SCIENTIFIC ROOSEVELT – RONDON ...	123
Nanci Leonzo	
CONTRIBUTIONS OF THE ROOSEVELT-RONDON SCIENTIFIC EXPEDITION TO THE STUDY OF BRAZILIAN BIRDS	147
Marcelo Ferreira de Vasconcelos Fernando Augusto Valério José Fernando Pacheco Henrique Belfort Gomes	
MARSHAL RONDON: NARRATIVES, MEMORIES AND HISTORY OF EDUCATION	181
Nileide Souza Dourado Renilson Rosa Ribeiro	
DO NOT KILL EHE KILLS: RONDON IN LITERATURE CHILDREN JUVENILE.....	223
Anna Maria Ribeiro F. M. Costa Rosemar Eurico Coenga	
MARISCAL CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON: ALTRUISTIC Y MECENAS	241
Ivan Echeverria	
CIVILIZATION TRANSPLANTATION: RANKS TELEGRAPHIC AND ITS ROLE IN THE INTERIOR OF OCCUPATION AND FRONTIER WEST OF BRAZIL.....	283
Fernanda Quixabeira Machado Luciwaldo Pires de Ávila	
MEMORIAL IN RONDON MIMOSO AND SPATIAL CONTEXT	299
Suise Monteiro Leon Bordest	
A MARSHAL FRONTIERSMAN PEACEMAKER IN SOUTH AMERICA CENTRE: CÂNDIDO MARIANO (RONDON)	313
Fernando Tadeu de Miranda Borges	
PAGMEJERA	325
Vera Randazzo	
RONDON	330
Amidicis Diogo Tocantins	
RULES REVIEW	331

EDITORIAL

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, n. 78, editada em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, **SESQUICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON (1865-2015)**, nascido em Mato Grosso, e figura de projeção nacional e internacional.

O presente número oferece um leque amplo de significações e representações, com o objetivo de revisitar a trajetória de Rondon, no âmbito da ótica literária e histórico-científica.

A Revista inicia com a poesia **Rondon**, de autoria do médico e literato cuiabano *Ivens Scaff*, na qual ele insinua o desconhecimento da população sobre essa personalidade, visto que a via pública que prenuncia seu nome é conhecida popularmente como a *rua das óticas*. Após essa abertura, tem início um artigo, de autoria do historiador João Carlos Vicente Ferreira, intitulado **Saga do Marechal Rondon na Formação da Unidade Mato-Grossense**, no qual ele traça um amplo panorama histórico que emoldura a trajetória do meio século de atuação de Cândido Mariano da Silva Rondon. **A Comissão Rondon e a Implantação da Linha Telegráfica em Mato Grosso: Uma Política de Urbanização e de Conhecimento Científico do Sertão Oeste Brasileiro** é um texto instigante, no qual as arquitetas de Mato Grosso e do Rio de Janeiro, Shirley Hitomi Gushiken e Margareth da Silva Pereira, respectivamente, estudam a dinâmica urbana na Primeira República em Mato Grosso, a partir dos trabalhos da Comissão Rondon, tomando por base os relatórios, mapas e plantas produzidos sob a ótica de um Estado republicano. Em **Por um fio de Memória: A Fazenda Velha que foi de Rondon (Rondonópolis, MT)**, Jocenaide Maria Rossetto Silva recupera historicamente uma antiga propriedade de Rondon, às margens do rio Vermelho, em Rondonópolis-MT, tomando por base empírica depoimentos daqueles que conheceram a localidade, mas também uma série expressiva de fontes oficiais e privadas utilizadas para ilustrar o texto.

Em **Cientistas Brasileiros conhecem e estudam, pela primeira vez, o Brasil através da Comissão Rondon**, a historiadora Elizabeth Madureira Siqueira evidencia os diferentes olhares e construções sobre a identidade brasileira, tendo como centralidade a plêiade de cientistas brasileiros que integraram a Comissão Rondon após a proclamação da República, quando, de forma inédita, o Brasil foi analisado e

descrito por estudiosos brasileiros. Também sob a ótica da História, Nanci Leonzo, em *A “Nefasta Doença” e a Expedição Científica Roosevelt-Rondon*, analisa o impaludismo, conhecido como malária, no interior da Expedição Roosevelt-Rondon (1913-1914), com destaque para os trabalhos científicos dos médicos e sanitaristas no combate à doença. Também sob a ótica das contribuições científicas da Expedição Roosevelt-Rondon, os especialistas em Ornitologia, Marcelo Ferreira de Vasconcelos, Fernando Augusto Valério, José Fernando Pacheco e Henrique Belfort Gomes abordam, no artigo *Contribuições da Expedição Científica Roosevelt-Rondon ao Estudo das Aves do Brasil*, o itinerário da expedição em solo brasileiro, com uma revisão de seus resultados ornitológicos, com base nas observações do próprio ex-presidente, relatadas em sua obra *“Nas Selvas do Brasil”*, assim como nos diários e relatos do naturalista George Kruck Cherrie (1865-1946) e na biografia de Rondon.

Marechal Rondon: Narrativas, Memórias e Ensino de História, título do artigo de autoria de Nileide Souza Dourado e Renilson Rosa Ribeiro, tem como foco central a figura do *Marechal Cândido Rondon*, personagem símbolo da integração nacional e “pai das comunicações”, representante de um Brasil moderno que se desejava firmar no interior das escolas, finalizando com os lugares da memória, e como as múltiplas facetas desse personagem se realizam no ensino da história, especialmente nos instrumentos didáticos. Em *Não se mata na mata: Rondon na literatura infantojuvenil*, Anna Maria Ribeiro F. M. Costa toma a obra que enseja o título, de autoria de Ana Maria Machado, publicado em 2008, objetivando apresentar ao público infanto-juvenil, o percurso das ações desenvolvidas pelo militar e indigenista Cândido Mariano da Silva Rondon em prol dos povos indígenas, numa linguagem paradidática, capaz de levar o aluno-leitor a compreender e valorizar os feitos rondonianos. *Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon: Altruísta e Mece-nas* é o artigo de Ivan Echeverria que, tomando como base empírica o conjunto das cartas particulares de Rondon, evidencia seu lado humanitário. A seguir, a geógrafa Suíse Monteiro Leon Bordest faz uma análise temporal e espacial do *Memorial Rondon*, apontando para os objetivos da administração pública e cotejando-os com a memória e aspiração dos moradores de Mimoso, distrito de Santo

Antônio de Leverger, onde o monumento foi erguido. Fernando Tadeu de Miranda Borges, em *Um Marechal Sertanista Pacificador no Centro da América do Sul: Cândido Mariano (Rondon)*, consubstancia em artigo a palestra proferida na sessão especial da Sociedade de Amigos do Marechal Rondon, trazendo na narrativa o Cândido Mariano dos cuiabanos, o “Memorial de Rondon”, da Secretária Geral da União Brasileira de Escritores do Rio de Janeiro, Stella Leonardos, lançado em livro, em 1995, e a “cuiabanidade” de Ivan Vidal Pedrosa, que presidiu a Sociedade, de 2012 a 2015. Duas peças literárias encerram a presente edição: um conto de autoria de Vera Randazzo, intitulado *Pagmejera, Pagmejera!* - nome com que os índios nominavam Rondon, e a poesia *Rondon*, de autoria do cuiabano e beletrista Amidicis Diogo Tocantins.

A Comissão Editorial

DOSSIÊ

SESQUICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE
CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON

(1865-2015)

RONDON

Ivens Scaf

Membro da Academia Mato-Grossense de Letras, poeta, literato e médico.

Onde fica a Avenida Rondon?

Pergunta a turista

O cuiabano não sabe

A rua General Rondon?

Insiste a turista

O cuiabano faz um muxoxo

A rua pacificador Rondon?

O cuiabano começa a ficar envergonhado

A turista lê num pequeno livro

General (que sotaque era aquele?)

Cândido Mariano da Silva Rondon

O cuiabano sorri

A rua Cândido Mariano

A rua Cândido

A rua das óticas

Fica bem ali

Indica com o beijo

O que ninguém sabe

Nem cuiabano nem turista

Nem historiador nem oftalmologista

Rondon usava óculos ou não?

A SAGA DO MARECHAL RONDON NA FORMAÇÃO DA UNIDADE MATO-GROSSENSE

João Carlos Vicente Ferreira



A SAGA DO MARECHAL RONDON NA FORMAÇÃO DA UNIDADE MATO-GROSSENSE

SAGA MARSHAL RONDON IN TRAINING THE MATO GROSSO UNIT

João Carlos Vicente Ferreira

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, membro efetivo da
Academia Mato-Grossense de Letras. Historiador e Produtor Cultural

RESUMO: O presente artigo visou apresentar o mato-grossense e brasileiro Cândido Mariano da Silva Rondon enquanto militar e sertanista. Para isso, iniciamos com um breve perfil biográfico da personalidade, seguido da análise dos trabalhos telegráficos de implantação das estações e do contato com as etnias indígenas, sobrelevando a produção científica da Comissão Rondon. O artigo finaliza com a Expedição Roosevelt-Rondon.

Palavras-chave: Cândido Mariano da Silva Rondon, Comissão Rondon. Linhas Telegráficas. Índios. Amazônia brasileira.

ABSTRACT: This article aimed to present the Mato Grosso and Brazilian Candido Mariano da Silva Rondon in its various aspects: as a military and frontiersman. For this, we begin with a brief biographical sketch of the personality, followed by analysis of telegraphic work, the implementation of stations, contact with indigenous groups, sobrelevando the scientific production of the Rondon Commission. The article concludes with the Roosevelt-Rondon.

Keywords: Cândido Mariano da Silva Rondon, Rondon Commission. Telegraph. Indians. Brazilian Amazon.

SÍNTESE BIOGRÁFICA

Cândido Mariano da Silva Rondon nasceu em Mimoso, antiga sesmária de Morro Redondo, município de Santo Antônio de Leverger, em 5 maio de 1865. Seu pai foi Cândido Mariano da Silva e sua mãe Claudina de Freitas Evangelista da Silva. Órfão de pai antes de nascer e de mãe quando ainda não tinha percepção da perda, foi criado pelo avô paterno, que o ensinou a ler.

Aos 7 anos, foi viver em Cuiabá com o tio, Manoel Rodrigues, que ficou viúvo quando Rondon tinha 9 anos. Frequentou a escola do mestre Cruz e alternava estudos com as funções de ajudante no estabelecimento comercial do tio. Em 1874, com 9 anos, foi cursar a Escola Pública. Concluiu o ensino fundamental aos 13 anos.

Daí foi para a Escola Normal, que concluiu com distinção, em 1881, aos 16 anos. No Rio de Janeiro, ingressou no Exército, o que fez em 26 novembro de 1881, junto ao 2º Regimento de Artilharia a Cavalos, e na qualidade de soldado, com destino à Escola Militar da Praia Vermelha. Foi incluído na 4ª Bateria, então comandada pelo Capitão Hermes da Fonseca, futuro Presidente da República.

Rondon é considerado o maior desbravador, civilizador, sertanista, bandeirante e inspetor militar de fronteiras mundiais, em terras e selvas tropicais. Por conta disso, foi consagrado Patrono da Arma de Comunicações, pelo Exército Brasileiro, através do Decreto nº 51.560, de 26 abril de 1962, por liderar a implantação, no Brasil, de 8 mil km de linhas telegráficas.

A obra de Rondon foi também fundamental para apoiar a Marcha para Oeste e para o Norte, uma preocupação que vinha desde o Império, para que os vazios demográficos do Centro-Oeste e do Norte fossem, a cada dia, mais povoados, explorados economicamente e, por consequência, conquistassem maior expressão política. Em virtude desse pensamento, surgiu na segunda metade do século XX, o Projeto Rondon que, sob a inspiração de sua vida e obra, provocou, de 1968 a 1989, a marcha em especial para o Oeste e para o Norte, das Universidades, através de seus alunos em férias, que conheceram, por meio de estágios de serviços, as realidades brasileiras ao vivo, e não apenas na teoria.

As Linhas Telegráficas rondonianas, com seus picadões de 40 metros de largura, prestaram serviços à circulação humana e de riquezas, com maior capacidade que as primitivas e estreitas trilhas indígenas. Foram elas também fator de Paz Social, por levarem em sua vanguarda Rondon – O Pai Branco - o Apóstolo das Selvas – de nossa popu-

lação indígena, por ele redimida, valorizada, protegida de massacres e explorações, compreendida e amada, pois os trabalhos da Comissão Rondon foi fiel a seu lema: *Morrer se preciso for, matar nunca.*

Rondon atuou como militar no Paraná e em Santa Catarina, com brilhante desempenho pacificador, ao evitar mal maior. Perguntado ao general Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa (MMF), na hipótese de uma guerra, qual general seu ex-aluno viria a indicar para comandar o Exército Brasileiro? Respondeu sem pestanejar: *Cândido Mariano Rondon!*

Foi delegado do Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras. Como Diretor de Engenharia do Exército, semeou modernos e confortáveis quartéis pelo Brasil, os quais, cuidados com desvelo por seus ocupantes, há décadas prestam valiosos serviços ao Exército.

Esse grande brasileiro, pelo conjunto de sua obra monumental, foi consagrado, de justiça, pelo Povo Brasileiro, como Marechal Honorário do Exército, por decisão do Congresso Brasileiro, traduzido na Lei nº 2.409, de 27 janeiro de 1955, além de ser dado seu nome ao Território e atual Estado de Rondônia, que ele desbravara. Em seus quase 93 anos de vida, o Marechal foi fidelíssimo ao seu pensamento: *“Mais importante que a vida é o espírito com o qual a vivemos.”*

Seu nome foi imortalizado e consagrado internacionalmente na Sociedade Geográfica de Nova York, ao ser inscrito em letras de ouro, ao lado de outras três grandes sumidades internacionais:

Amundsen - O descobridor do Polo Sul.

Peary – O descobridor do Polo Norte.

Byrd – O explorador que mais fundo penetrou em terras árticas.

Rondon – O explorador que penetrou mais extensamente em terras tropicais.

Por sua obra em prol da Paz, ideal que esteve sempre presente e perseguido em suas atuações, foi proposto em 1957, por 15 nações, para o Prêmio Nobel da Paz. (SIQUEIRA; MACHADO; ÁVILA, 2016).

A EXPANSÃO DAS LINHAS E AS ESTAÇÕES TELEGRÁFICAS

As obras de abertura de linhas telegráficas em Mato Grosso, abrangendo territórios que hoje compõem, também, os estados de Mato Grosso do Sul e Rondônia, tiveram início em 1890, com a criação da Comissão de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, sob

o comando de Gomes Carneiro, tendo como auxiliar direto Cândido Mariano da Silva Rondon. Sua conclusão datou de 1891.

Inúmeras outras Comissões foram criadas e seus trabalhos foram realizados sob as ordens de Cândido Mariano da Silva Rondon, excetuando-se a rota Coxim/Corumbá e linhas adjacentes (1900-1906), cujo reconhecimento de trecho e busca do melhor traçado ficaram sob o comando do major Bento Ribeiro Carneiro. Registra-se que esse mesmo oficial construiu a estação telegráfica de São Lourenço, localizada no município de Santo Antônio de Leverger, ficando o trabalho de implantação das linhas e construção das estações a cargo de Rondon.

De todas as expedições a que mais se destacou foi a Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, ou simplesmente, Comissão Rondon, cujos trabalhos tiveram início em 1907 e concluídas em 1915. Certamente, esta afirmativa deve-se ao fato do amadurecimento do propósito e também por ter sido mais duradoura e penosa a sua conclusão. Lembremo-nos que na abertura das picadas por cerrados e florestas, pela qual passaram as expedições da Comissão, eram utilizados instrumentos como facão, foice, machado e serras manuais, em trabalho eminentemente braçal.

O determinismo do comandante das Comissões, Cândido Mariano da Silva Rondon, aliado à sua experiência de vida, adicionado ao saber adquirido com o convívio com as mais diversas sociedades, inclusive a indígena, fizeram das expedições a verdadeira integração nacional de áreas até então isoladas e de delimitações limítrofes internacionais duvidosas (VIVEIROS, 1958, p. 85-189).

ESTAÇÕES TELEGRÁFICAS

TRECHO ENTRE CUIABÁ E VILA BELA DA SS. TRINDADE

Cuiabá: A linha telegráfica de Cuiabá é pioneira na série de estações telegráficas implantadas em Mato Grosso. Funcionou em um prédio na Rua Pedro Celestino, esquina com Campo Grande, que existe até os dias de hoje, estando em boas condições de conservação.

Nossa Senhora do Livramento: A casa que abrigou a estação telegráfica de Nossa Senhora do Livramento não existe mais, foi demolida, restando apenas vestígios de parte do alicerce do imóvel.

Poconé: Já a de Poconé funcionou em dois imóveis, ambos na região central da cidade. Do ano de 1906 até 1920, em uma casa que foi parcialmente demolida. Posteriormente, foi para outro imóvel, tendo funcionado nesse último endereço por décadas.

Cáceres: O imóvel onde funcionou a estação telegráfica de Cáceres, nas imediações da Praça Barão do Rio Branco, zona central da cidade, foi demolido na década de 1970, sendo que em seu lugar foi construído um pequeno prédio.

Porto Esperidião: O imóvel onde funcionou a estação telegráfica de Porto Esperidião, por encontrar-se em péssimo estado de conservação, foi recuperado no ano de 2006, com recursos do governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Cultura, em parceria com a prefeitura local, passando a servir à comunidade.

Pontes e Lacerda: O imóvel que abrigou a estação telegráfica de Pontes e Lacerda, em 2006, encontrava-se somente com esteios de madeira em pé. Baseado em fotografias antigas, foi o mesmo reconstruído e passou a ser utilizado como biblioteca municipal, com apoio do governo do Estado, via SEC e prefeitura local.

Vila Bela da Santíssima Trindade: A estação telegráfica funcionou no antigo Palácio dos Capitães-Generais, prédio tombado pelo Iphan, que abriga atualmente um museu histórico.

TRECHO ENTRE CUIABÁ E ARAGUAIANA

Rio Manso: A estação telegráfica Rio Manso se localiza no município de Campo Verde, às margens da BR-070, próxima ao rio das Mortes e em propriedade particular. O prédio está descaracterizado, no entanto, bem conservado.

Capim Branco: A estação telegráfica de Capim Branco, ou Coronel Ponce, foi demolida por ação de vândalos, na década de 1980. Em seu lugar foi construída uma réplica, em 2009, que abriga um museu local, numa parceria entre a prefeitura do município de Campo Verde o governo do Estado, através da SEC.

Sangradouro: A estação telegráfica recebeu o nome oficial de Presidente Murtinho, mas ficou conhecida por Sangradouro, devido ao rio que banha o lugar. Da antiga estação, restam apenas alguns vestígios, tendo ali vicejado uma missão de padres salesianos, desde o ano de 1906.

General Carneiro: A estação telegráfica de General Carneiro também era conhecida como Barreiro Grande. A casa que abrigou a estação por longos anos não existe mais, sendo que seus alicerces compõem o quintal de uma residência particular.

Araguaiana: A estação telegráfica de Araguaiana funcionou em uma casa construída em fins do século XIX, pertencente à prefeitura local e se encontra em satisfatório estado de conservação.

TRECHO ENTRE CUIABÁ E RIO CORRENTES

São Lourenço: A estação telegráfica São Lourenço, situada no município de Santo Antônio de Leverger, está localizada dentro da T. I. Tereza Cristina. Sofreu alterações e a casa é usada atualmente pelos locais. Sua principal característica histórica é ter sido construída sob o comando do major Bento Manoel Ribeiro Carneiro, chefe da Comissão de construção da linha telegráfica Cuiabá-Corumbá.

Itiquira: A estação telegráfica de Itiquira encontra-se em propriedade rural particular, sendo proibida a sua visitação. Em 1993, a prefeitura local informou que a conservação do prédio era precária, sendo possível que contemporaneamente esteja em ruínas.

Rio Correntes: A estação telegráfica Rio Correntes se localiza em território do atual município de Itiquira. Em 1993, a prefeitura local informou que o prédio não havia sido conservado e que, portanto, estava em completa destruição.

TRECHO ENTRE A ESTAÇÃO DA GUIA E NHAMBIQUARA

Nossa Senhora da Guia: A estação telegráfica da Guia foi demolida no ano 2000, tendo sido construído no lugar uma igreja católica.

Acorizal: A estação telegráfica de Brotas, antigo nome do atual município de Acorizal, funcionou em vários pontos da cidade. Em 2007, por ocasião da comemoração do centenário da Comissão Rondon, a prefeitura local indicou uma residência como sendo a oficial, sendo esse ponto até hoje visitado por turistas.

Diamantino: A estação telegráfica de Diamantino, segundo informações da comunidade, foi demolida na década de 1970.

Afonso: A estação telegráfica de Santo Afonso, construída de pau-a-pique e barroteada, foi derrubada por excepcional temporal ocorrido no ano de 2005. Em 2006, a prefeitura local e o governo estadual, através da SEC, procederam à construção de uma réplica da antiga estação. Na obra, executada em 2006, a prefeitura contratou um profissional local, conhecedor de construção de pau-a-pique, tendo o construtor reutilizado todos os palanques de arceira que sobraram da antiga estação. O prédio passou a abrigar biblioteca e o departamento de correios.

Barra do Bugres: A estação telegráfica de Barra do Bugres não oferece nem ao menos vestígios, mesmo tendo funcionado por décadas.

Parecis: A estação telegráfica Parecis se localiza às margens da BR-364, nas proximidades de Diamantino, e está em péssimas condições de conservação, com metade do telhado ao chão.

Ponte de Pedra: A estação telegráfica Ponte de Pedra não existe mais, não podendo ser vistas nem ao menos as suas ruínas, por ter ocorrido nova construção em cima do antigo prédio.

Capanema: A estação telegráfica Barão de Capanema, localizada na zona rural do município de Campo Novo do Parecis, não existe mais, apenas alguns poucos vestígios que a identificam.

Utiariti: A estação telegráfica Utiariti se localiza nas proximidades da salto Utiariti, no planalto dos Parecis, localizado no município de Campo Novo do Parecis. Da estação, restam apenas poucos vestígios.

Juruena: A estação telegráfica Juruena se localiza no interior do município de Sapezal. Era casa construída de pau-a-pique e, por conta disso, de pouca resistência. Restam poucos vestígios da antiga estação Juruena, que tinha como sina permanentes ataques indígenas do povo Nambiquara.

Nhambiquara: A estação telegráfica Nhambiquara está localizada em território do atual município de Comodoro. Da antiga estação, existem alguns poucos vestígios de sua histórica existência.

O ESPECTRO DA MORTE RONDAVA A EXPEDIÇÃO

Entre o final do século XIX e a segunda década do XX, vastas regiões dos atuais estados brasileiros de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Amazonas passaram a ser atravessadas por oficiais e praças do Exército brasileiro, que cumpriam a missão de estender fios telegráficos, das barrancas do Araguaia até o extremo noroeste brasileiro. Esses militares se somaram a telegrafistas e guarda-fios, cedidos pela Repartição Geral dos Telégrafos, e também a civis contratados para trabalhos pesados e, eventualmente, a grupos de indígenas, totalizando três a seis centenas de homens, que formavam a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Esse trabalho foi reconhecido, especialmente porque Rondon e demais membros da Comissão esforçaram-se em chamar atenção ao migrante para os benefícios oferecidos pela natureza da região, que passaram, paulatinamente, a ocupar espaços geográficos, a criar cidades e plantar esperanças. No entanto, nessa época, o medo das doenças trabalhava no sentido contrário, lembrando que a morte era um possível destino para aqueles que por lá se aventurassem. Pelo longo período de sua realização, pelos trechos inóspitos e perigos enfrentados, os trabalhos liderados por Rondon não poderiam deixar de contabilizar apenas glórias e bem-aventuranças. Também ocorreram agruras, provações e pestilências, que não se pode aturar, e muitos foram ceifados em suas rutilas existências. Rondon, em discurso

proferido em 1938, no Ministério das Relações Exteriores, lembrou a morte de mais de 650 pessoas, entre oficiais, soldados e civis, que pereceram por doenças, acidentes ou ataques de índios durante os trabalhos de instalação e conservação das linhas telegráficas.

Na linha hierárquica de comando, recorda-se da morte, motivada pelo tifo, do Major Emanuel Silvestre do Amarante, genro de Rondon, pois fora casado com sua filha mais velha, Aracy. Ainda nessa linha, dos muitos que dormiram o sono do verdadeiro repouso e partiram para o imenso Incognoscível, registram-se os nomes do Primeiro-Tenente, João Salustiano Lyra e do Segundo-Tenente, Eduardo de Abreu Botelho, que pereceram no Rio Sepotuba. Eram dois importantes e reconhecidos cientistas da Comissão Rondon.

Nos trechos amazônicos ocorreram febres intermitentes que vitimaram grande parte dos trabalhadores, as quais foram combatidas, mas não vencidas. Era enorme o espectro de doença que se apresentava, sempre, com forte impacto nos membros da Comissão. Em homenagem aos trabalhadores que pereceram em plena atividade na selva, citamos os nomes de dois bravos brasileiros, mortos contaminados pela malária: Manfredo dos Reis Maciel, que era diarista, José Ferreira do Nascimento, soldado da expedição, ambos vítimas do impaludismo (VIVEIROS, 1958, p. 619-621).

ROUNDON E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Revestiu-se da maior relevância para o país o trabalho desenvolvido pela Comissão Rondon, notadamente em relação à produção científica, enriquecida com o acervo de descobertas e informações geográficas, botânicas, zoológicas, geológicas, mineralógicas, pedológicas e etnográficas, levantadas e catalogadas por pesquisadores e cientistas integrados à Comissão.

É lícito afirmar que a missão rondoniana não se restringiu apenas à construção da linha telegráfica, redundando na efetivação de estudos científicos desenvolvidos em diversas áreas da ciência.

Tornaram-se elisas mesmas temática de conferências e impressão de livros e relatórios os trabalhos sobre os aspectos fisiográficos, da fauna da flora, linguísticos e antropológicos dos espaços percorridos, revestindo a Comissão Rondon, enquanto missão científica e multifacetada, de um importante veículo de difusão dos resultados científicos, através de relatórios, materiais coletados e catalogação da biota resultaram na publicação de obras versando, treze, sobre botânica, doze sobre hidrologia e águas termais e uma sobre etnografia, bem como contribuindo para o aumento dos acervos dos museus especializados.

Num dos relatórios da Comissão de 1915, Rondon afirmou que a exploração científica do território e sua incorporação ao mundo civilizado seriam partes de um só projeto. Isso demonstra que, desde o início, seu trabalho não se restringiu à colocação de postes e fios nos longínquo oeste e norte brasileiro. Ao analisar a relação entre a CLTEMTA e o interesse científico associado ao projeto de integração do território nacional, torna-se indispensável a análise acerca de um novo Ministério implantado na República: o da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), em 1906/1909, que representou a integração entre agricultura e ciência, relação esta legitimada desde o século anterior, com a criação, em 1861, do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, extinto após a instauração da República. Cabe notar que a ciência, no Brasil, já era vista, por meio do viés utilitário, desde o século XIX.

RONDON E SUA CONTRIBUIÇÃO À CARTOGRAFIA

Certamente, a maior contribuição à cartografia feita por Cândido Mariano da Silva Rondon foi a Carta de Mato Grosso, proposta em 1917, por D. Francisco de Aquino Corrêa, então presidente de Mato Grosso, com aprovação do General José Caetano de Faria, então Ministro da Guerra.

Por conta disso, foi instituído o Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso, com o próprio Rondon enquanto diretor-geral, visto que sempre quis produzir uma nova Carta de Mato Grosso, pelas imprecisões que a antiga apresentara. Rondon nomeou o então Capitão Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos como Chefe da Seção de Desenho. Por muitas razões e fatos, essa Carta só foi concluída e entregue à Sociedade no ano de 1952, exatos 35 anos após sua propositura.

Apesar do empenho pessoal de Rondon, do Presidente Dutra e do próprio presidente Vargas, a Carta de Mato Grosso ainda teve que esperar até 1952 para ser publicada. No período, Cândido Mariano da Silva Rondon, então com 87 anos, conseguiu finalizar um de seus maiores propósitos, o de publicar a Carta de Mato Grosso, um compromisso assumido com D. Aquino Corrêa e toda a sociedade mato-grossense (SIQUEIRA; MACHADO; ÁVILA, 2016).

RONDON E OS POVOS INDÍGENAS

Todas as ações desempenhadas por Rondon em seu périplo pelas selvas, campos e cerrados brasileiros estão plasmadas nas contribuições a causa indígena nacional. Não apenas por ter em seu sangue

a mistura do povo Bororo, Terena e Guaná, e ter vivido, por certo, questionamentos que o levaram a defender, de forma ferrenha e intransigente, a inclusão dos povos indígenas nos preceitos constitucionais, sociais e humanos da pátria. Rondon buscou dar luz ao ideal de José Bonifácio, que era “a incorporação definitiva e espontânea do índio à civilização brasileira” (VIVEIROS, 1958, p. 597-602).

Um dos parceiros de Rondon nesse propósito de valorização da sociedade indígena brasileira foi Nilo Peçanha, a quem o nosso herói assim retratou: (...) “alma de verdadeiro republicano que sentiu ser a índole e o destino do regime fundar e fomentar a fraternidade entre os filhos da mesma terra” (VIVEIROS, 1958, p. 630).

No livro *Rondon Conta sua Vida* (VIVEIROS, 1958, p. 342), ele diz o seguinte: [...] “estudei, apaixonadamente, as tribos, desde as que já se encontravam em promiscuidade, mais ou menos estreita, com moradores das zonas próximas até as que viviam no fundo de suas florestas, em paragens quase inacessíveis, onde, com a pureza dos costumes e das instituições herdadas de seus maiores conservavam o recato de suas mulheres e filhas”. Esse comentário foi sobre os efeitos que a civilização produzia numa sociedade habituada à cultura e hábitos completamente diferentes dos povos ditos “civilizados”, que impõe costumes nem sempre aceitos no interior das sociedades indígenas, remontando a uma história milenar.

Ao criar o SPITN - Serviço de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais, que se transformou mais tarde na FUNAI - Fundação Nacional do Índio, Rondon conseguiu institucionalizar e legalizar, através de atos e leis que passaram a compor a Constituição brasileira, a proteção devida aos povos indígenas, tanto em terras ocupadas ou a serem ocupadas, mas também pela preservação de suas culturas.

É sempre bom recordar que o gosto e a afinidade pela causa indígena, intrínsecos em Rondon, adveio de seu convívio com o general Ernesto Gomes Carneiro, quando este, em vida, ao comandar a primeira expedição das linhas telegráficas em Mato Grosso, mandou esparramar, leste afora, panfletos alertando que, quem atentasse contra a vida de indígenas teria que se ver com ele. Por conta desse propósito, Cândido Mariano da Silva Rondon recebeu o título de *Pagmejera*, o grande chefe que cunhou, para si e para o mundo, o lema: “Morrer se preciso for, matar nunca” (VIVEIROS, 1958, p. 470).

ETNIAS INDÍGENAS CONTATADAS POR RONDON

Quando em ação junto às frentes de trabalho da instalação das linhas telegráficas, Cândido Mariano da Silva Rondon se deparou com infindável número de nações indígenas, dos mais diferentes troncos linguísticos e culturas diversas. Passou, então, a compreender a necessidade de registro e catalogação de nomes de grupos e etnias indígenas, pelo caráter humanitário e ineditismo de sua operação nas selvas brasileiras. O trabalho desenvolvido pelo sertanista Cândido Rondon é reconhecido pela sociedade brasileira como dos mais importantes feitos de nosso país. Sua atuação em prol da causa indígena é ímpar, mas não foi suficiente para conter a fúria devastadora do progresso e da ocupação de campos, cerrados e florestas, milenarmente ocupados pelos povos indígenas, que foram escorraçados de seus *habitats* naturais por seringueiros, mineradores e fazendeiros. Infelizmente, só tivemos um Rondon. Seus discípulos ou seguidores de seus exemplos não conseguiram tantos êxitos quanto ele próprio.

Das inúmeras etnias contatadas por Rondon e sua equipe de cientistas e pesquisadores, destacamos algumas: Anuzê, Ariqueme, Aliti (Pareci), Bororo, Cabixi, Cadiweu, Caiuá, Canoé, Carajá, Caripuna, Caritiana, Caxiniti, Cozarini, Guató, Ipegue, Ipoteaute, Iranxe, Jari, Jarú, Kepkiriwát, Mamindê, Massacá, Navaité, Nenê, Nambiquara, Ofaiés, Parintintim, Parnauaté, Pirarrã, Umutina, Opaié, Urupá, Terena, Anauquá, Bacairi, Caiabí, Suiá, Uaurá, Macuxí, Baré, Uaboí, dentre outros (VIVEIROS, 1958).

EXPEDIÇÃO ROOSEVELT-RONDON

Durante os trabalhos da Comissão Rondon ocorreu um dos mais importantes eventos científicos de Mato Grosso do século XX, a Expedição Roosevelt-Rondon. Trata-se de feito histórico-científico memorável, realizado a partir de 12 de dezembro de 1913 e encabeçado por dois grandes nomes da história mundial do século XX, Theodore Roosevelt, ex-presidente dos Estados Unidos (1904-1908), à época, e o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, um ícone da história e da cultura brasileira. Roosevelt era um desbravador e aventureiro, tendo participado de incursões aos locais inóspitos e inacessíveis, visto que ainda não desbravados. Por isso quis realizar uma viagem pelos sertões de Mato Grosso. A companhia escolhida foi a de Rondon, um desbravador e profundo conhecedor do território brasileiro, visto ter, com sua experiência na implantação das linhas telegráficas, palmilhado por diversas vezes a região escolhida pelo ex-presidente norte-americano. O encontro dos dois líderes ocorreu na foz do histórico Rio Apa.

Roosevelt trouxe seu filho Kermit e alguns colaboradores. A primeira “caçada” da comitiva foi pelo Rio Taquari acima, na Fazenda Palmeiras. Posteriormente, subiram o curso fluvial do Cuiabá e foram recebidos na capital com honras militares. Depois, foram a Cáceres, navegando pelos rios Cuiabá e Paraguai e, de lá, demandaram ao chapadão dos Parecis, chegando até Utiariti, no histórico salto do Rio Papagaio, e também no Salto Belo, no Rio Sacre. Nesse ponto, a expedição foi dividida em três flancos, sendo que o primeiro exploraria o Rio Papagaio, o segundo promoveria o reconhecimento do Rio da Dúvida e o terceiro promoveria o reconhecimento do Rio Jurueua. Foram inúmeras as cartas e mapas elaborados durante essa expedição, sendo seu resultado científico de grande valia. Para Roosevelt, o final da viagem teve seu término em 26 de abril, na confluência dos dois galhos do Rio Aripuanã. Em 1º de maio de 1914, esse estadista e sua comitiva embarcaram, de Belém, com destino a Nova Iorque, levando as melhores impressões possíveis de Mato Grosso e, principalmente, do grande sertanista Cândido Mariano da Silva Rondon. Teodoro Roosevelt, depois de viajar por Mato Grosso e Amazonas guiado por Rondon, assim interpretou a sua obra em entrevista em jornal de New York: “A América pode apresentar ao mundo duas realizações ciclópicas: ao Norte o Canal do Panamá, ao Sul, o trabalho do Coronel Rondon – científico, prático e humanitário” (VIVEIROS, 1958, p. 376-425; 630).

REFERÊNCIAS

- DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.
- FONSECA, Aurélio Cordeiro da; REZENDE, Tatiana Matos. *Cadernetas de campo da Comissão Rondon: testemunhos de uma epopéia pelos sertões do Brasil (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2010.
- MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: EdUC/Fapesp, 1998.
- MAGALHÃES, Amílcar A. Botelho de. *Pelos Sertões do Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1930.
- _____. Amílcar A. Botelho de. *Impressões da Comissão Rondon*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- RIBEIRO, Darcy. *Homens e Instituições: Cândido Mariano da Silva Rondon*. Ciência e Cultura, São Paulo, 1959.

_____. *Os Índios e a Civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

ROOSEVELT, T. *Through the Brazilian Wilderness* – traduzido para o português em 1944 com o título *Através dos Seritões do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

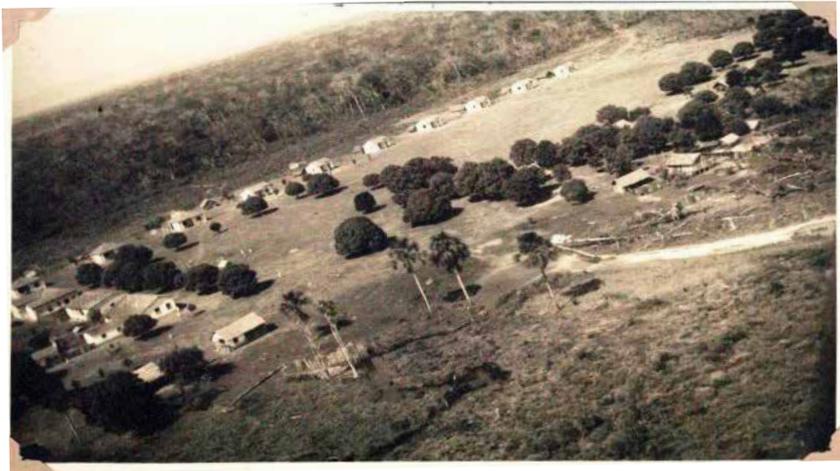
ROQUETTE-PINTO, E. *Rondônia*. Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1917.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira de. *História de Mato Grosso: da Ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

VIVEIROS, Esther. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

A COMISSÃO RONDON E A IMPLANTAÇÃO DA LINHA TELEGRÁFICA EM MATO GROSSO: UMA POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO E DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO DO SERTÃO OESTE BRASILEIRO

Shirley Hitomi Gushiken
Margareth da Silva Pereira



A COMISSÃO RONDON E A IMPLANTAÇÃO DA LINHA TELEGRÁFICA EM MATO GROSSO: UMA POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO E DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO DO SERTÃO OESTE BRASILEIRO¹

THE RONDON COMMISSION AND THE TELEGRAPH LINE IN MATO GROSSO: AN URBANIZATION POLICY AND SCIENTIFIC KNOWLEDGE IN THE WEST BRAZILIAN SERTÃO

Shirley Hitomi Gushiken

Professora da Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/FAET), doutora em Urbanismo (Prourb/UFRJ). E-mail: shirley.ufmt@gmail.com

Margareth da Silva Pereira

Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Prourb/UFRJ). Doutora em História pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS/França). E-mail: margaspereira@gmail.com

RESUMO: A implantação das linhas telegráficas em território mato-grossense constituiu historicamente um processo que ganhou evidência no início do século XX, já sob a República, com o trabalho da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso. Interligando localidades isoladas pela inexistência de estradas, a implantação de linhas telegráficas pela Comissão Rondon, como ficou conhecida, incluía também a criação de povoações no entorno das novas estações, designadas em relatório da própria Comissão como “futuras cidades”. O trabalho da Comissão estava inserido em um amplo projeto geopolítico republicano que intencionava tanto o desenvolvimento econômico regional quanto a integração cultural, particularmente das populações indígenas, com a ocupação progressiva do interior do país. As atribuições da Comissão Rondon, no entanto, eram mais

1 Artigo resultante da tese de doutorado “O processo de urbanização em Mato Grosso: entre isolamento e centralidades estratégicas, uma história em cinco tempos”, defendida em fevereiro/2016 no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Prourb-UFRJ), sob orientação da Profa. Dra. Margareth da Silva Pereira.

abrangentes em seus objetivos. Incluía pesquisas de caráter científico visando conhecer o território mato-grossense em suas características físico-ambientais e culturais, buscando informações justamente sobre potencialidades econômicas que poderiam ser agregadas ao projeto de desenvolvimento do país. Os ideais positivistas e, até saint-simonianos, como a noção que as cidades, funcionam em amplas redes de intercâmbio, a defesa de um Estado laico e a crença na perfectibilidade dos homens e no progresso guiaram grande parte desta agenda. A partir de uma perspectiva interdisciplinar, este artigo cruza fontes secundárias e divulga documentos arquivísticos sobre aspectos da história da urbanização em Mato Grosso, analisando, particularmente, relatórios, mapas e plantas produzidos pela Comissão Rondon.

Palavras-chave: Comissão Rondon. Linhas telegráficas. Urbanização. Conhecimento científico. Mato Grosso.

ABSTRACT: The installation of telegraph lines in Mato Grosso territory constituted an historic process which gained prominence in the 20th Century, under the republican government, with the work done by the Mato Grosso Telegraph Lines Construction Committee. Linking up cities and settlements isolated by the lack of roads, the implementation work of telegraph lines by the Rondon Commission, as it was known, also included the creation of urban nuclei around the new stations, designated as “future cities”. The Commission’s work was inserted into a Republican geo-politics project which aimed to improve the regional development and the cultural integration of the heterogeneous groups, particularly the Indians groups, by a progressive occupation of the interior of the country. The Rondon Commission’s scope, however, had wider aims and included research of a scientific nature to identify more about the Mato Grosso territory and its physical, environmental and cultural characteristics, and also sought information on the economic potential that could add to the country’s development. A great part of this agenda was guided by positivist ideals and even by those prior of the Saint-Simonian movement: as the notion that the city vitality is promoted by systemic exchange’s networks, the defense of a secular state and a belief in the perfectibility and progress of man. From an interdisciplinary perspective this article crosses secondary sources and publishes archival documents on aspects of the history of urbanization in Mato Grosso analyzing, in particular, reports, maps and plans produced by the Rondon Commission.

Keywords: Rondon Commission. Telegraph lines. Urbanization. Scientific knowledge. Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XIX, o culto à ciência, à indústria e às invenções tecnológicas passou a ser visto também como sinônimo, e até mesmo prova, de uma noção linear de progresso humano, que encontrou no ambiente dos círculos positivistas seus mais sólidos defensores e divulgadores. Originado na França, o movimento positivista encontrou adeptos em todo o mundo. No Brasil, a circulação destas ideias prosperou junto a um grupo de indivíduos caracterizado por uma sólida formação intelectual e científica, muitos dos quais, por sua vez, poderiam ser considerados herdeiros das convicções e práticas universalistas e reformadoras saint-simonianas.

Entre nós, esses movimentos germinaram entre profissionais liberais, como médicos, engenheiros, advogados, mas, sobretudo, no meio político e militar. Como se sabe, foi entre os militares que o idealismo positivista teve mais seguidores, entre oficiais do exército e da marinha, introduzindo em suas discussões e agendas temas de natureza social e política que concorreriam para dar sustentação à formação do movimento republicano.

Nos quadros da Escola do Exército, Benjamin Constant, militar e político, teve uma atuação doutrinária na propagação das ideias de Auguste Comte, segundo as quais a educação dos espíritos seria condição para a organização da sociedade com base na razão e na ciência, ensejando a instauração de uma ordem moral que teria como resultado o progresso. Defendia, nesse sentido, o pacifismo e o papel do militar como um agente dinamizador do progresso. A Escola Militar, em seu programa de formação, dava ênfase às engenharias e à matemática e, até as últimas décadas do século XIX, era frequentada por alunos das camadas abastadas e de classe média, os quais, no caso destes últimos, procuravam seguir suas carreiras como quadros implicados com a aceleração do desenvolvimento nacional. Seus egressos eram, assim, malgrado suas diferenças, parte de uma minoria intelectual que veiculava ideias consideradas *de vanguarda* à época (LIMA, 1976), buscando traduzi-las em ações concretas - mais ou menos liberais, mais ou menos centralizadoras, reformadoras ou intervencionistas -, em relação ao que sustentavam como projeto para o país.

Nesse contexto da segunda metade do século XIX, a Guerra do Paraguai (1865-70) havia evidenciado a extrema dificuldade de comunicação e acesso à região de Mato Grosso. A guerra não só mostrara a vulnerabilidade da fronteira quando da invasão do território mato-grossense e a tomada de locais estratégicos pelas tropas paraguaias,

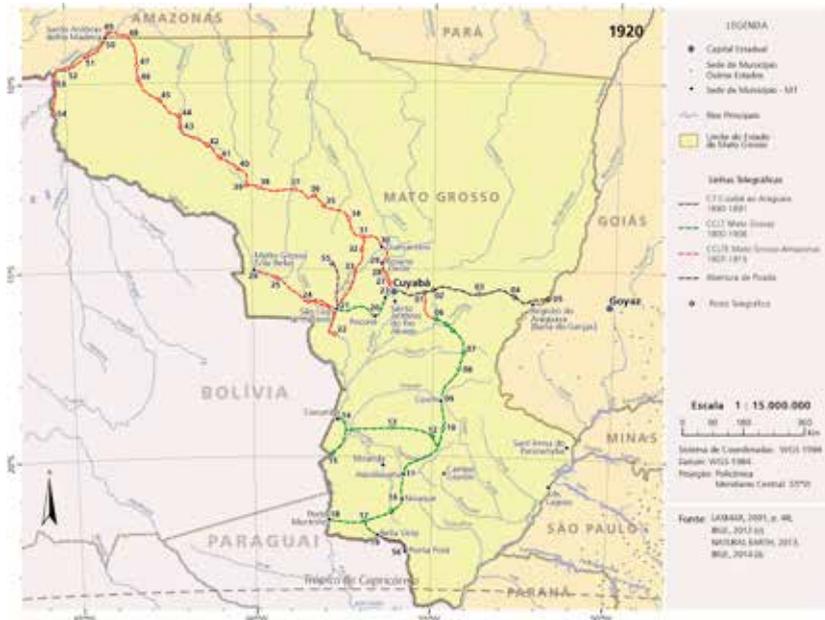
mas também indicara a necessidade de defesa e manutenção da integridade territorial. Seria medida de urgência povoar e promover a integração da região Oeste ao desenvolvimento nacional, mediante o que poderíamos chamar de “políticas de interiorização da urbanização no território”, começando com a implantação de novas tecnologias de comunicação e transporte.

Desta tarefa passa a se incumbir o Exército Brasileiro, no âmbito do Ministério da Guerra, empreendendo ações de abertura de novas frentes de ocupação do território, permitindo a instalação de meios de comunicação, no caso os serviços de correios, mas sobretudo, de telegrafia (PEREIRA, 1999) e transporte. Nas décadas finais do século XIX, estes meios correspondiam, assim, à extensão da rede telegráfica nacional e à construção de ferrovias. Estas últimas permitiriam o transporte de pessoas e mercadorias, mas a rede telegráfica daria sustentação à defesa e aos negócios, propiciando a comunicação de forma rápida entre as áreas de fronteira das regiões Oeste e Norte com a capital, Rio de Janeiro, centro de decisão política e da vida econômica do país.

INTERLIGAÇÃO DO TERRITÓRIO PELA VIA TELEGRÁFICA

Assim, em 1888, o governo imperial já havia constituído uma comissão militar, enviada a Mato Grosso e encarregada da proteção da fronteira oeste, chefiada pelo general Deodoro da Fonseca. Este foi acompanhado também por uma comissão de engenheiros militares, encarregada, por sua vez, de efetuar a construção de uma linha telegráfica ligando Cuiabá a Corumbá e Coimbra, no sul da então província de Mato Grosso, mais diretamente afetada pela guerra.

Com a mudança do regime, outras comissões seriam criadas ou reorganizadas a partir do ano seguinte, tendo como objetivo a implantação de uma verdadeira rede de comunicação, com o telégrafo. Mas não só. De fato, em 1890, o Governo Provisório da República instituiu a “Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia”, que implantou a comunicação entre Cuiabá e Goiás e a região Centro-Sul do país.



Esta comissão, chefiada pelo major Antonio Ernesto Gomes Carneiro, contou como auxiliar, dentre outros engenheiros-militares egressos dos quadros da Escola Militar, com a figura do mato-grossense Cândido Mariano da Silva Rondon, formado em Matemática e Ciências Físicas e Naturais (LASMAR, 2011, p. 36). Contudo, estes trabalhos não devem ser vistos de forma isolada.

A extensão das linhas telegráficas vinha ganhando cada vez maior complexidade, como mostra o decreto de outubro de 1891, determinando a elaboração de um primeiro plano republicano para a expansão do telégrafo. A associação de um plano para o setor de comunicação passava, então, a ser associado a uma política urbanizadora, sustentada, inclusive, por uma rede hierarquizada de povoações. Esse deslocamento pode ser medido por, pelo menos, duas outras iniciativas nesses primeiros anos republicanos e que se reportam diretamente aos debates sobre a transferência da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central, definida em 1892 e consignada no próprio texto constitucional.

O pensamento positivista havia herdado dos saint-simonianos a ideia que cidades e territórios se movimentam e funcionam de modo sistêmico, articulado, em rede. São essas redes que tanto definem os territórios nacionais quanto suas alianças e suas áreas de influência. É nessa perspectiva que, desde o final do Império, a tríade urbanização,

novas tecnologias de comunicação e transporte e desenvolvimento econômico, as primeiras iniciativas de uma ocupação articulada do território começaram a ser pensadas. Agora, é sempre dessa ideia de “funcionamento em rede” das cidades e povoações em geral que vai se impondo, mais uma vez, a própria ideia de transferência da capital (PEREIRA, 2010, p. 121-130)

Os trabalhos da ligação telegráfica entre Cuiabá e Goiás, por exemplo, embora não seja vista necessariamente desse modo, mostra-se indissociável da criação da *Comissão Exploradora do Planalto Central*, em maio de 1892. Liderada por Luis Cruls, a Comissão foi encarregada de demarcar, em Goiás, a área da nova capital em observância à Constituição Federal e, certamente, estava em sintonia com os trabalhos que Gomes Carneiro realizava. É também na perspectiva da criação de redes de cidades no interior do território que o projeto de Belo Horizonte ganhou materialidade a partir de 1894 e, ele também, não pode ser visto de modo dissociado dessas outras iniciativas.

Em 1900, por determinação do Ministério da Guerra, foi constituída a “Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso”, a primeira chefiada por Rondon, que no intervalo de seis anos (1900-1906) construiu 16 estações e 1.667 quilômetros de linhas telegráficas interligando Cuiabá e localidades no sul do estado e o ramal de Cuiabá a Cáceres.

Enfim, sempre sob a chefia de Rondon, em 1907, foi designada a “Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas” (CLTEMGA), mais conhecida como Comissão Rondon, com a missão de integrar o recém-anexado Território do Acre ao restante do país, em decorrência do Tratado de Petrópolis, firmado com a Bolívia.

Esta Comissão tinha por objetivo estabelecer a ligação de Cuiabá a Santo Antônio do Madeira², que foi realizada entre os anos de 1907-1915. Neste período, foram construídos 2.270 km de linhas telegráficas, 32 estações e reuniu e fixou, em povoações criadas pelo Estado brasileiro, cerca de 30 mil indígenas. Os trabalhos desta Comissão foram divididos em três seções: a primeira, responsável pela construção do ramal Cáceres-Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade); a segunda, pela linha-tronco Cuiabá-Santo Antônio do Madeira; e a terceira, encarregada do reconhecimento da região, na direção Cuiabá-Juruena, que serviria para o traçado da linha-tronco

2 Santo Antônio do Alto Madeira – povoado do século XVIII, elevado a vila em 1911; município instalado em 1912, pertencente nessa data ao estado de Mato Grosso; o município foi extinto em 1945 e integrado ao município de Porto Velho, sede da capital do atual estado de Rondônia.

e como base para expedições posteriores em direção ao rio Madeira (LASMAR, 2011).

As ações desenvolvidas eram subordinadas administrativamente a dois ministérios: ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, ao qual estava também vinculada a Repartição Geral de Telégrafos, e ao Ministério da Guerra, onde se teria delineado o plano de interiorização das linhas telegráficas.³ Como dito, conforme as concepções positivistas da geração de 1870, da Escola Militar do Rio de Janeiro, essa ação governamental não sofreu descontinuidade com a mudança de regime político, e fazia parte do esforço que se desenvolvera desde o período imperial em torno da construção da unidade e da integração do território nacional.

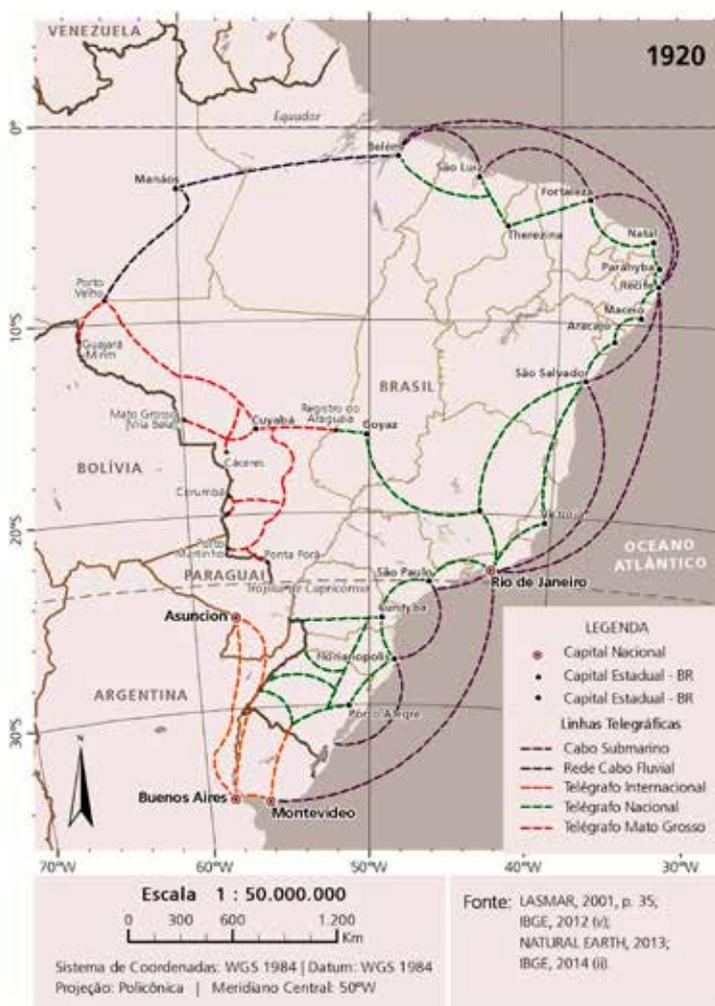
O empenho governamental e os vultosos recursos financeiros e humanos mobilizados para a extensão do telégrafo a regiões consideradas de natureza “virgem”, “vazias”, não teve resultados práticos imediatos. Isso, no entanto, não impediu que a Repartição dos Correios e Telégrafos ostentasse um elegante pavilhão na Exposição Nacional de 1908, onde a expansão dos trabalhos era celebrada e onde um grupo de indígenas participou do evento, como parte do desvelamento do Brasil e de suas diferenças regionais e culturais, aos próprios brasileiros. Naquele contexto, resume Pereira:

[...] os Correios e Telégrafos e a expansão de seus serviços passam a ser uma tarefa estratégica e que exige ser valorizada. Eles deveriam contribuir em um duplo processo: unificar o Brasil criando redes regulares de contato através de agências e postos de serviço distribuídos por todo o território e continuar a integrar mais rapidamente esse Brasil cada vez mais concreto e vasto como sistema econômico à uma rede sem fronteiras de comércio e trocas, cada vez mais internacional. [...] É a partir desse “Brasil em exposição” que o país passa a ser visto de dentro e uma visão “interna” também começa a ganhar forma e, mais do que isso, a definir com mais clareza políticas consequentes para o país e suas cidades e regiões. (PEREIRA, 2011, p. 21).

O custo de manutenção das linhas telegráficas revelou-se, contudo, muito alto e frequentemente o funcionamento era interrompido por problemas decorrentes da falta de manutenção diante das dificuldades. Alguns autores assinalariam que, quando da conclusão das

3 Decreto nº 22, de 24 de outubro de 1891, op. cit. sobre o primeiro plano republicano para a expansão do telégrafo (cf. MACIEL, 1998, p. 68, nota 26).

linhas telegráficas, estas já estariam tecnologicamente ultrapassadas (ARANHA, 2012). Importante destacar que, do ponto de vista da compreensão do impacto e do alcance de uma nova tecnologia de comunicação - os telégrafos - para a integração das regiões mais remotas do país, os trabalhos realizados pela Comissão Rondon fizeram bem mais que alcançar esse objetivo. Ela permitiria que mais do que a soma de províncias ou estados em um mapa, o Brasil, para além da língua comum, se tornasse um território uno e conectado, ainda que de forma embrionária, fechando o circuito das comissões da rede telegráfica nacional (LASMAR, 2011, p. 35).



Também está à origem da Comissão Rondon a própria criação do Serviço de Proteção aos Índios, pelo Decreto nº 8.072, de junho de 1910, com o objetivo de prestar assistência a todos os indígenas do território nacional. A orientação ideológica do serviço considerava como transitório o estatuto do “índio” como tal. Dentro de uma visão de assimilação e aculturação pouco a pouco, com a educação regulando esse processo, ele se transformaria em um cidadão republicano e num trabalhador nacional como qualquer outro.

A importância do empreendimento da Comissão Rondon só se pode perceber, no entanto, a longo prazo. De fato, muitos dos seus desdobramentos só puderam ser observados décadas mais tarde, ao abrir caminho para outras ações dirigidas à ocupação do Centro-Oeste brasileiro. Neste sentido, deve-se salientar que o traçado das linhas telegráficas serviria como referência para a implantação de várias rodovias meio século depois.

PRODUÇÃO DE SABERES SOBRE O TERRITÓRIO DE MATO GROSSO

A missão da Comissão Rondon, como se disse, foi, no entanto, muito mais abrangente em seus objetivos. A vinculação ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas explicita outras funções desenvolvidas pela Comissão Rondon, além daquelas de natureza estratégica e militar. É no sentido do “trabalho”, da indústria como sinônimo de trabalho, melhor dizendo, em mais um tema saint-simoniano e positivista, que a Comissão Rondon também foi direcionada para a realização de explorações, visando o reconhecimento geográfico da região e de suas potencialidades econômicas.

Esse objetivo é indicado expressamente nas “Instruções pelas quais deverá se guiar o chefe da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas”, publicada em “Decisões do Governo n. 19 - em 4 de março de 1907, com base na lei nº 1.617 de 30 de dezembro de 1906, pelo ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon Du Pin e Almeida”⁴, segundo as quais, a Comissão deveria:

[...] percorrer boa parte da região amazônica; determinar coordenadas geográficas e azimutes astronômicos dos locais percorridos; realizar explorações dos principais rios da região; avaliar o terreno

4 Miguel Calmon du Pin e Almeida, engenheiro e político com atuação ministerial nas áreas da agricultura, indústria e infraestrutura em governos no período da República Velha.

explorado, sua topografia, estatística e sociedades indígenas; *estabelecer colônias em torno das estações telegráficas* [grifo nosso]; estudar a região tendo em vista sua defesa, suas vias de comunicação, sua potencialidade agrícola e seus recursos naturais. (CASER; *SÁ*, 2010, p. 365).

Faziam parte das pesquisas o reconhecimento da formação geológica, da flora e da fauna, assim como o estudo da potencialidade dos solos com vistas à agricultura e mineração. Segundo o Capitão Amilcar Magalhães, integrante da Comissão Rondon, “...os trabalhos de geologia da Comissão, trouxeram sensível modificação sobre o que até então era conhecido da geologia de Matto-Grosso” (MAGALHÃES, 1941, p. 366). As expedições de reconhecimento realizadas pela Comissão ampliaram e retificaram o conhecimento de diversos aspectos da hidrografia de Mato Grosso. Foram descobertos 12 rios, até então desconhecidos, e corrigidos os traçados cartográficos de vários outros (LASMAR, 2011).

A localização de acidentes geográficos tinha também por objetivo a confecção de um novo mapa do estado, cuja conclusão e publicação ocorreu somente em 1952, intitulado sob o título de “*Carta de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas*” (BRASIL. Ministério da Guerra, 1952). Até então, o mapa que se tinha como referência fora o elaborado pelo geógrafo Pimenta Bueno, datado de 1880.

Segundo Aranha (2012), o discurso acerca da integração também era construído no mapa, na medida em que os dados minuciosos nele contidos, como localização de aldeias indígenas, barracões de seringueiros, ocorrências de seringais nativos, potenciais dos solos para agricultura e dos rios para transporte e escoamento de produtos informavam os ministérios envolvidos, segundo seus interesses, e constituindo um referencial para futuros empreendimentos, oficiais ou privados.

Integravam a Comissão, naturalistas do Museu Nacional, que coletaram muitas amostras de materiais de toda natureza e realizaram estudos antropológicos acerca dos indígenas das várias etnias que habitavam a região que ia sendo desvelada. Os médicos que faziam parte da Comissão tinham como tarefa, além de tratar da saúde dos seus integrantes, estudar as ocorrências das doenças endêmicas e avaliar as condições de salubridade das regiões percorridas.

Muitos acidentes geográficos tiveram seus nomes alterados pela Comissão Rondon, passando a receber nomes de personagens considerados ilustres do governo republicano, fato este que, na acepção de Maciel (1998, p. 154-155), seria uma forma de apropriação de

espaços, de memórias, culturas e conhecimentos já existentes, imprimindo, na região explorada, uma marca da atuação do Estado republicano na incorporação ao território nacional de um espaço considerado “vazio”.⁵

Com os trabalhos da Comissão Rondon pretendia-se uma construção de certo modo simbólica do território, o que seria sintetizado na construção de um “mapa homogêneo e reconhecível da nação” (MACIEL, 1998, p. 155). A autora citada tece uma série de considerações sobre o caráter ideológico intrínseco às ações da Comissão Rondon. Em sua análise, a concepção de termos como “vazio” demográfico, região “inexplorada”, “desbravamento” e “integração”, estaria associada à ideia de “defesa” apoiada na atuação estatal e militar e em cujas ações se traduzia a conquista de territórios e culturas.

Acrescente-se, quanto a estes aspectos apontados por Maciel, que a região, embora considerada vazia, era numerosamente povoada por indígenas de várias etnias e que nela já havia empresas e seringueiros em atividade extrativista. Na região Noroeste de Mato Grosso, por onde passaria a linha telegráfica, havia a ocorrência de seringais nativos, que eram de grande interesse econômico, à época, para a indústria da borracha que demandada ao mercado internacional, bem como a poaia, matéria-prima para a indústria farmacêutica. Como se disse, a dificuldade de acesso e de transporte ainda constituía um grande obstáculo para a inserção de Mato Grosso no contexto produtivo do país e, nesse sentido, considerava-se a importância da intervenção do Estado no apoio logístico e abertura de frentes para a expansão econômica.

No avanço das linhas telegráficas pelo sertão, as comissões tinham a seu encargo uma missão civilizatória em relação aos indígenas, tendo efetuado os primeiros contatos com grupos de várias etnias e adotado uma postura de integração e proteção em relação a eles, ao mesmo tempo em que o caráter científico se traduzia no inventário cultural dos grupos étnicos encontrados e sua localização. Dessa ação, assim como da necessidade de pacificar indígenas em áreas de conflitos, condição para futura ocupação, resultaria a criação, em 1910, do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN), inicialmente subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

5 Vale lembrar que, no período colonial, prática semelhante havia sido adotada quando da fundação ou elevação da categoria administrativa de lugares, vilas, povoados, aldeamentos, cujos nomes primitivos muitas vezes foram trocados na região norte do país, por nomes de cidades portuguesas ou de nomes de membros da nobreza (ARAUJO, 2012).

Na região Sul do estado⁶, em que se implantava na ocasião a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a resistência da etnia *Kaigang* era considerada pelo governo brasileiro um problema para a continuidade do empreendimento; e a construção do ramal telegráfico de Parecis a Barra dos Bugres deveria atravessar as terras dos indígenas conhecidos por Barbados (Umutina), situadas nas cabeceiras do rio Paraguai, onde, até então, a travessia era considerada impraticável, conforme relato da própria Comissão (LASMAR, 2011).

Consoante com o ideal positivista e nacionalista de Rondon, o índio deveria ser visto numa ótica humanitária e sua integração à civilização deveria ocorrer, como mencionado, por meio da educação e do trabalho. Seria, conforme Lasmar (2011), uma ótica de integração, mediante a imposição de valores culturais hegemônicos. Segundo Maciel (1998, p. 159), Rondon discordava da ideia, corrente em sua época, de que a imigração seria a única forma de povoar o território e afirmava que “os índios, ‘pacificados’ e ‘civilizados’, seriam os melhores guardiães das fronteiras nacionais”.

Semelhante ideia já existia no século XVIII, como ação de Estado decorrente da política empreendida na administração pombalina (1750-1775), ao estabelecer o aldeamento indígena como forma de concentrar população em povoações. À época, tal estratégia era formulada com vistas ao arbitramento internacional sobre os domínios territoriais concernentes a Portugal e Espanha, que era regido pelo princípio do *Utis Possidetis*, e tinha na constituição de povoações a demonstração de posse e domínio sobre o território.

POLÍTICA DE OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MATO-GROSSENSE

Na concepção da política de extensão das linhas telegráficas, conforme as *Instruções* ministeriais citadas anteriormente e implementadas por Rondon, o ideal de civilização consistia em povoar o território de modo geral - o que havia sido formulado no século XVIII, desde o reino de D. João V, contra os arbítrios dos pequenos régulos locais (SANTOS; PEREIRA, 1987). Se no setecentos o objetivo seria de reforçar a própria ideia de cidade, desde o início do século XIX, com José Bonifácio, pelo menos, a ideia vinha sendo retomada como um vasto projeto de urbanização sob a forma de uma política de colonização do centro do país; isto é, seu sertão, seu interior.

6 Atual estado de Mato Grosso do Sul.

No caso da Comissão Rondon, isso se traduzia na prática em um projeto de colonização em torno das estações telegráficas, onde se efetuariam o assentamento dos colonos em lotes e estes se ocupariam da agricultura e da criação de gado junto aos destacamentos militares. Os assentamentos que davam lugar às estações seriam focos de irradiação da ocupação e do povoamento dos espaços considerados vazios, transformando-os em áreas produtivas, considerando ser esta a única forma de fixar a população. Ao longo da linha telegráfica, as estações distavam cerca de 90 km uma da outra, facilitando o contato entre as povoações, que deveriam constituir-se em centros agrícolas autônomos.

Os projetos realizados e executados pelos engenheiros-militares das Comissões de Linhas Telegráficas (Figuras 1, 2, 3, 4) obedeciam a um padrão de traçado urbanístico em malha ortogonal quadrada, como se pode verificar na descrição do traçado de uma “*futura cidade*”, constando no “*Relatório da medição de uma légua quadrada de terreno concedido pelo governo do Estado de Matto-Grosso para rocio da estação telegráfica de Parecis e mandada executar pela Comissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas*”.

O relatório, parte do qual transcrito a seguir, é assinado pelo 1º tenente Amílcar Armando Botelho de Magalhães, Engenheiro-militar, encarregado dos serviços de medição na Estação Telegráfica Parecis, em 8 de abril de 1909:

PROJECTO DA FUTURA CIDADE

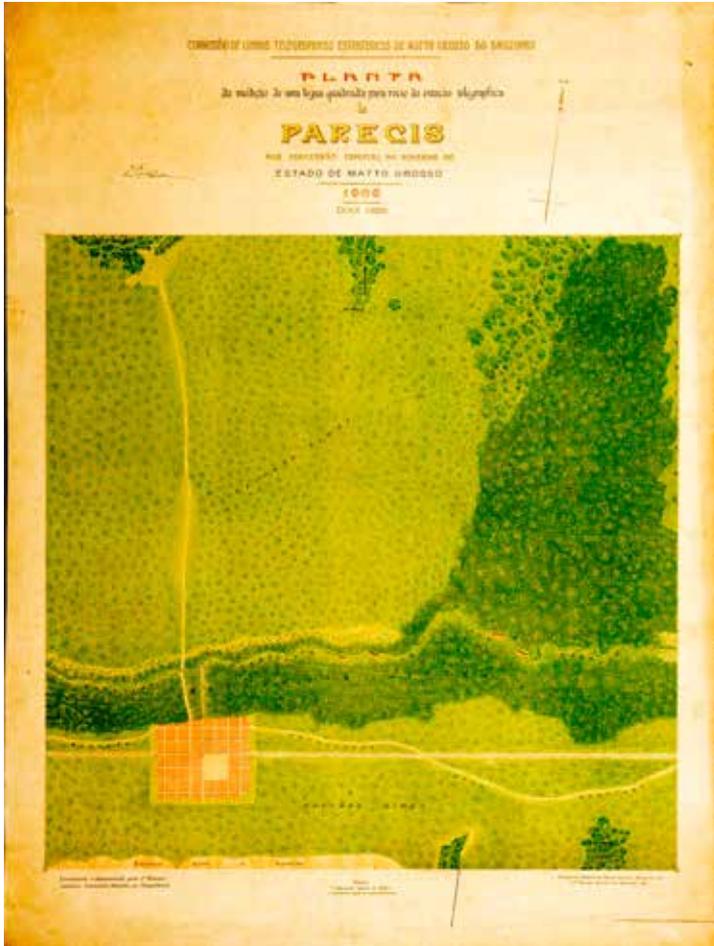
Como se vê da planta, foi preparado um campo, em torno da estação telegráfica, roçando-se convenientemente o cerrado outr’óra existente, e sobre ele projectou-se o alinhamento das ruas para um primeiro desenvolvimento do povoado, demarcando-se as esquinas com pequenos marcos de vinhático de 1^m acima do sólo e 0,^m 5 abaixo, e reservando-se uma área quadrada que corresponde em cada face a duas quadras, para uma praça (“praça dos Parecis”) defronte d’aquella estação.

As ruas todas têm 20^m de largura, excepção da “avenida central”, cuja largura é de 30,^m e em cujo eixo passa a linha telegráfica; as quadras são de 100^m e as ruas que interceptam a avenida são-lhe perpendiculares, sendo as demais paralelas a ella e entre si, por conseguinte.

7 A Constituição de 1891 delegou aos estados a atribuição de efetuar o repasse de terras devolutas para os municípios com a finalidade de instalação de povoados.

A Comissão de Linhas Telegraphicas construiu já, de acordo com este projecto, a estação telegraphica e duas pequenas casas para moradia dos guardas da estação... (BRASIL. Comissão de Linhas Telegraphicas Estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas, 1916, p. 79)⁸

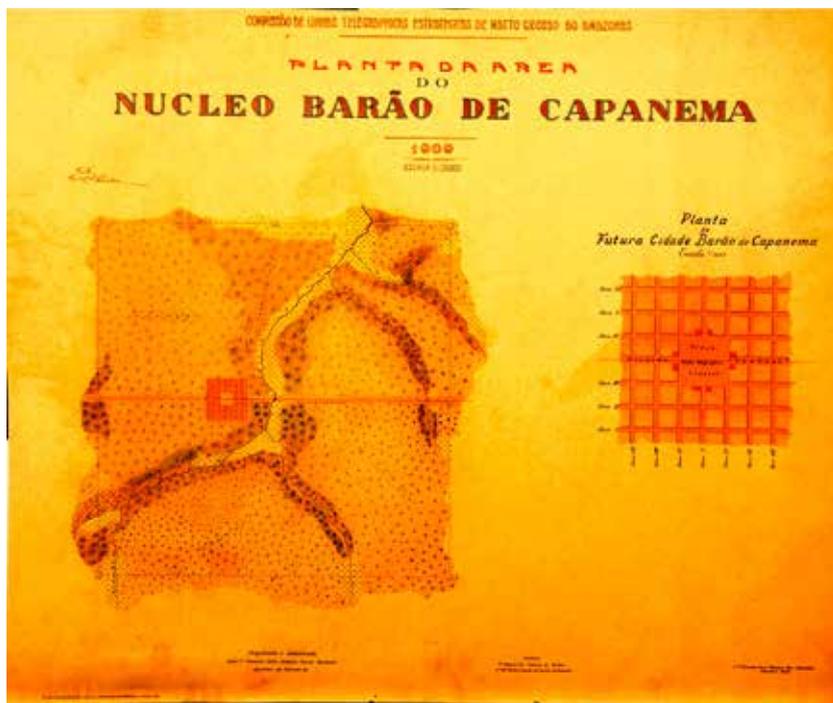
FIGURA 1: Planta da medição de uma légua quadrada para rocio da Estação Telegráfica Parecis, 1909



Fonte da imagem: Arquivo Histórico do Exército (AHEx), 2016

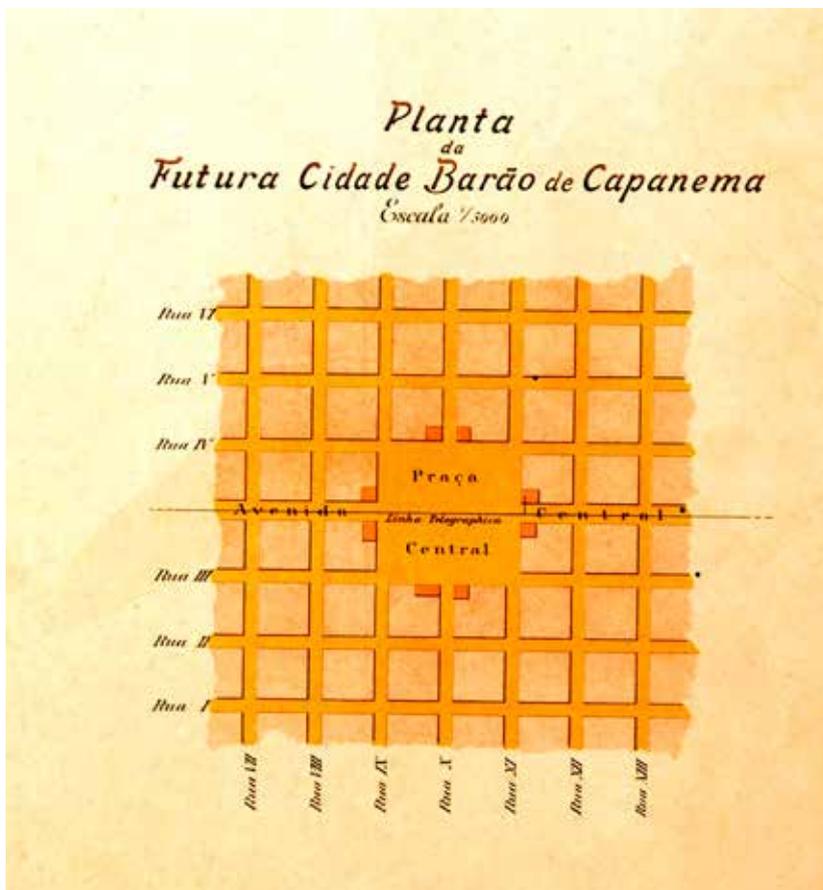
8 COMISSÃO DE LINHAS TELEGRAPHICAS ESTRATEGICAS DE MATTO GROSSO AO AMAZONAS. *Relatórios diversos: projectos, orçamentos, medições, observações meteorológicas, etc.* Publicação n° 37, Anexo n° 4. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1916. O exemplar consultado desta publicação consta no acervo do Museu do Índio –RJ; a planta descrita encontra-se no acervo do Arquivo Histórico do Exército (AHEx–RJ).

FIGURA 2: Planta da Área do Núcleo Barão de Capanema, 1909



Fonte da imagem: Arquivo Histórico do Exército (AHEx), 2016

FIGURA 3: Planta da Futura Cidade Barão de Capanema, 1909



Fonte da imagem: Arquivo Histórico do Exército (AHEx), 2016

FIGURA 4: Planta da Estação Telegráfica e Pequena Colônia Militar de Capim Branco, 1890-1891



Fonte da imagem: Arquivo Histórico do Exército (AHEx), 2016

Observa-se que havia um padrão urbanístico seguido metodicamente na implantação das estações e das “futuras cidades”, como foram denominados os núcleos populacionais implantados. O objetivo era que estes núcleos constituíssem embriões de cidades que se desenvolveriam com o tempo, aglutinando trabalhadores das linhas telegráficas, militares e a população dispersa da região. Pretendia-se, com a colonização planejada e disciplinada, segundo a concepção da engenharia-militar, a ocupação do “vazio” demográfico e a “civilização” do sertão.⁹

⁹ Parte dos projetos das “futuras cidades” pode ser encontrada no Arquivo Histórico do Exército – RJ. Segundo Lasmaz (2011), o acervo documental dos trabalhos da Comissão Rondon encontra-se arquivado em várias instituições.

Embora a origem dessa forma quadrangular e de vias ortogonais tenha sua origem com o traçado de Hipodamus de Mileto na Grécia, esse tipo de concepção urbanístico-militar encontra similaridade nas práticas, sobretudo, do antigo Império Romano na implantação de colônias militares quando se procedia à ocupação rápida das terras conquistadas a outros povos. Mumford (1982) observa, nesse feito dos romanos, a característica da multiplicação sistemática de cidades, que se estendeu além da Europa, por domínios da África e da Ásia. Apenas na península itálica teriam sido implantadas mais de 350 cidades novas, localizadas em sítios planos, próximos a rios, proporcionando uma circulação livre e facilidade de expansão.

A simplicidade do traçado ortogonal era traduzida em quarteirões quadrados, medindo cerca de 75 metros de lado, com distinção entre vias principais e secundárias. As cidades-militares constituíam pontos estratégicos no Império Romano e contavam com guarnições de soldados que poderiam ser convocados em caso de necessidade.

Em tempos de paz, eram povoações que mantinham sua sobrevivência com produção de alimentos na região circunvizinha, mantendo, assim, um equilíbrio rural-urbano. Segundo tal estratégia, as cidades implantadas eram pontos de apoio para o avanço da ocupação e, tanto mais consistente se, junto com as atividades no campo, constituíssem uma vida permanente no lugar.

Como se pode constatar, essa lógica persistiu ao longo do tempo, em diversas paragens e contextos, a partir do traçado hipodâmico. A partir das linhas básicas denominadas “*cardo e decumannus*” orientadas no sentido Norte-Sul e Leste-Oeste, desenvolveu-se o traçado ortogonal sistematicamente adotado pelos romanos, constituindo-se devido ao sentido estético ou à racionalidade expressa na simplicidade e facilidade de uso, uma referência para processos semelhantes de ocupação de territórios.

Caser e Sá (2010), pesquisando relatórios de médicos integrantes da Comissão (1907-1915), observam que a questão colocada por estes profissionais era como viabilizar a ocupação do Noroeste de Mato Grosso, tendo à frente a malária, o grande obstáculo ao povoamento da região. A alta incidência da doença, o isolamento, as grandes distâncias dos centros urbanos e a precariedade das condições de vida existentes, incluindo a falta de assistência médica, eram fatores que desestimulavam a migração para a região. A impossibilidade de sua efetiva urbanização é analisada por esses autores, que resumem:

[...] (Os) relatórios que prepararam após 1910 [...] além de estudos médicos detalhados, fornecem elementos que nos permitem perceber que o objetivo da imediata ocupação do território foi preterido em favor do controle da malária e da conclusão dos trabalhos de extensão da linha telegráfica. (CASER; SÁ, 2010, p. 363).

Os médicos da Comissão concluíram que o povoamento da região deveria ocorrer ao longo prazo, na medida em que as doenças fossem controladas, possibilitando a ocupação produtiva da região. Na mesma obra, Caser e Sá citam, ainda, um artigo, publicado nos “Archivos Brasileiros de Medicina”, de 1913, no qual um médico da equipe declarava ser impossível povoar a região sem saneá-la.

De todo modo, é fato que a ocupação efetiva da região e a emergência de novas cidades vieram a ocorrer somente após a construção da rodovia BR-364, na década de 1960, cujo traçado teve como referência a linha telegráfica. A denominação dada aos projetos de “futuras cidades” seria a demonstração da visão de longo prazo, impressa nos trabalhos dos projetistas ou dos mentores intelectuais dessa estratégia de povoamento.

Verificando o histórico de cidades em Mato Grosso (IBGE, 1958), observa-se que algumas delas, localizadas em torno da rodovia BR-364, têm seu surgimento associado diretamente à estação telegráfica, como é o caso da atual cidade de Porto Esperidião, antiga estação e povoado de Porto Salitre. Em alguns casos, os assentamentos realizados pela Comissão Rondon junto às estações também originaram povoados que, embora pequenos, resistiram ao tempo.

Note-se, ainda, que as colonizações privadas, que se sucederam meio século depois dos trabalhos da Comissão Rondon, beneficiaram-se do seu esforço colonizador e urbanizador e implantaram novos projetos de cidades, próximas aos locais das estações telegráficas ou dos povoados existentes em torno delas, como é o caso das cidades de Sapezal e Campo Novo do Parecis, em relação às estações telegráficas Utiariti e Capanema, cidades estas situadas junto à rodovia BR-364. É o caso também da cidade de Campo Verde, implantada próxima ao local da estação denominada originalmente como Colônia Militar de Capim Branco – esta localidade é atualmente uma vila, que teve sua denominação alterada para Coronel Ponce e é sede do distrito de mesmo nome.

No atual estado de Rondônia, que à época da implantação das linhas telegráficas fazia parte do estado de Mato Grosso, as estações e seus assentamentos constituíram embriões de diversas cidades for-

madras ao longo da BR-364, tais como as cidades de Vilhena, Ji-Paraná e Pimenta Bueno. Esta rodovia, construída na década de 1960, seria o meio de penetração que acabou propiciando a efetiva ocupação e povoamento daquele estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços tecnológicos no século XX no campo das comunicações logo superaram o telégrafo implantado. Entretanto, as comissões cumpriram com uma função que lhes devia ser mais central do que a da própria comunicação. Ao adentrar o sertão abrindo matas, construindo estradas e pontes, descobrindo rios e outros acidentes geográficos, desenhando e corrigindo mapas, estabelecendo contatos com grupos indígenas, projetando e implantando embriões de pequenas cidades, criava-se um meio de fixar populações por onde passavam as linhas telegráficas.

Na medida em que realizavam os trabalhos de implantação, buscava-se produzir saberes geográficos sobre a região, traduzidos em produtos, como o inventário do território, o saber técnico relacionado à construção da linha e a representação nos mapas. Estes produtos eram, também, uma forma de instrumentação do discurso político que fundamentou a criação das comissões, que se situava em torno da necessidade de viabilizar a ocupação e integração do imenso território interiorano do país.

Pode-se dizer que o desbravamento das terras do sertão Oeste do país, representado pela extensão das linhas telegráficas, seria uma reinvenção, na virada do século XIX ao século XX, da saga dos bandeirantes paulistas - mas não só - que estabeleceram o marco da civilização no ponto mais central do continente sul-americano, com a fundação de Cuiabá, no período joanino. Foi, sobretudo, a natureza, na forma de caminhos fluviais, com os rios, que permitiu conduzir as primeiras levas de habitantes formadores dos primeiros povoados no século XVIII. À sua semelhança, dois séculos depois, as linhas telegráficas constituiriam, espacial e simbolicamente, o segundo fio condutor da ocupação.

O conjunto do trabalho realizado pela Comissão de Linhas Telegráficas perpetuou-se nas inúmeras contribuições ao conhecimento científico e no culto de uma ideia de progresso da nação indissociável da construção de uma rede de cidades e de intercâmbios dentro e fora do país. Ao abrir caminho para futuras realizações político-administrativas, expressava-se o ideal positivista do governo republi-

cano, colocado em prática por intermédio dos engenheiros militares que desenhavam e construíam um caminho para a “civilização” no interior do Brasil.

A extensão das linhas telegráficas, inseridas num contexto maior de planejamento estratégico de abrangência regional, compreendia também a implantação de cidades que apoiariam a ocupação e o esperado desenvolvimento do interior. Representava, em suma, uma modernização que a República seria portadora ou, quem sabe, uma modernização “exemplar” de um esforço crítico e reflexivo contínuo que estaria sempre a se exigir, num país de dimensões continentais, sobre seu território e formas de ocupação e povoamento.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Patrícia Marinho. Levantamentos territoriais e construção de saberes geográficos na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 91-100, jan.-jun. 2012.

ARAUJO, Renata Malcher de. A Urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII: povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 41-76, jan.-jun. 2012.

BRASIL. Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. *Planta da Área do Núcleo Barão de Capanema*. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército: Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, 1909. Imagem digital. 1 mapa, impresso, color., papel canson, 71 cm x 59,50 cm. Escala 1:20.000. Imagem digitalizada de planta levantada e demarcada pelo 2º Tenente Júlio Caetano Horta Barbosa.

BRASIL. Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. *Planta da medição de uma légua quadrada para rocio da estação telegráfica de Parecis*. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, 1909. 1 mapa, impresso, color., papel canson, telado, 68 cm x 89 cm. Escala 1:10.000. Imagem digitalizada de planta levantada e demarcada pelo 1º Tenente Amílcar Armando Botelho de Magalhães.

BRASIL. Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. *Relatórios diversos: projectos, orçamentos, medições, observações meteorológicas, etc.*, publicação n. 37, Anexo n. 4. Rio de Janeiro: Papeleria Luiz Macedo, 1916.

BRASIL. Ministério da Guerra. Estado Maior do Exército. *Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas*. 1952. Biblioteca Nacional. <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart341767/cart341767.pdf> Acesso em: 5 dez. 2015.

CASER, Arthur Torres; SÁ, Dominichi Miranda de. Médicos, doenças e ocupação do território na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n. 2, p. 363-377, maio-ago. 2010.

GUSHIKEN, Shirley Hitomi. O processo de urbanização em Mato Grosso: entre isolamento e centralidades estratégicas, uma história em cinco tempos. 2016. 287 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/UFRJ). Rio de Janeiro, 2016.

IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. v. XXXV. Rio de Janeiro, 1958. 325 p.

IBGE. *[Diretório com mapas e dados de diversos municípios]*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/malhas_digitais/municipios_1872_1991/divisao_territorial_1872_1991/1872/>. Acesso em: 3 set. 2015.

IBGE. *[Diretório com mapas e dados de diversos municípios]*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/localidades/Shapefile_SHP/>. Acesso em: 3 set. 2015.

LASMAR, Denise Portugal. *O acervo imagético da Comissão Rondon*. no Museu do Índio 1890-1938. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Museu do Índio – Funai, 2011. 342 p. (Publicação avulsa do Museu do Índio; 3).

LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1976. 434 p.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: Educ: Fapesp, 1998. 319 p.

MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. *Pelos sertões do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941. 506 p.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982. 741 p.

NATURAL EARTH. 1:10 m *Cultural Vectors*. [S. l.], 2013. Vários mapas. Escalas variam. Disponível em: <<http://www.naturalearthdata.com/downloads/10m-cultural-vectors/>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

NATURAL EARTH. *1:10 m Physical Vectors*. [S. l.], 2013. Vários mapas. Escalas variam. Disponível em: <<http://www.naturalearthdata.com/downloads/10m-physical-vectors>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

PEREIRA, Margareth da Silva. *Os Correios e Telégrafos no Brasil - um patrimônio histórico e arquitetônico*. São Paulo: MSP/ Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1999, 242p.

PEREIRA, Margareth da Silva. O Rio de Janeiro no século XIX: cenários, formas e virtudes de uma cidade capital. In: PINHEIRO, A.I.F. (Org.). *Rio de Janeiro: Cinco séculos de História e transformações urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010, v. 1, p. 121-162.

PEREIRA, Margareth da Silva. *1908: Um Brasil em Exposição*, 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Casa 12, 2011, 100p.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos; PEREIRA, Margareth da Silva. *Le Corbusier e o Brasil*. São Paulo, ProEditores, Tessela, 1987.

POR UM FIO DE MEMÓRIA: *A FAZENDA VELHA* *QUE FOI DE RONDON* (RONDONÓPOLIS, MT)

Jocenaide Maria Rossetto Silva



Figura 9. Casa na sede da Fazenda Velha. Fotografia: Everton Neves, Rondonópolis, 7 abr. 2016.

POR UM FIO DE MEMÓRIA: A FAZENDA VELHA QUE FOI DE RONDON (RONDONÓPOLIS, MT)

IN A MEMORY WIRE: THE OLD FARM THAT
WAS RONDON (RONDONÓPOLIS, MT)

Jocenaide Maria Rossetto Silva

Professora da Universidade Federal de Mato Grosso, curso de História. Doutora em História Social (PUC/SP) e Mestre em Educação (UFMT). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Interface: História, Museologia e Ciências Afins. Coordenadora do Núcleo de Documentação Histórica Otávio Canavarros (HIS/ICHS/CUR/UFMT).

RESUMO: Esta pesquisa trata da *Fazenda Velha de Rondon*, do início do século XX à atualidade, em Rondonópolis-MT. O principal objetivo estabelecido foi coletar informações, memória oral, fotografias e documentos oficiais que, analisados e submetidos ao cruzamento das fontes, propicie retirar sua história do esquecimento. Os resultados mostram as potencialidades históricas e culturais da Fazenda, cuja representação é, na atualidade, a casa da sede, visto que todas as demais benfeitorias já não existem mais, e a terra foi loteada, vendida ou desapropriada por interesse público ao longo do tempo. Assim, recomendamos o tombamento para o patrimônio histórico e cultural do município e do estado de Mato Grosso, considerando sua relevância histórica e arquitetônica, a localização à margem do rio Vermelho, na área urbana da cidade.

Palavras-chave: História de Mato Grosso. Cândido Mariano da Silva Rondon. Linhas Telegráficas. Patrimônio Histórico. Rondonópolis.

ABSTRACT: This research addresses Fazenda Velha de Rondon, from the beginning of the twentieth century until nowadays, in Rondonópolis, state of Mato Grosso. The main goal established was to gather information, oral memory, photos and official documents which might allow us to withdraw its history from oblivion when analyzed and undergone through data crossing. The results

show us the cultural and historical potentialities of Fazenda, which representation sets nowadays, the house's headquarters since all other improvements no longer exist and the land was subdivided, sold or misappropriated by public interest over the years. Thus, we recommended the heritage listing of it as cultural and historical patrimony of the county and of the state of Mato Grosso considering its historical and architectural importance, its localization on Vermelho riverbank, in the urban area of the city.

Keywords: History of Mato Grosso; Cândido Mariano da Silva Rondon. Telegraph Lines; Historical Patrimony. Rondonópolis.

INTRODUÇÃO

A *Fazenda Velha do Rondon* e outras vizinhas, que pertenceram a seus parentes, são imagens longínquas, quase apagadas pelo tempo. Cheguei a pensar que era lenda na história de Rondonópolis-MT, todavia, os silêncios deixam vestígios que relutam em cair no esquecimento. Alguém, vez ou outra, se reporta a *Ela*, aos eventos sociais, políticos e culturais ali presenciados. Em outros momentos, aqui ou acolá, outro afirma ter ouvido dizer que..., pois velhos contam e recontam causos de personagens que, de alguma maneira, ficaram na História:

Era um verdadeiro paraíso aquela fazenda velha, que os antepassados conheceram [...]... a árvore em frente a casa velha do Rondon, construída por Geronimo Lopes um dos cruzadores dos postes telegráficos [...] as pedras que sobrepueram-se e ainda firmam o alicerce da casa com seus esteios. (CURY, 1973, p. 199).

Neste exercício tão característico à humanidade, as gerações do presente, se indagadas, buscam pelas lembranças, pela memória¹⁰ e reencontram os fatos e o jeito de contar dos pais, avós, tios e outros.

O Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso – Intermat mantém em seus acervos documentais dados sobre a distribuição de títulos de terras na região, do início do século XX. Desses dados, foram elaborados mapas e se confirmaram fatos que a memória social manteve em seus recantos de preciosidades.

Do início das manhãs, ao cair da tarde de alguns dias, do tempo dedicado à pesquisa sobre o Marechal Rondon e seus familiares em Mato Grosso, nos anos de 2011 a 2016, novas informações e documentos se entrelaçaram e anseiam por uma redação histórica capaz de contribuir para que outros visualizem, nas nesgas do tempo, alguma coisa a mais sobre a *Fazenda Velha do Rondon*.

Localizamos na história às margens do rio Vermelho, ou seja, *Poguba* e o *Córrego Arareau ou araro-ei-auro*, rio da Piraputanga para o povo Bororo, onde as lagoas ainda remetem ao imaginário dos cemitérios desta etnia indígena; aos pântanos e as águas profundas, conforme menciona Cristina Campos (2004), que se vão em direção ao encontro de outras: o Ribeirão Ponte de Pedra, o Rio São Lourenço (*Pogabadorên*), o Rio Cuiabá e outros pequenos, mas não menos importantes afluentes que alimentam o alto pantanal de Santo Antônio do Rio abaixo, atual Santo Antônio de Leverger, cujas baias

10 Pollak (1989; 1992); Lübbe (2016); Bosi (1987; 2003), Le Goff (2003).

de Siá Mariana e do Chacororé permitiram a navegação até Mimoso, local onde nasceu o menino Cândido Mariano da Silva e de onde, a voo de pássaro, olhavam para o *Pogúbo*, posteriormente, povoado Rio Vermelho, atual Rondonópolis.

As águas se constituíam em caminhos transitáveis e condição para a manutenção da vida no interior da América do Sul. Das águas do rio Vermelho, pouco abaixo do encontro com o Ribeirão Ponte de Pedra, se fixaram homens, mulheres e crianças da pré-história do continente, conforme atestam as aldeias a céu aberto e os abrigos sob rochas no Morro Solteiro, datados de até 10.000 anos atrás, segundo os arqueólogos¹¹ do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, do Museu Nacional de Pré-história da França e do Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Goiás.

Em tempo mais recente, conforme a documentação histórica e os registros dos missionários salesianos, Albisetti & Venturelli (2013), o povo Bororo Oriental e Ocidental ocupava todo esse território, desde os Registros do Araguaia até depois das divisas Brasil/Bolívia.

A partir do século XVIII da nossa era, durante a ocupação do interior do Brasil por povos não índios, outros percorreram as águas do alto pantanal, assim mostram os diários de viajantes e documentos correlatos a sesmarias, quilombos, propriedades rurais, bem como aventureiros, bandeirantes, monçoeiros, expedições científicas, destacamentos militares, comissões das linhas telegráficas e estratégicas, missões religiosas e outras que se estendem pelos territórios das mais de trinta e seis etnias indígenas do atual estado de Mato Grosso.

Diante do contexto exposto, apresentamos neste artigo alguns resultados das pesquisas desenvolvidas no grupo de pesquisa Interfaces: História, Museologia e Ciências Afins (HIS/ICHS/CUR/UFMT).

Inicialmente, a documentação coletada conduziu a narrativa, tendo por objetivo o cruzamento de dados que trazem para a cena histórica a *Fazenda Velha de Rondon*, aninhada à margem do rio Vermelho e Córrego Lourencinho, pouco antes do Córrego Arareuau se juntar a eles. Em seguida, cuidamos de registrar algumas passagens da autobiografia “*Rondon conta sua vida*” publicado por Esther Viveiros, onde ele se reporta a Rondonópolis, aos rios da região e ao povo Bororo¹². Na sequência, as memórias de quem conheceu a casa

11 Vilhena Vialou A., & Figutti (2013), Vilhena-Vialou (2006), Wust (1995; 1990), Galdino (2016), Souza, E. H. (2016), Souza J. A. (2016).

12 Desta etapa participaram alguns estudantes matriculados no seminário “História e Memória” (HIS/ICHS/CUR/UFMT): Adyla Ribeiro de Oliveira, Alessandra Alves Galdino, Evalderiany Honorata de Souza, Jane Aparecida Ferreira, Joadila Albino de Souza, Mauro Franssuha Guilherme da Silva e Suelly Alves dos Santos.

onde é a sede da *Fazenda Velha que foi de Rondon*, em Rondonópolis, na década de 1970, momento de seu apogeu produtivo e quando um significativo número de famílias - noventa e seis - lá trabalharam na condição de arrendatários, construindo seus cotidianos permeados das dificuldades e superação de obstáculos. Por fim, apresento as impressões da *Fazenda Velha que foi de Rondon* ao visitar a casa da sede, em 2016, quando esta foi repartida em muitos terrenos, como era de sua vontade, desdobrando-se, à partir de meados do século XX até os dias atuais, no enraizamento de famílias, na instalação de parques, indústrias, comércio, Exército e outras instituições que representam o avanço do capitalismo e desenvolvimento local; além das ações da Prefeitura Municipal de Rondonópolis de desapropriação de parte das terras que ainda restam para obras urbanas de interesse público¹³. Estas são as principais motivações da pesquisa realizada com objetivo de reencontrar sua história e as memórias, para que sejam usadas em favor de seu tombamento e destinação ao uso do patrimônio histórico, cultural e turístico em Rondonópolis e região.

A FAZENDA VELHA DE RONDON ANINHADA ÀS MARGENS DO RIO POGÚBO SE ENTRELAÇA À HISTÓRIA DE RONDONÓPOLIS

Anteriormente ao Povoado Rio Vermelho, e mesmo depois que este começou a ser organizado, estava e permanece o povo Bororo. As aldeias antigas¹⁴ foram se refazendo, mudando de lugar e, por fim, agrupadas em Terras Indígenas delimitadas pelo Governo Federal. A partir de 1902, há registro da fixação dos primeiros moradores não índios¹⁵, os quais começaram a povoação do local e os pedidos ao Estado para legitimar as terras ocupadas. Desse esforço, foi promulgado o Decreto-Lei nº 395, de 10 de agosto de 1915, determinando 2.000 hectares ao Povoado Rio Vermelho. Anos mais tarde,

13 DIORONDON (Nº 3554; 37777; 3581; 3573; 3529; 3439 e 3509) e notícias da imprensa sobre o Parque Municipal Siriema.

14 Cury (1973), aldeias Pobore, Quejare, Meduro, Poroxo, Piebaga, Perigara, Miao Paro, Jarudore e outras; além das colônias Tereza Cristina, Simão Lopes e Santa Isabel.

15 Cury (1973), Luiz Esteves Rodrigues dos Santos, Manoel Conrado dos Santos e sua esposa Domingas e os filhos: João, Manoel, Jeronimo, Raimundo, Germano, Vicência, Horácio e Benedita. Posteriormente chegou José Rodrigues dos Santos irmão de Manoel. Nasceu no povoado o menino Antônio Rodrigues dos Santos em 03/01/1903. Mais tarde, em 1906, chegaram outros parentes: Gertrudes Rodrigues dos Santos, o professor João Caetano Ferreira, além de outras pessoas. Os filhos de José Rodrigues eram: José, Isaías, Jeronimo, João, Luis, Maria, Pedro, Felisbino, Isordina e Isabel. Outros nomes citados: Hibrísido Rodrigues dos Santos, Eduardo e Moises Rodrigues dos Santos. Em 1907 chegam José Furtado, Manoel Lopes da Silva, Fermíno Rodrigues dos Santos, Gregório Rodrigues dos Santos, Maria Rosa Barbosa; Marcuelino Delgado, João Lucas Evangelista. Em 1915 Jerônimo Lopes Esteves, Manoel Lopes da Silva e familiares.

as propriedades foram recenseadas pelo Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio (Figura 1), cujo documento mostra, na região considerada de Cuiabá, alguns dos primeiros moradores e as terras a eles vinculados.

**Figura 1. Recenseamento das propriedades do Mato Grosso (1920).
Delimitação da área: Rondonópolis e imediações.**

Proprietário	Propriedade
Jorge Cure Muce	Santa Cruz
José Rodrigues dos Santos	Bôa Vista
Virgílio Lucas Evangelista	Cachoeirinha
Francisco Lucas Evangelista	Santo Antônio
Otávio Pitaluga	Tadarimana
José Francisco Dias	Bajarra
General Rondon	Jorique
Romão Pereira dos Santos	Tadarimana
Jeronymo Lopes Esteves	fazenda Ararião
Miguel Lucas Evangelista	Anhumas
Joaquim Fernandes Cesário e Antonio Fernandes de Souza	Barreiro
Maximino José de Carvalho,	Lageado

Fonte: MINISTÉRIO da Agricultura, Indústria e Comercio. Directoria Geral de Estatística.

Recenseamento do Brasil. Realizado em 01 de setembro de 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos ruraes recenseados no Estado de Matto Grosso. Rio de Janeiro: TVP da Estatística, 1920.

O documento em questão foi coletado pelo pesquisador Benjamin Rodrigues dos Santos e consta do acervo familiar de Clotildes Farias, filha de Maria Santina de Souza Menezes e Urbano Rodrigues de Farias, neta de Jeronimo Rodrigues dos Santos e bisneta de José Rodrigues, o que explica as fotografias disponibilizadas:

Fotografia 2 - O senhor da esquerda com chapéu na mão é o meu avô Jerônimo Rodrigues dos Santos, chegou aqui com dois anos de idade vindo de Palmeiras de Goiás com seu pai José Rodrigues dos Santos em 1902. Esta foto é do início da década de 50, não tenho precisão exata da data. As outras pessoas não sei quem são, mas meu pai falava que o de óculos escuro era o piloto.

Fotografia 3 - Os dois senhores sentados são os tios e padrinhos de meu pai, tio Isaías e tia Josefa. As outras pessoas são filhos e parentes deles. Assim como meu avô Jerônimo, o tio Isaías chegou aqui em 1902 com seu pai José Rodrigues dos Santos. Esta foto

é também da década de 50 e foi tirada na Boa Vista, hoje distrito de Rondonópolis.

Figuras 2 e 3 – Familiares de José Rodrigues dos Santos (1950).



Fonte: Acervo familiar de Clotildes Farias.

Outros documentos que datam de alguns anos mais tarde demonstram a regularização de algumas propriedades (Figuras 4), dentre essas ressaltamos a Fazenda Velha de Rondon, ou seja, a Fazenda Morro Azul, com título de terra doado ao General Cândido Mariano da Silva Rondon, em 29 de novembro de 1944, tendo por limite o rio Vermelho, o Córrego Arareau, o Rio Jurigue e o Córrego Sucuri, e cortada pelo Córrego Lourencinho, além de outros muitos veios de água que formavam lagoas no vale do rio Vermelho. Na margem oposta do rio se encontra a terra Indígena Tadarimana¹⁶. Tais fatos,

16 O título de posse dessa reserva indígena com área de 9.785.00 hectares, foi expedido em 22 agosto de 1951, em favor dos índios Bororo de Pobore, conforme consta no Livro 35, folha 113 v. Intermat.

somados às características do solo, à alimentação existente e a outros aspectos agregadores da cultura Bororo, mantinha-os em suas imediações, conforme atestam os estudos de etno-história e de historiadores.

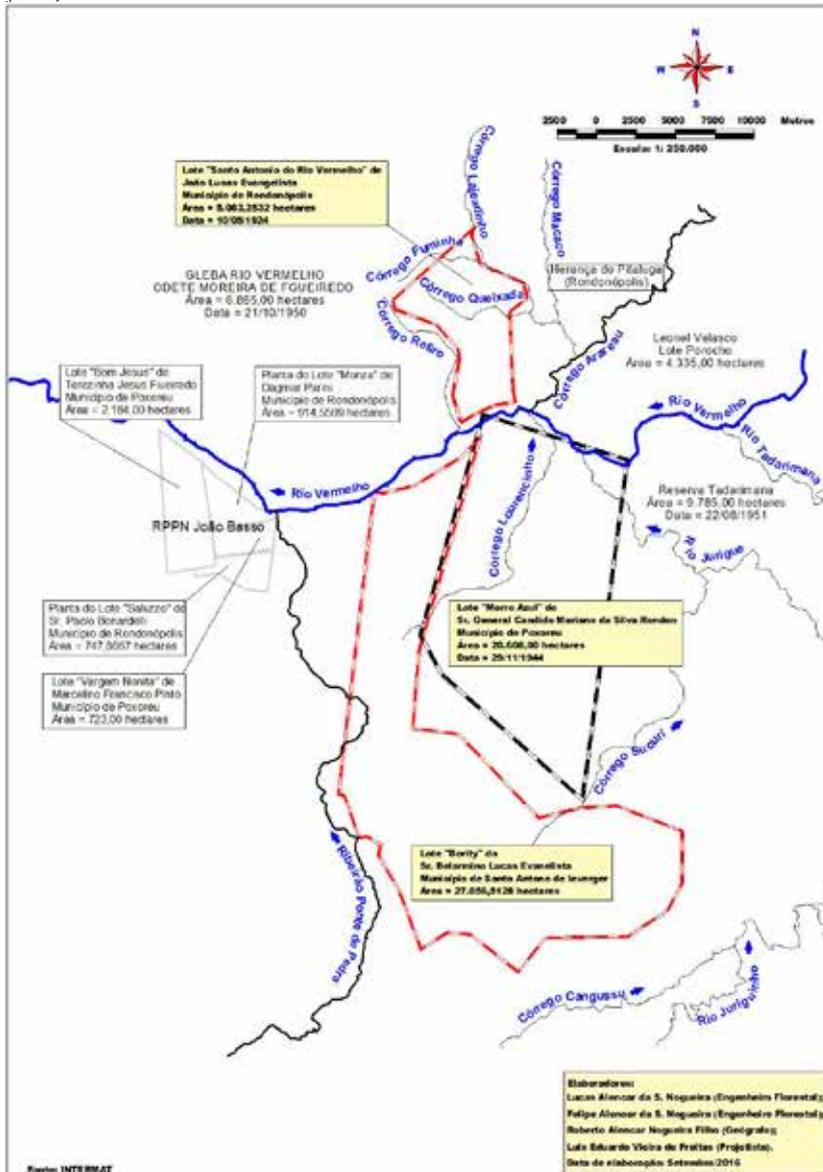


Figura 4. Mapa de títulos de terras na região de Rondonópolis. Em destaque a localização da *Fazenda Velha de Rondon*, no encontro do rio Vermelho com o Córrego Ararau. Fonte: Interamat.

Por “Fazenda Velha” também foram chamadas as propriedades anexas à de Rondon, todavia, pertenciam aos seus parentes: a Fazenda Santo Antônio do Rio Vermelho, requerida por João Lucas Evangelista, com título de terra expedido em 10 de maio de 1924; e o lote Bority, requerido por Belarmino Lucas Evangelista, sem data especificada na base de dados do Intermat¹⁷.

Carmelita Cury menciona a chegada de João Lucas Evangelista no Povoado Rio Vermelho, em 1907, parente de Rondon, e à Fazenda Velha:

[...] os dois primeiros matogrossenses Marculino Delgado vindo da capital e um primo de Rondon, João Lucas Evangelista, o qual há mais de um ano havia preparado campo para a fixação de sua família, cuja residência ainda permanece como um dos centros de visão conhecida por antiga Fazenda Velha do Rondon, nas proximidades da casa de Manuel Conrado. (CURY, 1973, p. 25).

Na árvore genealógica de Rondon há um homônimo de João Lucas Evangelista, que foi seu avô materno. Nos escritos de Carmelita Cury (1973), há a indicação de que João Lucas Evangelista residiu na região conhecida como Cachoeirinha, próxima ao rio Jurigue, onde nasceram seus filhos, dentre eles Francisco Cândido Rondon. Outro documento amplia tais informações, trata-se de um recorte de jornal escrito em “Jorigue”, em 6 junho de 1918:

Fui empregado da Comissão das linhas telegráficas até Março de 1915. A partir desta data, trabalhei por minha própria conta, na minha fazenda de S. Antônio, à margem do rio Pogübo. Nos meses de Agosto, Setembro e Outubro de 1917, auxiliiei trabalhos de medição das terras adquiridas pelo sr. Coronel Rondon, e somente em Março do corrente anno, comecei a trabalhar definitivamente como administrador das suas propriedades [...] Jorigui, 6 de junho de 1918. João Lucas Evangelista. (SANTOS, Benjamin. História de São Lourenço de Fátima. Disponível em <https://plus.google.com/+BenjamimRSantos>. Acesso em 29 set. 2016).

A outra propriedade anexa à anterior, muito mais extensa, foi registrada em nome de Belarmino Lucas Evangelista, e se estende

17 Intermat. Fazenda Jurigue outrora Morro Azul. Requerente General Cândido Mariano da Silva Rondon em 29 de novembro de 1944, com 20.608 hectares; registrada no Livro 19, folha 24. Intermat. Fazenda Santo Antônio do Rio Vermelho, de propriedade de João Lucas Evangelista, com área de 5.083 hectares, título de terra expedido em 10 de maio de 1924; registrada no livro 12, folha 116. Intermat. Fazenda Bority, requerida por Belarmino Lucas Evangelista, originária de permuta com a Codemat, registrada no livro 11, páginas 126 -127.

até o Ribeirão Ponte de Pedra e ao Córrego Canguçu. Quanto à indicação no mapa de herança do Pitaluga, poderá ser explicada pelos apontamentos de Carmelita Cury (1973) como uma área de terra que se limitava com o aldeamento indígena denominado Porocho. Esta escritora explica que o Major Otávio Pitaluga foi político, escritor, agrimensor e técnico da Comissão Rondon e responsável pela instalação do Posto Telegráfico no Povoado Rio Vermelho. Foi morador do povoado e autor do requerimento das terras e do planejamento urbano e rural.

RONDONÓPOLIS “NAS LINHAS” DE RONDON

No exercício de memória e escrita dessa parcela da História de Rondonópolis, na cantata das vozes daqueles que já se foram e de outros que ficaram, há um lugar especial, a explicação do *nome da cidade, porto e a balsa* que transportava as pessoas sobre o fundo e perigoso rio Vermelho, logo depois do encontro das águas com o Córrego Arareau.

Sobre o nome do porto e o da cidade, escreveu Rondon, por ocasião da prorrogação do contrato da Estrada de Ferro Norte de Mato Grosso, que fora defendido por ele e objeto de muitas reuniões com autoridades, sendo assinado em São Paulo e firmado em Cuiabá:

Eis como comemorei o 1º de fevereiro de 1926: Levantámo-nos, eu e Benjamin, às 4 horas, para chegar a casa do Presidente de Mato Grosso às 5,30 horas. Mas só às 7 horas, a cavalo todos, partimos para o local onde foi cravada a estaca zero da locação do traçado da Estrada de ferro Norte de Mato Grosso. Fomos daí ao ponto escolhido para a instalação da estação principal.

Nesse mesmo dia dei ao porto, em Rondonópolis, o nome de porto 1º de fevereiro. Rondonópolis foi nome dado a parte da região do São Lourenço pelo Capitão Pitaluga que acompanhava os trabalhos da Linha Telegráfica naquela zona. Deputado estadual, apresentou logo o projeto nesse sentido, malgrado os meus protestos e contra a minha vontade, que era dar a essa região o nome de Borória, pois era habitada por esses índios. (VIVEIROS, 1969, p. 486-487).

Borória seria a homenagem que gostaria de fazer a essa etnia indígena, possivelmente pela relação de amizade cultivada por anos e, quem sabe, por ser dessa descendência por parte de sua bisavó

materna. Todavia, Pitaluga, enquanto deputado estadual, resolveu homenagear o próprio Rondon, desconsiderando a sua vontade; a vontade dos primeiros moradores que se empenhavam em firmar o povoado Rio Vermelho; bem como, o original Poguba e as muitas referências à região do Arareau.

Rondon e os Bororo trocavam visitas, presentes e favores. Na cultura desta etnia, conforme registrou Jocenaide Maria Rossetto Silva (2013), é tradição retribuir as gentilezas. Assim, quando Rondon se reportava à Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso (1900-1906), comentou que, em uma visita à aldeia de Kejare, foi convidado a permanecer por mais dois dias, porque os indígenas gostariam de homenageá-lo com o Bacorôro:

[...] procurei em sua aldeia de Kejare (buraco do morcego) o capitão borôro dos aldeamentos do São Lourenço, *Chemejera* (chefe ou cacique) Oarine Ecuru (andorinha amarela). [...] os índios queriam prestar-me uma homenagem [...]

Foi o bacorôro especialmente dedicado a mim, o pagmejera (grande chefe) que viera abraçar os seus amigos do Poguba, na aldeia de Kejare.

Despedimo-nos a 5 de dezembro de nossos amigos borôros [...] passamos por Piebaga e Arareau, onde inspecionei os trabalhos executados. (Idem, ibidem, p. 124).

O bororo Frederico Coqueiro, ao relatar suas memórias, menciona uma das visitas do Testa Grande (*Jeri Kurireu*), ou seja, Candido Mariano da Silva Rondon, a Kejari. Sendo que esta nos parece ser a mesma visita registrada por Rondon, embora nas memórias do ancião morador de Meruri, ao contar os fatos a Camargo (2001), que registrou suas memórias, se refere a outro nome para o chefe¹⁸. Naquela oportunidade, afirma Coqueiro que os Tugarege e Cerae (as duas metades que compõem a aldeia) chefiados por *Bakorokudu*, mataram vaca, colheram mel e frutos silvestres e o receberam:

[...] Ele chegou e eles estenderam tapetes para ele se assentar (esteira de palha de babaçu, esteira de seda de buriti, couro de onça pintada e couro de onça parda). Depois amarraram na cabeça dele o “pariko” (grande diadema de penas de cauda de arara e de

18 Neste caso temos que considerar que os Bororo, ao serem representantes dos mortos contraem novos nomes e ainda, que a mesma pessoa pode ter sido chamada de forma diferente pelo bororo e pelo não índio. Todavia, a confusão de nomes, não inviabiliza ou prejudica os fatos, que parece ser o mesmo.

outras aves). Puseram-lhe também pregos (penas ornamentais) de gavião e águia na cabeça.

Depois, cantaram sobre ele e as mulheres choraram para ele. Ele sentou-se. Os Bororo ofereceram-lhe mel silvestre, colocado em sua boca:

Depois, ofereceram-lhe seus alimentos. Ele foi comendo, um pouco de cada coisa. Ofereceram-lhe cigarros e ele foi experimentando um por um, depositando-os na bandeja de palha (os Bororo fizeram com ele segundo seu costume antigo). Depois que acabou (a recepção) ele deu para eles roupa, para todos. [...] Disse: — Eu vou voltar a este lugar onde eu cheguei agora. Sejam fortes contra o sofrimento, contra as doenças, para que possam ver a minha vinda de novo aqui. Partiu logo, rio abaixo, num barco a motor. (CAMARGO, 2001, p. 319-320).

A troca de favores e presentes constituía uma das manifestações cotidianas de sociabilidades dessa etnia, bem como o trabalho coletivo. Tais constatações explicam porque quando Rondon precisou de ajuda, no trecho das linhas telegráficas do rio Arareau ao rio Itiquira, dos chefes Bororo *Chemejera* Oarine Ecureu, com 150 índios, e do Pagé Báru (céu), com mais 120 índios de Kejare e de Tatarimana, que, acompanhados das mulheres e crianças, o atenderam (VIVEIROS, 1969, 128-131).

Na mesma autobiografia observam-se, nos dados da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia (1890-1891), chefiada por Gomes Carneiro, que a localidade Ponte de Pedra, utilizada pelo destacamento militar, foi ponto de encontro dos membros da comissão e também do povo Bororo:

Inaugurada a primeira estação telegráfica, em Capim Branco, iniciar-se-ia nova fase nos trabalhos, o reconhecimento no sertão de Leste do Mato-Grosso, a fim de estatuir as minúcias do traçado previamente escolhido para assentamento da linha telegráfica que viria acelerar a comunicação já projetada pelo Governo da Monarquia [...]. Ponte de Pedra, local de antigo destacamento militar, assim se chamava por causa da ponte natural que um rochedo aí formava, sob ela passa um córrego, antes de se precipitar em formoso salto, o Salto da Ponte de Pedra. Era aí o ponto de encontro dos índios de Oeste (do rio São Lourenço) [...] com os do Leste, dos rios das Graças e Araguaia. (VIVEIROS, 1969, p. 67-68).

Rondon se refere ao córrego Arareau em vários documentos, ressaltamos uma dessas passagens, quando colocavam os postes das linhas telegráficas em direção ao Itiquira, fraldeando a serra de São Jerônimo:

A 22 de setembro - de 1900 - foi o trabalho iniciado pelo reparo da linha construída pela Comissão Bento Ribeiro: 113,5 quilômetros do rio Manso ao São Lourenço, e 10,5 quilômetros deste a Arareau (abreviatura de Araro-ei-auro, rio da Piraputanga). Nesses reparos foi empregado todo mês de outubro [...]

Foi a nova construção iniciada a 3 de novembro, partindo do poste 113, fncado na margem esquerda do córrego Arareau. [...] meu ajudante fornecendo-me dados que havia colhido em um reconhecimento que fizera em Itiquira, firmou-me na resolução de fraldear a serra de São Jerônimo [...] travessia dos múltiplos córregos e cabeceiras que desciam da serra para se espalhar no pantanal até 18 quilômetros.

De regresso a Uaiá [...] mandei buscar a estação provisória do acampamento, que se achava em Arareau. (VIVEIROS, 1969, p. 124-126).

Também se reporta a um acampamento temporário (bivacar) na Fazenda Velha, no dia 17 de junho de 1906: “[...] segui para bivacar [...] a 17, no da Fazenda Velha - e o trabalho continuava no mesmo ritmo ‘trabalhou-se na picada, abriram-se buracos, extraíram-se as madeiras, prepararam-se e distribuíram-se os postes, juntamente com o fio”.

Anos mais tarde, já na década de 1970, Ivanildo José Ferreira residiu na Fazenda Velha e lembrou dos postes das linhas telegráficas que cortavam a sede da mesma.

Na obra *Memórias Vivas de Rondonópolis*, Roberto Barcelos apresenta o depoimento de Simão Pinto, que nasceu na região de Santo Antônio de Leverger-MT, em 19 de junho de 1936:

O Marechal Rondon nunca chegou a morar em Rondonópolis [...] vinha para cá, ficava uns tempos na Colônia (Fazenda Velha) e voltava. A linha telegráfica que ele veio instalar aqui passava no Peixe de Couro, região do Pantanal, onde eu morava. A linha passava no nosso terreno. (BARCELOS, 2005, p. 3).

O *Posto Telegráfico do Arareau* foi construído proximamente à travessia da balsa no rio Vermelho e inaugurado em 1922. Carmelita Cury ressalta que um filho de Rondon foi o primeiro chefe da Estação

de Correios e Telégrafos em Rondonópolis, residindo na fazenda de João Lucas Evangelista:

[...] Os primeiros membros da Estação Telegráfica foram nomeados pelo estado, sendo Benjamim Rondon o primeiro Chefe da Estação de Correio e Telégrafo [...] que residiu por muito tempo em Rondonópolis [...] na casa de João Lucas Evangelista ou [...] na casa do Correio. (CURY, 1973, p. 55).

A balsa, ao ser construída em 1926, possibilitava a travessia dos viajantes, dos moradores do povoado e de outros, inclusive os moradores da fazenda Velha. Todavia, é preciso que se diga que o Porto 1º de Fevereiro, localizado no início da Av. Marechal Rondon, recepcionava a balsa que partia da outra margem, nas imediações do córrego Lourencinho, das terras da Fazenda Velha de Rondon, e por onde cruzava a estrada de terra transitável a todos os que chegavam e partiam em direção ao Sul do país e ao Planalto Central:

Amarílio Pulquerio de França [...] residiu em Rondonópolis por alguns meses [...]. Transportando sempre passageiros, favorecendo [...] o conhecimento da famosa balsa do Rio Vermelho e os pequenos ranchos nos quais estavam algumas famílias dentre elas: [...] João Lucas Evangelista (Rondon) na fazenda Velha. (Idem, *ibidem*, p. 77).

Na primeira inspeção de fronteiras (1927), Rondon registrou sua passagem por Rondonópolis:

De Cuiabá parti por terra, para inspeciona a construção da rodovia que o Serviço de Proteção aos Índios estava executando, ligando essa cidade ao Pôrto Simões Lopes, do rio Teles Pires, próximo a cabeceira do Xingu. Inspecionei também o ramal telegráfico até Rondonópolis e a rodovia de Campo Grande e Ponta Porã. (VIVEIROS, 1969, p. 516).

Uma viagem de São Paulo o Mato Grosso é lembrada por Rondon por ocasião de sua terceira campanha de inspeção das fronteiras no mês de outubro de 1929. Desta vez, apontou perspectivas para Rondonópolis. Ao chegar, vê a casa da Fazenda Velha olhando para o rio Vermelho, lá embaixo... no vale, a poucos metros da estrada de terra que serpenteava como a água os contornos do rio até encontrar-se com outro rio o Jurigue. Por esta estrada transitavam todos os que chegavam ou partiam de Rondonópolis:

Seguimos viagem, indo atingir, adiante do Jorique, a margem esquerda do Poguba, braço principal do São Lourenço. Na margem oposta fora fundada a povoação Rondonópolis, nas circunstâncias já narradas. É centro de irradiação de estradas que vão para Três Lagoas, Campo Grande, Lajeado e para os garimpos de Pomba, São Pedro e Poxoreu. (VIVEIROS, 1969, p. 534).

Mais tarde, as políticas públicas federais incentivaram a ocupação do Centro-Oeste com a construção de estradas e pontes, como a do rio Vermelho, que proporcionou novo acesso a cidade pelas rodovias BR-364 e BR-163:

**Figura 5. Ponte no Rio Vermelho, abaixo de Rondonópolis (MT).
FALUDI, Stivan; SPERIDIÃO, Faissol.**



Fonte: IBGE. <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=425873>. Acesso em 29 set. 2016.

Tal evento fez com que a estrada de terra à margem do rio fosse, aos poucos, sendo esquecida, e a casa da sede da Fazenda Velha, que ficava de frente à ela e ao rio, teve os fundos transformados em frente, para quem chegava por uma estradinha que se instituiu como um novo caminho. A Fazenda Velha foi cortada pelas rodovias.

Desde então, a partir de 1950, ocorreu a reforma da estrada que levava a Campo Grande, passando pela fazenda de Rondon. Escreve Carmelita Cury que, quando Rondon quase não enxergava mais, visitou Rondonópolis e deixou com seu pai, Moisés Cury, uma procuração para que vendesse suas terras a preços mínimos. Os telegramas, enviados em 16 de fevereiro de 1951, de posse da mencionada família explicam que a venda foi motivada pela necessidade do inventário a ser

feito, em virtude do falecimento da esposa de Rondon, D. Francisca Xavier da Silva, dois anos antes, em 1949.

Assim, parte de suas terras foram adquiridas pelo Coronel Francisco de Paula Goulart que, mais tarde, vendeu-a a José Salmen Hanzé; na sequência, não foi mais possível precisar quantos outros adquiriram lotes e chácaras, pois, após a abertura das rodovias ocorreram muitas mudanças no povoado, conforme registrou Luci Léa Lopes Martins Tesoro (1993). E então, aqueles que acreditaram no potencial da região conquistaram (1953) a emancipação do município. Anos mais tarde, uma parte da Fazenda Velha, justamente aquela onde existe a casa da sede, foi adquirida por uma família de italianos, que a mantém.

MEMÓRIAS DA FAZENDA VELHA QUE FOI DO RONDON (1970)

A Fazenda Velha, no final da década de 1960, já tinha, e ainda tem, uma antiga casa de adobe, com esteios de arueira, como explicou Rondon: “[...] a melhor madeira do sertão, resistente como ferro, conservando-se mais de um século depois de cortada” (VIVEIROS, *idem*, p. 73). A casa tem quatro quartos e duas salas que se comunicam, duas varandas, sendo uma onde existe um poço, a cozinha e uma despensa. Vamos percorrer a propriedade por meio das memórias de quem a conheceu, Ivanildo José Ferreira, neto de Alípio José Ferreira, que foi gerente da mesma por quase trinta anos, a contar de 1964:

Era 24 de agosto de 1969, dia de São Bartolomeu e do aniversário do Gilberto, um primo irmão que também estava conosco no caminhão de mudança. Chegamos pela porta da sala como era costume das visitas no interior de São Paulo. O chofer estacionou sua perua rural embaixo dos primeiros galhos da figueira. A casa estava para o sul de onde paramos. Uma calçada grande de uns seis metros de comprimento por três de largura com rampa encaminhava o visitante até a porta da primeira sala em duas folhas aberta. Mais uns três metros e outra porta, também com duas folhas, igualmente abertas...

Localizava-se entre o leste e o norte, numa proporção de cento e oitenta graus, abriam-se as vazantes e lagoas dos rios Jurigue e Vermelho, até ser fechado na foz do Córrego Lourencinho.

Para o Retiro, uma sede antiga com currais, casas e um pomar cercado de madeira em pé, distava cerca de um quilometro e meio.

E de lá, atravessava próximo de uma sombria e profunda lagoa; talvez a dos antigos cemitérios bororo, e a serra das famosas rochas como que resfriadas em água, dado ao seu formato aligeirado, chamadas pedra aço, em alusão ao seu peso, e seguia para o Marajá, Apoial, Buriti e serras da Saudade e Jiboia. Voltando-se para a desembocadura do Rio Jurigue.

Esta chegada foi antecedida por um pouso da mudança no Birro, o ponto de almoço no Córrego Esparramo e o descarregado das poucas peças de mudanças as quais trouxemos malas, na Praça Brasil, bucólica e solitária de pessoas. Daí um motorista que fazia carretos para os José de Matos e, posteriormente para os Villas Boas. Conhecia bem a Fazenda Velha, aliás famosa como aparentemente sempre tinha sido nestes tempos primeiros. Saída para Pedra Preta, com entrada à direita, mais seiscentos metros e o conjunto de mangueiras, babaçuais, figueiras e outras, disfarçavam os currais para centenas de cabeças de gado, galpões de arreios e montarias, dois carros de bois, cangas, canzis e..., campo de pouso, rego d'água, casa do monjolo, paiol, chiqueiros de porcos e poleiros para galinhas. (FERREIRA, 2016, p. 2).

De tempos em tempos, algum pequeno avião aterrissava suavemente no mencionado campo de pouso, trazendo viajantes, amigos e parentes com novidades e notícias. Todavia, essas também chegavam pela baleia ou jardineira, como era chamado o ônibus que percorriam a estrada de terra em direção a Campo Grande, e pela qual veio o caminhão de mudanças, transportando, além dos móveis e objetos pessoais, os sonhos da família de João José Ferreira Neto e Anna Lina de Souza Ferreira, com 32 e 33 anos de idade, respectivamente, e os meninos Ivandi José Ferreira, com 5 anos de idade, e o depoente, Ivanildo José Ferreira, à época com 11 anos de idade:

Uns instantes de segredos e de expectativas tomou conta do grupo chegante. O chofer estava certo de que era ali, na Fazenda Velha, a moradia de Alípio José Ferreira. Já os havia levado inúmeras vezes à casa deles, e então estava certo da missão cumprida. Meu pai, com aqueles ares de conquista de quem apenas aguardava alguns segundos para dar a grata surpresa de nossa chegada ao seu pai e a toda a sua família. O som das palmas tentaram anunciar a chegada. Inútil. Mais próximo da porta da sala, depois um lento adentrar na sala vazia com apenas um berrante pendurado na parede do sul, outra porta e em seguida uma sala se estendia

de leste para o oeste, imagino que seis por três; e quatro portas saíam desta sala. Desta, em linha reta e ainda para o sul, uma porta dava na cozinha de uns três por quatro com um enorme fogão de lenha na parede do sul. Para o leste a despensa, e para o oeste a porta que dava na área onde estava a cisterna protegida pela cobertura da área. (FERREIRA, 2016, p. 1).

Os olhos curiosos dos meninos perceberam os detalhes da casa, e os demais sentidos registraram as memórias olfativas e todas as demais memórias produzidas pelas sensações de frescor à sombra, o som da roça e a textura do abraço carinhoso da tia Alipia Ferreira Machado:

Pois bem! Com os passos e os chamados minha tia veio ao encontro do meu pai, e o abraçou nesta sala do meio. Daí ambos saíram na porta da frente da casa. Acolheu a todos e às nossas bagagens e cansaços de quatro dias de viagem desde Santo Antônio D'Oeste até a Fazenda Velha. Despedimo-nos do carreto e entramos em casa. Apenas a tia e a Iraci que a ajudava nas lidas domésticas, estavam em casa nestas primeiras horas da tarde.

Uns instante de surpresas e perguntas dolentes de saudades de cada um dos parentes, sogro, irmãos e parentes mais próximos que há anos não se viam. O casal morava sós no Mato Grosso daquela época, apenas com dois filhos jovens dela, Clésio Alves Ferreira e Gilberto Alves Ferreira. E foi assim a chegada: desejo, surpresas e acolhidas.

Por fim, um primeiro café com grãos colhidos, limpos e torrados em casa, forte cheiro de calor humano foi servido, e dali por diante passei a fazer parte daquela casa. Ainda chamava-me a atenção nesta casa, suas portas que, dos meus onze anos de idade pareciam-me com dois metros e vinte ou mais de altura, por um ou um metro, ou um e vinte de largura, abrindo-se para os dois lados, em todas as portas da parte antiga da casa. Em cada um dos quatro quartos duas janelas os guarneciam, também com duas abrindo-se para as laterais. Mais três salas compunham a parte aparentemente original da casa construída por Jeronimo Lopes. Ainda segundo me parecia na ocasião, a cozinha, a despensa e a área do poço com bancos e parapeito no sul e no leste compunham a parte de construção recente da casa, isto é a partir da compra da fazenda, provavelmente feita pelo novo proprietário, Fortunado Ernesto Vettorasso. (FERREIRA, 2016, p. 3).

Uma das atrações da fazenda, às famílias, era a Escola Estadual Rural Santa Cruz da *Fazenda Velha que foi de Rondon*. Esta foi criada na década de 1970, cuja professora, Edsonina Barbosa, se deslocava semanalmente de Guiratinga para ensinar aos alunos da turma multiseriada. Em visita à Fazenda, realizada em 7 de abril de 2016, durante a pesquisa, Everton Neves filmou e anotou em seu caderno de campo as memórias do professor Ivanildo J. Ferreira:

Estimam os mais velhos que a sede da Fazenda Velha foi construída em 1907, se isso for correto, terá hoje 109 anos. E em 1967 foi adaptada a Escola Rural Santa Cruz em um dos celeiros que fica mais ou menos vinte e cinco metros da casa da fazenda.

A casa da sede da fazenda tem como plano de fundo [...] as construções da cidade e o rio Vermelho [...] do outro lado da casa, se encontra um velho cemitério... (NEVES, 2016. p. 3),

A escola estava próxima ao açude, que era alimentado por regos d'água e de onde as crianças, os adolescentes, jovens e adultos ouviam a música do monjolo que, interruptamente, descascava o arroz, o café, preparava a canjica; o milho e a quirela para os animais e outros produtos de subsistência consumidos pelas crianças e adultos das 96 (noventa e seis) famílias de arrendatários, gerenciados pelo senhor Alípio José Ferreira:

Para o sudeste um pasto de pangola para tropa, na sequência a 'campo de avião' uma pista razoável com setecentos metros, por sessenta. Além da pista de pouso, a região plana e de cascalhos onde antigamente localizava-se a cerraria, movimentada por um rego d'água, o qual trazia água do Córrego Lourencinho por declividade. Não funcionava mais em 1969, quando eu a conheci. Nem meu avô o conheceu em 1964 quando chegou. Na verdade, era de tempos mais recuados. Tinha uns treze quilômetros de extensão, e atravessava o vale das bicas. Nestes lugares, os regos d'água subiam acompanhando o declive natural das grotas e, em um determinado ponto, eles eram encaminhados para bicas de madeira as quais uma terminava dentro do início da outra, e assim o rego d'água atravessava superfícies elevadas por esteios por dezenas ou até uma centena de metros, e retomava o solo novamente de onde corria paralelamente até pegar o rumo original programado. (FERREIRA, 2016, p. 5).

Na *Fazenda Velha que foi de Rondon* havia, como em muitas outras, um cemitério atrás da casa. Na atualidade ainda há restos das lápides sob as árvores que sombreavam uma parte do açude:

A casa da Fazenda Velha como me pareceu naqueles primeiros instantes e nos dias em que se seguiram, a mim se apresentava com aquela primeira sala desguarnecida de moveis, a qual, para o leste entrava no quarto de visitas, e do quarto de visitas uma porta dava para o quarto do casal.

Se a chegada foi pela porta da sala, a permanência na casa deu-se pela porta da cozinha. Diferentemente do terreiro da sala que era o curral, o da cozinha era amplo, sombreado, sempre limpinho e dava para a bica, onde se lavava as vasilhas e roupas, o açude e antes deste, o rego d'água que o abastecia. Ainda para o lado sul, mais uns oitenta metros um cemitério com um cruzeiro e várias cruces menores. Cemitério de inocentes diziam as pessoas da fazenda. De toda sorte, um cemitério. O cruzeiro indicava a sepultura de um menino de quatro anos de idade, acomodado em sua própria cama. Preces e orações eram realizados em todos os anos, principalmente pela ocasião do dia de finados, fiquei sabendo anos depois. (FERREIRA, 2016, p. 4).

As noites de lua cheia eram um convite às brincadeiras, para as crianças, e motivação para a roda de adultos, que passavam a limpo os fatos do dia e os causos de outros tempos. Nas memórias de quem a conheceu, existia um carinho especial por uma figueira, cuja sombra recepcionava a todos. Ela se localizava em frente a casa da sede da Fazenda Velha, e muitos fatos aconteceram tendo a frondosa árvore por testemunha. Ivanildo José Ferreira diz:

Na fazenda, ninguém à vista. Ares sombrios vinham de dois agentes imediatos; aliás três: o primeiro, a frondosa galharia da velha, conhecida e famosa figueira dos viajantes. A segunda, na verdade, onde havíamos apeado era um dos compartimentos do curral. O terceiro, a imponente parede da casa, com uns doze metros de frente por uns três ou mais de altura, também fazia sombrear o lugar em que estávamos. (FERREIRA, 2016, p. 2).

Durante o dia, as notícias dos viajantes eram partilhadas embaixo da figueira, onde também se realizavam festas, descansavam os animais e as crianças brincavam com a imaginação solta ao vento. Nas pontas dos galhos da árvore, cujas raízes e tamanho acabaram por interferir em sua permanência em frente à casa, determinou seu corte alguns anos mais tarde. Carmelita Cury lembra que mediu o diâmetro da tal árvore, quando escreveu seu livro, devido ao encantamento que proporcionava à fazenda e aos moradores da cidade:

[...] existe um marco histórico que vem imperando como a existência de um ser humano. Uma rainha majestosa e linda que viveu nas terras de Rondon desconhecida pelas gerações. Tão calma, silenciosa e bela ainda sobrevive. Trata-se de uma linda árvore que foi por mim condecorada como a “Árvore da História” [...] Centenas de vezes Marechal Rondon, com vários de seus companheiros sentaram-se debaixo de suas (...) sombras. Era um verdadeiro paraíso aquela fazenda velha, que os antepassados conheceram. [...] a árvore em frente a casa velha do Rondon, construída por Geronimo Lopes um dos cruzadores dos postes telegráficos. [...] as pedras sobrepueram-se e ainda firmam o alicerce da casa com seus esteios. (CURY, 1973, p. 198-199).

Figura 6. Festa na Fazenda Velha.



Fonte: Núcleo de Documentação Histórica Otávio Canavarros-NDHOC/ICHS/CUR/UFMT.
Procedência: Coleção Levanir

O artista plástico Joaquim Carvalho também partilha dessas memórias, pois conviveu com amigos, partilhou pescarias e festas na Fazenda Velha. Ele mantém em seu acervo particular fotografias da família do Sr. Alípio e também de outras:

Figuras 7. Ivanildo José Ferreira (Nido), Anna Lina de Souza Ferreira, João José Ferreira Neto.



Fonte: Acervo familiar de Joaquim Carvalho.

Figura 8. Alipia Ferreira Machado, Alípio José Ferreira e Beto.



Fonte: Acervo familiar de Joaquim Carvalho.

Na primeira fotografia, pode-se observar, para além dos sujeitos, um pouquinho da casa, o terreiro com mangueira e dois carros; na seguinte, pessoas que conversavam sem dar atenção para o fotógrafo, que se preocupou em captar a cena na melhor luz da manhã ensolarada.

Assim, as recordações, conforme coloca Beatriz Oliveira dos Santos Feitosa (2010), e o imaginário da Fazenda Velha estão sendo parcialmente apresentados nos depoimentos, nas memórias e fotografias, como esboço para estudos futuros a serem desenvolvidos por quem, pelo tema e contexto histórico, se interessar.

FAZENDA VELHA: PARECERES E RECOMENDAÇÕES DE HISTORIADORES

Esta casa (Figura 9) pode ser a mais antiga da região, construída no início do século XX. O material, adobe, era usado naquela época; os altos esteios em arueira, as proporções das janelas e portas de madeira demonstram a tecnologia e o trabalho de várias pessoas envolvidas em sua construção. Os vários cômodos que se abriam, um para dentro do outro, as salas e cozinha anexa à varanda e ao poço, demonstram poder em relação às demais construções que, nas memórias do entrevistado, eram menores e mais simples. A escolha do terreno, em local mais elevado, de onde se podia avistar o rio¹⁹ e a estrada de terra, a torna imponente na paisagem e expressa dominação sobre o vale.

Figura 9. Casa na sede da Fazenda Velha.



Fotografia: Everton Neves, Rondonópolis, 7 abr. 2016.

¹⁹ Na atualidade, o percurso até a Praça Brasil no centro da cidade é acessível pela av. Fernando Corrêa da Costa, atravessando a ponte em fase de acabamento, sobre o rio Vermelho, na Av. Lions Internacional, que sobe em direção a BR-364, situando-se nas seguintes coordenadas geográficas: latitude - 16°30'10.64"S e longitude - 54°36'56.55.

Tomando por referência os trabalhos na área do Patrimônio Histórico de Rondonópolis, realizados pela professora Dra. Laci Maria de Araújo Alves (1998; 2001), sobre a importância da casa e desta territorialidade para a história do município, concordamos com o estudante de história participante do grupo de pesquisa:

[...] uma sede que resistiu muito bem ao tempo. É uma casa grandiosa e com boa preservação. As portas de duas folhas dá para passar três pessoas ao mesmo tempo, suas janelas largas iguais as portas que possibilitam uma melhor refrigeração e entrada de ar, a casa construída de adobe [...] importantíssima para a [...] História cultural. Esta casa deve ser tombada pelo valor histórico e simbólico [...] para Rondonópolis. (NEVES, 2016, p. 1).

A Profa. Dra. Beatriz Oliveira dos Santos Feitosa apresenta o seguinte parecer:

Ter participado da visita à Fazenda Velha que foi de propriedade do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon permitiu um exercício importante de historiadora, o de recuperar narrativas, ocultas no patrimônio e que o historiador de ofício não deve permitir que seja invisibilizada. Os lugares de memória, como a Fazenda Velha, são campo de uma luta contra o esquecimento, acompanhada por um desejo de que o passado seja entendido, registrado e dialogue com o presente.

Perscrutar o passado significa entender o presente, o que é possível por meio do diálogo entre o patrimônio histórico e os relatos escritos. O contato com aquela espacialidade de templos múltiplos onde passado e presente ocupam o mesmo cenário, permitiu um exercício fundamental para a historiografia, que deve permitir entender que viver é a relação entre o lembrar e o ser lembrado.,

Escrever sobre a Fazenda Velha só é possível por meio da compreensão de que ali, diferentes tempos se encontram, o das populações que habitavam uma Rondonópolis da primeira metade do século XX com os moradores que se encontram agora habitando o mesmo espaço, os sentidos captados por ambos são bastante distintos. Pensar sobre esta distinção que caracteriza o tempo histórico é possível pela narrativa. O narrador cumpre um papel importante já pensado por Benjamin nas teses “Sobre o Conceito de História”.

O historiador é este narrador, e esta narrativa pretende justamente dar visibilidade ao que foi deixado de lado “[...] como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer” (GAGNEBIN, 2009, p. 44). Esta escrita pretende contribuir com o processo de dar significado ao estudo daquela

territorialidade, visto que ao se constituir em lugar de memória passa a ser fundamental para a constituição de nossa história.

O parecer e as recomendações do Professor Ms. Ivanildo José Ferreira, seguem:

A partir do ano de 2015, o Jornal A Tribuna veiculou notícias sobre desapropriações de terras da Fazenda Velha para construção do Parque Siriema e até um croqui do referido empreendimento foi publicado. O empreendimento está locado na confluência do Córrego Lourencinbo com o Rio Vermelho e à montante de ambos. No mesmo período, também realizei uma releitura do livro “Do Bororo ao Prodoeste” de Carmelita Cury, que também tratou da mesma área de terras e da construção de uma casa para sede da fazenda do Marechal Rondon em Rondonópolis, há poucos quilômetros do porto da balsa. Estas foram as motivações pelas quais, nós, membros do Grupo de Pesquisas Interfaces, decidimos por realizar uma Visita Técnica à imediações da obra e território da antiga fazenda, notadamente em sua sede. A casa em si está bastante conservada em sua estrutura original. À distância e de uma observação rápida como pudemos fazer naquela manhã de 07 de abril de 2016, pareceu-me que foram poucas as mudanças realizadas na casa, desde o ano de 1969 quando a conheci, na época já um casarão antigo escondido entre arvoredos, e com o apelido de Fazenda Velha.

Do que vimos naquele dia e enquanto membro do grupo de pesquisa INTERFACES, História, Museologia e Ciências Afins pareceu-me que há necessidade de iniciativas eficazes em duas direções a saber:

1º. É necessário conhecer o projeto de expansão urbana denominado Parque Siriema e Projeto Lua Cheia, os quais pretendem instalações de bens públicos municipais que irão impactar significativamente a área tanto com visitantes e novos bairros, quanto com deslocamento de veículos e cargas, e;

2º. É necessário um olhar técnico e legal sobre o prédio sede da Fazenda Velha, tanto para as perícias necessárias das hipóteses de construção da mesma por Marechal Rondon e seus parentes; quanto, dali por diante, buscas necessárias por eventual tombamento do prédio e/ou projetos de conservação e, em sua ausência, a promoção de estudos técnicos de necessidade e viabilidade, com vistas à conservação do patrimônio histórico e cultural de Rondonópolis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, na primeira parte do artigo apresentamos documentos que comprovam que a Fazenda Morro Azul, chamada de Fazenda Velha, pertenceu ao General Rondon, e também parte de um estudo sobre as relações deste com a cidade e o povo Bororo.

Em seguida, nos dedicamos às memórias de 1970 em diante, onde ressaltamos a parte da Fazenda Velha que era, e ainda se mantém, a sede; fornecendo indícios da cultura material e imaterial baseadas nas relações e sociabilidades desenvolvidas entorno da casa.

Na visita dos historiadores em 7 de abril de 2016, foram elaborados pareceres e recomendações para a preservação e tombamento ao Patrimônio Histórico e Cultural de Rondonópolis e do estado de Mato Grosso, considerando a sua relevância para a região.

Encerramos este artigo, mas não a pesquisa e nem as ações em favor do Patrimônio Histórico e Cultural, lembrando que a “[...] memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLAK, 1992, p. 205).

REFERÊNCIAS

- ALBISETTI, César & VENTURELLI, Ângelo Jayme. *Enciclopédia Bororo: Vocabulários e Etnografia*. v. I. Campo Grande, MS: IPE, 1962.
- ALVES, Laci Maria Araújo. Memória e patrimônio histórico em Rondonópolis. *Coletâneas do nosso tempo*. Cuiabá, v. 3, p. 49-60, 1998.
- _____. *Rondonópolis: imagens e memória*. Rondonópolis: Ótima Copiadora, 2001. v. 500. 68p.
- BARCELOS, Roberto. *Memórias Vivas de Rondonópolis*. Rondonópolis: [s.n.] 2005.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, T.A. Queiroz; EdUSP. 1987.
- _____. *O Tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. 3. ed. São Paulo: Atelier, 2003.
- CAMARGO, G.O. (Org.) *Meruri na visão de um ancião Bororo: memórias de Frederico Coqueiro*. Campo Grande, MS: EdUCDB, 2001.
- CAMPOS, Cristina. *Pantanal Mato-grossense: semantismo das águas profundas*. Cuiabá: Entrelinhas, 2004.
- CERTEAU, Michel de et al. *A Invenção do Cotidiano: morar, cozinhar*. 4ª ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

- CURY, Carmelita. *Do Bororo do Prodoeste*. Cuiabá: Alvorada, 1973.
- DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FEITOSA, Beatriz dos Santos de Oliveira. Caminhos e descaminhos que levam à Sonora: experiências, recordações e memórias de migrantes. In: *Anais... VI Encontro Regional de História da ANPUH-MT e I Seminário Internacional de História "Territórios e Fronteiras"*, 2010, Cuiabá - MT. Anais Eletrônicos VI Encontro Regional de História da ANPUH-MT e I Seminário Internacional de História "Territórios e Fronteiras", 2010. p. 17-24.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. 5.ed. Campinas, SP: EdUNICAMP, 2003.
- LÜBBE, Hermann. Esquecimento e historicização da memória. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 285-300, abr. 2016. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/60826/60264>>. Acesso em: 03 Out. 2016.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2003.
- _____. *História e História Cultural*. 2. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 132p. (Col. História e Reflexões).
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>. Acesso em: 03 Out. 2016.
- _____. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 03 Out. 2016.
- SILVA, Jocenaide Maria Rossetto. *Do museu como espaço ao museu como lugar de múltiplas interlocuções: os Museus Universitários e as Coleções do Povo Bororo*. São Paulo, 2013. Tese (Doutorado em História Social) - PUC-Perdizes.
- TESORO, Luci Léa Lopes Martins. *Rondonópolis- MT: Um Entroncamento de Mão Única. O processo de povoamento e de crescimento de Rondonópolis na visão dos pioneiros (1902-1993)*. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo – USP.
- VILHENA-VIALOU A., & FIGUTTI. *Cidade de Pedra: passado no presente*. São Paulo: Maluhy & Co, 2013.
- VILHENA-VIALOU, A. (Org.) *Pré-história do Mato Grosso: Cidade de Pedra*. São Paulo: EdUSP, 2006.

VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Cooperativa Cultural dos Esperantistas, 1969.

WUST, Irmhild. *Projeto Etnoarqueológico e Arqueológico da Bacia do Rio São Lourenço, MT*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. Departamento de Ciências Sociais. Museu Antropológico, 1995. Reprodução das publicações de 1982 a 994 (194p).

WÜST, Irmhild. *Continuidade e mudança: para interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da Bacia do Rio Vermelho, Mato Grosso*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Ciência Social/Antropologia Social) Universidade de São Paulo- USP. Vol. I, II e III (686p).

Documentos Oficiais

INTERMAT. *Fazenda Jurigue outrora Morro Azul*. Requerente General Cândido Mariano da Silva Rondon em 29 de novembro de 1944, com 20.608 hectares; registrada no Livro 19, folha 24.

INTERMAT. *Fazenda Santo Antônio do Rio Vermelho*, de propriedade de João Lucas Evangelista, com área de 5.083 hectares, título de terra expedido em 10 de maio de 1924; registrada no livro 12, folha 116.

INTERMAT. *Fazenda Burity*, requerida por Belarmino Lucas Evangelista, originária de permuta com a Codemat, registrada no livro 11, páginas 126 -127.

MINISTÉRIO da Agricultura, Indústria e Commercio. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brazil*. Realizado em 01 de setembro de 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos ruraes recenseados no Estado de Matto Grosso. Rio de Janeiro: TVP da Estatística, 1920.

PREFEITURA Municipal de Rondonópolis. DIORONDON N° 3554 _ Rondonópolis, 17 set. 2015.

PREFEITURA Municipal de Rondonópolis. DIORONDON N° 3777 – Rondonópolis, 18 ago. 2016.

PREFEITURA Municipal de Rondonópolis. DIORONDON N° 3581 – Rondonópolis, 27 out. 2015.

PREFEITURA Municipal de Rondonópolis. DIORONDON N° 3573 – Rondonópolis, 15 out. 2015.

PREFEITURA Municipal de Rondonópolis. DIORONDON N° 3529 – Rondonópolis, 12 ago. 2015.

PREFEITURA Municipal de Rondonópolis. DIORONDON N° 3439 _ Rondonópolis, 31 mar. 2015.

PREFEITURA Municipal de Rondonópolis. DIORONDON N° 3509 _ Rondonópolis, 15 jul. 2015.

Documentos Impressos

CARVALHO Joaquim. *Fotografias enviadas à pesquisadora por grupos sociais*. 2016.

FARIAS, Clotildes. *As primeiras famílias de Rondonópolis*. (Informações e documentos enviados a pesquisadora por grupos sociais). Rondonópolis, 2016.

FEITOSA, Beatriz Oliveira dos Santos. *Fazenda Velha: parecer e recomendações*. Rondonópolis, MT 03 de outubro 2016. (digitado) 01p

FERREIRA, Ivanildo José. *Uma nota sobre a Fazenda Velha*. Rondonópolis, 2016. (digitado) 10p.

_____. *Fazenda Velha: parecer e recomendações*. Rondonópolis, MT 03 de outubro 2016. (doc. digitado) 01p.

GALDINO, Alessandra Alves. *Relatório de Estágio em Arqueologia*. Rondonópolis, 2016. (digitado) 06p.

NEVES, Everton de Oliveira. *Diário de Campo: Fazenda Velha*. Rondonópolis, 2016. (digitado) 03p.

SOUZA, Joadila Albino de. *Relatório de Estágio em Arqueologia*. Rondonópolis, 2016. (digitado) 03p.

SOUZA, Evalderiany Honorata. *Relatório das aulas de campo do Estágio de Arqueologia no Morro Solteiro*. Rondonópolis, 2016. (digitado) 27p.

CIENTISTAS BRASILEIROS CONHECEM E ESTUDAM, PELA PRIMEIRA VEZ, O BRASIL ATRAVÉS DA COMISSÃO RONDON

Elizabeth Madureira Siqueira



O Chefe da Comissão — Major Rondon (1) acompanhado de seus ajudantes Capitão Senna Braga (3) Tenente João S. Lyra (7) em visita ao acampamento do chefe da 1ª. Secção de Construção, Capitão Fleury de Barros (2) e seus auxiliares Tenente Frederico de Siqueira (4) Tenente Medico Dr. Armando Calasans, (5) Tenente Emmanuel Amarante (8) e Tenente José Paulo de Oliveira. (6).

CIENTISTAS BRASILEIROS CONHECEM E ESTUDAM, PELA PRIMEIRA VEZ, O BRASIL ATRAVÉS DA COMISSÃO RONDON

BRAZILIAN SCIENTISTS STUDY AND KNOW,
FOR THE FIRST TIME, THE BRAZIL THROUGH
THE COMMISSION RONDON

Elizabeth Madureira Siqueira

Doutora em Educação, Mestre em História. Membro efetivo do IHGMT e da AML.
Curadora da Casa Barão de Melgaço. bethmsiqueira@gmail.com

RESUMO: O presente artigo, que objetivou evidenciar os diferentes olhares e construções sobre a identidade brasileira, teve como centralidade os cientistas brasileiros que integraram a Comissão Rondon. Até o final do século XIX, muitos deles efetivaram estudos sobre o Brasil, a exemplo dos que se vincularam às Comissões demarcadoras da fronteira oeste e sul, os quais descreveram e analisaram essas porções do Brasil, porém, seus resultados foram enviados para a Península Ibérica, onde permaneceram por quase dois séculos. Com a vinda da Família Real para o Brasil, inúmeras expedições científicas, russas, alemãs e francesas, deixaram descritas suas impressões sobre o Brasil, especialmente na faixa litorânea. Somente a partir de 1890 é que cientistas brasileiros passaram a estudar o Brasil, deixando os resultados de suas investigações em solo brasileiro. Com a proclamação da República, a Comissão Rondon integrou em seus quadros uma plêiade de estudiosos que prestaram serviços junto aos trabalhos das Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, nas atividades do Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais e, finalmente, ao lado de Cândido Mariano da Silva Rondon na Expedição Roosevelt-Rondon. Os resultados dos estudos e pesquisas dos cientistas brasileiros foram publicados pela Comissão Rondon e que versaram sobre diversas áreas de conheci-

mento científico. Essa foi a primeira vez que o Brasil foi analisado e descrito por brasileiros, graças aos trabalhos da Comissão Rondon.

Palavras-chave: Cândido Mariano da Silva Rondon. Comissão Rondon. Cientistas.

RESUMEN: Este artículo, qui tiene como objetivo mostrar los diferentes aspectos y edificios de la identidad brasileña, tuvo como temática central os estudios de los científicos brasileños que se unieron a la Comisión Rondon. A finales del siglo XIX, muchos de ellos se llevaron a cabo estudios sobre Brasil, el ejemplo de que está vinculado a la delimitación de las Comisiones de la frontera oeste y el sur, que describe y analiza estas partes de Brasil, sin embargo, los resultados fueron enviados a la Península Ibérica donde permanecieron durante casi dos siglos. Con la llegada de la familia real a Brasil, numerosas expediciones científicas, ruso, alemán y francés, a describieran sus impresiones de Brasil, especialmente en la franja costera. Sólo a partir de 1890 es que los científicos brasileños han estado estudiando Brasil, dejando los resultados de sus investigaciones sobre suelo brasileño. Con la proclamación de la República, la Comisión Rondon ha incluido en su personal una serie de especialistas que prestan servicios a la labor de las líneas de telégrafo y estratégicos de Mato Grosso a la Amazonía, las actividades del Servicio Nacional para la Protección de los Indios y los Trabajadores Nacionales y, finalmente, junto a Cândido Mariano da Silva Rondon en la expedição Roosevelt-Rondon. Los resultados del estudio y la investigación de los científicos brasileños fueron publicados por la Comisión Rondon y tratados en diversas áreas del conocimiento científico. Esta fue la primera vez que Brasil fue analizado y descrito por los brasileños, a través del trabajo de la Comisión Rondon.

Palabras clave: Cândido Mariano da Silva Rondon. Comisión Rondon. Los científicos.

O Brasil, nos períodos colonial e também imperial, foi visitado por cientistas e viajantes, em sua maior parte estrangeiros de diversas nacionalidades. Mesmo tendo tido uma experiência científica nos séculos XVII, XVIII e XIX, com as invasões holandesas e a implementação de um projeto de levantamento das potencialidades da colônia, com relação à fauna, flora e recursos naturais, como foi o caso do projeto organizado e parcialmente implementado pelo príncipe Maurício de Nassau, a equipe desses cientistas realizou um trabalho de qualidade. Nos dois últimos séculos citados, expedições científicas foram montadas para demarcação de fronteira, especialmente no oeste e sul da Colônia, porém, o resultado de suas explorações somente foram recuperadas no século XX, visto que depositadas nos arquivos ibéricos.

No século XIX, especialmente após a vinda da Família Real, em 1808, diversas expedições científicas e artísticas foram convocadas para proceder ao reconhecimento do Brasil imperial. No entanto, grande parte delas teve como foco a porção litorânea, com especial enfoque na capital do Império, o Rio de Janeiro, sendo que poucas adentraram para o sertão, rumo ao interior. Nessa medida, foram expedições pontuais e de curta duração, cujos acervos foram enviados para a Europa.

Com o portentoso projeto formulado por Cândido Mariano da Silva Rondon, os cientistas brasileiros, pela primeira vez, implementaram estudos e pesquisas mais profundos, articulados, interrelacionados e de longa duração e extensão. Esse corpo científico, em sua maioria, foi composto por militares, grande parte deles formada pela Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, assim como diplomados em Faculdades do Império, e que, por ocasião dos trabalhos da Comissão Rondon, foram convidados a dela participar. Eram engenheiros, geólogos, botânicos, zoólogos, naturalistas, etnógrafos e também médicos, sanitaristas que ofereceram seus serviços e se integraram à Comissão Rondon.

Os resultados de estudos e pesquisas desenvolvidos pela Comissão Rondon foram publicados entre a primeira década do século XX, até, aproximadamente, 1950, perfazendo cerca de 120 trabalhos, ao todo, cuja maioria se encontra hoje em domínio público e, nessa medida, constitui um acervo raro e precioso que se encontra espalhado por bibliotecas públicas e privadas do Brasil.

Mato Grosso, estado natal de Cândido Mariano da Silva Rondon, homenageia essa personalidade, pelo seu sesquicentenário, com a reprodução virtual de grande parte da produção científica da Comissão Rondon, visando a democratização dos resultados científicos

produzidos pelo ciclópico projeto coordenado por ele. Para isso, foi feito um intenso levantamento das publicações da chamada Comissão Rondon, que incluem os relatórios, conferências e homenagens publicadas pela Comissão das Linhas Telegráficas, pelo Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais, mas também o acervo publicado por ocasião da visita do ex-Presidente Theodore Roosevelt ao Brasil. Em cada uma dessas chamadas foram incluídos, por área de conhecimento, seus respectivos relatórios, conferências e homenagens: águas termais, botânica, zoologia, mineralogia e geologia, recursos hídricos, sanitarismo e medicina, etnografia e linguística. Nosso esforço foi o de reunir grande parte dessa produção, hoje espalhada pelas Instituições públicas e privadas de Mato Grosso, como a Biblioteca Estadual Estevão de Mendonça, a Biblioteca do Arquivo da Casa Barão de Melgaço, a Biblioteca Central da UFMT e no Arquivo Público de Mato Grosso. Após conseguir um número substantivo dessas publicações, cerca de mais de sete dezenas, foi o mesmo complementado pelos arquivos privados dos historiadores Paulo Pitaluga Costa e Silva e de Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa, que emprestaram suas raras publicações para serem digitalizadas. Ao todo, o projeto conseguiu reunir 86 publicações, hoje disponibilizadas em DVD e que integra a obra *O Brasil pelos Brasileiros: relatórios científicos da Comissão Rondon*, de autoria de Fernanda Quixabeira Machado, Luciwaldo Pires de Ávila e Elizabeth Madureira Siqueira. No interior do livro são apresentados dados biográficos dos cientistas que atuaram junto à Comissão Rondon, sua trajetória profissional e produção científica, além de abordagem analítica sobre as incursões implementadas no Brasil e em Mato Grosso, antes da atuação rondoniana.

CONHECENDO OS CIENTISTAS DA COMISSÃO RONDON

O sucesso dos resultados científicos da Comissão Rondon se deveu a dois fatores principais: ao seu mentor, Cândido Mariano da Silva Rondon, que pensou o projeto e acompanhou de perto sua implementação, mas também aos cientistas por ele convidados, aos quais coube desenvolver pesquisas e publicar seus resultados pelos Ministérios que apoiavam o projeto. Nesse rol, podem ser incluídos estudiosos ligados a diversas áreas de conhecimento.

ETNÓGRAFOS E ETNÓLOGOS
DA COMISSÃO RONDON

João Barbosa de Faria nasceu em Cuiabá aos 20 de fevereiro de 1878, descendendo de Carlos Barbosa de Faria e Antônia Teresa de Faria. Seus primeiros estudos foram cursados na escola do mestre Felipe Liberato de Oliveira. Posteriormente, ingressou no Arsenal de Guerra, onde foi aprendiz de tipógrafo e operário da mesma instituição.

Por concurso, atuou como oficial dos Correios. Em seguida, transferiu-se para o Rio de Janeiro, matriculando-se na Faculdade de Medicina, porém não chegou a concluir o curso, diplomando-se em Farmácia.

De regresso à terra natal, dedicou-se ao magistério, lecionando no Liceu Cuiabano, tendo sido convidado para integrar a equipe responsável pelos trabalhos científicos das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, ao lado de Cândido Mariano da Silva Rondon, de quem foi secretário e homem de confiança. Nesse trabalho pôde escrever diversas obras, como *Limites orientais de Mato Grosso*, *Esboço da História de Mato Grosso* e *Poetas e escritores mato-grossenses*, esta última publicada pela Federação das Academias de Letras do Brasil, consubstanciando-se no volume III das Conferências.

Junto à Comissão Rondon, foi responsável pelas seguintes obras: *A cerâmica da tribo Uaboi dos rios Trombetas e Jamundá: contribuição para o estudo da arqueologia pré-histórica do Baixo Amazonas*, publicada em 1946; *Glossário das tribos silvícolas de Mato Grosso e outras da Amazônia*, em parceria com Cândido Mariano da Silva Rondon, vindo a lume no ano de 1948; *Esboço gramatical, vocabulário, lendas e cânticos dos índios Ariti (Parici)*, também em parceria com o General Cândido Mariano da Silva Rondon, publicada em 1948.

Barbosa de Faria integrou, como sócio fundador, o Instituto Histórico de Mato Grosso, criado e instalado em 1919, tendo sido o primeiro secretário da instituição.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 17 de julho de 1941.

Luiz Bueno Horta Barbosa descendeu de Júlio Augusto Horta Barbosa, casou-se com Maria de Barros, com quem teve 7 filhos. Fez questão de conviver de perto com os indígenas de São Paulo, onde foi diretor do SPI regional. Para tanto, considerou necessário conhecer suas formas de organização, tanto materialmente quanto imaterialmente. A partir desse trabalho, foi reforçada a concepção de que os índios eram detentores de cultura, que deveria ser preservada.

Sobre a técnica de construção das casas Kaingang, Luiz Bueno Horta Barbosa, enquanto inspetor do SPI em São Paulo, afirmou:

Os Caingangue constroem suas casas, segundo dois tipos: o primeiro, de uma só água; o segundo, de duas. Sobre varas fincadas no chão com uma inclinação de 45 graus, mais ou menos, e apoiadas no terço inferior sobre uma viga horizontal amarram-se outras, também horizontais, com cipó, destinadas a representarem o papel de ripas, e nelas se fixam folhas de coqueiro; tem-se, assim, uma casa de primeiro tipo, a qual fica completamente desabrigada pela frente e pelos flancos.

O outro tipo constrói-se fechando a frente do anterior, por uma outra coberta feita segundo o mesmo processo; uma dessas duas cobertas, porém, excede superiormente a outra, a fim de obviar ao inconveniente da construção não possuir cumeeira; os flancos ficam geralmente abertos, mas às vezes coloca-se em um deles uma terceira tapagem. Sob a influência do que observam no nosso acampamento, já começaram eles a modificar as suas construções, adotando esteios e cumeeiras; mas as paredes continuam a ser supridas pelo prolongamento das coberturas até ao solo. Em viagens ou expedições, para caçadas ou outros fins, os Caingangue nunca pernoitam sem antes construírem alguns abrigos rapidamente feitos, segundo o primeiro tipo. (BARBOSA, 1947, p. 59-60).

Na pacificação dos Kaingang, em São Paulo, Luiz Bueno recolheu diversos materiais relativos à mesma etnia. Dentre eles, privilegiou seu universo mítico, ocasião em que recolheu a lenda *Nhara*:

Havia um cacique chamado Nhara. Era um homem muito velho e muito querido em sua tribo, pois era bom e presenteava a todos.

Um dia, Nhara reuniu seus parentes Cainganges e os instruiu a formarem uma grande roça. Eles derrubaram árvores e taquaras e, quando estas ficaram secas, eles as queimaram.

Então, Nhara pediu que o enterrassem bem no centro da roçada, pois se sentia muito velho e cansado e queria ir para o mundo da fartura, rever seus parentes mortos, de quem sentia muita falta.

Ouvindo isso, todos começaram a chorar, pois gostavam muito do velho. Então, ele lhes prometeu que, se fizessem como ele dizia, viveriam muito mais felizes.

Convencidos, os Caigangues enterraram seu velho companheiro e entraram na floresta, pois Nhara havia dito que voltassem ao lugar somente depois de quatro luas.

Quando voltaram, no prazo combinado, toda a roça estava coberta por uma planta alta, de folhas largas e espigas verdes.

Foi assim que surgiu o milho, e os Caigangues o chamaram Nhara, em homenagem ao velho cacique. (BARBOSA, 1947, p. 60).

Além desta lenda, Luiz Bueno Horta Barbosa registrou muitas outras, como *O caborro do mato*, *Santa Cruz do Avanbandava*, *Rio feio*, *O Cristo na selva*, *Suçuarana*, *Capivara*, *Bugreiros*, *Selvagem*, e muitas outras.

Deixou escritas as seguintes obras no interior do Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais: *Pelo índio e sua proteção oficial*: exposição apresentada ao Sr. Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, 1923; *O problema indígena do Brasil*: conferência realizada no Atheneu de Montevidéo, a 1º de abril de 1925, 1947.

José Maria da Gama Malcher nasceu em Belém-PA, em 1872, e faleceu na mesma cidade em 1956, aos 88 anos. Dirigiu o SPI e escreveu, em 1953, a obra que levou o título desse organismo, tendo sido publicada pela mesma instituição, no bojo das publicações da Comissão Rondon: *S. P. I.* Rio de Janeiro: SPI, 1953. Além desse livro, publicou, pela Imprensa Nacional, *Índios, grau de integração na comunidade nacional*, 1964.

MÉDICOS E SANITARISTAS DA COMISSÃO RONDON

A Comissão Rondon, palmilhando território incrustado no sertão, se deparou com inúmeros casos de doenças tropicais, que incidiam especialmente na porção norte de Mato Grosso e na floresta Amazônica, onde grassavam moléstias até então pouco estudadas. Nessa medida, a participação de cientistas médicos e sanitaristas foi muito relevante, na medida em que sua presença e saber colaboraram para manter saudável o grande exército de colaboradores que se integraram na grande empreitada rondoniana.

Orozimbo Corrêa Netto foi um importante médico brasileiro que se dedicou ao estudo das águas termais brasileiras, tendo sido um precursor na área. Sua contribuição nesse campo de conhecimento teve como vertente as contribuições positivas das águas termais para a cura e tratamento alternativo das doenças, especialmente as de cunho reumático.

Rondon convidou o Dr. Orozimbo Corrêa Netto para executar trabalhos de prospecção de fontes mineralógicas em Mato Grosso. O cientista, que já havia publicado diversos trabalhos sobre outras fontes brasileiras de águas termais, aceitou o convite, propondo desenvolver trabalhos sem qualquer remuneração, visto que se predispôs a aceitar apenas o apoio logístico oferecido pela Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Esse evento ocorreu no ano de 1919.

O propósito inicial era examinar as fontes termais que se localizavam próximas a Cuiabá, porém o trabalho se estendeu para o vale do rio São Lourenço, seguido dos estudos sobre as águas quentes do rio das Garças. Para auxiliar o Dr. Orozimbo, foi designado o Dr. Balduino Feio, estudioso do assunto e autor de inúmeras publicações. Ele mantinha um laboratório, no Rio de Janeiro, especializado na análise dos efeitos do *radium* das águas brasileiras, enquanto acelerador do metabolismo.

A respeitabilidade do Dr. Orozimbo Corrêa Netto se deveu aos múltiplos trabalhos publicados e que consubstanciam os resultados de sua pesquisa: *Águas Thermaes Brasileiras*, 1916; *Poços de Caldas e suas empresas balneárias*, 1917; *Águas Thermaes de Caldas Novas*, 1918; *Da necessidade urgente de captação nova das Águas Thermo-sulfurosas de Poços de Caldas, e dos novos estabelecimentos de banhos*, 1918; *Do imposto de estada e da questão do jogo em Poços de Caldas*, 1918; *Poços de Caldas e suas empresas balneárias*, 1918; *Descrição das águas thermaes do Brasil*, 1916; *O tracoma em São Paulo*, 1917; *A prophylaxia do tracoma e o 1º Congresso Médico Paulista*, 1917; *Da extirpação do tarso no tracoma*, 1917. Memória premiada pela Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro e *Prognóstico das infecções puerperaes*, 1910.

No interior dos trabalhos da Comissão Rondon, escreveu: *Águas Thermaes de Matto-Grosso*, 1919 – Parte 1; *Águas Thermaes de Matto-Grosso*, 1946 – Parte 2

Na Introdução da primeira obra, o Dr. Orozimbo teceu severa crítica aos poucos trabalhos de pesquisa na área das águas termais estimulados pelo governo brasileiro, elencando os inúmeros benefícios de seu aproveitamento, tanto no que diz respeito aos tratamentos de saúde quanto à movimentação turística que as termas estimulariam. Dizia ele na Introdução do Relatório referente às *Águas Thermaes de Matto-Grosso*, ao descrever seu primeiro trabalho referente às águas termais brasileiras:

Tinha por fim estimular o desenvolvimento da indústria hydro-mineral, thermal e climática do Brasil, concorrendo para o aproveitamento científico e para a sua futura grandeza, embora lutando um meio indiferente e hostil, imbuído do mais lamentável cepticismo acerca do valor therapêutico das águas. (OROZIMBO, 1919, p. 9).

Mais à frente, lamenta a herança que os médicos receberam nas faculdades, onde sequer se ministrara qualquer conteúdo relativo aos recursos minerais e sua importância nos tratamentos médicos:

Nós pertencemos, na grande maioria, a uma geração de médicos que terminaram o curso acadêmico sem ter ouvido sequer dos mestres sobre nossas águas medicinaes e, mais ainda, que recebemos delles a falsa noção da mediocridade ou inferioridade das águas mineraes de nosso paiz. (OROZIMBO, 1919, p. 9).

Criticando os governos republicanos, o Dr. Orozimbo ponderou:

A causa da inferioridade de nossas estações de águas deve ser procurada, pois, na myopia dos nossos governantes, que parecem ignorar que a grande indústria hydro-mineral, termal e climática, sabiamente desenvolvida, constitue um dos importantes factores da fortuna das nações dotadas de ricos mananciais d'água medicinal em localidades de bom clima. (OROZIMBO, 1919, p. 10).

[...] Já se vae felizmente tornando bem clara a necessidade da Phisiotherapia com os seus processos naturaes de tratamento, evitando a irritação medicamentosa, para normalizar as funções orgânicas por meios menos brutaes e fisiológicos. (OROZIMBO, 1919, p. 11).

Nessa medida, a contribuição do Dr. Orozimbo Corrêa Netto para os estudos científicos da Comissão Rondon serviram para dar visibilidade às potencialidade medicinais das termas de Mato Grosso, mas, principalmente, serviu para tecer sérias críticas à política nacional com relação às potencialidades das águas termais e sua estreita relação com a saúde e o turismo.

Armando Calazans integrou os trabalhos da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas como médico, entre março de 1907 e julho de 1908, tendo deixado publicado interessantíssimo relatório descritivo sobre as doenças regionais: *Secção de Cáceres a Matto-Grosso, pelo Dr. Armando Calazans (1º Tenente Médico)*, datado de 1908.

Segundo Caser (2010, p. 370),

[...] o relatório de Armando Calazans traz, em sua parte inicial, uma breve apreciação do quadro sanitário do estado de Mato Grosso. Em seguida, o médico narra os principais episódios ocorridos de março de 1907 a abril de 1908 na seção de construção do ramal da linha telegráfica de São Luiz de Cáceres à cidade de Mato Grosso. Acompanham o relatório quadros com informações estatísticas sobre as principais doenças ou acidentes que acometeram os membros da seção.

Muitos auxiliares dos trabalhos rondonianos se queixavam do estado insalubre a que se submetiam, o que desencadeou um grande número de deserções. O trabalho pesado exigia, certamente, um bom estado de saúde. Calazans (1908, p. 4), no citado relatório, ponderou:

Em que pese a administração de quem quer que seja, 60% dos soldados vindos para estas paragens são indivíduos depauperados, enfraquecidos e sem a robustez física necessária para o serviço; outros, sofrendo de moléstias crônicas, sífilíticos e tantos outros em condições de receptividade mórbida.

Além desse estado precário de saúde, os trabalhadores, durante suas atividades junto à Comissão Rondon, contraíam a mais comum das doenças, a malária, transmitida por insetos. Não só essa doença os acometia, sendo também comum a “corrução”, assim descrita por Calazans (1908, p. 5):

De longa data ouve-se dizer que aparecem anualmente casos de uma moléstia conhecida com o nome de corrução ou maculo e que segundo o Dr. Murtinho tem o nome de *el bicho* nas repúblicas platinas [...]. Esta moléstia de mortalidade elevada parece-nos, de acordo com Patrick Manson em sua obra '*Maladies de Pay Chauds*', ser a retite gangrenosa epidêmica, fria e doença que se desenvolve entre indígenas das regiões baixas, úmidas e quentes do norte da América do Sul e talvez também nas ilhas do pacífico sul ou então a forma branda do paludismo cérebro espinhal, do mestre Dieulafoy.

Não tivemos ocasião de observar caso algum dessa enfermidade. Chamado para examinar um doente que dizia afetado deste mal e que o povo estava tratando com pílulas (grandes supositórios fitos de algodão ou fios quaisquer, enrolados na mão e embebidas em uma mistura de pólvora, pimenta, rapé, toucinho, etc.) que

eram introduzidas no ânus, verificamos que se tratava de um caso de febre intermitente paludosa de forma tifoidéa, não havendo nenhuma alteração para o lado do reto.

Afrânio do Amaral nasceu em Belém do Pará, no ano de 1894, filho mais velho de Benvinda do Amaral e de José Bransford do Amaral. Viúva, Benvinda mudou-se para Salvador, onde Afrânio estudou Medicina.

Quando criança fazia expedições pela cidade natal, Belém do Pará, cuja fauna e flora o encantavam, em especial as serpentes. Volta e meia capturava alguma espécie, levando-a em seguida ao museu local para averiguações científicas. Na época, provavelmente o que mais lhe atraía era o chamado cromatismo das serpentes brasileiras, ou seja, a gama variadíssima de cores que possuem. Ele assim avaliou seu interesse prematuro por elas:

Na minha infância, aos oito anos de idade, na chácara em que vivia minha família,

quase fronteira ao bosque municipal do Marco da Légua, surgiu-me, certo dia, a oportunidade de travar conhecimento direto com uma serpente que ali, na língua indígena, é conhecida como boiuna. Acompanhado como estava do chacareiro, um tapuia que conhecia o inhangatu, a língua nobre, dele ouvi a expressão acima citada – boiuna, que significa serpente preta. Esse exemplar foi morto na hora por nós dois e, com o auxílio de terceiros, levado ao Museu Paraense, a cuja frente se encontrava ainda a figura ímpar do seu fundador, o grande Emílio Goeldi. Goeldi já havia trazido para o Brasil a ideia universal da necessidade de se fazer ciência e pesquisa a fim de, não somente, se conhecer a natureza, como, principalmente, se desvendarem os caminhos conducentes à civilização e ao progresso. (AMARAL, citado por FGV/CPEDOC, 1977, p. 1-2).

Médico, graduado pela Faculdade de Medicina da Bahia, hoje parte da Universidade Federal da Bahia, doutorou-se em Harvard, instituição onde também lecionou, chegando a produzir cerca de 400 trabalhos acadêmicos. Foi consultor eleito da Organização Mundial da Saúde e da Comissão Internacional de Nomenclatura Zoológica (com sede em Londres).

Dedicou-se aos estudos zoológicos, especialista em serpentes. Suas publicações, a exemplo das *Serpentes do Brasil*, inclui uma riquíssi-

ma iconografia colorida com mais de 582 gravuras delas. Nessa obra, o Dr. Afrânio comentou: “As serpentes representam um grupo de animais cuja constituição é realmente antiga. Surgiram aparentemente do meio para o fim da era Cenozoica, deixando fósseis em terrenos no período Cetáceo”.

Estudou, na ilha de Queimada Grande-SP, os venenos das cobras, a exemplo da jararaca-ilhoa, no ano de 1920, cujo veneno é o mais potente da espécie.

Dirigiu o Instituto Butantã, pouco depois de sua criação, de 1919 a 1921 e de 1928 a 1938.

Em 1919, em sua primeira gestão, ele ocupou a chefia do Departamento de Ofiologia e Zoologia Médica do Instituto. Mais tarde, escreveu sobre a situação do Instituto no livro *Serpentes em crise*, com prefácio de Monteiro Lobato. Foi capa da revista *Time* em 1929, personagem central da matéria intitulada ‘*Snakes*’, por conta de seu trabalho no Butantã.

Assinalando a importância de Afrânio do Amaral na ciência brasileira, Gilberto Freyre anotou, em artigo publicado em *O Jornal*, em 1944, que o mundo passaria a ver o Brasil não apenas por suas belezas naturais, mas também, e principalmente, por talentos, como Afrânio do Amaral (WIKIPEDIA, [20--]).

Faleceu em São Paulo, no ano de 1982, aos 88 anos.

Joaquim Augusto Tanajura, filho do médico e político José de Aquino Tanajura e de Antônia Francisca, nasceu em 31 de outubro de 1878, no interior da Bahia. Ganhou o cognome de “Tanajurinha”. Passou sua infância entre o sítio Bom Jardim de São José (Lagoa) e na fazenda Coqueiros, tendo feito seus primeiros estudos em Vila Velha, na escola do professor Dario de Castro Ramos, na rua do Fogo, terminando o curso primário em Rio de Contas. Formou-se em Medicina, em 8 de dezembro de 1900, pela Faculdade de Medicina da Bahia, contando apenas 22 anos de idade. Defendeu a tese *Letalidade infantil e suas causas*. Alguns anos depois, mudou-se para a capital federal, Rio de Janeiro, onde entrou para a Força Policial. Foi convidado a fazer parte da Comissão Rondon, percorrendo os sertões de Mato Grosso e do Amazonas. Projetou-se nacionalmente como secretário geral da comissão mista de limites entre o Brasil, Peru e Colômbia. Por esta atuação, foi condecorado pelo governo da Colômbia com a Ordem da Cruz de Bogotá, no grau de Oficial, e com a insígnia e o diploma da Ordem del Sol del Peru.

Chefiou o serviço de saúde da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas entre 1909 e 1912, quando foi nomeado pelo então governador de Mato Grosso, Joaquim Augusto da Costa Marques (1911-1915), o primeiro Intendente Municipal (hoje prefeito) de Santo Antônio do Madeira, cargo que ocupou até o final de 1915 (CANTANHEDE, 1950, p. 59). Fez brilhante administração dotando o município de obras de infraestrutura, saneamento e melhorando o sistema educacional. Foi eleito Deputado Estadual pelo Amazonas, transferindo-se para Manaus Posteriormente, foi eleito prefeito de Manaus, dotando a velha cidade obras sociais que ainda hoje são utilizadas pela população. Em 1940, deixou com grande pesar o estado do Amazonas e passou a residir em Curitiba-PR, onde assumiu o posto de médico da Polícia Militar. Em Salvador, fundou a Liga Baiana contra a Mortalidade Infantil. Foi jornalista e político. Escrevia para o jornal da época *Diário da Bahia*. Na política, teve apoio dos correligionários do seu pai Dr. Tanajura, sendo eleito Deputado Federal em 1906, passando a residir no Rio de Janeiro, onde, além dos trabalhos legislativos, era médico da Polícia Militar do antigo Distrito Federal. Na sua missão no Amazonas, foi eleito o primeiro prefeito de Porto Velho, em 1917, onde fundou o primeiro jornal da cidade Alto Madeira. Em 1923, foi eleito novamente pelo voto popular.

O Dr. Joaquim Tanajura amparou cientificamente os recorrentes surtos de malária e influenza. Nesse período, o médico realizou estudos sobre as doenças e seus ciclos de duração na região, os aspectos de vida dos trabalhadores da Comissão e dos habitantes locais, como, por exemplo, sua alimentação diária, tendo também analisado a salubridade dos rios e as possíveis fontes de água potável.

Segundo Vital (2011, p. 548):

Dos estudos e de outros médicos que atuaram na região, decorreu a publicação, em 1910, das *Instruções para o serviço sanitário das seções do norte e do sul* (CLITEMTA, s.d.), uma série de normas que visava instituir um serviço de profilaxia contra a malária no contingente de trabalhadores e organizar o serviço de saúde na Comissão. Os trabalhos de construção da linha telegráfica, a partir de maio de 1910, se dariam em duas frentes, dividindo-se, assim, nas seções norte e sul. A primeira teria como centro de tomadas de decisão o povoado de Santo Antônio do Madeira, onde seria instalada também a enfermaria do norte.

Fez publicar o resultado de suas investigações científicas em *Expedição de 1909*, publicado no mesmo ano. De regresso à capital

federal, Rio de Janeiro, em viagem iniciada em Curitiba, o Dr. Tanajura adoeceu e foi internado em São Paulo, no Instituto Paulista de Medicina, vindo a falecer no dia 19 de junho de 1941 (MACHADO, 2011).

Adolfo Lutz nasceu no Rio de Janeiro, no dia 18 de dezembro de 1855, e faleceu na mesma cidade, no dia 6 de outubro de 1940, aos 85 anos. Quando completou dois anos de idade, mudou-se para a Suíça, terra natal de seus pais. Sua formação acadêmica foi esmerada e profunda. Diplomou-se em Medicina no ano de 1879, pela Universidade de Berna, Suíça. Estudou técnicas de Medicina experimental em vários centros médicos de Londres, Lípsia (Alemanha), Viena (Áustria), Praga (República Checa) e Paris (França), quando teve o privilégio de ser aluno de Louis Pasteur. Retornando ao Brasil, montou consultório na cidade de Limeira-SP.

Brilhante e reconhecido médico e cientista brasileiro, ficou conhecido como Pai da Medicina Tropical e da Zoologia Médica no Brasil. Pioneiro na área de Epidemiologia e na pesquisa de doenças infecciosas, a exemplo de investigações sobre cólera, peste bubônica, febre tifoide, malária, ancilostomíase, esquistossomose, leishmaniose, doenças tropicais e pestes. Foi o primeiro cientista latinoamericano a estudar o *Aedes aegypti*, vetor da dengue e outras doenças correlatas.

Em 1892, foi criado, em São Paulo, o Laboratório de Bacteriologia, no ano seguinte denominado Instituto Bacteriológico do Estado de São Paulo, onde Adolfo Lutz trabalhou e foi seu diretor entre os anos de 1893 e 1908. Em 1940, a instituição passou à denominação que leva hoje, Instituto Adolfo Lutz.

Rondon, frente à inquestionável competência desse médico e pesquisador, convidou-o para participar dos trabalhos da Comissão, na fase em que a expedição ingressou na parte amazônica, onde grassavam inúmeras doenças tropicais. Por isso, ao lado dos estudos específicos na área da saúde, Lutz dedicou parte de suas investigações ao estudo de insetos, possivelmente transmissores ou vetores de doenças. Sua colaboração foi valiosa, tendo escrito nas publicações da Comissão Rondon: *Tabenideos*, Anexo 5, Publicação 14. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1912.

Após mais de três décadas de trabalho em São Paulo, Adolfo Lutz se aposentou, em 1908, e mudou residência para a então capital federal, Rio de Janeiro, onde trabalhou por mais 32 anos, até a morte, em 6 de outubro de 1940 (REVISTA ISTOÉ INDEPENDENTE, 1999).

BOTÂNICOS DA COMISSÃO RONDON

Frederico Carlos Hoehne nasceu em Juiz de Fora-MG, no dia 1º de março de 1882, tendo falecido aos 77 anos na cidade de São Paulo-SP, aos 16 de março de 1959.

Sua vocação para a Botânica se manifestou ainda na infância. Sua carreira profissional teve início no ano de 1907, quando foi nomeado interinamente como jardineiro-chefe do Museu Nacional do Rio de Janeiro, instituição secretariada pelo também botânico Alípio de Miranda Ribeiro, que convidou Hoehne para integrar a equipe da Comissão de Linhas Telegráficas, que depois passou a ser conhecida como Comissão Rondon. Essa indicação foi aceita por Rondon, em 25 de maio de 1908, para atuar como ajudante de botânico. Nessa primeira fase, ele ficou na Comissão até 1912 e, de 1913 a 1914, foi membro da Expedição Científica Roosevelt, retornando depois à Comissão Rondon, onde permaneceu até 1917.

Hoehne dirigiu, em São Paulo, o Instituto de Botânica, entre os anos de 1938 e 1950, local onde desenvolveu extraordinária pesquisa, veiculada em mais de quatro centenas de artigos de jornais e revistas, 117 trabalhos monográficos, sendo ainda de sua autoria 4 trabalhos infantojuvenis sobre plantas brasileiras. No interior da Comissão Rondon, colaborou em 17 publicações, tendo outros estudos de Zoologia veiculados pelo Instituto Butantã, Museu Paulista, Instituto Biológico e Instituto de Botânica. As estampas ilustrativas que acompanham as obras são do próprio punho de Hoehne, que fazia questão de reproduzir as espécies estudadas. Entre seus livros, salientam-se: *Botânica e agricultura no Brasil no século XVII* (São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937, 410 p.); *Plantas e substâncias vegetais tóxicas e medicinais* (Departamento de Botânica do Estado de São Paulo, 1939, 324 p., al.); *O Jardim Botânico de São Paulo*, em colaboração com Oswaldo Handro e Moysés Kuhlmann (Departamento de Botânica do Estado de São Paulo, 1941, 656 p., il.); e *Iconografia de orquídeas do Brasil* (Departamento de Botânica do Estado de São Paulo, 1949, 304 p., il.).

Nos trabalhos da Comissão Rondon, colaborou com 17 publicações. Seu reconhecimento não se circunscreveu ao Brasil, mas ganhou uma dimensão internacional, visto ter recebido, da Universidade de Göttingen, na Alemanha, o diploma de Doutor *Honoris Causa* de Filosofia.

João Geraldo Kuhlmann nasceu em Blumenau-SC, no ano de 1882, e faleceu em 1958 no Rio de Janeiro-RJ. Foi um botânico brasileiro,

especialista em Taxonomia de Angiospermas. Ele coletou expressivo material herborizado, e guardou-o cuidadosamente. Após a sua morte, foi o mesmo reunido no Museu Botânico Kuhlmann, criado em 1960.

Anteriormente, esse espaço fora destinado à Fábrica de Pólvora do Rio de Janeiro, instituição significativa para a defesa não só da antiga capital do Brasil, mas também de todo o Império. Desativada a fábrica em 1831, a edificação passou por diversas reformas, tendo sido ali instalada a residência e o laboratório do botânico Dr. João Geraldo Kuhlmann. Após sua morte, em 1984, foi descoberto um sítio arqueológico denominado Oficina do Moinho de Pilões, que hoje abriga o Museu-Sítio Arqueológico Casa dos Pilões, onde uma maquete simula o funcionamento da antiga oficina.

João Geraldo Kuhlmann foi autor de quase uma centena de trabalhos científicos na área da Botânica. Seu reconhecimento lhe valeu a direção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, cargo que exerceu até o ano de 1951.

Dentre suas obras, podem ser destacadas: *Clinostemon*, novo Gênero de Lauráceas da Amazônia. *Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 4 (2), p. 57-59, 1928; *Arquivos do Serviço Florestal*, [s.l.], n. 3, p. 4, 1950. (Neste trabalho, descreve a família de Peridiscaceae).

A. J. de Sampaio foi outro botânico que se incumbiu de estudar, junto à Comissão Rondon, parte da coleção de Pteridophytas organizadas pelos cientistas Hoehne e Kuhlmann, que haviam sido levadas para o Museu Nacional. Sampaio atuava como professor. Esse estudo teve por base trabalhos anteriores executados por Herbert Smith e Júlio César Diogo, além daquelas espécies por ele catalogadas e constantes na obra *A flora de Matto-Grosso: memória em homenagem aos trabalhos botânicos da Comissão Rondon*, publicada em 1916, nos Arquivos do Museu Nacional.

Nasceu aos 5 de fevereiro de 1881. Natural de Campos dos Goitacazes-RJ, descendeu de João José de Sampaio, comerciante de origem portuguesa, e Leopoldina Joaquina Decat Sampaio, de descendência francesa.

Alberto José de Sampaio, ou A. J. Sampaio, como ficou mais conhecido, iniciou sua alfabetização em casa (Campos-RJ), complementando o curso primário na cidade do Porto, em Portugal, entre os anos de 1887 e 1888, em visita a parentes próximos de seu pai. “Mais tarde, cruzaria novamente o Atlântico por mais de uma vez em viagem de aperfeiçoamento ou para apresentar-se em congressos

científicos. Terminou o curso primário e o secundário em sua cidade natal, tendo cursado o segundo no tradicional Liceu de Humanidades de Campos” (CAPANEMA, 2006, p. 20).

De volta ao Rio de Janeiro, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, interrompendo o curso no final do segundo ano, ocasião em que optou por prestar concurso para assistente da Seção de Botânica junto ao Museu Nacional, em 1904. Aprovado nesse certame, iniciou sua carreira de naturalista em janeiro de 1905.

Inicialmente, demonstrou interesse pela homeopatia, o que o levou a concluir o curso de Medicina, pela Escola de Medicina e Cirurgia do Instituto Hahnemanniano, especializando-se na área homeopática, possivelmente influenciado pelos trabalhos realizados no Museu Nacional na área de Botânica. Exerceu a clínica médica por algum tempo em bairros da capital federal, porém, absorvido pela carreira de naturalista, abandonou a clínica para se dedicar à botânica.

Segundo Capanema (2006, p. 21),

[...] durante os primeiros anos de atuação na Seção de Botânica (1905-1909), Sampaio somente se preocupou em assimilar ao máximo os conhecimentos sobre a flora nacional e estrangeira, teórica e tecnicamente: “[Vive] entre os livros, os laboratórios e a natureza. Estuda muito. Observa. Experimenta. Conclui. Examina herbários e herboriza. A sua pena magnífica trabalha ainda só para si” (D.F.C., 1943, p. 180). Esse período é realmente um enigma em sua vida profissional, pois não encontramos nenhum documento referente a ele; somente a partir de 1909 apareceram os primeiros resultados de suas atividades científicas em algumas publicações.

Seus estudos e pesquisas da flora se cindiram ao campo das orquídeas, tendo publicado, junto à Comissão Rondon: *Pteridophytas* (1916); *Lauraceas de Matto-Grosso e duas novas espécies da Amazônia* (1917); e, em conjunto com J. G. Kuhlmann, *Clinostemon, novo gênero de Lauráceas da Amazônia* (1928).

Em 1910, foi nomeado substituto do professor da Seção de Botânica do Museu Nacional, dando início à sua atuação docente, paralelamente aos trabalhos de pesquisa.

Entre maio de 1913 e abril de 1914, foi designado, pelo Museu Nacional, para realizar cursos de aperfeiçoamento em Botânica, aproveitando a oportunidade para visitar as principais instituições museológicas da Europa, abrindo oportunidade para intercâmbio.

Segundo o estudo de Capanema (2006, p. 24):

O relatório apresentado por Sampaio sobre sua comissão à Europa é muito útil para a análise do contexto institucional do Museu Nacional e da ciência brasileira no período. Nele, ele expôs suas considerações sobre as instituições que visitou e enalteceu a capacidade científica do Museu Nacional devido ao seu repositório de espécimes naturais, apresentando, contudo, severas críticas à precariedade de material necessário à realização de seu trabalho na Seção de Botânica. Ele destacava a necessidade de uma equiparação técnica do Museu aos institutos internacionais, no que dizia respeito à disponibilização de bibliografia especializada, como obras e periódicos indispensáveis aos trabalhos botânicos, e coleções botânicas típicas para a identificação e classificação de plantas.

Publicou *Phytogeographia do Brasil* (1934), *Biogeographia Dynamica* (1935) e *A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia* (1944).

Além dos trabalhos de pesquisa e de docência, atuou

[...] como um dos principais organizadores e como relator-geral da *Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza*, realizada no Rio de Janeiro em abril de 1934. Fundou a *Sociedade dos Amigos das Árvores*, em 1931, e foi sócio fundador da *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*, em 1932, associações que se dedicavam à causa conservacionista, publicando, em 1935, o livro especialmente dedicado ao tema, *Biogeographia Dynamica: a natureza e o homem no Brasil*, onde traçava um programa de proteção da natureza para a nação. [...] Membro correspondente do *Office International pour la Protection de la Nature*, instituição centralizadora da documentação internacional referente à legislação conservacionista, à qual oferecia ampla divulgação através de sua *Revue Internationale de Législation pour la Protection de la Nature*, criada em 1931. O instituto era sediado em Bruxelas e mantido por várias instituições científicas. (CAPANEMA, 2006, p. 27).

Alberto José de Sampaio faleceu em Campos-RJ, aos 30 de dezembro de 1946, com 65 anos de idade.

ZOÓLOGOS DA COMISSÃO RONDON

Alípio de Miranda Ribeiro nasceu em Rio Preto-MG, no dia 21 de fevereiro de 1874. Desde criança, demonstrou pendor pela Zoologia, ciência que abraçou durante sua vida. Seus primeiros estudos foram cursados em sua terra natal e complementados no Rio de Janeiro, com o curso secundário. Ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, porém, não chegou a concluir o curso.

Seu grande sonho foi o de desenvolver pesquisas junto ao Museu Nacional, ingressando na instituição no ano de 1894, quando ocupou a função de preparador interino da 1ª Secção. Em 1897, foi nomeado naturalista-auxiliar, vindo a ocupar os cargos de secretário (1899), professor e chefe da Divisão de Zoologia (1929), função que exerceu até vir a falecer. Atuou como substituto da Secção de Zoologia (1910-1929), quando foi promovido a professor-chefe desta.

Participou da Comissão Rondon, integrando a primeira expedição (1908-1910), oportunidade em que realizou valiosas observações e coleta de material, tendo aproveitado o percurso do Rio de Janeiro a Corumbá para coletar material zoológico (1908). Participou, a convite de Rondon, da Expedição Científica Roosevelt-Rondon, como zoólogo. Deixou cerca de 150 obras versando sobre vertebrados e invertebrados da fauna brasileira, além de outros títulos sobre peixes, répteis, pássaros e mamíferos. Na Comissão Rondon, ofereceu as seguintes contribuições: *Loricariidae*, *Callichthyidae*, *Doradidae* e *Trichomycteridae*. Anexo 5. Publicação 16. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1912; *Pimelodidae*, *Trachycorystidae*, *Cetopsidae*, *Bunocephalidae*, *Auchenipteridae* e *Hypophthalmidae*. Anexo 5. Publicação 15. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, fev. 1914; *Resultados zoológicos da Expedição Roosevelt-Rondon*. Anexo 4. Publicação 53. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1914 e *Peixes (excl. Characinidae)*. Anexo 5. Publicação 58. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1920.

Em 1911, fundou a Inspetoria de Pesca, primeiro serviço oficial a dedicar-se ao setor no Brasil, tendo sido seu primeiro diretor (1911-1912). Ali, estabeleceu um espaço museológico sobre pesca, uma biblioteca especializada, seções técnicas de pesquisa e operou um navio oceanográfico, o *José Bonifácio*. Pela sua competência, foi fundador da Sociedade Brasileira de Ciências.

Faleceu no Rio de Janeiro, no ano de 1939, aos 65 anos de idade.

Hermann von Ihering foi um naturalista de reconhecimento nacional e internacional. Nasceu aos 9 de outubro de 1850 em Giessen-Alemanha, descendendo do velho do jurisfilósofo Caspar Rudolf von Ihering. Aos 18 anos, sua família transferiu residência para Viena. Formou-se em Medicina, tendo defendido, em 1876, a tese intitulada *Significação do aparelho auditivo dos Molluscos, tendo-se em vista a sua classificação natural*, pela Universidade de Erlangen. Concorreu à cátedra da mesma universidade alemã, ocasião em que defendeu a tese *Anatomia comparada do sistema nervoso dos moluscos*, apresentada em 1877. Já naquele momento, demonstrava seu pendor pelo estudo zoológico.

Veio para o Brasil em 1880, a fim de auxiliar na montagem de um centro de estudos de História Natural. Naquela ocasião, lecionava Zoologia em Leipzig. Aqui, casou-se com a jovem viúva Anna Maria Clarz Belzer, com quem teve dois filhos, Clara von Ihering e Rodolpho Theodor Wilhelm Gaspar von Ihering. Residiu inicialmente em Taquara-RS (1880-1883), depois passou por Guaíba (1883-1884), no mesmo estado.

Coletou grande espécimes de animais, formando uma coleção invejável. Remeteu parte do acervo a instituições e a estudiosos europeus, a exemplo das aves, enviadas para o Museu Britânico e para o conde Hans von Berlepsch; ovos para Adolph Nehrkorn e aranhas para o conde Alexander von Keyserling. Além disso, praticou Medicina e escreveu para um jornal em Porto Alegre. Em 1883, foi nomeado naturalista viajante do Museu Nacional. Morou em Rio Grande (1884-1885), São Lourenço do Sul (1885) e sete anos em uma ilha na foz do rio Camaquã, carinhosamente conhecida como *ilha do Doutor*. Ali, Ilhering construiu uma casa, onde escreveu suas memórias não publicadas, *Lebenserinnerungen* (BOLETIM DO MUSEU PAULISTA DE OCEANOGRAFIA, 1950).

Naturalizado brasileiro em 1885, em 1892 mudou-se para São Paulo, a fim de fundar o que seria mais tarde o Museu Paulista, dedicado à História Natural, do qual foi diretor por 25 anos. Esse trabalho foi iniciado graças ao acervo do antigo Museu Sertório, que funcionava anexo à Comissão Geográfica e Geológica, que, mais tarde, deu origem ao Museu Paulista, franqueado ao público em 1895.

Foi também autor do livro *As aves do Rio Grande do Sul*, publicado em 1907, em São Paulo. Durante a primeira grande guerra mundial, foi afastado desse cargo, devido à sua origem alemã. Durante o afastamento, residiu em Santa Catarina, onde dirigiu, por quatro anos, um museu. Mais tarde, com fim do conflito armado, retornou ao Museu Paulista, onde atuou até 1916.

Dessa vasta experiência, Hermann assim opinou, em 1911:

Aqui no Brasil, onde vivo desde o ano de 1880, liguei novamente atenção a assuntos de Antropologia e Etnologia, procurando antes de tudo pôr os nossos conhecimentos sobre os indígenas atuais em relação com os achados arqueológicos e com as informações contidas na literatura antiga [...] Ocupei-me particularmente da biologia dos insetos e, entre eles, de preferência, com a vida dos Himenopteros sociais e também da entomologia econômica, cujo estudo introduzido no Brasil. (BOLETIM DO MUSEU PAULISTA DE OCEANOGRAFIA, 1950).

Além das publicações inseridas na Revista do Museu Paulista, colaborava concomitantemente em cerca de 24 periódicos nacionais e estrangeiros. Trabalhou por 80 anos ininterruptos. Sobre sua capacidade de trabalho, aliada à competência, assim se expressou Franco da Rocha: “Von Ihering não era um homem desses que desaparecem todos os dias, sem que façam grande falta, a não ser para os seus íntimos. Ele trabalhou muito e o resultado desse trabalho aí está nos livros e revistas científicas em que colaborou”. Conhecido e respeitado por cientistas do mundo todo, logo recebeu convites de museus e universidades, indo primeiro para o Chile e depois para o Museu de la Plata, na Argentina. Lá, lecionou Zoologia na Universidade de Córdoba, continuando suas pesquisas de Arqueologia e Antropologia. Ao retornar à Alemanha, em 1924, a convite da Universidade de Gießen, doou à universidade de Córdoba sua coleção de moluscos fósseis. Sua imortalidade está consagrada nos trabalhos científicos que legou ao Brasil e ao mundo, pois, de acordo com Diderot: “A imortalidade é uma espécie de vida que se adquire na memória dos homens” (BOLETIM DO MUSEU PAULISTA DE OCEANOGRAFIA, 1950).

Ao celebrar seus 70 anos era membro honorário ou correspondente de 30 sociedades e academias; seu nome tinha sido dado a 5 *genera* e mais de 100 espécies de animais e plantas.

Hermann von Ihering retornou à Alemanha, fixando residência na pequena cidade de Buedingen, onde veio a falecer a 26 de fevereiro de 1930. Seu filho, Rodolpho von Ihering, seguiu os passos do pai, visto que foi o introdutor da Limnologia no Brasil.

Adolpho Ducke nasceu em Trieste, território integrante do Império Austro-Húngaro, aos 19 de outubro de 1876, e faleceu na cidade de Fortaleza, em 5 de janeiro de 1959. Profissionalmente, atuou como botânico, entomólogo e etnólogo. Começou a trabalhar na floresta Amazônica como entomólogo, junto ao Museu Paraense Emílio Goeldi. Seu pendor para a Botânica se deveu a Jacques Huber e de Paul Le Cointe, cujos trabalhos de pesquisa foram compartilhados por Ducke. Fez diversas viagens ao Amazonas, onde estudou a estrutura do sistema florestal. Publicou 180 artigos e monografias, principalmente sobre as leguminosas, a maioria em língua estrangeira, especialmente na língua alemã.

Ducke descreveu 900 espécies e 50 gêneros de plantas, principalmente árvores. Em 1918, além de suas intensas atividades para o Museu Paraense, colaborou, em outras instituições, com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o Instituto Agrônomo do Norte.

Durante a primeira metade do século XX, foi uma das mais importantes autoridades na área da botânica amazônica. Em 1954, preocupado com os destinos dos recursos naturais dessa região, sugeriu ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) a criação de reservas naturais. Morreu antes de ver seus esforços coroados. Em 1963, foi criada a Reserva Florestal Adolpho Ducke e também o Jardim Botânico de Manaus que, hoje, leva seu nome.

Henrique de Beaurepaire Roban Aragão nasceu em Niterói, em 1879. Concluiu o curso de Medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no ano de 1905. Defendeu tese junto ao Instituto Oswaldo Cruz, ao qual se ligou desde 1903, enquanto estudante, ali permanecendo até sua aposentadoria como integrante dos quadros institucionais. Estudos sobre este personagem afirmam que:

Seu sobrenome francês é de origem materna em terceira geração. Seu avô materno, marechal Henrique de Beaurepaire Rohan, já era brasileiro e teve ativa participação na vida política e cultural da nação, tendo sido cartógrafo e autor de um dicionário de vocábulos brasileiros. (REZENDE, 2009, p. 44).

O Dr. Aragão se dedicou ao estudo das doenças transmitidas por animais, uma das primeiras quando contava com apenas 28 anos de idade. “Sua primeira grande descoberta, a do ciclo exoeritrocitário do hematozoário (*Haemoproteus columbae*), antecipando a ocorrência de idêntico ciclo na malária humana, o que foi comprovado, trinta anos depois, pelo cientista inglês Percy Garnham ao descrever o ciclo hepático do plasmódio” Essa descoberta foi, trinta anos depois, confirmada pelo cientista inglês Percy Garnham, ao descrever o ciclo hepático do plasmódio (REZENDE, 2009, p. 409-416).

O reconhecimento das pesquisas do Dr. Aragão era notório:

Olympio da Fonseca Filho narra que, ao visitar o Instituto de Medicina Tropical de Hamburgo, em 1952, ouviu do decano dos protozoologistas alemães, prof. Reichnow, palavras de elogio e admiração pelo trabalho de Henrique Aragão, ‘tão jovem e já famoso’. (FONSECA FILHO, 1973, p. 43).

Em 1909 e 1910 Aragão realizou estudos na França e na Alemanha, especialmente no Instituto Zoológico de Munique. Ao retornar ao Brasil, dedicou-se inteiramente à pesquisa, interessando-se por diversos campos do conhecimento. Sua produção científica é abrangente e diversificada nas áreas da parasitologia, virologia

e biologia em geral. Ocupou-se tanto da pesquisa aplicada aos problemas de saúde pública da época, conforme a orientação do instituto, quanto da pesquisa básica, quando dispunha de tempo.

Trabalhou na profilaxia da malária e desenvolveu estudos sobre a Leishmaniose tegumentar, amebíase intestinal, parasitoses do homem e dos animais, febre amarela e outras viroses. (REZENDE, 2009, p. 368).

No ano de 1911, teve sua atenção despertada para o mixoma do coelho, doença transmitida aos roedores pela picada de insetos. Segundo Rezende (2009, p. 369-370),

[...] essa descoberta teve repercussão internacional e beneficiou especialmente a Austrália. [...] Em 1919, Henrique Aragão escreveu ao governo da Austrália, sugerindo o controle biológico, inoculando alguns coelhos com o vírus do mixoma, que ele havia isolado e que se prontificava a fornecer, introduzindo no país uma doença altamente letal para o coelho. As autoridades sanitárias da Austrália relutaram por muitos anos a importar o vírus, temendo consequências imprevistas. Somente em 1950, graças à persuasão de cientistas australianos, o governo decidiu autorizar o método proposto por Aragão.

Sua atuação, por ocasião da febre amarela que grassou no Rio de Janeiro em 1928, foi de uma dedicação espantosa, visto que desejava produzir uma vacina. Sua carreira profissional foi igualmente exitosa:

Para coroamento de sua carreira, Henrique Aragão foi diretor do Instituto Oswaldo Cruz de 1942 a 1949. Em sua administração, o instituto, dando continuidade às propostas do Serviço de Estudo das Grandes Endemias criado por Evandro Chagas, expandiu suas atividades no interior do país com a criação do posto de saúde para estudo da esquistossomose em Pernambuco e o posto para estudo da doença de Chagas, em Bambuí, Minas Gerais, hoje Centro Avançado de Estudos Emmanuel Dias. Neste centro foram feitos importantes estudos clínicos e epidemiológicos sobre a tripanossomíase e iniciadas as primeiras experiências de combate aos triatomíneos pela borrifação das casas com inseticidas de ação residual. [...] Aposentado compulsoriamente por idade, em 1950, Aragão dedicou os últimos anos de sua vida ao estudo e classificação dos ixodídeos (carrapatos). Permaneceu em atividade até uma semana antes de seu falecimento, que se deu a 26 de fevereiro de 1956, aos 77 anos. (REZENDE, 2009, p. 370).

Mereceu o Dr. Aragão inúmeras condecorações, a exemplo da medalha Noth, outorgada pelo Instituto de Medicina Tropical de Hamburgo.

O Instituto Oswaldo Cruz possui um pavilhão com o seu nome e o homenageou com dois seminários em sua memória, o primeiro em 1979, no centenário de seu nascimento, e o segundo em 2007, em comemoração ao centenário de sua descoberta do ciclo exo-eritrocitário do parasito da malária. (REZENDE, 2009, p. 370).

MINERÓLOGO E GEÓLOGO DA COMISSÃO RONDON

Alberto Betim Paes Leme nasceu no Rio de Janeiro, em 1883. Seus estudos médios foram realizados no Liceu Carnot, em Paris, e o superior na École des Mines, diplomando-se em 1906. Trabalhou, em 1911, no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB), ocupando a cadeira de Mineralogia do Museu Nacional, ocasião em que dinamizou a seção de Mineralogia e Geologia através da reorganização de suas coleções.

O ano de 1926 marcou sua nomeação como catedrático de ‘Botânica e Zoologia Industriais’ e ‘Estudos das Matérias-Primas’, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Sua primeira obra publicada foi um estudo da geologia do Distrito Federal, escrita em 1910. Pela Comissão Rondon, escreveu *Mineralogia e Geologia*, obra elaborada em 1911 e impressa em 1920. Publicou o guia *Evolução da Terra e Geologia do Brasil, sob a ótica das coleções do Museu Nacional* (1924), a *História Física da Terra, vista por quem a estudou no Brasil* (1979), e *O Depoimento do Brasil na discussão da Theoria do Deslize dos Continentes segundo Wegener* (1930). Dedicou-se a pesquisas no campo da análise espectral aplicada à Mineralogia.

Pertenceu à Société Géologique de France e à Academia Brasileira de Ciências, tendo recebido as insígnias de Cavaleiro da Légion d’Honneur e professor honorário da Universidade de Paris (Sorbonne). Durante seus trinta anos de atividade, Betim ofereceu vasta e fecunda contribuição para a Geologia, tendo participado do debate sobre a Teoria da Deriva Continental.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 1938.

João Salustiano Lyra nasceu em Pelotas-RS, aos 8 de junho de 1878, e faleceu em 3 de abril de 1917, por afogamento, no rio Sepotuba, em Mato Grosso, quando fazia sua exploração. Nesse incidente faleceu também o Segundo Tenente Eduardo de Abreu Botelho, que

o auxiliava nessa missão. Filho natural do Visconde da Graça com Vicência Ferreira Lira. Engenheiro militar formado na Alemanha e especializou-se em telegrafia sem fio, sistema de comunicação utilizado pela Comissão Rondon, que o convidou para integrar essa missão, em sua parte Amazônica, entre os anos de 1907 e 1909. Colaborou com a Expedição Científica Roosevelt-Rondon, entre 1913 e 1914. Publicou *Variante da Ponte de Pedra ao Salto Utiariti e Aldeia Queimada*, em 1908. Casou-se com Thereza Dulce, natural de São Luiz de Cáceres-MT, com quem teve três filhos. Sua carreira foi interrompida quando faleceu, vítima de afogamento, nas corredeiras do rio Sepotuba (atualmente rio Tenente Lira), afluente da margem direita do Alto Paraguai, em 3 de abril de 1917, aos 38 anos. Seu corpo jamais foi encontrado.

Para reverenciar a memória do Tenente Lyra e de seu auxiliar, Eduardo de Abreu Botelho, a Comissão publicou a obra *O desastre do Sepotuba*, lamentando a perda de dois importantes e reconhecidos cientistas da Comissão Rondon (NOMURA, 2010).

De seu trabalho junto à Comissão Rondon, mereceu publicação *Relatório do ajudante da expedição*, em 1910.

Júlio Caetano Horta Barbosa nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, aos 8 de maio de 1881, e faleceu em 1965, aos 84 anos, na mesma cidade. Participou da Guerra de Canudos com apenas 15 anos de idade, tendo iniciado sua carreira militar em 1897, quando assentou praça. O curso superior foi efetivado na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, diplomando-se em Engenharia, com bacharelado em Matemática e Ciências Físicas.

A partir de 1906, integrou os trabalhos da Comissão Rondon na instalação das Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, sob o comando de Cândido Mariano da Silva Rondon, ocasião em que ofereceu sua colaboração por muitos anos.

De profunda formação positivista, Júlio Caetano se posicionou favorável à Aliança Liberal, sob a liderança de Getúlio Vargas. Nessa direção, combateu o movimento constitucionalista de 1932, liderado por São Paulo. Por sua atuação, foi promovido ao generalato, tendo também presidido o famoso Clube Militar do Rio de Janeiro, entre 1936 e 1937.

Sua atuação foi muito mais no campo político, tendo colaborado em diversos momentos que marcaram os trabalhos da Comissão Rondon. No interior do Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais, comandou o organismo que estava direta-

mente ligado à presidência da República, e ainda integrou, por diversas vezes, o Conselho da Instituição no encaminhamento político.

Durante o Estado Novo, ajudou a fundar a Sociedade Amigos da América, entidade que lutou pela defesa da democracia e do alinhamento externo do Brasil com os Estados Unidos e com o bloco dos Aliados na II Guerra Mundial. Entre 1944 e 1945, esteve à frente da 2ª Região Militar, sediada em São Paulo.

Dentre as suas bandeiras de luta, tem destaque a questão do petróleo enquanto patrimônio nacional. Daí ter sido alçado à presidência de honra do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, ocasião em que teve forte participação na campanha ‘O Petróleo é Nosso’, movimento que culminou com a criação da Petrobrás, em 1954.

No interior da Comissão Rondon, escreveu o relatório referente à *Exploração e levantamento dos rios Amari e Machadinho*, datado de 1945.

Emmanuel Silvestre do Amarante era carioca e completou seus estudos na Escola de Artilharia e Engenharia do Rio de Janeiro, em 1906. Casou-se com Aracy, uma das filhas de Cândido Mariano da Silva Rondon.

Foi promovido a Major em 1923 e, em 1929, era o chefe da 4ª Zona Telegráfica, sediada no extinto município de Santo Antônio do Rio Madeira, então pertencente ao Mato Grosso uno, situado a 7 km do centro de Porto Velho, parte do atual estado do Amazonas.

O Major Amarante morreu vítima de infecção tífica, aos 8 de agosto de 1929, quando fazia apenas quatro meses que se encontrava como chefe do distrito telegráfico. Faleceu na cidade de Porto Velho, aos 49 anos, em 1929, sendo enterrado no cemitério dos Inocentes, em um lendário túmulo que foi vitimado por uma lenda.

Em *Porto Velho-Amazonas, o cemitério e a história*, Matias (2013) relata:

Na época, o cemitério era protegido por uma cerca de arame farpado e os moradores da ‘Vila Mucambo’ costumavam cruzar o campo quando se dirigiam ao centro de Porto Velho. Eis que senão quando, um morador chegou na vila apavorado, estava lívido, olhos esbugalhados, garganta seca e o medo estampado no rosto. E gritou que ‘ao passar perto do túmulo do Major Amarante ouviu uma espécie de rugido e o som de algo se quebrando’. ‘Parecia que o defunto estava se levantando da sepultura’. Foi o bastante para o medo e o mistério servirem de combustível para o surgimento de uma amedrontadora lenda de cemitério. De repente, a cidade inteira ficou apavorada com o *homem que virou bicho*. Seria um dragão acorrentado? Uma grande cobra

acorrentada pelo rabo? Ou, pior ainda: seria o próprio defunto preso em correntes?

Seja como for, se conseguisse se soltar – imaginava-se –, o bicho iria destruir a cidade e matar seus moradores. Uma desgraça. O medo. O imponderável. A superstição tomava conta do imaginário popular. Não se tinha sossego. O Major Amarante, poderoso oficial do Exército, ex-legionário da Comissão Rondon, genro predileto de Rondon, virou bicho depois de morto. E para comprovar a coisa toda, o túmulo realmente apresentava rachaduras. A prefeitura encarregava-se de consertar, mas não tinha jeito, rachava de novo. Consertava e rachava. A cada serviço, nova rachadura. O medo do defunto acorrentado aumentava ainda mais. Até que um dia... O mistério foi descoberto. Alguém, possivelmente um funcionário da prefeitura, percebeu que uma árvore frondosa, uma figueira, plantada a uns cinco metros do túmulo do Major Amarante, espalhava suas poderosas raízes que passavam por baixo da sepultura e rachava suas paredes o que causava o barulho ouvido por aquele morador da Vila Mucambo. Estava encerrado o mistério depois de longos e tenebrosos invernos de frio, chuva, noites escuras e grandes superstições na pequena, bucólica e inquieta Porto Velho.

Em 1930, Cândido Mariano da Silva Rondon esteve no Cemitério dos Inocentes para visitar o túmulo de seu genro e fiel colaborador, Major Emanuel Silvestre do Amarante. Ao discursar sobre o túmulo, Rondon se emocionou e chorou, referindo-se a Amarante como seu braço direito nos trabalhos das Linhas Telegráficas. Além disso, Amarante foi pai do primeiro neto de Rondon, nascido em 1915. Segundo Francisco Matias (2013), “Rondon teve a informação, por telégrafo, do nascimento do menino Emanoel; ele recebeu a mensagem no posto de Vilhena, cuja construção existe ainda hoje e é conhecido como *Casa de Rondon*”.

Coube a Amarante organizar e publicar o *Levantamento e locação do trecho compreendido entre os rios Zolabaruiná (Burity) e Juruena*, em 1909.

Nicolau Bueno Horta Barbosa descendeu da tradicional família Horta Barbosa, ancestrais de D. Antonio Rolim de Moura, o Conde de Azambuja, fundador de Vila Bela da Santíssima Trindade. Nicolau e os irmãos foram seus trinnetos do primeiro governantes de Mato Grosso. Diversos membros da família colaboraram com os trabalhos da Comissão Rondon, a saber: Francisco Bueno Horta Barbosa, Nicolau Bueno Horta Barbosa, Júlio Caetano Horta Barbosa e Renato Barbosa Rodrigues Pereira.

Nicolau se engajou nos trabalhos da Comissão Rondon, atuando junto ao Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais. Data do ano de 1917 a criação de um dos maiores postos indígenas, que levou o nome de *Posto Indígena Francisco Horta Barbosa* (DECRETO n° 404, de 03/09/1917), em homenagem a seu criador e estimulador. Essa unidade do SPIITN estava localizada entre o território de Dourados e Iporã, integrantes do então Mato Grosso uno, e que hoje fazem parte do estado de Mato Grosso do Sul. Segundo Ferreira et al. (2012),

Para o referido foram levados os povos Terena, Guarani e Kaiowá. Vale lembrar que a reunião de povos distintos em uma mesma região era uma prática comum do SPI. Conforme as Instruções Internas do SPIITN/1910, nas povoações indígenas seriam reunidas os índios das mais distintas tribos. O SPIITN visava modificar as formas tradicionais de organização e valorização dos espaços praticados por essas populações. (FERREIRA, 2012, p. 98).

O Tenente Nicolau Francisco Horta Barbosa colaborou com os trabalhos de pacificação indígena na parte central e norte de Mato Grosso, ocasião em que outra expedição objetivava a pacificação dos índios Nambiquara, habitantes das terras confinantes do Juruena e a Serra do Norte:

[...] desta feita com número maior de expedicionários – 127 homens bem armados, 90 bois de carga, 50 burros, 6 cavalos e mais 20 bois para corte. Os principais expedicionários eram, além de Rondon, os segundos-tenentes Nicolau Bueno Horta Barbosa, Emanuel Silvestre Amarante, João Salustiano Lira e tenente médico Manoel de Andrade, tenentes Carlos Carmo de Oliveira Melo e Américo Vespúcio Pinto da Rocha, o farmacêutico Benedito Canavarros, o fotógrafo Luiz Leduc, um inspetor e dois guarda-fios, 30 tropeiros e 82 praças do exército que seriam homens comandados pelo segundo-tenente Joaquim Ferreira da Silva que tinham como missão, além do apoio que ofereciam aos demais expedicionários, pacificarem os ferozes Nambiquaras para a facilitação dos trabalhos de implantação da linha telegráfica. Eles defendiam sua morada, não deram descanso aos expedicionários que se viam também com extravio dos animais, seja por adoecerem ou mesmo fugirem. Alguns ‘soldados de espírito fraco’, como os denominou Rondon, chegaram a desertar, apavorados com o desconhecido. (NEWSRONDÔNIA, 2015, s/p).

Nessa empreitada, a expedição foi recebida com resistência, ocasião em que foi morto o Tenente Marques de Souza e feridos gravemente os Tenentes Nicolau Bueno Horta Barbosa e Tito Barros (MENDES, 2008).

O Tenente Nicolau escreveu *Exploração e Levantamento dos Rios Amari e Machadinho*, em 1945, uma colaboração de seus trabalhos junto à Comissão Rondon.

Ramiro Noronha nasceu em Minas Gerais, aos 31 de dezembro de 1885, e ingressou, aos 17 anos, no curso preparatório junto à Escola Militar de Porto Alegre e diplomando-se pela Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Incorporou-se ainda muito jovem aos trabalhos de abertura dos Postos Indígenas, a convite de Rondon, que se situavam no território dos atuais estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, cujos espaços geográficos constituíam o grande Mato Grosso uno. Essa atividade, extremamente trabalhosa e que exigiu muita disciplina e habilidade, foi desenvolvida entre 1920 e 1940. Nessa ocasião, Ramiro Noronha conheceu e palmilhou um vasto território, incluindo o reconhecimento dos rios Paraguai, São Lourenço, Paranatinga e Culuene; conheceu e manteve relações com diversos grupos indígenas, moradores ancestrais daquelas terras, os quais aderiram e se incorporaram aos trabalhos da Comissão Rondon, a exemplo dos Bacairi e Camaiurá, junto aos Postos Simões Lopes; dos Barbado, Umutima e Caiabi-Apiacá, no Posto Fraternidade Indígena; e dos Bororo, responsáveis pela manutenção do Postos Indígenas General Carneiro, Rio Vermelho e Córrego Grande¹.

Em cada Posto Indígena foram desenvolvidos trabalhos de abertura de estradas, construção de pontes e de edifícios, para acolher a administração, as residências do pessoal de apoio; e também oficinas, escolas e enfermarias. Esse conjunto de esforços propiciou o reconhecimento da parte interiorana do Brasil e seus habitantes, apresentando-se enquanto campo fértil de aprendizado, haja vista a imbricação entre o saber nativo e o saber técnico-científico da Comissão Rondon, um movimento de mão dupla.

No interior da Comissão Rondon, Ramiro Noronha atuou junto ao Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais, prestando relevantes serviços. Fez editar *Exploração e levantamento do rio Culuene, principal formador do Xingu: reconhecimento de*

1 Além dos trabalhos junto à Comissão Rondon, Ramiro Noronha foi convidado, pelo presidente Getúlio Vargas, para governar o território de Ponta Porã, no ano de 1934, tendo sido diretor de Material Bélico do Exército Brasileiro e também da Fábrica de Pólvora de Juiz de Fora-MG.

verificação ao divisor Arinos-Paranatinga, escrito em 1920 e publicado no ano de 1952.

Ramiro Noronha, que participou diretamente desse trabalho, visto ter sido o grande líder e companheiro de Rondon na fixação dos Postos Indígenas ao longo do extenso território do então Mato Grosso indiviso,

Veio a falecer no Rio de Janeiro, em 1º de dezembro de 1955, tendo, ao longo de suas atividades como militar e grande responsável pelos trabalhos do SPITN, acumulado um precioso acervo documental e bibliográfico que permaneceu, por décadas, intocado, até que, na primeira década do ano de 2000, a família resolveu depositá-lo no Arquivo da Casa Barão de Melgaço, instituição que abriga as duas mais antigas e atuantes reservas culturais de Mato Grosso, o Instituto Histórico e Geográfico – instalado em 1919 – e a Academia Mato-grossense de Letras – criada em 1921.

O acervo Ramiro Noronha, raro e precioso, reconstitui, através de fotografias, manuscritos, jornais e material impresso, o conjunto dos trabalhos desenvolvidos na abertura dos Postos Indígenas, que eram o carro-chefe das proposituras do SPITN. Mergulhar nesse acervo faz com que o pesquisador vivencie momentos determinantes da missão rondoniana, seja na formação de novos núcleos de povoamento, ou pela integração das populações indígenas aos trabalhos da Comissão e, conseqüentemente, à nacionalidade brasileira.

O conjunto documental reunido por Ramiro Noronha é composto de 21 *Cadernetas de Campo*, através das quais se consegue reconstituir o cotidiano dos trabalhos dos Postos; de uma série de *correspondências* trocadas pelo titular com autoridades ligadas ao SPITN, entre 1926 e 1955; uma coleção de *periódicos nacionais e estrangeiros* que registraram as ações rondonianas em suas diversas atividades; um *álbum fotográfico*, composto de 517 imagens, muitas delas inéditas, relativas aos trabalhos do SPI, acompanhadas de explicações manuscritas de autoria de Ramiro Noronha; e ainda 49 *imagens avulsas* sobre a mesma temática; além de 42 *mapas e plantas* relativas exclusivamente às projeções e edificações dos Postos Indígenas abertos entre 1920 e 1950.

Hoje, todo conjunto documental se encontra catalogado, sendo que o catálogo pode ser acessado no sítio: <[www//casabarao.com.br](http://www/casabarao.com.br)> (acervos privados).

ASTRÔNOMOS DA COMISSÃO RONDON

Renato Barbosa Rodrigues Pereira nasceu no dia 9 de agosto de 1875, na cidade de Conselheiro Lafaiete-MG, descendendo de Paulo Augusto Cotrim Rodrigues Pereira e de Esther de Carvalho Cotrim.

Seus trabalhos astronômicos, efetivados junto à Comissão Rondon, demonstram o esforço de aperfeiçoamento nessa área, visto ter auxiliado Cândido Mariano da Silva Rondon na elaboração do primeiro mapa republicano definidor das fronteiras da República brasileira. Já na década de 1940, Renato discorreu, junto ao IX Congresso de Geografia, sobre as *Demarcações da Linha Geodésica Apaporis-Tabatinga*; mais tarde, foi o responsável por delimitar o Centro Geodésico da América do Sul, localizado em Cuiabá, capital mato-grossense.

Os trabalhos da Comissão Rondon – que incluíam estudos e investigações científicas sobre os recursos hídricos, a fauna, a flora e os recursos minerais da região de Mato Grosso e Amazônia, incluindo o atual estado de Rondônia, que pertenceu a Mato Grosso – foram fundamentais para auxiliar os trabalhos demarcatórios da fronteira geopolítica, assim como os trabalhos de cartografia.

Nesse contexto, a Comissão Rondon, embora não tratasse diretamente de definições fronteiriças, foi responsável pela divulgação de um acervo sobre esse território a ser incorporado, conhecido e divulgado (GENI PROFILE, 2016).

Ele apresentou a Rondon um *Relatório do encarregado do Posto Astronômico de Cuiabá*, no ano de 1909.

Renato Barbosa Rodrigues Pereira faleceu aos 6 de março de 1963, na antiga capital do Brasil, Rio de Janeiro.

CONFERENCISTAS DA COMISSÃO RONDON

Amílcar Armando Botelho de Magalhães nasceu no interior do Rio de Janeiro, no ano de 1880, descendendo do General Marciano Augusto Botelho de Magalhães. Contraiu matrimônio com Clementina Botelho de Magalhães, com que teve três filhos. Como sobrinho do líder republicano Benjamin Constant, ingressou no Exército e participou de expedições comandadas pelo General Cândido Rondon. Procurando dar publicidade aos trabalhos rondonianos, publicou na imprensa diversos artigos sobre o tema, reunidos em um livro publicado no ano de 1928. A cada publicação, eram acrescentados ao original novos escritos sobre as explorações do território brasileiro, com descrições de rios dos atuais estados do Amazonas, Rondônia e Mato Grosso, notícias

sobre zonas auríferas, águas termais, fotografia e cinema no sertão, e notas antropométricas sobre os indígenas. Dizia ele textualmente:

Para mim, este heroísmo é bem mais nobre e bem mais difícil; demanda muito mais energia e tenacidade do que o heroísmo do momento, de duração efêmera, como o que requer o ataque de uma trincheira inimiga: a primeira é uma temeridade refletida; a segunda, uma temeridade que se incendeia como a pólvora negra, ao calor repentino do entusiasmo contagioso das massas, que arrastam o homem às maiores loucuras. Lá é o comandante que fascina a massa com o seu entusiasmo viril; aqui a massa que eletriza o comandante, envolvendo-o na onda magnética dos hurras comunicativos... (MAGALHÃES, 1942, citado por SILVA, 2014).

Segundo Caser (2009, p. 37):

Amílcar Armando Botelho de Magalhães, oficial que foi o braço direito de Rondon, chefiava o escritório e promovia incansavelmente a Comissão. Isso ele fazia enviando artigos aos jornais da cidade e remetendo cartas a editores, toda vez que a Comissão recebia a menor menção negativa na imprensa. Procurava autoridades, especialmente para solicitar aumentos no orçamento da Comissão. Organizava exposições, fazia e agendava conferências sobre as atividades do pessoal de Rondon. Graças, em grande medida, aos esforços de Botelho de Magalhães, quem fosse instruído e vivesse em uma cidade brasileira importante provavelmente estaria totalmente a par do que rondon andava fazendo no sertão.

Deixou escritas e publicadas as seguintes obras: *Relatório apresentado ao chefe da comissão brasileira, Cel. de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon*, em 1916; *Memorial dedicado ao Governo da República e aos Srs. Membros do Congresso Nacional*, em 1919; *pelos sertões do Brasil*, 1941. (Coleção brasileira, 195); *Rondon: uma relíquia da pátria*, em 1942; *impressões da Comissão Rondon*, em 1942. (Coleção brasileira, série 5ª, v. 211); E a obra *ciclópica do general rondon*, Em 1956.

Faleceu em Porto Alegre, aos 20 de novembro de 1894.

HOMENAGENS

Os trabalhos e publicações científicas da Comissão Rondon sempre foram muito bem-vistos pelos brasileiros, uma vez que estampavam temas relativos aos territórios pouco conhecidos. As homenagens prestadas à Comissão, ou dela para com seus colaboradores, demonstraram sentimentos de gratidão. Destacamos as seguintes publicações: *O desastre do Sepotuba (homenagem pelo falecimento do Primeiro-Tenente João Salustiano Lyra e do Segundo-Tenente Eduardo de Abreu Botelho)*. Rio de Janeiro: [s.n.], [19--]; Centenário da Comissão Rondon (1907-2007). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, n. 67, 2007; e *Conferência proferida pelo Prof. Nelson Senna (da Universidade de Minas) a convite do Exm^o Sr. General Rondon*. Rio de Janeiro: [s.n.], 30 abr. 1946.

FOTÓGRAFO E CINEASTA DA COMISSÃO RONDON

Luiz Thomaz Reis, baiano de nascimento, migrou para o Rio de Janeiro, onde ingressou na Escola Militar, ali fazendo carreira. Foi um dos responsáveis pelos registros visuais dos trabalhos da Comissão Rondon.

Cândido Mariano da Silva Rondon, frente às dificuldades de registrar imageticamente os trabalhos desenvolvidos pela Comissão, criou, em 1912, a *Seção de Cinematographia e Photographia*, sob a responsabilidade do então Tenente Thomaz Luiz Reis, que viajou para a Europa a fim de adquirir equipamentos modernos, capazes de registrar os trabalhos nos lugares improváveis, como a selva Amazônica, onde a umidade era intensa. No Velho Continente, ele adquiriu duas câmeras cinematográficas, a Williamson, de 30 metros, e outra Debrie Studio, de 120 metros, dando início às filmagens em 1914. Segundo Tacca (1982, p. 2), “Reis não será o único fotógrafo das diversas expedições; podemos citar pelo menos alguns, como José Loro, Dr. Benjamin Rondon e Cel. Joaquim Rondon, Charlotte Rosenbaum e o Exp. Carlos Lako”.

As fotografias e os filmes eram apresentados em estúdios fechados para um público específico, ou mesmo apresentados para um número significativo da população, projetados em salas maiores de cinema. A intenção era, certamente, colocar o governo e a população a par dos trabalhos da Comissão. Segundo Catelli (2013, *apud* DIACON, 2006, p. 188):

A imprensa especializada em cinema da época costumava fazer críticas aos filmes da Comissão Rondon pelas imagens que apresentavam do Brasil: natureza, selvagens, animais. Entretanto, quando os filmes do Major Reis eram exibidos no Rio de Janeiro, ‘o público acotovelava-se para entrar nas salas de exibição. O documentário esteve em cartaz em cerca de oito cinemas por vários dias e foi visto por até 20 mil pessoas’.

As fotografias mais significativas dizem respeito aos relatórios etnográficos, consubstanciados em álbuns assinados por Rondon, que trataram das populações habitantes de três grandes espaços territoriais: no volume I (1946), apresentava as populações indígenas do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso; no volume II (1953), os índios das cabeceiras do Xingu, rio Araguaia e Oiapoque; e, no volume III (1953), figuravam os grupos indígenas do norte do rio Amazonas. Ricamente ilustrados, esses álbuns eram apresentados às autoridades governamentais do Brasil e do exterior.

As dificuldades para fotografar, revelar e armazenar imagens eram grandes:

Depois de seis meses de serviço, sob minha observação pessoal, pois que era a primeira vez que fazia isso no sertão, tendo por felicidade estudado a ‘emulsão’ e o tempo de sua eficiência em zonas quentes e húmidas, o que me levou a preparar aparelhos de madeira especiaes para revelar os filmes no local, foi então obtido com vantagem o filme conhecido por ‘Sertões do Mato-Grosso’, exibido em 1915 no Rio de Janeiro e, depois, em todo o Brasil. (MAGALHÃES, 1930, *apud* TACCA, 1982, p. 4).

Os filmes produzidos foram muitos, porém somente devidamente preservados e disponíveis à consulta os seguintes: *Rondonia* (1912), de Edgar Roquete Pinto, 13’; *Rituaes e festas Bororo* (1917), de Thomaz Reis, 20’; *Ronuro, selvas do Xingu* (1924), de Thomaz Reis, 15’; *Viagem ao Roraimã* (1927), de Thomaz Reis, 10’; *Parimã, fronteiras do Brasil* (1927), de Thomaz Reis, 24’; *Inspectorias de fronteiras* (1938), de Thomaz Reis, 80’ (TACCA, 1982).

Analisando o conjunto dos filmes e fotografias, sob um olhar semiótico, Tacca (1982, p. 22) finaliza convergindo dois olhares, o de Thomas Reis e o de Rondon:

A caixa preta 7 de Rondon e Reis

Luiz Thomaz Reis morreu filmando em dezembro de 1940, no Rio de Janeiro, devido aos ferimentos ocasionados pelo desa-

bamento de um antigo quartel. Torna-se importante destacar a atuação do Major Luiz Thomaz Reis em toda a imagética rondoniana. Reis é a peça principal ou olhar onipresente em quase todas as situações. Além de operar o equipamento, processava os negativos, depois editava os filmes e, nos livros, seus fotogramas serão intensamente reproduzidos tornando-se o corpo principal, sem contar suas próprias fotografias.

Reis fazia todo o processamento técnico de manutenção dos equipamentos para deixá-los operantes em situações de alta umidade. Quanto à fotografia, Reis fazia o processamento das chapas de vidro em plena mata. As dificuldades de execução de seus produtos fotossensíveis valorizam os empreendimentos e a coleção edificou uma conjunção única de sensibilidade etnográfica, cinematográfica e fotográfica. Reis é o olhar que elege, recorta, edita a ação e sempre com uma ‘câmera na mão’; Rondon é um segundo olhar, compreensivo e incentivador; olhares irmanados.

Reis escreveu sobre suas atividades de filmagem e fotografia desenvolvidas junto à Comissão Rondon. A obra *Expedição ao rio Ronuro*, do Capitão Vicente Teixeira da Fonseca Vasconcelos, contém o anexo *sobre serviços fotográficos e cinematográficos e serviço antropométrico*, do Capitão Luiz Thomaz Reis, publicado no ano de 1945.

Um álbum fotográfico, ainda inédito, integra o acervo Ramiro Noronha, depositado no Arquivo da Casa Barão de Melgaço, em Cuiabá, contendo 517 fotografias com imagens de extrema significação para os trabalhos da Comissão Rondon, especialmente do SPITN, onde Ramiro atuou de forma intensa.

Estudiosos do tema, Lucídio e Lima Júnior (2007, p. 60-61) fizeram um levantamento dos fotógrafos que integraram a Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, destacando que, entre 1900 e 1906, participaram desses iniciais trabalhos:

11 engenheiros militares, seis funcionários civis, um fotógrafo, de nome Hugo Figueiró, e 100 praças [...] As 48 fotografias ali publicadas retratam, basicamente, quatro momentos: o início dos trabalhos, que contou com a participação de parte dos Bororo do rio São Lourenço (1901/02); a abertura do ramal Aquidauana a Bela Vista (1903 a 1906); o reconhecimento da fronteira com o Paraguai, Campos da Vacaria e vale do alto Aquidauana (1905); e o ramal São Luiz de Cáceres a Mato Grosso (Vila Bela-1907).

Os trabalhos da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, entre 1907 e 1915, considerando o avanço para a porção norte do Brasil, foram divididos em três Seções:

[...] uma deveria cuidar da construção do ramal de São Luiz de Cáceres a Mato Grosso (Vila Bela) e foi comandado pelo Major Felix Fleury de S. Amorim; a segunda seção cuidaria dos trabalhos de execução da linha tronco Cuiabá – Santo Antonio do Madeira, por sua vez foi subdividida em seção Norte e Sul; o próprio Major Rondon cuidou daquela tarefa que era considerada a parte mais arriscada, ou seja, o reconhecimento do sertão através do qual se determinou o traçado da linha tronco. (LUCÍDIO; LIMA JÚNIOR, 2007, p. 62).

Nessa medida, prosseguem os mesmos autores:

O fotógrafo que tem o maior número de fotos creditadas nesse período é Luiz Leduc. Ele acompanhou Rondon no reconhecimento do ramal de Cáceres a Mato Grosso (Vila Bela) e na exploração dos rios Guaporé, Jauru, Sepotuba e Paraguai, em 1907. Integrou as expedições ao Juruena, também em 1907, e depois em 1908; de 1909, as fotos são referentes aos trabalhos de reconhecimento até a foz do rio Jamari. Leduc é ainda o autor de várias fotografias dos serviços, dos acampamentos e das Estações Telegráficas da Seção Sul da Linha Tronco. (LUCÍDIO; LIMA JÚNIOR, 2007, p. 62).

Conhecer e reconhecer o trabalho dos cientistas brasileiros que integraram a Comissão Rondon é de fundamental importância para a construção da identidade brasileira, moldada com olhar exógeno, durante o período colonial e imperial, cujos parâmetros, desfocados da realidade brasileira, tornava-nos, no dizer de Sérgio Buarque de Holanda (1982, p. 3), “A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas a sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda uns desterrados em nossa terra”.

Os trabalhos da Comissão Rondon, perseguindo o tom republicano, procurou, com seus trabalhos científicos, conhecer de vez o Brasil, dando-lhe identidade plural, visto que deu visibilidade aos diversos segmentos sociais, até então silenciados.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Luiz Bueno Horta Barbosa. *O problema indígena do Brasil*: conferência realizada no Atheneu de Montevidéo, a 1º de abril de 1925. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
- CALAZANS, Armando. *Secção de Cáceres a Matto-Grosso*. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1908.
- CANTANHEDE, Antonio de J. *Achegas para história de Porto Velho*. Manaus: Secção de Artes Gráficas da Escola Técnica de Manaus. 1950.
- CAPANEMA, Carolina Marotta. *A natureza no projeto de construção de um Brasil moderno e a obra de Alberto José de Sampaio*. Belo Horizonte, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais.
- CASER, Arthur Torres. *O medo do sertão*. Doenças e ocupação do território na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.
- _____; SÁ, Dominichi Miranda de. Médicos, doenças e ocupação do território na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas. Belém, v. 5, n. 2, p. 363-377, mai./ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222010000200010&script=sci_arttext>. Acesso em: 2 dez. 2015.
- CATELLI, Rosana Elisa. Roquette-Pinto e a comunicação: registro, visualização e internalização da cultura. *Revista Brasileira de História da Mídia – RBHM*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/rbhm/ed03/artigos/05.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.
- CORRÊA NETTO, Orozimbo. *Relatório apresentado ao chefe da Comissão*. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1919.
- FERREIRA, Eva Maria Luiz et al. A Companhia Matte Laranjeira e o SPI: a expropriação dos recursos naturais dos Guarani e Kaiowá com a anuência do Estado. In: CONGRESSO
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.
- INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UFG – História e Diversidade Cultural, 3., 2012. Jataí-SP. *Anais...* Jataí: Curso de História, 2012.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). *Depoimento de Afrânio do*

Amaral. Entrevistadores: Maria Clara Mariani; Tjerk Franken. São Paulo, 25 abr. 1977. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista420.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

LUCÍDIO, João Antonio Botelho; LIMA JÚNIOR, Luiz Gustavo de Souza. Rondon, a imagem como aliada (1890-1940). *Revista do IHGMT*, Cuiabá, n. 65, p. 58-67, 1906.

MACHADO, Getúlio Tanajura. *Dr. Joaquim Augusto Tanajura*. Disponível em: <<http://medicosilustresdabahia.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2016. (Texto de 2011.)

MATIAS, Francisco. *Porto Velho-Amazonas, o cemitério e a História*. v. 2. Disponível em: <<http://www.gentedeopinio.com.br/noticia/porto-velho-amazonas-o-cemiterio-e-a-historia-2/114817>>. Acesso em: 10 jan. 2016. (Texto de 03.08.2013.)

MENDES, Matias. Comissão Rondon: o General e seus Tenentes. *Gente de Opinião*, Rondônia, p. 17-18, 27 jan. 2008. Disponível em: <<http://www.gentedeopinio.com.br/noticia/comissao-rondon-o-general-e-seus-tenentes/29663>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

NEWSRONDÔNIA. *Centenário das linhas telegráficas em Rondônia*, 7 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://newsrondonia.com.br/noticias/centenario+d+as+linhas+telegraficas+em+rondonia/52495>>. Acesso em: 3 dez. 2015.

NOMURA, Hitoshi. Centenário da fundação da Comissão Rondon (1907-2007) – personagens, descobertas e produção bibliográfica. *Cadernos de História da Ciência*, São Paulo, v. 6, n. 1, jan./jul. 2010. Disponível em: <<http://simoeslopes.blogspot.com.br/2009/07/f1-n27-joao-salustiano-lyra-1878-1917.html>>. Acesso em: 3 dez. 2015.

REVISTA ISTOÉ INDEPENDENTE. *O brasileiro do século*. Brasília, n. 1.577, 22 dez. 1999. Disponível em:

<http://www.istoec.com.br/reportagens/27752_O+BRASILEIRO+DO+SECULO+>. Acesso em: 3 dez. 2015. (Colaboração de Ines Garçon, Daniel Rittner e Eduardo Hollanda.)

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; MACHADO, Fernanda Quixabeira. ÁVILA, Lucivaldo Pires de. *O Brasil pelos Brasileiros*: relatórios científicos da Comissão Rondon. Cuiabá: Carline & Caniato, 2016.

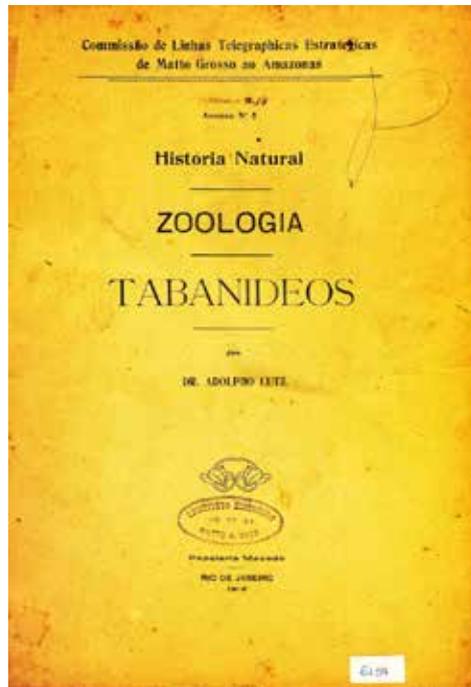
TACCA, Fernando. *A imagética da Comissão Rondon*: etnografias estratégicas. [s.l.:s.n.], 1982. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4599&Itemid=356>. Acesso 12 jan. 2016.

VITAL, André Vasques. A Comissão Rondon, doenças e política: 'Região do Madeira: Santo Antônio', de Joaquim Augusto Tanajura – uma outra do Alto Madeira em 1911. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702011000200013>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

A “NEFASTA DOENÇA” E A EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA ROOSEVELT-RONDON

Nanci Leonzo



A “NEFASTA DOENÇA” E A EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA ROOSEVELT-RONDON

THE “ NEFARIOUS DISEASE “ AND SHIPMENT SCIENTIFIC ROOSEVELT - RONDON

Nanci Leonzo

Professora Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Professora Aposentada Livre-Docente pela Universidade de São Paulo (USP). nleonzo@usp.br

RESUMO: A Expedição Roosevelt-Rondon (1913-1914), destinada a explorar parte das selvas brasileiras, enfrentou inúmeros problemas. Um deles foi o impaludismo, também conhecido, ao tempo, como paludismo e malária. O capitão José Antonio Cajazeira aceitou o convite de Rondon, chefe da Comissão Brasileira, para ser o encarregado dos serviços médicos. Sua principal tarefa era cuidar da profilaxia e do tratamento da temida doença. Norte-americanos e brasileiros recorreram aos seus serviços. O ex-presidente Theodore Roosevelt ficou gravemente doente quando a expedição atingiu o rio da Dúvida, um dos objetivos da ousada viagem. Embora tenha sido medicado com cloridrato de quinina, o principal medicamento utilizado para conter os acessos de impaludismo, seu estado de saúde permaneceu precário. O surgimento de fleimões ajudou a debilitá-lo. Ele nunca se recuperou das “febres” adquiridas no Brasil, mas foi uma trombose coronária que o levou, pouco tempo depois, à morte. Rondon, que também era portador do impaludismo, permaneceu imune durante todo o trajeto do Mato Grosso ao Amazonas.

Palavras-chave: Impaludismo. Medicina. Expedição Científica Roosevelt-Rondon.

ABSTRACT: The Roosevelt-Rondon (1913-1914) expedition, intended to explore part of the Brazilian jungle, faced various problems. One of them was impaludism, at the time also known as paludism, and malaria. Captain José Antonio Cajazeira accepted Rondon’s invitation, leader of the Brazilian Commission, to be the in charge of the expedition medical services. His main task was to conduct the

prophylaxis and the treatment of the feared disease. Both North Americans and Brazilians resorted to his work. Ex- president Theodore Roosevelt became seriously ill when they reached the Dúvida River; one of the goals of the daring expedition. Although he was treated with quinine hydrochloride, the main medication used to contain impaludism attacks, his health condition remained critical. Later on, an occurrence of phlegmon contributed to weaken him. He never recovered from the “fevers” acquired in Brazil, but it was a coronary thrombosis which took his life, shortly after. Rondon, who was also an impaludism carrier, remained immune throughout the journey between the states of Mato Grosso and Amazonas.

Keywords: Impaludism. Medicine. Roosevelt-Rondon Scientific Expedition.

No início de 1917, o estado de saúde do Coronel Theodore Roosevelt agravou-se, fato atribuído ao “velho infortúnio brasileiro” (CARTA..., 1917). Ele se referia aos acessos de febres e a um ferimento na porção interna da perna direita. Tais males, conforme carta escrita pelo ex-presidente dos Estados Unidos ao seu segundo filho Kermit, haviam surgido durante sua permanência nas selvas do Brasil, onde tivera a oportunidade de partilhar com um conhecido oficial do exército brasileiro as decisões referentes à Expedição Científica Roosevelt-Rondon. O Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon encontrava-se, em 4 de outubro de 1913, na estação Barão de Melgaço, desenvolvendo suas atividades de chefia na Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, quando, após receber, por telegrama, um convite de Lauro Muller, Ministro das Relações Exteriores, aceitou acompanhar Roosevelt em uma jornada pelo sertão noroeste do país (RONDON, 1916), cuja duração se estendeu de dezembro de 1913 a abril de 1914.

Roosevelt atribuiu a Lauro Müller a mudança do roteiro de viagem idealizado, em Nova York, sob a custódia do American Museum of Natural History (MILLARD, 2007). Todavia, prevaleceu, no caso, a opinião do Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, qual seja, efetuar o reconhecimento e a exploração do rio da Dúvida, cujas margens foram alcançadas pela expedição em 27 de fevereiro de 1914 (MAGALHÃES, 1930). Integravam a cúpula da expedição duas comissões: a norte-americana e a brasileira, cabendo os serviços médicos ao Dr. José Antonio Cajazeira (ROOSEVELT, 1943)². Cajazeira tornou-se, até o retorno de Roosevelt aos Estados Unidos, um companheiro inseparável. Foi uma das pessoas a quem ele dedicou o livro *Nas Selvas do Brasil*, no qual narra sua travessia pelas florestas tropicais do Brasil.

Cajazeira não era um membro proeminente da medicina brasileira da primeira década do século XX. Pertencia ao exército brasileiro, no qual ocupava o posto de capitão-médico. Formou-se, em 1903, pela Faculdade de Medicina da Bahia e defendeu sua tese de doutorado sobre ancilostomíase (TESES..., 2004), uma moléstia parasitária também chamada hipoemia intertropical, e que ficou conhecida no Brasil pelo nome de “opilação”. O Dr. Otto Edward Henry Wucherer (1820-1873), português de nascimento e formado em medicina na Alemanha, fixou-se na Bahia em 1847, onde se destacou, até seu falecimento, como clínico e cientista. Divulgou o termo popular “opilação”

2 Esta tradução está incompleta. Falta o apêndice B da edição original de 1914.

em artigo publicado na Gazeta Médica da Bahia (TESES..., 2004), da qual foi um dos fundadores, em 1866 (MORAIS; FONSECA, s.d.). Foi ele, provavelmente, o inspirador de Cajazeira, quando este resolveu se dedicar ao estudo dessa infestação parasitária causadora, por exemplo, de uma anemia perniciosa. Tão logo formado, dirigiu-se a Manaus (Amazonas), onde passou a dar consultas em duas farmácias, pois não tinha espaço próprio. As especialidades da chamada Clínica Médico-Cirúrgica do Dr. J. A. Cajazeira, que funcionava das 8 horas às 9 horas da manhã na Farmácia Fonseca e das 14 horas às 15 horas na Farmácia Central, eram febres e moléstias intertropicais. Além de um “tratamento radical e pronto da ancilostomíase”, eram atendidos casos de sífilis, moléstias da pele e doenças infantis (JORNAL DO COMÉRCIO, 1904).

Do exercício da medicina no âmbito da vida militar de Cajazeira no período que antecedeu a Expedição Científica Roosevelt-Rondon, pouco se sabe. Em suas pesquisas, Maciel localizou-o chefiando a enfermaria militar em Óbidos (Pará) em 1904 e dirigindo o Hospital Militar de Corumbá (Mato Grosso) por dois anos, não fornecendo, entretanto, o período exato em que exerceu tal atividade. Menciona, ainda, sua participação, durante onze meses, em um curso de aperfeiçoamento sobre a nosologia da região amazônica, sem detalhar, também, a data de sua realização (MACIEL, 1998). Apurei mais algumas informações. Quando fazia parte da guarnição de Óbidos, Cajazeira ocupava, de início, o posto de médico-adjunto, sendo, em dezembro de 1907, transferido para Curitiba, a fim de compor a guarnição do Paraná (JORNAL DO COMÉRCIO, 1907). Servia nesse local também como médico-adjunto (A IMPRENSA, 1908), até que foi promovido a 1º tenente-médico e, posteriormente, a capitão-médico (O PAÍS, 1910). O seu ingresso formal no Corpo de Saúde do Exército deu-se em 8 de janeiro de 1909 (A IMPRENSA, 1908). O certo é que em 9 de junho de 1909 ele já se encontrava em Corumbá, residindo em um hotel, e dando consultas em duas farmácias. Apresentava-se como especialista em moléstias de crianças e doenças intertropicais, aceitando chamados por escrito a qualquer hora do dia ou da noite. A 14 de agosto de 1909 foi indicado para compor uma junta médica destinada a inspecionar os doentes recolhidos à enfermaria da Marinha, localizada em Ladário, estado do Mato Grosso (CORREIO DO ESTADO, 1909). De acordo com suas próprias palavras, ocupou, por oito meses, em período não mencionado, a chefia da enfermaria militar de São Luís de Cáceres (CAJAZEIRA, 1918). Nessa cidade do Mato Grosso, os casos de impaludismo eram

frequentes, embora de forma não maligna (ARRUDA, 1938), daí ter adquirido uma maior experiência no trato da doença. No entanto, foi possível reencontrá-lo somente no início de maio de 1913, ocasião em que foi designado para o posto de capitão-médico da 13ª Região Militar de Mato Grosso (O PAÍS, 1913; A ÉPOCA, 1913), criada em 1909 e extinta em 1915.

Rondon parece não ter encontrado dificuldades para conseguir a adesão de médicos as suas ousadas iniciativas. Roosevelt, por sua vez, entendia ser indispensável a presença de um bom profissional nas expedições exploratórias, sobretudo em um país onde seus membros estavam sujeitos a uma alta taxa de mortalidade (ROOSEVELT, 1914). Aqui prevalecia sua experiência pessoal, marcada pela dedicação de Cajazeira. A expedição Científica Roosevelt-Rondon ficou constituída, ao longo do trajeto, para facilitar a locomoção por pequenos grupos, de três turmas, com rotas independentes, todas, contudo, visando a um só objetivo (RONDON, 1916). Da principal, faziam parte, além de Roosevelt e seu filho Kermit, o Coronel Rondon, George Cherrie e Leo Miller, encarregados da parte zoológica, o “cientista” brasileiro Dr. Euzébio de Oliveira, o qual cuidava dos trabalhos geográficos e geológicos, o tenente Salustiano Lyra, incumbido das questões relacionadas com a astronomia, necessárias à localização dos rios e pontos de referência, e, é claro, Cajazeira, responsável pelos serviços médicos. Ao capitão Amilcar Botelho de Magalhães foi delegada, segundo Roosevelt, a resolução do “pior problema”, qual seja, o transporte de tropas e bagagens (ROOSEVELT, 1943). Além dos membros já mencionados, a expedição contava com dois soldados, oito voluntários regionais e seis trabalhadores civis, totalizando vinte e dois homens (RONDON, 1916).

Na 2ª turma, comandada justamente pelo referido capitão Magalhães e seu assistente o lugar-tenente Joaquim Vieira de Mello Filho, foi visto como um caso de alta gravidade a carta endereçada a Rondon por quatro “desertores” da expedição: o médico Fernando Soledade, incorporado em Tapirapuã, Mato Grosso, e mais três companheiros, dentre estes o botânico Frederico Carlos Hoehne³. Os expedicionários nela reclamavam da falta de recursos para atravessar “um dos sertões mais áridos do Brasil” e dos privilégios concedidos à 1ª turma, solicitando a exoneração dos cargos que ora ocupavam, bem como a autorização para imediato retorno ao Rio de Janeiro. Rondon deferiu os

3 Frederico Carlos Hoehne, então chefe do Gabinete de Botânica da Inspetoria de Pesca do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, foi convidado por Rondon para integrar a Expedição Científica Roosevelt-Rondon e explorar a flora aquática do Mato Grosso (HOEHNE, 1914).

pedidos, exceto o feito pelo botânico (MAGALHÃES, 1916). Mesmo diante da recusa, Hoehne seguiu para a capital federal (HOEHNE, 1914). O chefe da 2ª turma, diante do imprevisto, decidiu que não iria recorrer, no momento, aos ensinamentos médicos de Cajazeira. Assim, perante a necessidade de atravessar uma zona onde reinava o impaludismo, resolveu adotar, por conta própria, algumas medidas profiláticas. Passou a distribuir ao contingente, durante o almoço, 30 centigramas de quinina inglesa ingerida com água fria. A utilização do medicamento preventivo era totalmente fiscalizada, o que garantia a ausência da doença durante toda a travessia até a cidade de Manaus, Amazonas. Junto aos tropeiros, entretanto, dada a impossibilidade de vigilância, o mal se alastrou, sendo combatido com doses elevadas de um a dois gramas de quinino diariamente (MAGALHÃES, 1916). Já em 1909, o Dr. Joaquim Augusto de Tanajura, médico da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, havia colocado em prática, ao descer o rio Madeira, o processo de “quinização” de sua turma. Assim o defendeu: “Disso tenho pleno conhecimento, e partidário da doutrina, proclamo-a com entusiasmo e aconselho sua execução nas zonas paludosas, como meio eficaz de premunir-se o indivíduo contra as incursões da malária” (TANAJURA, 1909, p. 49).

Cajazeira agiu da mesma forma. Sua crença na eficácia da quinina no combate ao impaludismo/paludismo/malária, por via oral ou injetável, era total. Ressalto que os três termos designados para identificar uma só doença coexistiram no Brasil pelo menos até o final da década de 1920, quando uma coletânea foi publicada pelas principais autoridades médicas versadas no assunto (IMPALUDISMO, 1927). Os franceses deram preferência, na segunda metade do século XIX, às expressões impaludismo e paludismo (DUBOUÉ, 1867); (LAVÉRAN, 1898). Entretanto, havia, na área médica, segundo Laveran, cerca de vinte denominações diferentes dos acidentes provocados pelas febres palustres. A palavra paludismo parecia-lhe a mais adequada porque incorporava a origem principal das febres e não dava uma falsa impressão da natureza dos acidentes como faziam algumas outras denominações. Um exemplo dessa incongruência eram as chamadas febres intermitentes. Para ele, a terminologia médica desempenhava um papel importante nas ciências, porém, ao tempo, deixava muito a desejar (LAVÉRAN, 1891). Os ingleses, inspirados, provavelmente, pelos italianos, de onde vem o termo malária (*mal aire*), usaram-na pelo menos desde a primeira metade do século XIX (DUNDAS, 1852). Quanto aos diferentes tipos de febres palustres, cabe assinalar que

eram consideradas manifestações do impaludismo, sendo, a do tipo intermitente, segundo um doutorando da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro adepto da teoria de Laveran, a que predominava em todos os países, especialmente no Brasil (CASTANHEIRA, 1885).

Ao médico francês Charles Louis Alphonse Laveran (1845-1922) é atribuído o pioneirismo na identificação do agente patogênico do impaludismo, o denominado *Plasmodium malariae*. Suas observações preliminares realizadas, no final da década de 1870, no Hospital Militar de Constantina, cidade localizada na Argélia, e endereçadas à Academia de Medicina e à Academia das Ciências (1880-1882) sobre um novo parasita encontrado no sangue de vários doentes acometidos de febres palustres, foram, de início, acolhidas com ceticismo pelos seus pares europeus. Mesmo assim, deu continuidade as suas pesquisas, publicando, em 1881, um opúsculo, no qual destacava a relevância do hematozoário, ou seja, do agente responsável pelo paludismo, termo adotado em seus livros. Reafirmou e aperfeiçoou suas hipóteses na conhecida obra *Traité des fièvres palustres*, que veio à luz em 1884. Quando deixou o serviço médico militar, em dezembro de 1896, Pasteur lhe ofereceu um espaço para suas atividades científicas e o nomeou Chefe Honorário de Pesquisa. Foi aquinhoado com o Prêmio Nobel, em 1907, pelo conjunto de seus trabalhos sobre o papel patogênico dos protozoários, empregando o dinheiro recebido na fundação de um laboratório de medicina tropical no Instituto Pasteur (CALMETTE, 1922; HAAS, 1999; PAYS, s.d.). Acompanharam e desenvolveram as pesquisas de Laveran os ingleses Patrick Mason (1844-1922) e Ronald Ross (1857- 1932). Manson realizou um dramático experimento para não deixar dúvidas sobre o envolvimento do mosquito *Anopheline* na transmissão da malária, isto é, inoculou dois voluntários que nunca haviam tomado contato com a doença, um deles seu próprio filho. Todos desenvolveram a moléstia mediante a presença do parasita presente em corrente sanguínea (ROWTON, 2009). Há ainda de destacar, no período em estudo, o trabalho sobre os parasitas da malária, que se estendeu de 1890 a 1895, do italiano Giovanni Batista Grassi (1854-1925), responsável, juntamente com Raimondo Feletti (1851-1927), pela identificação de *Plasmodium vivax* (GARNHAM, 1988). Convém, também, ressaltar o cientista que nomeou o parasita causador da terçã maligna, *Plasmodium falciparum*. Refiro-me ao norte-americano William Henry Welch (1850-1934), que fez parte de seus estudos na Alemanha e organizou, em 1879, nos Estados Unidos, o primeiro curso de laboratório (SILVERMAN, 2011).

No Brasil, os resultados das investigações de Laveran, ao que parece, predominaram por longo tempo, compartilhando, nas primeiras décadas do século XX, espaço com outras, como a italiana e a alemã. Cajazeira demonstrou ter entrado em contato direto, no Rio de Janeiro, com as pesquisas de Grassi, quando foi diagnosticado, ao final da Expedição Científica Roosevelt-Rondon, com terçã benigna provocada pelo grande número de hemácias infestadas pelo parasita *Plasmodium vivax*. Sua afinidade maior era, porém, com os trabalhos produzidos pelos alemães (CAJAZEIRA, 1918). O estudo dos médicos germânicos, que atuaram no Brasil, ainda deixa muito a desejar (BENCHIMOL, 2013), sobretudo quando se tem em conta sua influência na prática da medicina propriamente dita. Um deles, entretanto, merece destaque. Trata-se do microbiologista Heinrich Hermann Robert Koch (1843-1910), primeiro cientista a identificar o bacilo da tuberculose e que estudou a malária nas colônias germânicas, especialmente no local atualmente conhecido como Papua Nova Guiné. Suas observações se concentraram no desenvolvimento da imunidade e no tratamento para a prevenção da malária com o uso da quinina (KRUIF, 1926; BROWN, 2011). Segundo Ross, uma grande descoberta de Koch foi a extraordinária prevalência dessa doença em crianças, fato que lhe permitiu investigar a moléstia na sua origem (GORGAS; GARRISON, 1916). Tanto Ross como Koch foram agraciados com o prêmio Nobel de Medicina, respectivamente, em 1902 e 1905; o primeiro, por demonstrar o ciclo de vida do parasita em mosquitos, confirmando as hipóteses de Laveran e Manson. Endossaram suas pesquisas importantes cientistas, como o próprio Koch (ROSS, 2016).

Cajazeira demonstrou conhecer, durante sua permanência como capitão-médico da Expedição Científica Roosevelt-Rondon, os ensinamentos profiláticos de três especialistas em medicina tropical: os alemães Albert Plehn (1861-1935), Hans Ziemann (1865-1939) e Albrecht Eduard Bernhard Noch⁴ (1857-1945), os quais divergiam quanto às doses de quinina a serem administradas aos impaludados. Apesar de citar as instruções de Koch, ignorou-as, sob o argumento de sua ineficácia, por experiência própria (CAJAZEIRA, 1918). É preciso admitir que a influência desses cientistas deve ser vista como um capítulo do imperialismo europeu (WATTS, 1999), tratando-se, no caso, segundo um contemporâneo, de um aspecto da “invasão germânica da África” (DRUMMOND, 1888). Não foram poucos

4 Bernhard Noch, médico naval, deu nome ao hoje famoso Instituto de Medicina Tropical localizado em Hamburgo, Alemanha, cuja origem data de 1900, quando foi criado o Instituto para Doenças Marítimas e Tropicais, do qual o próprio Noch foi superintendente e diretor clínico. Ver Fleischer (2000).

os casos de impaludismo verificados na referida expedição, a qual Cajazeira foi agregado, mediante convite de Rondon e sob o pretexto de servir no 5º Batalhão de Engenharia, ficando à disposição do Ministério da Viação e Obras Públicas, sendo considerado, a partir desse momento, como membro da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Estado de Mato Grosso ao Amazonas. Quando incorporado à expedição, permaneceu sob a jurisdição do Ministério das Relações Exteriores (O PAÍS, 1914). Um incidente digno de nota foi o que envolveu a turma que, sob a chefia do 2º tenente Alcides Lauriodó de Sant'Anna, chegou ao Pará, precisamente em Santarém, “com todos os seus homens impaludados”, alguns deles em estado grave (CAJAZEIRA, 1918). Foi um triste episódio que marcou a famosa Expedição Científica Roosevelt-Rondon.

A relação entre medicina tropical e doenças tropicais foi estudada por Worboys, que atribuiu a Manson a invenção da primeira. Esta passou a atrair, por volta de 1900, médicos da Europa e da América do Norte, que combinavam ideias, práticas e promessas da teoria do germe com políticas e ideologias do “imperialismo construtivo” peculiar ao fim do século XIX. Acreditava-se, na época, que se todas as doenças eram causadas por germes, bastava o controle pela aniquilação deles ou a prevenção de sua transmissão. Manson muito concorreu para a difusão desse ponto de vista, assim como Laveran, cuja descoberta, em 1880, de um protozoário como o parasita produtor da malária, foi rapidamente assimilada pela microbiologia de Pasteur. Tal teoria alcançou grande sucesso entre os estudiosos da doença, que passaram a defender o anticontagionismo. Após 1900, segundo ainda Worboys, a bacteriologia e a parasitologia seguiram trajetórias distintas. Nesse contexto, Manson alterou sua percepção de que todas as moléstias tropicais eram causadas por germes, sendo o clima irrelevante, para a que concebia as mais importantes moléstias como climaticamente limitadas pelos males decorrentes dos parasitas. Sua nova teoria cedo encontrou inúmeros adeptos, culminando com o estabelecimento de instituições, por exemplo, a London School of Tropical Medicine. Assim, na virada do século, a nova medicina tropical tornou-se um importante elemento na sustentação da ideologia do imperialismo e a teoria mosquito-malária alcançou grande potencial político e econômico (WORBOYS, 1993). Foi o que ocorreu, de certa maneira, no Brasil, durante o chamado *boom* da borracha na região amazônica, em particular quando os pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz visitaram a região e tomaram ciência das dificuldades que envolviam o controle da doença (STEPAN, 2003).

Rondon já era portador da malária (CORREIO DO ESTADO, 1910), mas não há indícios de que a doença tenha se manifestado durante o perigoso trajeto que se estendeu do Mato Grosso a região amazônica. Contudo, a moléstia sempre o preocupou (CASER; SÁ, 2011). O mesmo não ocorreu com Kermit Roosevelt, infectado com o mosquito transmissor na infância, em Washington, cidade edificada sobre solo pantanoso (MILLARD, 2007). Durante quase três séculos, a malária constituiu uma das mais importantes doenças dos Estados Unidos, e, por ocasião da Guerra Civil de 1776, tornou-se comum e se espalhou pelo país, prevalecendo a crença de que era decorrente de um “misterioso veneno” presente na atmosfera, teoria peculiar ao momento. Medidas sanitárias foram implantadas a partir de 1861 e aperfeiçoadas com a onda imigratória que se estendeu de 1880 a 1920. Acreditava-se, de início, que os europeus eram uma ameaça, pois tinham trazido para o país doenças antes desconhecidas. Tal percepção se alterou, gradativamente, após 1890, com o surgimento do movimento conhecido como “progressivismo”. Os norte-americanos passaram, então, a se interessar, por exemplo, pelo controle das doenças infecciosas, pelas condições de moradia e pela higiene escolar (BUKKURI, 2016). Mesmo assim, Kermit, nascido em 10 de outubro de 1889, foi contaminado. Antes de finalizar seu curso de graduação em línguas, na Universidade de Harvard, acompanhou seu pai em uma caçada na África, onde teria se dado, na avaliação de Roosevelt, muito bem (ROOSEVELT, 1909). Dominava vários idiomas e lia muito, apesar de sua conhecida tendência ao alcoolismo. Chegou ao Brasil em 1913 para assumir o cargo de inspetor de tráfico no ramal da Sorocabana, empreendimento administrado pela Southern Brazil Railway Company, com sede em Montevidéu, conforme cartas escritas ao casal Ferguson, velho amigo dos Roosevelt (FERGUNSON FAMILY PAPERS, 1870-1940). Deslocou-se, pouco tempo depois, para o vale do Xingu onde se dedicou à construção de pontes. Nessa ocasião, sofreu um acidente que quase o levou à morte. Em ambos os empregos foi vítima de vários ataques de malária. Kermit não pensava em acompanhar o pai na viagem pelas selvas brasileiras, sob o pretexto de caçar animais selvagens, mas cedeu ao decisivo pedido de sua mãe, preocupada com a saúde do esposo (MILLARD, 2007). Ela estava ciente das intenções do filho, pois este lhe havia comunicado que planejava conseguir um emprego em Mato Grosso, na estrada de ferro Noroeste do Brasil (FERGUNSON FAMILY PAPERS, 1870-1940).

Kermit, então com 24 anos de idade, dedicou-se com afincio à Expedição Científica Roosevelt-Rondon, chegando às raias da imprudência, não obstante a possibilidade de novos acessos palustres. E isto de fato ocorreu mais de uma vez. A febre e os tremores o impediram, em uma ocasião, de sair da rede, deixando o pai muito preocupado. Frank Harper, homem de confiança de Roosevelt, abandonara, logo no início, a expedição por ter contraído a doença (MILLARD, 2007). Cajazeira admitiu que Kermit não seguia rigorosamente as medidas profiláticas “modernas” estabelecidas. O jovem norte-americano tinha dúvidas sobre a eficácia da medicação distribuída aos integrantes da expedição. Indignado, o médico militar queixou-se, inclusive, do descrédito dos habitantes do baixo rio da Dúvida com relação à quinina e que era substituída por “remédios absurdos”, como a ingestão, em jejum, de uma colher de chá de bÍlis de paca. Seringueiros e patrões estavam convictos, para sua surpresa, da cura do impaludismo por essa poção lendária (CAJAZEIRA, 1918).

Arthur Neiva, em 1907, quando foram iniciados os trabalhos nas zonas de Xerém e Mantiquira, com vistas à transposição dos rios desses nomes para o abastecimento da cidade de Rio de Janeiro, já havia se deparado com a resistência de trabalhadores à profilaxia com quinina, fato atribuído à ignorância. Diante dos “indisciplinados”, que temiam por seus efeitos colaterais, por exemplo, distúrbios gástricos e visuais, erupções cutâneas e males cardíacos (MANSON, 1914), optou pela demissão dos que não queriam se submeter às prescrições estabelecidas e implantou medidas de vigilância:

A distribuição da quinina era feita por auxiliares de toda a confiança, que observavam cada indivíduo até a deglutição da dose da quinina, e conseqüente verificação de que a capsula não tinha sido empalmada, atirada dentro da roupa ou escondida dentro da língua, para ser em seguida deitada fora. (NEIVA, 1910).

Na Expedição das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, que explorou os rios Arinos e Tapajós, o Dr. João Florentino Meira de Faria, ciente do problema, colocou a ingestão da “ração profilática de quinino” como condição para o engajamento dos trabalhadores e instituiu um prêmio aos que demonstrassem boa vontade, qual seja, o acesso à aguardente quinada e arsenicada (FARIA, 1916). De acordo com Cajazeira o referido médico estava certo, pois os arsenicais, recomendados por clínicos desatualizados como antipalúdicos, apenas contribuíam para tonificar o organismo, quando adequadamente recomendados. Atuavam como

uma espécie de coadjuvante, semelhante, por exemplo, à hemoglobina e à estricnina, utilizadas quando se procurava corrigir o desequilíbrio produzido pela plasmodiose em questão. Mais uma vez, Cajazeira estava correto. O tratamento com arsênicos, preconizado pelo francês J. C. M. Boudin (1806-1877), datava dos anos de 1840 e consistia de seis etapas: fazer o doente vomitar; administrar o arsênico em doses fracionadas duas horas antes do acesso a ser combatido; aproveitar a tolerância existente no início para administrar a dose mais forte e diminuí-la gradativamente à medida que a tolerância baixasse; ingerir o medicamento durante as fases de apirexia, assim como nos dias febris; continuar o tratamento durante um período proporcional à antiguidade da doença; e, finalmente, fazer uso de uma alimentação substancial e abundante, inclusive com a ingestão de vinhos. No final do mesmo século, já não era mais utilizado (LAVÉLAN, 1898). Por esta e outras razões, Cajazeira tornou-se um grande defensor da quinina:

A profilaxia pela quinina, quando bem estabelecida e fiscalizada com rigor, é de vantagens incalculáveis, podendo ser apenas contestada por aqueles que nunca a usaram como deveriam fazê-lo. Cumpre, entretanto, não esquecer que além das doses de quinina a estabelecer, é necessário a escolha do sal, porque cada um tem seu título em princípio ativo, como sabemos, e a do fabricante, problema julgado para nós da maior importância. (CAJAZEIRA, 1918).

A história da descoberta da quinina é lendária. Le Goff prendeu-se à tradição local sul-americana para afirmar que as propriedades da quina (*Cinchona* spp) “foram descobertas por um índio que bebera água acumulada junto a uma chinchona e na qual haviam macerado folhas caídas da árvore”. Ainda segundo o notável medievalista francês, existiu uma segunda tradição, que consistiu na observação de animais febris curados após terem roído a casca da chinchona (LE GOFF, 1997), árvore da família das rubiáceas e originária do Peru e da Bolívia. Na visão clássica europeia, no entanto, prevalece a narração do caso ocorrido com a esposa do vice-rei do Peru, a Condessa d’El Cinchon, acometida de febre intermitente, e que foi aconselhada a utilizar um pó que a curou. Ela própria teria trazido, em 1640, a poção para a Europa, cuidando de sua distribuição. Daí a denominação de “pó da condessa”. Nove anos depois, os jesuítas de Roma receberam uma grande quantidade desse pó e divulgaram suas propriedades, dando origem ao chamado “pó dos jesuítas”. O inglês

Talbot livrou Luís XIV, em 1679, também de uma febre intermitente, com a ajuda de uma substância secreta, identificada como uma tintura, com o gosto e o odor do vinho de quinquina, muito concentrada. De acordo com Joseph de Jussieu, enviado à América do Sul em 1735, foram os índios do povoado de Malacotos os primeiros que conheceram as propriedades da “casca do peru”. A árvore, que fornece a quinquina, foi descrita por Charles-Marie La Condamine, em 1737, durante sua viagem ao citado país. Coube aos químicos franceses Pierre Joseph Pelletier e Joseph Bienaimé Caventou, estudiosos dos alcaloides presentes nos vegetais, submeter, em 1820, a quinquina ao processo analítico cujo resultado levou ao descobrimento da quinina. Ambos os químicos teriam prestado “um imenso serviço à terapêutica” (LAVERAN, 1898, p. 340-341).

Assim como os germânicos, conforme assinalou Cajazeira, os médicos brasileiros não eram unânimes no que dizia respeito às doses de quinina a serem ministradas na prevenção de diferentes acessos de febres palustres. Ele próprio instituiu para os expedicionários três métodos profiláticos, a seguir: 1º) 0,50 grama de cloridrato de quinina⁵ ingerido diariamente ao jantar; 2º) 0,50 grama de cloridrato de quinina ingerido ao almoço, cotidianamente e, de seis em seis dias, 0,50 do mesmo sal ao almoço e ao jantar; 3º) 1 grama de cloridrato de quinina de três em três dias, sendo 0,50 grama ao almoço e 0,50 grama ao jantar. Seguiram o primeiro método, os norte-americanos e os brasileiros que ocupavam cargos superiores, com exceção dele próprio, que optou pelo terceiro. Praticou o segundo método, o “pessoal inferior” da expedição, inclusive os camaradas. Eram esses indivíduos de diferentes idades, alguns dos quais tendo contraído o impaludismo no passado. Durante os cinco meses de duração da viagem, nenhum deles apresentou elevação térmica ou perturbação orgânica, sintomas que poderiam despertar a suspeita da “nefasta doença” ou de distúrbios provocados pela quinina. Dentre os submetidos ao segundo método havia alguns impaludados crônicos, fato que levou Cajazeira a administrar-lhes um reforço de 0,50 grama de cloridrato de quinina sempre que submetidos a trabalhos dentro d’água ou expostos a grandes chuvas. Quando a expedição atingiu Utariiti, tida como a zona mais contaminada pelo impaludismo, recomendou aos norte-americanos a utilização, além de 0,50 grama de cloridrato de quinina diários, de mais 0,50 grama do mesmo sal, ao

5 O cloridrato de quinina superava em eficácia, na opinião de Manson, o sulfato de quinina, pois continha maior proporção de alcaloide (MANSON, 1914). Era obtido a partir de sais de quinina importados.

almoço, de seis em seis dias (CAJAZEIRA, 1918). De uma maneira geral, infere-se que a engenhosa profilaxia, baseada na “quinina de Burgoyne”, se mostrou eficaz, com raras exceções, dentre as quais se destaca o caso do Coronel Theodore Roosevelt.

Até o embarque no Rio da Dúvida, o Coronel Roosevelt não apresentou problemas de saúde. Teriam sido as “privações, fadigas e preocupações morais”, estas últimas oriundas dos empecilhos surgidos diante da necessidade de atravessar as várias cachoeiras, os fatores que provocaram a queda de sua admirável resistência. O dia 4 de abril de 1914 foi fatal. Apesar de ter ingerido, no jantar do dia anterior, 0,50 grama de cloridrato de quinina e de ter tomado, pela manhã, 0,50 grama do mesmo sal, passou mal no período da tarde. Sua temperatura atingiu 38 graus, chegando a sentir muito frio. A primeira medida de Cajazeira foi lhe administrar mais 0,50 grama do citado cloridrato, da qual resultou a baixa da febre. Envolto no seu poncho impermeável, Roosevelt foi transportado para a outra margem do rio, em busca de um acampamento menos nocivo. Mostrava-se agitado e delirante. O médico decidiu, então, aplicar, de seis em seis horas, uma injeção intramuscular de cloridrato de quinina, na proporção de 0,50 grama. No dia seguinte, a intenção foi transportá-lo deitado em sua cama de campanha para um novo bivaque, mas o doente recusou a iniciativa e seguiu para o próximo acampamento com suas próprias pernas, em companhia de seu filho Kermit. Vez por outra descansava em uma cadeira, também de campanha, que o acompanhava desde o início da viagem. No período subsequente, ingeriu um grama do citado cloridrato por dia. Durante duas noites revezaram-se, na vigília do paciente, prática denominada, ao tempo, como “quartos”, além do Coronel Rondon, Kermit, o 1º tenente Salustiano Lyra e Cajazeira, o qual se deslocava para observar o ex-presidente ininterruptamente. A identificação segura da doença não pode ser realizada pela falta de um microscópio, acompanhado de seus principais acessórios, fato que o levou a se justificar: “Não pudemos efetuar pesquisas hematológicas como sistematicamente o fazemos, todas as vezes que nos achamos diante de um caso febril em zona inquinada pela malária, por falta de material apropriado” (CAJAZEIRA, 1918). De acordo com Manson (1914), todo médico que atuava nas regiões tropicais deveria carregar consigo um microscópio próprio para viagens, sobretudo para diagnosticar a malária. O instrumento, na visão de um contemporâneo de Cajazeira, exigia uma manipulação “inteligente” para evitar conclusões errôneas. Requeria, pois, do pesquisador, conhecimentos de anatomia, patologia, bacteriologia e, ainda, de biologia. Não bastava

o médico observar e saber diferenciar as várias formas de bacilos. Era necessário ter pelo menos uma noção da maneira e do método de crescimento de cada variedade. Também não se podia desprezar, para o êxito da investigação, a aparência macroscópica do objeto, na medida em que esta deveria preceder o olhar microscópico. As revelações obtidas manifestavam-se por meio de uma linguagem que requeria intensos estudos para interpretá-la (YOUNG, 2013). Cajazeira demonstrou, com suas próprias palavras, dominá-la. Apenas para ilustrar, cabe lembrar que nos séculos XVI e XVII, a Holanda e a Itália estiveram à frente da construção e do uso do microscópio, sendo que é atribuída ao primeiro país sua invenção por volta de 1590. Coube ao jovem patologista francês Marie François Xavier Bichat (1771-1802) a iniciativa de utilizá-lo, pela primeira vez, para fins eminentemente clínicos (HAJDU, 2002).

Ainda no Rio da Dúvida, já batizado com seu sobrenome, mas em situação de desconforto total, Roosevelt pediu a Cajazeira que examinasse sua perna direita em virtude das fortes dores decorrentes de ferimento sofrido quando tentara ajudar a soltar as canoas presas em uma passagem estreita do rio, durante a travessia pelas cachoeiras. Tratava-se de uma infecção, que originara um abscesso, acompanhado de febre alta, suores e tremores. O médico tomou, então, medidas paliativas: limpou, enfaixou e aplicou quinina no local do fleimão. Restou-lhe sugerir uma cirurgia, que foi recusada pelo doente, cujo estado de saúde piorou ao longo dos dias. Em 16 de abril de 1914, Roosevelt cedeu, finalmente, ao apelo de Cajazeira, que conseguiu extrair do ferimento grande quantidade de pus. Três dias depois surgiu um novo problema, qual seja, uma forte dor na glútea direita, a que se juntou uma dispepsia gastrointestinal. Em seguida, o paciente queixou-se do aparecimento de um segundo fleimão, desta vez na referida glútea, que exigiu uma segunda cirurgia realizada ao fim da expedição, na cidade de Manaus (CAJAZEIRA, 1918; MILLARD, 2007). Até a chegada do ex-presidente norte-americano a Belém, por via marítima, o baiano, cujo sobrenome⁶ havia sido adotado, pelo seu avô português, por ocasião da independência do Brasil (ROOSEVELT, 1943), permaneceu como seu único “médico assistente” (CAJAZEIRA, 1918).

Na ocasião em que cuidou do primeiro fleimão de Roosevelt, Cajazeira desconfiou, em razão dos sintomas presenciados, de um

6 A cajazeira é uma árvore nativa dos trópicos com inúmeras possibilidades medicinais. É conhecida por ter uma polpa comestível, conhecida como caju.

novo ataque de malária. Em suas anotações, o médico levantou duas suposições: o doente mentiu quando afirmava ter ingerido as doses de quinina recomendadas ou, o que lhe parecia mais provável, demonstrava haver uma falha do método de profilaxia adotado (CAJAZEIRA, 1918). Faltou, porém, uma terceira hipótese: o organismo de Roosevelt poderia ser infenso à quinina. Arthur Neiva, já em 1907, deduzira, em suas observações na baixada fluminense, que os hematozoários do impaludismo tinham adquirido “uma resistência especial” ao medicamento (NEIVA, 1910). Benchimol e Silva (2012) forneceram, recentemente, apenas alguns indícios sobre a questão, quando abordaram, de passagem, o fenômeno, durante a primeira década do século XX, na Alemanha e no Brasil. Ressalta-se, entretanto, que um médico praticamente desconhecido, o belga Waucumont⁷, não mencionado pelos citados autores, publicou, em 1911, um artigo no qual demonstrou que existia uma diferença notável na resistência dos gametas, formas sexuadas dos parasitas, à quinina, tendo-se em vista dois tipos de febres, isto é, a terçã e a infecciosa. Na primeira, não se encontravam mais gametos no período de cinco a seis dias após o início do tratamento, enquanto que na segunda, por ele denominada febre tropical, os exames de sangue permitiam identificá-los durante várias semanas. A atividade antiparasitária da quinina dependia de uma série de condições particulares, entre as quais a sua solubilidade no estômago do paciente. Por causa do sabor amargo, o usual era administrá-la na forma de pílulas ou tabletes, porém, o ideal, tendo em vista um resultado mais eficaz, seria levar o doente a ingeri-la dissolvida na água. Ele não descartou, também, o recurso, em alguns casos, às injeções subcutâneas e intramusculares de quinina (WAUCOMONT, 1911). Cajazeira recorreu às segundas para tratamentos de urgência em Roosevelt, aplicando-as nos membros superiores e vangloriando-se do fato de que jamais haviam provocado “o mais leve sinal de infecção” (CAJAZEIRA, 1918).

Longe da capital federal, principal centro de pesquisas científicas do país, não teve a oportunidade de entrar em contato com os lentos avanços da medicina no âmbito da terapêutica do impaludismo. Tão logo finda a Expedição Científica Roosevelt-Rondon, foi nomeado, pelo Ministro da Guerra, para servir como médico da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (O PAÍS, 1914). Exerceu essa função durante alguns meses. Nos anos seguintes, permaneceu no Rio de Janeiro, atuando no corpo de saúde do

7 Não consegui obter seu primeiro nome, nem seu período de vida.

exército brasileiro, cujo chefe, General Dr. Ismael da Rocha, requisitou a publicação completa do Relatório de Cajazeira, que fundamentou empiricamente minhas reflexões, sob o seguinte argumento:

[...] será de grande proveito essa publicação, pois, havendo entre nós observadores de mérito, não precisamos estar só a reproduzir sobre nosologia tropical o que dizem os médicos europeus, por observações nas colônias respectivas, que jamais visitaremos para comprovar tais observações ou refutá-las. (CORREIO PAULISTANO, 1916).

O combate ao impaludismo voltou à vida de Cajazeira, em 1918, quando foi convocado para debelar a epidemia que irrompeu no forte da barra de Paranaguá, cidade litorânea localizada no Paraná (CORREIO PAULISTANO, 1918). A promoção de capitão-médico para major-médico ocorreu em 8 de novembro de 1919 (A ÉPOCA, 1919). Um destaque deve ser dado, ainda, a sua nomeação, em 1922, para comandante Interino da Escola Veterinária do Exército, da qual foi professor (ESCOLA VETERINÁRIA DO EXÉRCITO, 2012; O JORNAL, 1920) O fato é que de Cajazeira pouco se sabe após o seu retorno da Expedição Científica Roosevelt-Rondon. Obtive, apenas, algumas informações seguras, porém esparsas, como sua curta permanência, entre 1931 e 1932, na função de Diretor do Hospital Militar de São Paulo (GALERIA DE DIRETORES, 2016) e sua passagem para a reserva do exército brasileiro, em 11 de março de 1937, no cargo de tenente-coronel-médico (CORREIO DA MANHÃ, 1937; O RADICAL, 1937). Roosevelt retornou aos Estados Unidos ciente de que não podia ser curado. No inverno de 1918, foi hospitalizado em consequência de uma inflamação na base do osso temporal situado detrás da orelha, mas se recuperou. Logo surgiu um novo problema de saúde, desta vez designado como “reumatismo inflamatório”. Os sofrimentos, depois da viagem ao Brasil, foram muitos e ininterruptos, sendo um deles a morte, em Chambray (França) de seu filho mais jovem, Quentin, durante a 1ª Guerra Mundial. Roosevelt faleceu em 6 de janeiro de 1919, aos 60 anos de idade, vítima de uma trombose coronária (TAYER, 1919). Rondon deu continuidade as suas atividades relacionadas à causa indígena, além de atuar, nas décadas seguintes, em diferentes missões designadas pelo governo federal. Dentre estas, destacam a conclusão e publicação, em 1952, da Carta de Mato Grosso. Vivia no Rio de Janeiro quando a morte o surpreendeu em 19 de fevereiro de 1958.

O impaludismo, no entanto, continuou a fazer vítimas no Brasil.

Em 1927, segundo um colaborador da obra *Impaludismo*, ainda não havia dados suficientemente confiáveis que permitissem traçar uma carta geográfica da doença no Brasil; não obstante estivessem à disposição dos pesquisadores algumas informações tidas como precisas sobre certas regiões particularmente paludosas, como as áreas próximas aos principais rios do estado do Mato Grosso. Nessa época, Patrick Manson era, assim como Laveran, ainda uma referência, sobretudo no que dizia respeito à sua afirmação de que “o ato principal do drama palustre” se desenrola não na circulação geral, mas sim no baço, no fígado e na medula dos ossos. Miguel Pereira (1865-1934), que prefaciou a publicação, foi lembrado, em um dos artigos, por ter retratado, à luz da ciência, o doente de malária durante o “fragoroso e aterrador” instante do acesso: tinha as têmporas escavadas, os olhos profundos e os lábios e as unhas azulados, ao mesmo tempo em que os dentes rilhavam e o corpo tremia “tangido pelo choque infectuoso” (IMPALUDISMO, 1927). Esta foi, provavelmente, a cena mais de uma vez presenciada pelo então capitão-médico José Antonio Cajazeira e que deveria trazer, sempre, a sua memória, a Expedição Científica Roosevelt-Rondon.

REFERÊNCIAS

1 – Documentos Oficiais

CAJAZEIRA, José Antonio. *Relatório apresentado ao chefe da Comissão Brasileira Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon*: 1918. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio de Rodrigues & Cia, 1918. (Expedição Científica Roosevelt-Rondon, 55, anexo, 6).

FARIA, João Florentino Meira de. *Relatório apresentado ao Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon*. 1916. Disponível em: <<https://archive.org/details/relatorioapresen00fari>>. Acesso em: 6 set. 2016.

HOEHNE, Frederico Carlos. *Relatório apresentado ao Sr. Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon, Chefe da Comissão Brasileira*. Rio de Janeiro, nov. 1914 (Expedição Científica Roosevelt-Rondon, anexo, 2). Disponível em: <<https://archive.org/details/botanicarelatori00hoeh>>. Acesso em: 6 set. 2016.

MAGALHÃES, Amilcar Armando Botelho de. *Relatório apresentado ao Sr. Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon*. 1916. Disponível em: <<https://archive.org/details/relatorioapresen00maga>>. Acesso em: 6 set. 2016.

TANAJURA, Joaquim Augusto. *Expedição de 1909*. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, s.d. (Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, 19, anexo 6, Serviço Sanitário).

- 2 – Jornais: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
 A ÉPOCA. Rio de Janeiro: [276], 2 maio 1913, p. 1.
 A ÉPOCA. Rio de Janeiro: [2670], 8 nov. 1919, p. 2.
 A IMPRENSA. Rio de Janeiro: [109], 27 mar. 1908, p. 4.
 CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: [12987], 13 mar. 1937, p. 2.
 CORREIO DO ESTADO. Corumbá: [9], 9 jun., p. 2; [21], 21 jul., p. 2 e [28], 14 ag. 1909, p. 3.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo: [18889], 13 fev. 1916, p. 2.
 CORREIO PAULISTANO. São Paulo: [19648], 20 mar. 1918, p. 1.
 JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus: [132], 7 set. 1904, p. 2.
 JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus: [1327], 4 dez. 1907, p. 2.
 O JORNAL, Rio de Janeiro: [443], 3 set. 1920, p. 3.
 O PAÍS. Rio de Janeiro: [10433], 1 1913. p. 2.
 O PAÍS. Rio de Janeiro: [10704], 27 jan., p. 2; [10738], 2 mar., p. 2; [10818], 21 maio, p. 1; [10827] e 30 maio 1914, p. 2.
 O RADICAL. Rio de Janeiro: [1514], 24 mar. 1937, p. 3.
- 3 – Livros e Artigos
- ARRUDA, Gabriel Pinto de. *Um trecho do oeste brasileiro*: São Luiz de Cáceres/Mato Grosso. Rio de Janeiro, 1938.
- BENCHIMOL, Jaime L. O Brasil e o mundo germânico na medicina e saúde pública (1850-1918): uma história a voos de pássaro. *História*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 105-138, jul./dez. 2013.
- BENCHIMOL, Jaime Larry; SILVA, André Felipe Cândido da. Malária e resistência: história e circulação de uma problemática médica e científica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 13, 2012, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2012. p. 1-10. Disponível em: <http://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1349713188_ARQUIVO_ArquivoBenchimol_Silva-Jaime.pdf>. Acesso em: 6 set. 2016.
- BUKKURI, A. The history of malaria in the United States: how it spread, how it was treated and public responses. *MCJ Anatomy & Physiology*, v. 2, n. 3, 2016. DOI: 10.15406/mejap.2016.02.00048.
- CALMETTE, Albert. *Nécrologie parue dans le Bulletin de la SPE*, t. 15, p. 373, 1922. Disponível em: <<http://www.pathexo.fr/documents/notices/laveran.html>>. Acesso em: 2 set. 2016.

- CARTA de Theodore Roosevelt a Kermit Roosevelt. *The letters of Roosevelt, Theodore*, Cambridge: Harvard University Press, v. 8, p. 1286, 18 fev. 1917.
- CASER, Arthur Torres; SÁ, Dominichi Miranda de. O medo do sertão: a malária e a Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 471-497, abr./jun. 2011.
- CASTANHEIRA, Herculano Gonçalves. *Do diagnóstico e tratamento das pîrexias palustres*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 22 de dezembro de 1885.
- DRUMMOND, Henry. *Tropical Africa*. New York: Scribner and Welford, 1888. Disponível em: <https://archive.org/details/tropicalafrica-00drum_0>. Acesso em: 28 ago. 2016.
- DUBOUÉ, Le Dr. *De Impaludisme*. Paris: Alexandre Cocoz, Libraire-Éditeur, 1867.
- DUNDAS, Robert. *Sketches of Brazil: incluing new views of tropical and European fever*. London: John Churchill, 1852.
- ESCOLA DE VETERINÁRIA DO EXÉRCITO. *História*. 2012. Disponível em: <<https://medicinaveterinaria.wordpress.com/2012/09/21/historia-da-esvex/>>. Acesso em: 2 set. 2016.
- FERGUNSON FAMILY PAPERS. *Letters of Kermit Roosevelt: 1912-1914*. Arizona Historical Society, 1870-1940. Disponível em: <www.theodorerooseveltcenter.org>. Acesso em: 2 set. 2016.
- FLEISCHER, Bernhard. A century of research in tropical medicine in Hamburg: the early history and presente state of the Bernhard Nocht Institute. *Tropical Medicine and Internationnal Health*, v. 5, n. 10, p. 747-751, oct. 2000.
- GARNHAM, P.C.C. History of discoveries of malaria parasites and of their life cycles. *History and Philosophy of the Life Sciences*, v. 10, n. 1, p. 93-108, 1988. Disponível em: <<http://www.jstor.org>>. Acesso em: 2 set. 2016.
- GORGAS, Major General William C.; GARRISON, Fielding H. Ronald Ross and the prevention of malarial fever. *The Scientific Monthly*, v. 3, n. 2, p. 132-150, aug. 1916. Disponível em: <<http://www.jstor.org>>. Acesso em: 2 set. 2016.
- HAAS, L.F. Charles Louis Alphonse Laveran (1845-1922). *J Neurol Neurosurg Psychiatry*, v. 67, p. 520, 1999. Disponível em: <<http://jnnp.bmj.com/>>. Acesso em: 2 set. 2016.
- HADJU, Steven I. A note from history: the first use of the microscope in medicine. *Annals of Clinical & Laboratory Science*, v. 32, n. 3, p. 309-310, 2002.

HOSPITAL MILITAR DE SÃO PAULO. *Galeria de diretores*. Disponível em: <www.hmasp.eb.mil.br>. Acesso em 2 set. 2016.

IMPALUDISMO por autores brasileiros. Rio de Janeiro: Arquivos Brasileiros de Medicina, 1927.

KRUIF, Paul de. *Microbe hunters*. New York: Pocket Books Inc., 1926.

LAVERAN, Alphonse. *Du paludisme et son hématozoaire*. Paris: G. Masson, Éditeur, 1891. Disponível em: <gallica.bnf.fr>. Acesso em: 2 set. 2016.

LAVERAN, Alphonse. *Traité du paludisme*. Paris: Masson et Cie. Éditeurs, 1898. Disponível em: <gallica.bnf.fr>. Acesso em: 2 set. 2016.

LE GOFF, Jacques. As plantas que curam. In: _____. (Org.). *As doenças têm história*. 2. ed. Lisboa: Terramar, 1997. p. 343-357.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1998.

MAGALHÃES, Tenente Coronel Amilcar Armando Botelho de. Pelos sertões do Brasil. Porto Alegre: Globo, 1930.

MANSON, Patrick. *Tropical diseases of warm climates*. 5th ed. New York: William Wood and Company, 1914. Disponível em: <<https://archive.org/details/tropicaldisease01unkngood>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

MILLARD, Candice. *O rio da dúvida: a sombria viagem de Theodore Roosevelt e Rondon pela Amazônia*. Tradução José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MORAIS, Carolina Maria Gomes; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. *Verbetes*. Wucherer, Otto Edward Henry. In: DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL (1832-1930). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/wuchoethe.htm#trajetoria>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

NEIVA, Arthur. *Formação de raça do hematozoário do impaludismo resistente à quinina*. 1910. Disponível em: <<https://archive.org/details/biostor-101532>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

PAYS J. F. Charles Louis Alphonse Laveran (1845-1922). Disponível em: pathexo.fr/documents/notices/laveran.html>. Acesso em: 29 ago. 2016.

ROSS, Ronald. *Biographical*. Nobelprize.org 2016. Disponível em: <http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/medicine/laureates/1902/ross-bio.html>. Acesso em: 20 ago. 2016.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Conferências de 1915*. Versão para o inglês de R. G. Reidy e Ed Murray. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1916.

(Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, 43).

ROOSEVELT, Theodore. *Nas selvas do Brasil*. Tradução de Luiz Guimarães Junior. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola; Ministério da Agricultura, 1943.

ROOSEVELT, Theodore. *Through the brazilian wilderness*. New York: Charles Scribner Sons, 1914. Disponível em: <<https://archive.org/details/cu31924086561119>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

ROOSEVELT, Theodore. *Tributo a Kermít*: carta de Theodore Roosevelt a sua esposa Edith. Nzor River, África, em 13 de novembro de 1909. Disponível em: <<http://www.bartleby.com/53/123.html>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

ROWTON, Joseph. Sir Patrick Manson and Sir Ronald Ross' struggle for the malaria break-through. *Historia Medicinæ*, v. 2, n. 1, p. 1-11, 21 Dec. 2009.

SILVERMAN, Barry D. William Henry Welch (1850-1934): the road to John Hopkins. *Proc (Bay Univ Med Center)*, v. 24, n. 3, p. 236-242, 2011.

STEPAN, Nancy Leys. The only serious terror in these regions: malaria control in the brazilian amazon. In: ARMUS, Diego (Ed.). *Disease in the history of modern Latin America*. Durham & London: Duke University Press, 2003. p. 25-50.

TESES doutorais da Faculdade de Medicina da Bahia: 1840-1928. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 74, n. 1, p. 9-181, jan./jun. 2004.

VAUCOMONT. Les idées modernes sur la thérapeutique de la malária. *Paris Medical*, n.3, p. 364-366, 1911. Disponível em: <<http://www.biusante.parisdescartes.fr/histoire/medical/resultats/index.php?do=page&cote=111502x1911x038p=800...>>. Acesso em 10 ago. 2016.

WATTS, Sheldon. *Epidemics and history: disease, power and imperialism*. New Haven and London: Yale University Press, 1999.

WORBOYS, Michael. *Tropical diseases*. In: Companion encyclopedia of the history of medicine. London and New York: Routledge, 1993. v. 1, p. 512-536.

YOUNG. The physician and his microscope. *Transaction of the American Microscopical Society*, v. 18, p. 71-75, mar. 2013. Nineteenth Annual Meeting. Disponível em: <<http://archive.org/details/jstor-3221096>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CONTRIBUIÇÕES DA EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA ROOSEVELT-RONDON AO ESTUDO DAS AVES DO BRASIL

Marcelo Ferreira de Vasconcelos

Fernando Augusto Valério

José Fernando Pacheco

Henrique Belfort Gomes



CONTRIBUIÇÕES DA EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA ROOSEVELT-RONDON AO ESTUDO DAS AVES DO BRASIL

CONTRIBUTIONS OF THE ROOSEVELT- RONDON SCIENTIFIC EXPEDITION TO THE STUDY OF BRAZILIAN BIRDS

Marcelo Ferreira de Vasconcelos

Curador da Coleção Ornitológica do Museu de Ciências Naturais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e pesquisador do Instituto Prístino. Doutor em Ecologia pela UFMG. e-mail: mfvasconcelos@gmail.com

Fernando Augusto Valério

Mestrando em Biologia Animal pela UFV. e-mail: f.valeriocarvalho@gmail.com

José Fernando Pacheco

Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos. Mestre em Biologia Animal pela UFRRJ. e-mail: jfpacheco@terra.com.br

Henrique Belfort Gomes

Biocev Serviços de Meio Ambiente Ltda. Mestre em Ecologia pela UFMG. e-mail: hbel-
fort@gmail.com

RESUMO: Apresenta-se uma síntese sobre a Expedição Científica Roosevelt-Rondon, liderada por dois grandes homens: o ex-presidente norte-americano, Theodore Roosevelt Jr. (1858-1919), e o herói brasileiro Cel. Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958). A expedição tinha duplo caráter: obter espécimes zoológicos para instituições científicas e mapear o até então desconhecido curso do Rio da Dúvida. Aborda-se o itinerário da expedição em solo brasileiro, com uma revisão de seus resultados ornitológicos, com base nas observações do próprio ex-presidente, relatadas em sua obra “Nas Selvas do Brasil”, assim como nos diários e relatos do naturalista George Kruck Cherrie (1865-1946) e na biografia de Rondon. A descida do Rio da Dúvida foi o trecho mais crítico da expedição, perfazendo dois meses ao longo de 850 km, castigados por muito sofrimento, doenças, fraqueza e privações no “inferno verde” da selva desconhecida. Ao final da síntese histórica da expedição, avalia-se sua importância para o conhecimento das aves brasileiras, sendo apresentadas discussões relativas ao material tipo coletado.

Palavras-chave: Ornitologia. Taxonomia. Rio da Dúvida.

ABSTRACT: We present an overview of the Roosevelt-Rondon Scientific Expedition, led by two great men: the American former president, Theodore Roosevelt Jr. (1858-1919), and the Brazilian hero, Cel. Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958). The expedition had two main goals: to collect zoological specimens for scientific institutions and to map the still unknown course of the River of Doubt. We present an overview of the expedition itinerary in Brazil, with a review of its ornithological results, based on the observations of the former president, reported in his book “Through the Brazilian wilderness”, as well as in the diary of the naturalist George Kruck Cherrie (1865-1946) and in Rondon biography. The travel down the River of Doubt was the most critical part of the expedition, comprising 850 km along two months, punished for suffering, illness, weakness and deprivation in the “green hell” of the unknown jungle. We also assess the importance of this scientific expedition for the knowledge of Brazilian birds, with discussions on the collected type specimens. **Keywords:** Ornithology. Taxonomy. River of Doubt.

INTRODUÇÃO

O início do século passado foi marcado por grandes expedições ao redor do mundo. Foi realizada uma corrida pelos exploradores para o conhecimento das últimas fronteiras da terra. Neste período, houve a disputa pela conquista do polo Norte, de modo que até hoje existe a dúvida se foi Frederick Albert Cook (em 1908) ou Robert Pery (em 1909) o primeiro homem a pisar neste polo (HENDERSON, 2006). Paralelamente, acontecia a corrida para a conquista do polo Sul, com incríveis viagens exploratórias, sendo este conquistado em 1911, em uma das maiores competições entre exploradores, dentre eles, o norueguês Roald Amundsen e o inglês Robert Falcon Scott (HUNTFORD, 2002). Entre 1914 e 1917, ocorreu uma das mais fantásticas histórias da exploração do polo Sul, quando o navio *Endurance*, comandado por Ernest Shackleton, quebrou-se no gelo antártico e sua equipe teve que lutar pela sobrevivência durante quase dois anos (SHACKLETON, 2002).

Entretanto, há 100 anos, não eram apenas os polos terrestres as áreas nunca pisadas por homens civilizados, mas também as regiões equatoriais que não apresentavam os rigores dos climas polares, mas outras intempéries. Assim, os confins da Amazônia brasileira ainda eram considerados terras impenetráveis, tanto pela dificuldade de acesso por meio terrestre ou fluvial, quanto por doenças tropicais ou indígenas hostis. Foi neste contexto que, nesta época, ocorreu uma expedição científica e exploratória em plena selva brasileira, liderada por dois grandes homens: Roosevelt e Rondon.

O ex-presidente norte-americano, Theodore Roosevelt Jr. (1858-1919), além de importante homem público, destacava-se como um destemido aventureiro, soldado e, acima de tudo, grande entusiasta da História Natural. Em junho de 1913, participou de uma reunião no *American Museum of Natural History* (AMNH) de Nova Iorque, junto de diretores e naturalistas vinculados àquela instituição, com o objetivo de planejar uma expedição científica de coleta de exemplares zoológicos, com itinerário previsto para subir o Rio Paraguai em direção à bacia amazônica, abrangendo boa parte do extremo, e ainda não desbravado, oeste brasileiro (NAUMBURG, 1930; ROOSEVELT, 1976).

Dentre os participantes desta reunião que iriam junto de Roosevelt à expedição, incluíam-se dois importantes naturalistas-coletores: George Kruck Cherrie (1865-1946), especialista em aves, e Leo Edward Miller (1887-1952), com interesse em mamíferos. Ambos

eram verdadeiros veteranos das selvas neotropicais e estavam bem habituados às enormes adversidades encontradas nestas plagas do mundo. Ainda, como representantes da comitiva, havia Anthony Fiala (um ex-explorador ártico), Pe. John Augustine Zahm (ex-viajante da América do Sul), Jacob Sigg (enfermeiro e cozinheiro) e Frank Harper (secretário) (NAUMBURG, 1930; ROOSEVELT, 1976; SÁ et al., 2008).

Apesar de o plano inicial da expedição, ao deixar Nova Iorque, seria o de navegar em rios já conhecidos até o Amazonas, todo o planejamento foi modificado quando a equipe ancorou no Brasil, mais precisamente na Bahia, onde o embaixador Domício da Gama ofereceu ajuda do governo brasileiro para transportar barcos, bagagens e o apoio do heróico Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958) (CID; WAIZBORT, 2006; MILLARD, 2007; SÁ, 2011). Rondon aceitou o convite para acompanhar a expedição, mas com ressalvas, deixando claro a seus superiores que só faria parte da equipe se a natureza da expedição fosse alterada para um importante empreendimento científico, não querendo ser apenas um guia de caçadas do ex-presidente norte-americano (MILLARD, 2007). No entanto, esse tipo de viagem era o que Roosevelt mais desejava desde que havia deixado a presidência de seu país, vendo de perto o seu grande sonho de explorador se concretizar (MILLARD, 2007). Com essa mudança de planos, ficou decidido que a comitiva americana, junto com Rondon e seus auxiliares, iriam descer o ainda desconhecido Rio da Dúvida, do qual apenas a nascente era conhecida (MILLARD, 2007).

Dentre os acompanhantes de Rondon, destacavam-se o geólogo Euzebio Paulo de Oliveira, o médico Dr. Antonio Cajazeira, o Tenente João Salustiano Lyra e o Capitão Amilcar Armando Botelho de Magalhães (VIVEIROS, 1958). A comitiva de Rondon também contava com naturalistas do Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ), a exemplo do taxidermista Henrique Reinisch, além de diversos soldados e oficiais brasileiros (NAUMBURG, 1930; ROOSEVELT, 1976; SÁ et al., 2008).

Naquela ocasião, não se sabia onde desaguaria o Rio da Dúvida: no Rio Ji-Paraná (afluente do Rio Madeira), no próprio Madeira, no Guaporé, no Amazonas, ou no Tapajós (NAUMBURG, 1930; VIVEIROS, 1958; ROOSEVELT, 1976). Assim, tal expedição, de caráter científico e exploratório, foi denominada “Expedição Científica Roosevelt-Rondon”, que completou 100 anos e merece ser celebrada, especialmente no que se refere a sua importância para o conhecimento da avifauna brasileira, e, também, por ter sido pouco

divulgada nos textos que tratam da história da Ornitologia no Brasil (vide SICK, 1997). Como resultados, a expedição trouxe centenas de espécimes de animais, depositados no AMNH e no MNRJ, e mapeou um grande rio amazônico, que foi, então, incluído nos mapas e nas cartas geográficas. O Rio da Dúvida foi batizado por Rondon, durante a expedição, de Rio Roosevelt (VIVEIROS, 1958; ROOSEVELT, 1976; MILLARD, 2007). Ressalta-se que um recente inventário ornitológico realizado em um único ponto desta bacia hidrográfica levantou uma das avifaunas mais ricas da Amazônia brasileira, com 481 espécies (WHITTAKER, 2009).

Neste artigo, descreve-se sucintamente o itinerário da expedição em solo brasileiro, com uma revisão de seus resultados ornitológicos, com base no conhecimento e em observações do próprio ex-presidente, relatadas em sua obra “Nas Selvas do Brasil” (ROOSEVELT, 1976) – tradução do original de “*Through the Brazilian wilderness*”, de 1914 – assim como nos diários de Cherrie, transcritos por Ornig (1975), e em seus relatos publicados por Naumburg (1930, p. 3-21). Além disso, consultou-se a biografia de Rondon (VIVEIROS, 1958), com foco especial no estudo do trecho compreendido pela expedição, e o livro “O Rio da Dúvida: a sombria viagem de Theodore Roosevelt e Rondon pela Amazônia” (MILLARD, 2007). Também foi avaliada a importância da expedição para o conhecimento da Ornitologia no Brasil, sendo apresentado o material tipo coletado neste período.

A EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA ROOSEVELT-RONDON EM TERRITÓRIO BRASILEIRO E OBSERVAÇÕES SOBRE AVES NESTE ITINERÁRIO

Partiram de navio a vapor de Nova Iorque, em 4 de outubro de 1913, o ex-presidente e sua comitiva: Cherrie, Fiala, Zahm, Sigg e Harper (NAUMBURG, 1930; ORNIG, 1975; MILLARD, 2007). Em Barbados (Antilhas), no itinerário para o Brasil, encontraram-se com Miller, que se juntou à equipe após uma expedição de coleta pela bacia do Orinoco (NAUMBURG, 1930; ORNIG, 1975). Chegaram à Bahia (Salvador) em 18 de outubro, quando encontraram Kermit Roosevelt, filho de Theodore, aportando posteriormente no Rio de Janeiro, em 22 de outubro (ORNIG, 1975; MILLARD, 2007), onde Roosevelt permaneceu por alguns dias, tendo algumas visitas programadas a fazer em diversos pontos do Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Paraguai, antes da expedição propriamente dita (NAUMBURG, 1930; ROOSEVELT, 1976). Kermit já vivia no Brasil, onde trabalhava,

desde 1912, na construção de pontes e ferrovias (VIVEIROS, 1958; ROOSEVELT, 1976; MILLARD, 2007; SÁ et al., 2008).

Parte da comitiva (Cherrie, Miller, Fiala e Sigg) seguiu anteriormente, por via marítima, para Montevidéu, Buenos Aires, e subiu o Rio Paraguai até a cidade de Corumbá (21 de novembro), atual estado do Mato Grosso do Sul, onde reencontrariam Theodore em 16 de dezembro para iniciarem a expedição (NAUMBURG, 1930; ORNIG, 1975; ROOSEVELT, 1976). Neste intervalo, os naturalistas que seguiram adiante puderam coletar farto material, tanto em território paraguaio (subúrbios de Assunção e Gran Chaco), quanto nos arredores de Corumbá (NAUMBURG, 1930; ORNIG, 1975; ROOSEVELT, 1976).

Theodore encontrou-se com o Cel. Rondon a 12 de dezembro, logo ao adentrar a fronteira brasileira, subindo o Rio Paraguai (VIVEIROS, 1958; ROOSEVELT, 1976). Passaram por várias localidades do atual estado de Mato Grosso do Sul, dentre elas, Porto Murtinho, um dos poucos locais onde há ocorrência do Chaco em território brasileiro e onde já foram realizados levantamentos ornitológicos (PACHECO; BAUER, 1994; STRAUBE et al., 2006), Forte Coimbra (14 de dezembro) e, finalmente, Corumbá (15 de dezembro), uma das poucas áreas do país onde ocorre a vegetação de Bosques Chiquitanos, com aves típicas desta ecorregião (VASCONCELOS; HOFFMANN, 2006; VASCONCELOS et al., 2008).

Até este ponto, Cherrie e Miller, que haviam seguido na frente, já haviam obtido aproximadamente 800 exemplares de aves e mamíferos (ROOSEVELT, 1976). De Corumbá, a comitiva explorou vários pontos do Pantanal brasileiro, incluindo atividades de caçadas de onças no Rio Taquari (Fazenda das Palmeiras), e de importantes coletas da avifauna no Maciço do Urucum e no Pantanal dos Rios São Lourenço e Cuiabá (NAUMBURG, 1930; VIVEIROS, 1958; ROOSEVELT, 1976).

Neste trecho pantaneiro, durante os últimos dias de 1913, o ex-presidente teve a oportunidade de fazer importantes observações sobre a história natural das aves, evidenciando, em alguns momentos, que seus interesses não estavam concentrados apenas na coleta científica, mas também no conhecimento da biologia das espécies, como pode ser avaliado nos trechos abaixo:

O naturalista que se dedica principalmente aos estudos dos hábitos e da biologia dos pássaros, animais, peixes e répteis e que está à altura de descrever verdadeira e vividamente o que observou, poderá prestar serviço de muito maior utilidade do que o mero

coleccionador, nesta região do alto Paraguai. O trabalho do coleccionador é indispensável; mas é apenas uma pequena parte do que se deve realizar, de vez que, depois que as coleções tenham atingido a um certo grau, torna-se de muito maior importância o registro das observações feitas no campo (ROOSEVELT, 1976, p. 61).

É difícil dar uma idéia perfeita da riqueza da avifauna desses pantanais. Um naturalista poderia, com grande proveito, permanecer por seis meses ininterruptos em uma fazenda como a que visitávamos. Não é que tivesse muito material novo para coleccionar, porém, havia grande cópia de fatos e coisas dependentes de exaustiva observação de campo. [...] Na realidade, o que mais nos falta, atualmente, são livros que tratem da biologia desses animais silvestres (ROOSEVELT, 1976, p. 71).

Nesta região dever-se á encontrar grande cópia de material para coleção (não se deve permitir o sacrifício de alguns animais pela simples satisfação de matá-los), pois tem sido estudada apenas superficialmente, sobretudo no que se refere a mamíferos. Mas, se o trabalho for realizado somente no sentido de coleccionar espécimes, a parte mais importante seria desprezada. Oferece ainda a região extraordinária oportunidade para o estudo da biologia de aves, que, pelo tamanho, beleza e hábitos, são de excepcional interesse (ROOSEVELT, 1976, p. 90).

Dentre as interessantes observações realizadas por Roosevelt sobre as aves pantaneiras, destacam-se algumas, abaixo reproduzidas:

Certo dia encontramos um ninho de jaburu numa enorme figueira na borda de uma clareira da floresta. Constava de uma grande plataforma de varas sobre um galho horizontal e nele quatro filhotes já meio crescidos. Passamos ali pela manhã, no momento em que os pais estavam pousados ao lado do ninho e não nos foi possível fotografá-los porque o céu estava muito nublado. Mais tarde, quando passamos novamente por aquele local, já o sol estava de fora e assim tentamos tirar algumas fotografias. Nesta ocasião somente um dos pais se achava junto ao ninho e não se mostrou atemorizado. Notei que o jaburu mantinha o bico entreaberto. Fazia calor, razão por que, conclui eu, ele tomara aquela atitude, tal como fazem as galinhas no verão. À nossa partida o velho pernalta e os quatro filhotes continuaram impassíveis e já então voltava ao ninho, em vôo sereno, o jaburu ausente (ROOSEVELT, 1976, p. 70-71).

Ao longo do rio avistamos duas espécies diferentes de japuínas pretas e douradas, de crista pequenina, cujos ninhos em colônia davam a impressão de um grande pêndulo dependurado nos ramos e quase beirando a água. Cherrie contou-nos que já tinha encontrado um desses ninhos, com vários centímetros de diâmetro circundando uma casa de marimbondos. Esses insetos são venenosos e agressivos, de sorte que, dificilmente, qualquer intruso poderia aproximar-se do ninho assim protegido; os pássaros, porém, sentiam-se à vontade e estavam mesmo livres de qualquer agressão por parte de seus temíveis protetores (ROOSEVELT, 1976, p. 77-78).

Por exemplo, na manhã do dia 3, quando subíamos o Rio Paraguai, víamos freqüentemente, nas árvores marginais, grandes ninhos feitos de gravetos, em torno ou dentro dos quais se encontravam inúmeros periquitos. Alguns traziam no bico pedacinhos de pau. Em alguns desses grandes ninhos circulares poder-se-iam abrir diversos buracos de entrada e saída. Aparentemente os periquitos estavam construindo ou remodelando tais ninhos-colônias, porém não posso afirmar se os mesmos eram de sua construção ou se eles se haviam aproveitado para modificá-los ou aumentá-los (ROOSEVELT, 1976, p. 90).

A 3 de janeiro de 1914, a expedição subiu o Rio Paraguai em direção a Cáceres (atual estado do Mato Grosso), onde aportaram no dia 5 de janeiro (VIVEIROS, 1958; ORNIG, 1975; ROOSEVELT, 1976; MILLARD, 2007). Logo após, subiram o Rio Sepotuba (ou Rio das Antas), passando por Porto Campo (7 de janeiro) e chegando a Tapirapoã em 16 de janeiro, onde o material zoológico coligido até então (cerca de 1.000 aves e 250 mamíferos) fora enviado por Harper à Nova Iorque (NAUMBURG, 1930; VIVEIROS, 1958; ORNIG, 1975; ROOSEVELT, 1976). A 21 de janeiro, partem desta localidade em lombo de burro, com as bagagens carregadas em carros de boi, através do divisor das bacias do Paraguai e do Amazonas – a Chapada dos Parecis – coberta, em suas partes mais elevadas, pelas diversas fitofisionomias do Cerrado, atingindo o Rio Sacre a 28 de janeiro (NAUMBURG, 1930; VIVEIROS, 1958; ORNIG, 1975; ROOSEVELT, 1976; MILLARD, 2007). Cherrie (*in* NAUMBURG, 1930) comentou que poucos exemplares foram obtidos durante a travessia da chapada, já que sempre acordavam muito cedo para fazer a jornada, armando acampamento tarde da noite. Entretanto, nesta travessia, o naturalista pôde encontrar espécies típicas do Cerrado,

como *Tyrannus savana* Daudin, 1802, conforme anotações em seu diário: “Este é o primeiro local onde notei a tesourinha [fork-tailed Flycatcher]”⁸ (ORNIG, 1975, p. 35).

Deste ponto em diante, a umidade constante (pois se encontravam em plena estação chuvosa) começou a dificultar o preparo do material zoológico e, de Utiariti, partiram, a 3 de fevereiro, Pe. Zahm e Sigg, de volta a Tapirapoã e Cáceres (ORNIG, 1975; ROOSEVELT, 1976).

No dia seguinte, Fiala e o Tenente Alcides Lauriadó de Santana, este último da comitiva de Rondon, também se separaram do corpo principal da expedição, iniciando a descida do Rio Papagaio, para depois descerem os Rios Juruena e Tapajós (VIVEIROS, 1958; ORNIG, 1975; ROOSEVELT, 1976). Mais uma parte dos animais coletados foi, então, despachada para os museus neste momento (ROOSEVELT, 1976).

A partir deste ponto, o restante da comitiva dirigiu-se à Vilhena, localizada no extremo leste do atual estado de Rondônia, no divisor de águas dos Rios Madeira e Tapajós, aonde chegaram em 18 de fevereiro (ORNIG, 1975). De Vilhena, o corpo principal da expedição seguiu em direção ao norte, cavalgando pela chapada divisora de águas, com destino à estação telegráfica “José Bonifácio”, passando por uma aldeia de índios nhambiquaras (ORNIG, 1975; ROOSEVELT, 1976). Novamente, atravessaram cerrados neste trecho, onde Cherrie continuou coletando aves típicas deste domínio, conforme, por exemplo, o seguinte trecho de seu diário: “Em pouco tempo de coleta eu tive a satisfação de coletar um ‘lark’ (ou ‘pippit’) novo para mim e um interessante falcão de uma espécie já avistada, pousada em um dos postes de telégrafo”⁹ (ORNIG, 1975, p. 45) – tradução nossa.

De acordo com a localidade de coleta (Rio Nicola Buena) e checando-se os registros em Naumburg (1930), estas aves tratam-se de *Geositta poeciloptera* (WIED, 1830) e *Falco femoralis* Temminck, 1822, respectivamente, sendo a primeira uma espécie endêmica do Cerrado (SILVA, 1995).

A comitiva encontrou o Cap. Amilcar em 24 de fevereiro em um acampamento às margens de um riacho afluente do Rio da Dúvida (Rio Sete de Setembro) (ORNIG, 1975; ROOSEVELT, 1976). No dia seguinte, a partir deste local, a expedição dividiu-se novamente, da seguinte forma: Amilcar, Miller, Melo e Oliveira viajarão até o

8 Tradução dos autores.

9 Tradução dos autores.

Rio Ji-Paraná, descendo-o até o Rio Madeira, com destino final em Manaus (VIVEIROS, 1958; ORNIG, 1975; ROOSEVELT, 1976; MILLARD, 2007); Rondon, Roosevelt, Tenente Lyra, Dr. Cajazeira, Cherrie e Kermit desceriam o Rio da Dúvida com 16 remadores, todos em sete canoas, com destino ao desconhecido (VIVEIROS, 1958; ORNIG, 1975; ROOSEVELT, 1976; MILLARD, 2007).

A descida do Rio da Dúvida foi iniciada em 27 de fevereiro de 1914, sendo este o verdadeiro trecho crítico da expedição (NAUMBURG, 1930; ORNIG, 1975; ROOSEVELT, 1976; MILLARD, 2007). Foram dois meses de viagem de canoa, perfazendo cerca de 850 km, castigados por muito sofrimento, doenças, fraqueza e privações na selva desconhecida, tempo em que foram enfrentadas corredeiras perigosíssimas, com a perda de canoas, de um dos homens – tragado pelas águas revoltas do rio – e do cão de Rondon – flechado por indígenas (NAUMBURG, 1930; VIVEIROS, 1958; ORNIG, 1975; ROOSEVELT, 1976; MILLARD, 2007). Além destes, um dos auxiliares acabou sendo assassinado por outro membro da comitiva, devido a desavenças que foram surgindo diante do desespero, da fome e da constante iminência da morte no “inferno verde” (VIVEIROS, 1958; ORNIG, 1975; ROOSEVELT, 1976; MILLARD, 2007).

Assim, com grandes restrições pela dificuldade de levar bagagens volumosas em trechos onde a sobrevivência imperava acima de tudo, as próprias anotações de Roosevelt sobre aves diminuíram neste trecho da expedição pelo Rio da Dúvida, onde relatou, em plena selva: “Não havia muitos pássaros, de maneira que a mata estava quase sempre em silêncio; raramente se ouviam “pios” estranhos no fundo das selvas ou se avistava uma ou outra aninga ou maguari” (ROOSEVELT, 1976, p. 162).

A floresta se mostrava quase despovoada e silenciosa. Não nos era dado ouvir aquele coro de pássaros e de mamíferos, o que ocasionalmente acontecia em nossas viagens por terra, quando mais de uma vez fomos despertados de madrugada pelos gritos, chilros e vozeiro de macacos, tucanos, araras, papagaios e periquitos (ROOSEVELT, 1976, p. 165).

“Comumente a mata estava silenciosa e erma” (ROOSEVELT, 1976, p. 171).

“Havia inúmeras borboletas de cores maravilhosas, mas poucos pássaros, embora ouvíssemos, pela manhãzinha e ao cair da noite, seus cantos atraentes no meio da mata” (ROOSEVELT, 1976, p. 182).

O próprio Cherrie reclamou:

“Estivemos tão ocupados em nossos esforços para descer o rio que poucas notas ornitológicas puderam ser feitas”¹⁰ (NAUMBURG, 1930, p. 19).

“20 de março de 1914 – Acampamento 14 – Há pouco a ser registrado hoje. As aves nos arredores imediatos do acampamento são raras e eu não preparei uma pele sequer!”¹¹ (ORNIG, 1975, p. 57).

“Eu preparei peles de duas pequenas aves. Elas foram as primeiras de vários dias”¹² (ORNIG, 1975, p. 73).

A dificuldade de Roosevelt em observar e encontrar aves em domínio amazônico sem dúvida se relaciona ao que Sick (1997) chamou de “pobreza ilusiva dos trópicos”, onde dificilmente se veem aves, que geralmente estão nas altas copas das árvores ou nas densas brenhas da floresta. Neste caso, mais se ouve do que se observa, sendo imprescindível o conhecimento das diversas vocalizações das espécies de aves. Entretanto, como a expedição pelo Rio da Dúvida estava sendo realizada de canoa por corredeiras, certamente os registros auditivos ficaram muito prejudicados pelo ruído das águas. Não se encontram mais, no relato de Roosevelt deste trecho da expedição, menções detalhadas sobre a biologia das aves, tais quais àquelas feitas na planície pantaneira, onde as observações eram muito facilitadas pelo ambiente aberto e pelo maior porte de muitas espécies. As poucas observações de aves feitas por Roosevelt durante a descida do Rio da Dúvida concentram-se, em sua maioria, naquelas caçadas para matar a fome dos expedicionários (ver adiante). Uma exceção importante, entretanto, é quando o ex-presidente destaca a presença de bandos mistos de aves amazônicas, tema estudado em detalhes apenas no final do século XX (*e.g.*, MUNN, 1985; POWELL, 1989; TERBORGH et al., 1990; GRAVES; GOTELLI, 1993):

Veza por outra, pequenos bandos de pássaros de várias espécies (pica-paus, papa-formigas, gaturamos e papa-moscas) passavam pelo alto, justamente como acontece no Hemisfério Norte, quando bandos de tordos, chapins e sitídeos, na primavera e no outono, cruzam as nossas matas (ROOSEVELT, 1976, p. 171).

10 Tradução dos autores.

11 Tradução dos autores.

12 Tradução dos autores.

Apesar de todas as dificuldades encontradas diante deste árduo processo de descida do Rio da Dúvida, Cherrie continuou a coletar e preparar espécimes de aves. Roosevelt fez elogios às atividades enérgicas deste naturalista exemplar:

A minha [canoas] ficou à espera de Cherrie, que se empenhara na captura de alguns pássaros. Conseguiu matar alguns, dentre os mais interessantes eram uma cotinga azul-turquesa brilhante, com a garganta purpúrea e um grande pica-pau de dorso negro e ventre cor de canela, com pescoço e cabeça vermelhos. (ROOSEVELT, 1976, p. 163).

“Neste ínterim, Cherrie matou sessenta aves peculiares ao Rio da Dúvida, todas novas para a coleção e algumas até mesmo desconhecidas dos cientistas” (ROOSEVELT, 1976, p. 170).

“Existiam ali muitos passarinhos, porém era extremamente difícil alvejá-los nas grimpas das árvores e ainda mais difícil apanhá-los, quando mortos, no intrincado da vegetação, em baixo. Mesmo assim Cherrie conseguiu quatro espécies novas para a coleção”. (ROOSEVELT, 1976, p. 176-177).

“Não havia muitos pássaros na floresta, porém Cherrie conseguiu uns tantos exemplares que ainda não constavam na coleção”. (ROOSEVELT, 1976, p. 186).

“Passarinhos eram raros; mesmo assim, o esforço incansável de Cherrie, vez por outra, era recompensado com a obtenção de uma nova espécie para a coleção”. (ROOSEVELT, 1976, p. 191).

Cherrie ressaltou que aproveitava qualquer tempo disponível para coletar o que pudesse durante a descida do Rio da Dúvida:

Durante o tempo em que estas canoas eram construídas, eu trabalhei coletando aves nos arredores do acampamento, que estava situado em densa floresta com bastante sub-bosque. As aves observadas eram quase totalmente representadas por formicariídeos ou arapaçus; sendo alguns dos primeiros esplêndidos cantores.¹³ (NAUMBURG, 1930, p. 14).

Eu passei o dia todo caçando, mas só consegui adicionar uma nova ave a minha coleção, um pequeno *Synallaxis*, do tamanho

13 Tradução dos autores.

de um northern junco¹⁴ com cauda longa e de forma cuneada e de asas arredondadas.¹⁵ (NAUMBURG, 1930, p. 15).

Entretanto, o encontro de grandes trechos encachoeirados não permitiu a Cherrie coletar o tanto que gostaria, já que não haveria como transportar mais a volumosa bagagem. Cherrie, preocupado, relatou em seu diário, a 28 de março de 1914:

As corredeiras continuam e, agora, encontramos-nos acima de uma série de rápidos e cachoeiras (6 delas) formadas pelo rio que corre através de um profundo desfiladeiro entre as montanhas! É possível que abandonemos as canoas. Todos serão obrigados a reduzir suas bagagens a praticamente o que puder ser carregado nas costas. Não sabemos o que nos aguarda amanhã. A coleta de espécimes adicionais de aves será, agora, praticamente impossível.¹⁶ (ORNIG, 1975, p. 61).

As dificuldades de carregar as bagagens em trechos representados por cachoeiras causaram, inclusive, discussões acerca do abandono da caixa de peles taxidermizadas, mas, felizmente, Cherrie conseguiu convencer a comitiva de que fosse levada mais adiante (NAUMBURG, 1930, p. 15).

Entretanto, os animais coletados por Cherrie e por outros membros da comitiva começaram a ter não apenas valor científico, mas a servir, principalmente, como importante fonte de proteína para os expedicionários, que tinham enorme dificuldade em caçar dentre tantas tarefas ligadas à descida do Rio da Dúvida, o fatigante e demorado transporte das canoas por terra para evitar cachoeiras perigosas, o abate de árvores para a construção de novas canoas e a abertura e a montagem de acampamentos em terrenos totalmente inóspitos, dominados pela excessiva umidade amazônica no auge da estação chuvosa e por hordas de insetos sugadores de sangue e devoradores de roupas e barracas, deixando os expedicionários em farrapos (NAUMBURG, 1930; VIVEIROS, 1958; ROOSEVELT, 1976). Roosevelt cita o aproveitamento da carne destes exemplares em alguns trechos:

14 *Junco hyemalis*, espécie nativa da América do Norte.

15 Tradução dos autores.

16 Tradução dos autores.

Um pouquinho antes de alcançarmos o ponto desejado, Cherrie matou um jacu (bela ave um tanto parecida com o peru, porém bem menor) e, depois de se lhe retirar a parte destinada à coleção, deliciamos-nos com uma excelente canja feita de sua carne (ROOSEVELT, 1976, p. 168).

“Kermit matou um jacu para a panela” (ROOSEVELT, 1976, p. 169).

“Kermit fez uma excursão até uns cinco ou seis quilômetros abaixo, onde matou um jacu...” (ROOSEVELT, 1976, p. 170).

“Lira matou um jacu para nós e Kermit dois macacos para os camaradas” (ROOSEVELT, 1976, p. 172).

“Kermit e Lira continuaram caçando; o primeiro matou um mutum, o que muito nos alegrou, pois estávamos tentando economizar o mais possível nossas provisões” (ROOSEVELT, 1976, p. 173).

“No jantar tivemos um tucano e alguns periquitos, de ótimo sabor” (ROOSEVELT, 1976, p. 188).

“À tarde conseguimos um tucano já bem velho, uma piranha e uma boa quantidade de jabutis, que constituíram novas rações de carne fresca” (ROOSEVELT, 1976, p. 201).

“Vários membros da expedição pescaram muitos peixes, mataram um macaco e duas jacutingas (ave aparentada com o peru, porém bem menor), de sorte que tivemos outra vez grande fartura” (ROOSEVELT, 1976, p. 202).

Finalmente, em 15 de abril de 1914, após descerem as corredeiras mais perigosas do Rio da Dúvida, os expedicionários encontraram os primeiros seringueiros, que os hospedaram, descobrindo que os mesmos chamavam este rio de “Castanho” (ou “Castanha” e “Castanhas”, dependendo da fonte) e que este seria um afluente ocidental do Rio Aripuanã, este último, um dos mais importantes tributários do Rio Madeira (NAUMBURG, 1930; VIVEIROS, 1958; ORNIG, 1975; ROOSEVELT, 1976; MILLARD, 2007). A viagem de canoa continuou até o dia 26 de abril, completando dois meses ao longo de 850 km de um rio desconhecido. Nesta data, os expedicionários encontraram o acampamento da comissão de socorro chefiada pelo Tenente Antonio Pyrineus de Sousa, na embocadura do Rio Aripuanã com o “Castanho” (VIVEIROS, 1958; ORNIG, 1975; ROOSEVELT, 1976; SÁ et al., 2008; MILLARD, 2007). Neste ponto, o Tenente Pyrineus aguardava a comitiva junto com o taxidermista Emil Stolle (SÁ et al., 2008), que coletou, nesta localidade, o material tipo das subespécies de juruvás (Momotidae) descritas por Miranda-Ribeiro (1931 - ver abaixo).

A comitiva chegou em Porto São João (no baixo Aripuanã). De lá, embarcaram num vapor com destino a Manaus, chegando a esta cidade em 30 de abril, onde se reencontraram com Miller, que havia realizado excelente coleção de aves e mamíferos nos Rios Ji-Paraná, Madeira e arredores da capital amazonense (VIVEIROS, 1958; ORNIG, 1975; ROOSEVELT, 1976). De Manaus, seguiram de vapor para Belém, onde chegaram em 5 de maio (ORNIG, 1975). Cherrie e Miller tiveram a satisfação de visitar o Museu Paraense (atual Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG) e conhecer a eminente ornitóloga alemã Dra. Maria Elisabeth Emilie Snethlage (1868-1929), grande exploradora e coletora da região amazônica (CUNHA, 1989; JUNGHANS, 2008). Dali, a equipe norte-americana despediu-se da comitiva brasileira, partindo de volta aos Estados Unidos em 7 de maio de 1914 e aportando em Nova Iorque 12 dias depois (VIVEIROS, 1958; ORNIG, 1975; MILLARD, 2007).

Cherrie retornou ao Brasil em outras duas expedições complementares, uma em 1915, a famosa Expedição Collins-Day (CHERRIE, 1916b), e em 1916, visando preencher lacunas de coleta em trechos nos quais a Expedição Científica Roosevelt-Rondon teve dificuldade de obter material (NAUMBURG, 1930, p. 2).

A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES DE COLETA DE ESPÉCIMES ORNITOLÓGICAS DA EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA ROOSEVELT-RONDON

Embora não quantificado o número de exemplares enviados para o MNRJ, há o registro que Cherrie e Miller coletaram, durante a expedição, mais de 2.500 aves e cerca de 450 mamíferos, além de répteis, anfíbios e peixes (ALLEN, 1916b, NAUMBURG, 1930, ROOSEVELT, 1976), incluindo táxons novos (ALLEN, 1916a; CHERRIE, 1916a; CHERRIE; REICHENBERGER, 1921; 1923).

Dentre as novas aves descritas, com base em material obtido no setor brasileiro da expedição (CHERRIE, 1916a; CHERRIE; REICHENBERGER, 1921; 1923), destacam-se as seguintes cuja validade taxonômica mantém-se até os dias atuais:

Ortalis canicollis pantanalensis subsp. nov. (CHERRIE; REICHENBERGER, 1921) – Type ♀ ad. AMNH 127232: near mouth of Rio San Lorenzo [Rio São Lourenço], Matto Grosso, Brazil, 26 dez 1913, Geo. K. Cherrie. [= *Ortalis canicollis pantanalensis* Cherrie & Reichenberger, 1921]

Embora a descrição seja baseada em apenas uma fêmea, a validade taxonômica desta subespécie nunca foi questionada em revisões posteriores, que incluíram a análise de espécimes adicionais (*e.g.*, NAUMBURG, 1930; HELLMAYR; CONOVER, 1942; PINTO, 1964; 1978; DELACOUR; AMADON, 1973; BLAKE, 1977; GRANTS AU, 2010a; PIACENTINI et al., 2015).

Chaetura chapmani viridipennis subsp. nov. (CHERRIE, 1916a) – Type ♂ ad. AMNH 127383: Doze Octobre [Rio Doze de Outubro], Matto Grosso, 17 fev 1914, Geo. K. Cherrie. [= *Chaetura viridipennis* Cherrie, 1916]

Ainda que descrita de um único espécime, o táxon foi relacionado como válido nas seguintes obras referenciais: Cory (1918, p. 139), Naumburg (1930, p. 144), Pinto (1938, p. 244) e Peters (1940, p. 236). Novos espécimes atribuídos a este táxon foram notificados apenas por Wetmore (1953) e Pinto; Camargo (1954), respectivamente para amostras dos Rios Nechí (Antioquia, Colômbia) e Iquiri (Acre, Brasil). Marín (1997) reuniu razões para tratar o táxon como específico, medida esta endossada por Remsen et al. (2014) e Piacentini et al. (2015).

Chloronerpes flavigula magnus subsp. nov. (CHERRIE; REICHENBERGER, 1921) – Type ♀ ad. AMNH 127495: Monte Cristo, Matto Grosso [= Rondônia], 18 mar 1914, Leo E. Miller. [= *Piculus flavigula magnus* (Cherrie & Reichenberger, 1921)]

Considerado uma forma com dimensões maiores que a nominotípica (CHERRIE; REICHENBERGER, 1921), aceita até atualmente, incluindo fontes mais recentes (HELLMAYR, 1929; PETERS, 1948; WINKLER; CHRISTIE, 2002; GRANTS AU, 2010a; PIACENTINI et al., 2015).

Synallaxis rufogularis sp. nov. (CHERRIE, 1916a) – Type ♂ ad. AMNH 127726: Barão [de] Melgaço, Matto Grosso, 9 mar 1914, Leo E. Miller. [= *Synallaxis c. cherriei* Gyldenstolpe, 1930 – nom. nov.]

Tratado inicialmente como uma aberração (“*freak*”) de plumagem de *Synallaxis rutilans amazonica* por Cory; Hellmayr (1925) e Naumburg (1930). Gyldenstolpe (1930) reconheceu a validade do táxon, descreveu uma forma subordinada do Equador (*S. c. napoensis*) e introduziu um nome novo após constatar a pré-ocupação do nome de Cherrie por *Synallaxis rufogularis* Gould, 1839 (sinônimo de *Asthenes anthoides* (King) [1831]). Sua condição de táxon válido e politípico foi adotada por Carriker (1934), Zimmer (1936), Pinto (1938) e Meyer de Schau-

see (1966). Vaurie (1980) questionou a validade das subespécies, porém Oren; Silva (1987) e Ridgely; Greenfield (2001) forneceram argumentos para a manutenção do arranjo político em *S. cherriei*.

Philydor erythrocercus lyra subsp. nov. (CHERRIE, 1916a) – Type ♀ ad. AMNH 127750: 6th of March Rapids [Corredeira 6 de março], Rio Roosevelt, Matto Grosso [= Rondônia], 8 mar 1914, Geo. K. Cherrie. [= *Philydor erythrocercum lyra* Cherrie, 1916]

O epônimo é dedicado ao “*Lieutenant Lyra*”, portanto, mais precisamente, ao Tenente João Salustiano Lyra (1878-1917), partícipe da expedição, que morreu afogado no Rio Sepotuba, Mato Grosso.

Cory; Hellmayr (1925) empregaram este epíteto para designar a subespécie da Amazônia meridional, ao sul do Solimões e Amazonas, do Peru ao Maranhão. Este arranjo foi corroborado, dentre outros, por Naumburg (1930), Zimmer (1935), Pinto (1938), Gyldenstolpe (1945) e se mantém inalterado até o presente (REMSEN, 2003; GRANTS AU, 2010b). A correta grafia ‘erythrocercum’ encontra amparo gramatical em David; Gosselin (2002).

Manacus manacus subpurus subsp. nov. (CHERRIE; REICHENBERGER, 1923) – Type ♂ ad. AMNH 127944: Tapirapoan, Siputuba River [Rio Sepotuba], Matto Grosso, 19 jan 1914, Geo. K. Cherrie. [= *Manacus manacus subpurus* Cherrie & Reichenberger, 1923]

Uma das oito formas válidas desta espécie em território brasileiro, conforme Piacentini et al. (2015).

Tangara cyaneicollis melanogaster subsp. nov. (CHERRIE; REICHENBERGER, 1923) – Type ♂ ad. AMNH 128220: Utiarity near Salto Bello, Papagaio River, Matto Grosso, 30 jan 1914, Geo. K. Cherrie. [= *Tangara cyaneicollis melanogaster* Cherrie & Reichenberger, 1923]

Considerada a subespécie deste complexo ocorrente na região central da Amazônia meridional (RIDGELY; TUDOR, 1994; ISLER; ISLER, 1999; GRANTS AU, 2010b). A grafia “cyaneicollis” é considerada incorreta (HELLMAYR, 1936, p. 121)

Outros nomes de Cherrie (1916a) e Cherrie; Reichenberger (1921; 1923) descritos a partir de material obtido no Brasil foram sinonimizados, a saber:

Nystactes tamatia interior subsp. nov. (CHERRIE; REICHENBERGER, 1921) – Type ♂ ad. AMNH 127486: Campos Novos, Cerro [Serra] do Norte, Matto Grosso, 16 fev 1914, Geo. K. Cherrie. [= *Bucco tamatia pulmentum* Sclater, 1856]

Descrito com base no tipo e em dois exemplares adicionais (CHERRIE; REICHENBERGER, 1921), a subespécie foi considerada como possível variação entre populações, ainda pouco conhecida (RASMUSSEN; COLLAR, 2002). Neste aspecto, Pinto (1947; 1978) já havia notado grande dificuldade na diagnose de algumas subespécies de *B. tamatia*.

Nystalus maculatus pallidigula subsp. nov. (CHERRIE; REICHENBERGER, 1923) – Type ♂ ad. AMNH 127477: Urucum, near Corumbá, Matto Grosso [= Mato Grosso do Sul], 8 dez 1913, Geo. K. Cherie. [= *Nystalus striatipectus* (Sclater, 1854)]

Silva (1991) apresentou uma revisão da superespécie *Nystalus maculatus*, considerando *N. m. pallidigula* como sinônimo-júnior de *N. striatipectus* que, embora tratada como espécie plena por alguns autores recentes (e.g, GRANTSAU, 2010a; PIACENTINI et al., 2015), ainda é considerada subespécie de *N. maculatus* por outros (RASMUSSEN; COLLAR, 2002; REMSEN et al., 2014). Vasconcelos et al. (2003) mostraram que jovens de *N. maculatus* apresentam plumagem semelhante à de *N. striatipectus*.

Nonnula ruficapilla pallida subsp. nov. (CHERRIE; REICHENBERGER, 1921) – Type ♀ ad. AMNH 127126: Tapirapoan, Matto Grosso, 14 jan 1914, Geo. K. Cherie. [= *Nonnula ruficapilla nattereri* Hellmayr, 1921]

A descrição da subespécie foi baseada em dois machos e uma fêmea, sendo considerada uma forma de coloração mais pálida que a nominotípica (CHERRIE; REICHENBERGER, 1921). No entanto, sem tecer quaisquer comentários, Naumburg (1930), co-autora da subespécie (assinando como Reichenberger), considerou-a sinônimo-júnior de *N. r. nattereri*. Descritas no mesmo ano de 1921 e baseadas em material obtido em localidades distando menos de 150 km uma da outra, o motivo rastreável para adoção de um nome em detrimento do outro é de prioridade cronológica: a data consignada (em capa) para a publicação do nome de Hellmayr é 19 de dezembro e a de Cherie e Reichenberger é 28 de dezembro.

Celeus roosevelti sp. nov. (CHERRIE, 1916a) – Type ♀ ad. AMNH 127134: Tapirapoan, Matto Grosso, 17 jan 1914, Geo. K. Cherie. [= *Celeus lugubris* (Malherbe, 1851)]

Táxon de validade questionável (MALLET-RODRIGUES, 2007), tendo sido considerado subespécie de *Celeus flavescens* (PETERS, 1948),

ou um híbrido entre *C. elegans jumanus* e *C. lugubris* (SHORT, 1972; GREENWAY, 1978). Possivelmente, como aventado por Naumburg (1930), trata-se apenas de um variante individual de *Celeus lugubris* (WINKLER; CHRISTIE, 2002; MALLET-RODRIGUES, 2007).

Myrmotherula kermi sp. nov. (CHERRIE, 1916a) – Type ♀ ad. AMNH 127594: Barão [de] Melgaço, Matto Grosso, 6 mar 1914, L. E. Miller. [= *Myrmotherula sclateri* Snethlage, 1912]

Cory; Hellmayr (1924) e Naumburg (1930) foram concordes em considerá-la como inseparável de *Myrmotherula sclateri*, cuja localidade-tipo é Boim, margem esquerda do Rio Tapajós. Zimmer (1932) discordou e afirmou que o tipo de *M. kermi* “differs markedly from five females of [M.] sclateri of both banks of Rio Tapajóz.” Esta afirmativa, acrescida do reexame do tipo por E. Eisenmann, levou ao reconhecimento de *M. s. kermi* por parte de Meyer de Schauensee (1966) e Pinto (1978). Embora alguns autores (D. F. STOTZ in RIDGELY; TUDOR, 1994; LECROY; SLOSS, 2000) sugeriram que a validade ainda esteja em aberto, prevalece a conclusão de Parker; Remsen (1987) em considerar *M. s. kermi* como um extremo da variação na estriação das fêmeas (ZIMMER; ISLER, 2003).

Rhopoterpe torquata tragicus subsp. nov. (CHERRIE, 1916a) – Type ♀ ad. AMNH 127669: Rio Roosevelt, “Camp 17”, Matto Grosso [= Rondônia], 27 [= 25] mar 1914, Geo. K. Cherrie. [= *Myrmornis t. torquata* (Boddaert, 1783)]

Naumburg (1930) concluiu que a descrição teria sido baseada em variação individual de *Myrmornis torquata*. Antes, Cory; Hellmayr (1924) trataram-na dentre os sinônimos de *M. torquata*, sem tecerem comentários. Este arranjo, que prevalece até hoje, foi indagado em Pinto (1947, 1978), por conta de diferenças na plumagem entre espécimes obtidos ao norte e ao sul do Amazonas. Uma especulação mais recente foi feita por Zimmer; Isler (2003): “*Race stictoptera* [América Central e noroeste da Colômbia] and some populations of nominate form may prove to be a distinct species.” LeCroy; Sloss (2000) corrigiram a data de coleta do holótipo.

Xiphocolaptes major saturatus subsp. nov. (CHERRIE, 1916a) – Type ♂ ad. AMNH 127785: Urucum, near Corumbá, Matto Grosso [= Mato Grosso do Sul], 4 dez 1913, Geo. K. Cherrie. [= *Xiphocolaptes major castaneus* Ridgway, 1890]

Táxon renomeado por Todd (1917) como *Xiphocolaptes major obscurus*, pois o nome já se encontrava pré-ocupado por *Xiphocolaptes saturatus* Ridgway, 1890 (sinônimo-júnior de *Xiphocolaptes promeropirhynchus ignotus* Ridgway, 1890 – dos Andes equatorianos). Entretanto, Cory; Hellmayr (1925) e Naumburg (1930), consideraram o holótipo de *X. m. saturatus*, bem como alguns topótipos de Urucum, como representativos de mera variação individual de *X. m. castaneus*, a qual originalmente Cherrie comparou e considerou possuir plumagem mais clara. É válido acrescentar que a enigmática ‘Piedra Branca’, localidade-tipo boliviana de *X. m. castaneus* localiza-se no departamento de Santa Cruz, não distante da fronteira com o Brasil e, mais importante, próxima de Corumbá (LECROY; SLOSS, 2000).

Phacellodomus ruber rubicula subsp. nov. (CHERRIE, 1916a) – Type ♂ ad. AMNH 127731: San Lorenzo River [Rio São Lourenço], Matto Grosso, 2 jan 1914, Geo. K. Cherrie. [= *Phacellodomus ruber* (Vieillot, 1817)]

Táxon considerado por Cory; Hellmayr (1925 - que grafaram *Phacellodomus ruber* “*rubicola*”) e Naumburg (1930) como representando meramente um extremo de variação de plumagem do monotípico *Phacellodomus ruber*. A variação individual verificável em *P. ruber*, mas sem correlação geográfica, foi novamente abordada por Vaurie (1980).

Myiopagis viridicata rondoni subsp. nov. (CHERRIE, 1916a) – Type ♂ ad. AMNH 127860: Urucum, near Corumbá, Matto Grosso [= Mato Grosso do Sul], 13 dez 1913, Geo. K. Cherrie. [= *Myiopagis v. viridicata* (Vieillot, 1817)]

Considerado inseparável de *Myiopagis v. viridicata* (CORY; HELLMAYR, 1927; NAUMBURG, 1930), a partir da constatação de extensa variação individual na subespécie nominal sem uma correspondência geográfica. Não há registro posterior que esta interpretação tenha sido alguma vez questionada (GREENWAY, 1987). Por fim, vale mencionar que Urucum está cerca de 80 km da fronteira paraguaia (localidade-tipo de *Sylvia viridicata*, basônimo de *M. viridicata*).

Sporophila hypoleuca clara subsp. nov. (CHERRIE, 1916a) – Type ♂ ad. AMNH 128119: San Lorenzo River, below the mouth of the Cuyabá [Rio São Lourenço, a jusante da boca do Rio Cuiabá], Matto Grosso, 2 jan 1914, Geo. K. Cherrie. [= *Sporophila l. leucoptera* (Vieillot, 1817)]

O holótipo e os espécimes de Mato Grosso concordam com topótipos da forma nominal de *Sporophila leucoptera*, cuja localidade-tipo é o Paraguai (HELLMAYR, 1929; NAUMBURG, 1930; HELLMAYR, 1938). Inadvertidamente, Cherrie descrevera *S. hypoleuca clara* a partir de comparação com espécimes do leste do Brasil, agora *S. l. cinerea*.

Thraupis palmarum duvida subsp. nov. (CHERRIE, 1916a) – Type ♂ ad. AMNH 128245: Carapana, Rio Roosevelt, Amazonia [Carapanã, estado do Amazonas], 24 abr 1914, Geo. K. Cherrie. [= *Thraupis palmarum melanoptera* (Sclater, 1857)]

Naumburg (1930) e Hellmayr (1936) consideram-na categoricamente inseparável de *Thraupis palmarum melanoptera*, forma amplamente distribuída na Amazônia e Escudo das Guianas. A grafia da localidade foi adulterada para Carapanha (NAUMBURG, 1930; HELLMAYR, 1936), Carupanan (NAUMBURG, 1930) ou Carapaña (PAYNTER; TRAYLOR, 1991). Todavia, as corredeiras com este nome, 35 km a montante da foz do Rio Roosevelt, referem-se obviamente a ‘carapanã’, nome genérico em tupi dado aos mosquitos hematófagos.

Não comentamos aqui, em pormenores, os seguintes nomes presentes em Cherrie (1916a) e Cherrie; Reichenberger (1921, 1923) porquanto foram estes descritos a partir de material obtido fora do Brasil: *Ortalis canicollis grisea* (= *Ortalis canicollis canicollis*, Argentina), *Strix chacoensis* (Paraguai), *Eupsittula aurea major* (= *Eupsittula aurea*, Paraguai), *Picolaptes angustirostris praedatus* (= *Lepidocolaptes angustirostris*, Uruguai), *Furnarius rufus paraguayae* (Paraguai) e *Myospiza manimbe nigrostriata* (= *Ammodramus humeralis xanthornus*, Paraguai). Além disso, os materiais tipo de de *P. a. praedatus* não são oriundos das atividades da expedição.

É importante salientar que o material tipo dos táxons *Chloronerypes flavigula magnus*, *Myrmotherula kermiti* e *Synallaxis rufogularis* não foi coletado pela subdivisão principal da expedição que desceu o Rio da Dúvida, mas por Miller, que realizou outro itinerário, de Barão de Melgaço aos Rios Ji-Paraná, Madeira e Amazonas (ver acima).

Além destas, a espécie *Capito dayi* foi descrita posteriormente por Cherrie (1916b), tendo como espécime-tipo um exemplar obtido em Porto Velho em uma expedição posterior, realizada em 1915 (Expedição Collins-Day), sendo, entretanto, um exemplar obtido por Miller durante a Expedição Roosevelt-Rondon analisado em sua descrição (oriundo de Monte Cristo, estado de Rondônia).

No caso dos naturalistas americanos (Cherrie e Miller), suas coletas podem ser rastreadas pela magnífica obra de Naumburg

(1930) e, também, pelas descrições de Cherrie (1916a) e de Cherrie; Reichenberger (1921, 1923).

A parte da comitiva brasileira da expedição também coletou material que foi usado na descrição de três novos táxons por Miranda-Ribeiro (1926, 1931), a saber:

P[yrhura] [luciani] (sic) melanoides Miranda-Ribeiro, 1926, Arch. Mus. Nac. 28: 11 (no texto). (...) dous exemplares do rio Telles Pires (...) [= *Pyrrhura amazonum* Hellmayr, 1906]

Este nome foi mencionado apenas por Gonzaga (1989), não tendo figurado sequer na relação de espécies e subespécies descritas por Alípio de Miranda Ribeiro, preparada por seu filho (MIRANDA-RIBEIRO, 1955). Gonzaga (1989) relaciona dois sítipos: MNRJ 3649-50, Matto-Grosso, Pyrineus-Pires, 1914. Argumenta, também, que a localidade “Telles-Pires” indicada na obra original, provavelmente, deve-se a um lapso do autor, uma vez que [Antonio] Pyrineus [de Sousa] e [Antenor] Pires atingiram esse rio somente no ano de 1915. As etiquetas dos dois sítipos, bem como dados em Miranda-Ribeiro; Soares (1920) reiteram “M[atto].Grosso, 1914”. Emil Stolle, Pyrineus e Pires subiram, em 1914, o Rio Aripuanã até a sua bifurcação com o Rio da Dúvida ou Castanha, onde deveriam aguardar a turma, chefiada por Roosevelt e Rondon, que descia este rio na suposição de que fosse ele um dos formadores do Aripuanã (Magalhães 1941, Gonzaga 1989). Essa turma de fato aí chegou em 26 de abril de 1914 (ROOSEVELT, 1976; GONZAGA, 1989). Daí, a comitiva de Roosevelt, Pyrineus e Pires (mas não Rondon e Stolle), partiram para Belém. Desse modo, considerando a localização da foz do Rio Roosevelt (como passou a ser chamada a “foz do Castanha”), os dois sítipos de *P. l. melanoides* foram obtidos em terras do estado do Amazonas.

A taxonomia e nomenclatura do grupo *Pyrrhura picta*, do qual *luciani* (basônimo: *Conurus luciani* Deville, 1851) e *amazonum* faziam parte, foi bastante remodelada. O tratamento presente de *P. amazonum* como espécie plena (REMSEN et al., 2014; PIACENTINI et al., 2015) baseia-se nos estudos de Joseph (2000, 2002).

E[lectron] p[latyrhynchus] (sic) chlorophrys Miranda-Ribeiro, 1931, Bol. Mus. Nac. 7(2): 83 [em chave]. “E fluminibus Castanha et Jamary”. Specimina Jamaryi sicut e provincia Goyacis, et Tramaqui. Habitat Rio Tocantins (Esp. do Peixe Goyaz; Rio Tramaqui, M. Grosso) [= Foz do Castanha, Amazonas] [= *Electron platyrhynchus chlorophrys* Miranda-Ribeiro, 1931]

Miranda-Ribeiro (1955) designou como lectótipo (dentre 5 síntipos) o espécime MNRJ 4164, que, segundo Gonzaga (1989), possui as seguintes informações na etiqueta: “Foz do Castanhas, Stolle, 5-4-14”. Gonzaga (1989) critica a inconsistência de [Paulo de] Miranda-Ribeiro (1955) em atribuir a localidade-tipo “Rio Tocantins” (indicada no paralectótipo MNRJ 4162) quando a etiqueta do lectótipo objetivamente indica “Foz do Castanhas” (= Foz do Rio Roosevelt).

A equivocada localidade “Rio Tocantins”, associada ou não ao estado de “Goyaz”, tem sido replicada, por exemplo, em Pinto (1938), Peters (1945), Sibley; Monroe (1990) e Grantsau (2010a). Sobre esse equívoco persistente de procedência escreveu J. F. Pacheco em Sick (1997, p. 477): “Um registro para Espírito Santo do Peixe, “Goiás” (MIRANDA-RIBEIRO, 1931) é a única localidade específica a leste do Tapajós para esta espécie da Amazônia ocidental – atualmente denominada apenas Peixe e situada na porção meridional do atual Estado do Tocantins. As indicações decorrentes de sua existência no Rio Tocantins (Pará) e Goiás, conforme diversas vezes assinalada ([MEYER DE] SCHAUENSEE, 1966; PINTO, 1978; SICK, 1985), derivam desta mesma fonte e devem ser consideradas mais apropriadamente como produto da troca de etiquetas entre material coletado por R. Pfrimer (Goiás, Tocantins) e E. Stolle (Rondônia, noroeste de Mato Grosso [sudeste do Amazonas]) e depositados no Museu Nacional, conforme sugerido em outros casos por Silva (1989)”. Desta forma, postulamos mais uma vez que o espécime “goiano” de *Electron platyrhynchus chlorophrys* teve origem geográfica semelhante aos demais síntipos.

A despeito da confusão sobre a localidade-tipo, lectotipização e área de distribuição, este é o único táxon válido descrito por Miranda-Ribeiro em associação com a expedição Roosevelt-Rondon (DICKINSON; REMSEN, 2013). A partir da data informada no artigo original e na etiqueta, sabe-se que ela foi obtida na foz do Rio Roosevelt, Amazonas (não Mato Grosso), pelo naturalista alemão Emil Stolle, durante o período estacionário que antecedeu ao encontro com a comitiva chefiada por Roosevelt e Rondon, que navegava descendo o Rio Roosevelt (GONZAGA, 1989).

O nome de Miranda-Ribeiro tem precedência sobre *Electron platyrhynchum orientale* Todd, 1937, cujo tipo foi obtido na margem esquerda do Tapajós (PINTO, 1938; PETERS, 1945).

B[aryphthengus] (sic) m[artii] cinereiventris Miranda-Ribeiro, 1931, Bol. Mus. Nac. 7(2): 84 [em chave], 85. “Fóz do Castanha (Stolle, Comm. Rondon) um exemplar. [= Foz do Castanhas, Amazonas] [= *Baryphthengus m. martii* (Spix, 1824)]

Tratado como sinônimo-júnior de *Baryphthengus m. martii* por Pinto (1938) e de *Baryphthengus ruficapillus martii* por Peters (1945). Miranda-Ribeiro (1955) apenas o lista como táxon descrito por seu pai e menciona o tipo sob registro MNRJ 4165. Gonzaga (1989) acrescenta a data presente na etiqueta do holótipo: 5-4-14, portanto a mesma data de coleta do táxon aqui anteriormente tratado. Após ter sido subordinada à *B. ruficapillus* em Peters (1945), a amazônica *B. martii* (estendendo-se até Honduras) voltou a ser tratada como espécie à parte nos últimos 30 anos (SICK, 1985; SNOW, 2001; DICKINSON; REMSEN, 2013).

No Brasil, ainda não foi feita uma compilação do material ornitológico obtido pela Expedição Científica Roosevelt-Rondon, assim como de todo o esforço científico da Comissão Rondon, com base no material depositado no MNRJ que, segundo Nomura (2000), é representado por 5.637 exemplares de animais (não apenas aves) obtidos durante as diversas campanhas.

O que ficou conhecido como “Comissão Rondon” encerra uma série de expedições realizadas nas duas primeiras décadas do século XX (1908-1915) (GONZAGA, 1989) e implica num acervo zoológico problemático em termos curatoriais, ao que se sabe, integralmente depositado no MNRJ.

Sua preservação foi ruim, poucas trazem as etiquetas de campo, sua etiquetagem de gabinete é caótica (escrita ruim e dados incompletos) e o lançamento no livro de tombo foi feito apenas 20-30 anos depois, no período da Segunda Grande Guerra (JFP, obs. pess.).

Coube ao naturalista do MNRJ, Alípio de Miranda-Ribeiro (1874-1939), estudar o material zoológico da Comissão Rondon, incluindo aquelas oriundas da Expedição Científica Roosevelt-Rondon (MAGALHÃES, 1941; SICK, 1997; NOMURA, 2000; SÁ et al., 2008). Sabe-se que a comitiva brasileira da expedição coletou e enviou ao MNRJ um número de espécimes de aves bem menor que o coligido pelos naturalistas norte-americanos. Miranda-Ribeiro (1914) menciona um total de 257 espécimes, sendo 137 espécimes obtidos no trecho entre o Rio Paraguai, Chapada dos Parecis, cabeceiras do Rio da Dúvida e Rio Ji-Paraná e 120 coletados no trecho do Rio Aripuanã. Embora este material ainda não tenha sido publicado na íntegra, faz exceção a revisão sobre a família Psittacidae (MIRANDA-RIBEIRO; SOARES, 1920).

Assim, faz-se necessária uma ampla revisão, associada à divulgação de um catálogo, do material ornitológico coletado pela comitiva brasileira que se encontra depositado no MNRJ.

Fica aqui nossa homenagem aos bravos homens do século passado, que não existem mais na era da internet e dos *smartphones*.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Profa. Elizabeth Madureira Siqueira pelo convite a publicar este artigo, assim como ao conselho editorial de *Atualidades Ornitológicas* que permitiu a divulgação do mesmo, originalmente publicado naquele periódico com o título “Centenário da Expedição Roosevelt-Rondon e suas contribuições à Ornitologia Brasileira”. Também somos gratos à equipe do AMNH, em nome de Matthew Shanley, Paul Sweet e Thomas Trombone pelo envio das fotos do material tipo coligido pela expedição e depositado naquela instituição. O AMNH também concedeu ao primeiro autor uma *collection study grant* para o estudo de espécimes brasileiros que se encontram depositados nesta instituição, sendo possível avaliar parte do material coletado por Cherrie e Miller. Alexandre Palmieri Sad, Ariana Dias Epifânio, Bret M. Whitney e dois revisores anônimos fizeram importantes críticas ao manuscrito.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, Joel Asaph. New mammals collected on the Roosevelt Brazilian Expedition. *Bulletin of the American Museum of Natural History*, New York, v. 35, n. 27, p. 523-530, 1916a.
- ALLEN, Joel Asaph. Mammals collected on the Roosevelt Brazilian Expedition, with field notes by Leo E. Miller. *Bulletin of the American Museum of Natural History*, New York, v. 35, n. 30, p. 559-610, 1916b.
- BLAKE, Emmet Reid. *Manual of Neotropical Birds. Volume 1. Spheniscidae (Penguins) to Laridae (Gull and Allies)*. Chicago: The University of Chicago Press, 1977.
- CARRIKER, Melbourne Armstrong, Jr. Description of new birds from Peru, with notes on the nomenclature and status of other little-known species. *Proceedings of the Academy of Natural Sciences of Philadelphia*, Philadelphia, v. 86, p. 317-334, 1934.
- CHERRIE, George Kruck. Some apparently undescribed birds from the collection of the Roosevelt South American Expedition. *Bulletin of the American Museum of Natural History*, New York, v. 35, n. 17, p. 183-190, 1916a.
- CHERRIE, George Kruck. New birds from the collection of the Collins-Day Expedition to South America. *Bulletin of the American Museum of Natural History*, New York, v. 35, n. 23, p. 391-397, 1916b.

- CHERRIE, George Kruck; REICHENBERGER, Elsie Margaret Binger. Descriptions of proposed new birds from Brazil, Paraguay, and Argentina. *American Museum Novitates*, New York, v. 27, p. 1-6, 1921.
- CHERRIE, George Kruck; REICHENBERGER, Elsie Margaret Binger. Descriptions of proposed new birds from Brazil and Paraguay. *American Museum Novitates*, New York, v. 27, p. 1-9, 1923.
- CID, Maria Rosa Lopez; WAIZBORT, Ricardo. Alípio de Miranda Ribeiro e as lições da Comissão Rondon para o Museu Nacional. *Filosofia e História da Biologia*, São Paulo, v. 1, p. 215-227, 2006.
- CORY, Charles Barney. Catalogue of birds of the Americas and the adjacent islands. *Field Museum of Natural History, Zoological Series*, Chicago, v. 13, n. 2, p. 1-315, 1918.
- CORY, Charles Barney; HELLMAYR, Carl Eduard. Catalogue of birds of the Americas. Pteroptochidae, Conopophagidae, Formicariidae. *Field Museum of Natural History, Zoological Series*, Chicago, v. 13, n. 3, p. 1-369, 1924.
- CORY, Charles Barney; HELLMAYR, Carl Eduard. Catalogue of birds of the Americas. Furnariidae, Dendrocolaptidae. *Field Museum of Natural History, Zoological Series*, Chicago, v. 13, n. 4, p. 1-390, 1925.
- CORY, Charles Barney; HELLMAYR, Carl Eduard. Catalogue of birds of the Americas. Tyrannidae. *Field Museum of Natural History, Zoological Series*, Chicago, v. 13, n. 4, p. 1-517, 1927.
- CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. *Talento e atitude. Estudos biográficos do Museu Goeldi* 1. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.
- DAVID, Normand; GOSSELIN, Michel. The grammatical gender of avian genera. *Bulletin of the British Ornithologists' Club*, Tring, v. 122, n. 4, p. 257-282, 2002.
- DELACOUR, Jean; AMADON, Dean. *Curassows and related birds*. New York: American Museum of Natural History, 1973.
- DICKINSON, Edward Clive; REMSEN, James Van, Jr. *The Howard and Moore complete checklist of the birds of the World* 1. Eastbourne: Aves Press, 2013.
- GONZAGA, Luiz Pedreira. Catálogo dos tipos na coleção ornitológica do Museu Nacional. I – Não-Passeriformes. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Zoologia*, Belém, v. 5, n. 1, p. 9-40, 1989.
- GRANTSAU, Rolf Karl Heinz. *Guia completo para identificação das aves do Brasil* 1. São Carlos: Vento Verde, 2010a.
- GRANTSAU, Rolf Karl Heinz. *Guia completo para identificação das aves do Brasil* 2. São Carlos: Vento Verde, 2010b.

- GRAVES, Gary R.; GOTELLI, Nicholas J. Assembly of avian mixed-species flocks in Amazonia. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 90, n. 4, p. 1388-1391, 1993.
- GREENWAY, James Cowan, Jr. Type specimens of birds in the American Museum of Natural History, Part II. *Bulletin of the American Museum of Natural History*, New York, v. 161, n. 1, p. 1-305, 1978.
- GREENWAY, James Cowan, Jr. Type specimens of birds in the American Museum of Natural History, Part IV. *American Museum Novitates*, New York, v. 2879, p. 1-63, 1987.
- GYLDENSTOLPE, Nils. On a new Spine-tail from east Ecuador together with some notes on the forms of the *Synallaxis rutilans*-group. *Arkiv för Zoologi Stockholm*, Estocolmo, v 21A, n. 25, p. 1-20, 1930.
- GYLDENSTOLPE, Nils. The bird fauna of Rio Juruá. *Kungliga Svenska Vetenskapsakademiens Handlingar Series 3*, v. 22, n. 3, p. 1-338, 1945.
- HELLMAYR, Carl Eduard. A contribution to the ornithology of northeastern Brazil. *Field Museum of Natural History, Zoological Series*, Chicago, v.12, n. 8, p. 235-501, 1929.
- HELLMAYR, Carl Eduard. Catalogue of birds of the Americas and the adjacent islands. Tersinidae, Thraupidae. *Field Museum of Natural History, Zoological Series*, Chicago, v. 13, n. 9, p. 1-458, 1936.
- HELLMAYR, Carl Eduard. Catalogue of birds of the Americas and the adjacent islands. Ploceidae, Catamblyrhynchidae, Fringillidae. *Field Museum of Natural History, Zoological Series*, Chicago, v. 13, n. 11, p. 1-662, 1938.
- HELLMAYR, Carl Eduard; CONOVER, Boardman. Catalogue of birds of the Americas and the adjacent islands. Rheidae, Tinamidae, Cracidae, Tetraonidae, Phasianidae, Numididae, Meleagrididae, Opisthocomidae, Gruidae, Aramidae, Psophiidae, Rallidae, Heliornithidae, Eurypygidae, Cariamidae, Columbidae. *Field Museum of Natural History, Zoological Series*, Chicago, v. 13, part 1, n. 1, p. 1-636, 1942.
- HENDERSON, Bruce. *Norte Verdadeiro - Peary, Cook e a corrida ao pólo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- HUNTFORD, Roland. *O último lugar da terra - a competição entre Scott e Amundsen pela conquista do Pólo Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ISLER, Morton L.; ISLER, Phyllis R. *The Tanagers: natural history, distribution, and identification*. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1999.
- JOSEPH, Leo. Beginning an end to 63 years of uncertainty: The Neotropical parakeets known as *Pyrrhura picta* and *P. leucotis* comprise more than two species. *Proceedings of the Academy of Natural Sciences of Philadelphia*, Philadelphia, v. 150, n. 1, p. 279-292, 2000.

JOSEPH, Leo. Geographical variation, taxonomy and distribution of some Amazonian *Pyrrhura* parakeets. *Ornitología Neotropical*, Montréal, v. 13, n. 4, p. 337-363, 2002.

JUNGHANS, Miriam. Emilia Snethlage (1868-1929): uma naturalista alemã na Amazônia. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 243-255, 2008.

LECROY, Mary; SLOSS, Richard. Type specimens of birds in the American Museum of Natural History. Part 3. Passeriformes: Eurylaimidae, Dendrocolaptidae, Furnariidae, Formicariidae, Conopophagidae, and Rhinocryptidae. *Bulletin of the American Museum of Natural History*, New York, v. 257, p. 1-88, 2000.

MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. *Pelos sertões do Brasil*, 2ª Ed. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional. Brasileira (Série 5ª, Volume 195), 1941.

MALLET-RODRIGUES, Francisco. Táxons de validade questionável com ocorrência no Brasil. VII - Picidae. *Atualidades Ornitológicas*, Ivaiporã, v. 140, p. 8-9, 2007.

MARÍN, Manuel. Species limits and distribution of some new world spine-tailed swifts (*Chaetura* spp.). In: REMSEN, James Van, Jr. (Org.). *Studies in Neotropical ornithology honoring Ted Parker*. Washington: American Ornithologists' Union. Ornithological Monographs n° 48, 1997. p. 431-443.

MEYER DE SCHAUENSEE, Rodolphe. *The species of birds of South America and their distribution*. Philadelphia: Academy of Natural Sciences, 1966.

MILLARD, Candice. *O Rio da Dúvida: a sombria viagem de Theodore Roosevelt e Rondon pela Amazônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MIRANDA-RIBEIRO, Alípio de. *História Natural: Zoologia*. Anexo 4 da Expedição Roosevelt. Rio de Janeiro: Pap. Macedo. (Publicação N.º 53 da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas), 1914.

MIRANDA-RIBEIRO, Alípio de. Notas ornithológicas – I – Lista dos Psittacideos colligidos em Urucum e outras localidades de Matto Grosso, por Antenor Pires, taxidermista da Comissão Rondon em 1914. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 9-12, 1926.

MIRANDA-RIBEIRO, Alípio de. Notas ornithológicas - XI - Coracias brasileiros (Momotinae). *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 73-90, 1931.

MIRANDA-RIBEIRO, Alípio de; SOARES, Euclides da Costa. Psittacidae. *Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Matto-Grosso ao Amazonas*, v. 63, p. 1-14, 1920.

- MIRANDA-RIBEIRO, Paulo. Tipos das espécies e subespécies do prof. Alípio de Miranda Ribeiro depositados no Museu Nacional (com uma relação dos gêneros, espécies e subespécies descritos). *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 389-417, 1955.
- MUNN, Charles A. Permanent canopy and understory flocks in Amazonia: species composition and population density. In: BUCKLEY, P.A.; FOSTER, Mercedes S.; MORTON, Eugene S.; RIDGELY, Robert Sterling; BUCKLEY, Francine G. (Org.). *Neotropical ornithology*. Washington: American Ornithologists' Union. Ornithological Monographs n° 36, 1985. p. 683-712.
- NAUMBURG, Elsie Margaret Binger. The birds of Matto Grosso, Brazil: a report on the birds secured by the Roosevelt-Rondon Expedition, with field notes by George K. Cherrie. *Bulletin of the American Museum of Natural History*, New York, v. 60, n. 1, p. 1-432, 1930.
- NOMURA, Hitoshi. A colaboração de Miranda Ribeiro para o conhecimento da Zoologia brasileira na época da Comissão Rondon. *Revista de Ornitologia Paranaense*, v. 4, 2000. Disponível em: <<http://www.ao.com.br/rop4.htm>>. Acesso em: 25 dez. 2013.
- OREN, David Conway; SILVA, José Maria Cardoso da. Cherrie's Spinetail (*Synallaxis cherriei* Gyldenstolpe) (Aves: Furnariidae) in Carajás and Gorotire, Pará, Brazil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Zoologia*, Belém, v. 3, n. 1, p. 1-9, 1987.
- ORNIG, Joseph R. *George K. Cherrie's diary of the Theodore Roosevelt Expedition to explore the River of Doubt in Brazil, October 1913 to May, 1914*. New York: American Museum of Natural History, 1975.
- PACHECO, José Fernando; BAUER, Claudia. A coleção de aves preparadas por Adolf Schneider em Porto Quebracho, Mato Grosso do Sul, Brasil, em 1941. *Notulas Faunísticas*, Buenos Aires, v. 64, p. 1-6, 1994.
- PARKER, Theodore Albert; REMSEN, James Van, Jr. Fifty-two Amazonian bird species new to Bolivia. *Bulletin of the British Ornithologists' Club*, Tring, v. 107, n. 3, p. 94-107, 1987.
- PAYNTER, Raymond A., Jr; TRAYLOR, Melvin A., Jr. *Ornithological Gazetteer of Brazil*. Massachusetts: Museum of Comparative Zoology, 1991.
- PETERS, James Lee. *Check-list of birds of the world* 4. Cambridge: Harvard University Press, 1940.
- PETERS, James Lee. *Check-list of birds of the world* 5. Cambridge: Harvard University Press, 1945.
- PETERS, James Lee. *Check-list of birds of the world* 6. Cambridge: Harvard University Press, 1948.

- PIACENTINI, Vítor de Q.; ALEIXO, Alexandre; AGNE, Carlos Eduardo; MAURÍCIO, Giovanni Nachtigall; PACHECO, José Fernando; BRAVO, Gustavo A.; BRITO, Guilherme R. R.; NAKA, Luciano N.; OLMOS, Fabio; POSSO, Sergio; SILVEIRA, Luís Fábio; BETINI, Gustavo S.; CARRANO, Eduardo; FRANZ, Ismael; LEES, Alexander C.; LIMA, Luciano M.; PIOLLI, Dimas; SCHUNCK, Fabio; AMARAL, Fábio Raposo do; BENCKE, Glayson A.; COHN-HAFT, Mario; FIGUEIREDO, Luiz Fernando A.; STRAUBE, Fernando C. & CESARI, Evaldo. Annotated checklist of the birds of Brazil by the Brazilian Ornithological Records Committee / Lista comentada das aves do Brasil pelo Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos. *Revista Brasileira de Ornitologia*, Belém, v. 23, n. 2, p. 91-298, 2015.
- PINTO, Olivério Mário de Oliveira. Catálogo das aves do Brasil e lista dos exemplares que as representam no Museu Paulista. 1ª parte: Aves não Passeriformes e Passeriformes não Oscines, excluída a Fam. Tyrannidae e seguintes. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 22, p. 1-556, 1938.
- PINTO, Olivério Mário de Oliveira. Contribuição à ornitologia do baixo Amazonas. Estudo crítico de uma coleção de aves do Estado do Pará. *Arquivos de Zoologia do Estado de São Paulo*, São Paulo, v. 5, n. 6, p. 311-482, 1947.
- PINTO, Olivério Mário de Oliveira. *Ornitologia Brasiliense* 1. São Paulo: Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, 1964.
- PINTO, Olivério Mário de Oliveira. *Novo Catálogo das aves do Brasil. Primeira Parte. Aves não Passeriformes e Passeriformes não Oscines, com exclusão da família Tyrannidae*. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1978.
- PINTO, Olivério Mário de Oliveira; CAMARGO, E. A. Resultados ornitológicos de uma expedição ao Território do Acre pelo Departamento de Zoologia. *Papéis Avulsos do Departamento de Zoologia*, São Paulo, v. 11, n. 23, p. 371-418, 1954.
- POWELL, George V. N. On the possible contribution of mixed species flocks to species richness in neotropical avifaunas. *Behavioral Ecology and Sociobiology*, Berlim, v. 24, n. 6, p. 387-393, 1989.
- RASMUSSEN, Pamela Cecile & COLLAR, Nigel J. Family Bucconidae (Puffbirds). In: DEL HOYO, Josep; ELLIOTT, Andrew; SARGATAL, Jordi (Org.). *Handbook of the birds of the world* 7. Barcelona: Lynx Edicions, 2002. p. 102-138.
- REMSEN, James Van, Jr. Family Furnariidae (Ovenbirds). In: DEL HOYO, Josep; ELLIOTT, Andrew; CHRISTIE, David A. (Org.). *Handbook of the birds of the world* 8. Barcelona: Lynx Edicions, 2003. p. 162-357.

- REMSSEN, James Van, Jr; CADENA, Carlos Daniel; JARAMILLO, Alvaro; NORES, Manuel; PACHECO, José Fernando; PÉREZ-EMÁN, Jorge; ROBBINS, Mark B.; STILES, F. Gary; STOTZ, Douglas F.; ZIMMER, Kevin J. *A classification of the bird species of South America*. 2014. Disponível em: <<http://www.museum.lsu.edu/~Remsen/SACCBaseline.html>>. Acesso em: 6 jun. 2014.
- RIDGELY, Robert Sterling; GREENFIELD, Paul J. *The birds of Ecuador. Status, distribution and taxonomy* 1. Ithaca: Cornell University Press, 2001.
- RIDGELY, Robert Sterling; TUDOR, Guy. *The birds of South America* 2. Austin: University of Texas Press, 1994.
- ROOSEVELT, Theodore. *Nas selvas do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- SÁ, Dominichi Miranda de. A natureza amazônica nas viagens científicas da Comissão Rondon (1907-1930). In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: Associação Nacional de História, 2011. p. 1-12.
- SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 779-810, 2008.
- SHACKLETON, Ernest Henry. *Sul: A expedição polar mais famosa da história*. São Paulo: Alegro, 2002.
- SHORT, Lester Leroy. Relationships among the four species of the superspecies *Celeus elegans* (Aves, Picidae). *American Museum Novitates*, New York, v. 2487, n. 1-26, 1972.
- SIBLEY, Charles G.; MONROE, Burt L., Jr. *Distribution and taxonomy of birds of the world*. New Haven: Yale University Press, 1990.
- SICK, Helmut. *Ornitologia Brasileira, uma introdução* 1. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.
- SICK, Helmut. *Ornitologia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- SILVA, José Maria Cardoso da. *Análise biogeográfica da avifauna de florestas do interflúvio Araguaia - São Francisco*. 1989. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia). Universidade de Brasília, Brasília.
- SILVA, José Maria Cardoso da. Sistemática e biogeografia da superespécie *Nyctalus maculatus* (Piciformes: Bucconidae). *Ararajuba*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 75-79, 1991.
- SILVA, José Maria Cardoso da. Birds of the Cerrado Region, South America. *Steenstrupia*, København, v. 21, n. 1, p. 69-92, 1995.

- SNOW, David William. Family Momotidae (Motmots). In: DEL HOYO, Josep; ELLIOTT, Andrew; SARGATAL, Jordi (Org.). *Handbook of the birds of the world* 6. Barcelona: Lynx Edicions, 2001. p. 264-284.
- STRAUBE, Fernando Costa; URBEN-FILHO, Alberto; PIVATTO, Maria Antonietta Castro; NUNES, Alessandro Pacheco; TOMÁS, Walfrido Moraes. Nova contribuição à ornitologia do Chaco brasileiro (Mato Grosso do Sul, Brasil). *Atualidades Ornitológicas On-line*, Ivaiporã, v. 134, p. 1-27, 2006.
- TERBORGH, John; ROBINSON, Scott K.; PARKER, Theodore Albert; MUNN, Charles A.; PIERPONT, Nina. Structure and organization of an Amazonian forest bird community. *Ecological Monographs*, Washington, DC, v. 60, n. 2, p. 213-238, 1990.
- TODD, Walter Edmond Clyde. Preliminary diagnoses of apparently new birds from Colombia and Bolivia. *Proceedings of the Biological Society of Washington*, Washington, v. 30, n. 3-6, 1917.
- VASCONCELOS, Marcelo Ferreira de; HOFFMANN, Diego. Os Bosques Secos Chiquitanos também são nossos! *Atualidades Ornitológicas*, Ivaiporã, v. 130, p. 10-11, 2006.
- VASCONCELOS, Marcelo Ferreira de; LOPES, Leonardo Esteves; HOFFMANN, Diego; SILVEIRA, Luís Fábio; SCHUNCK, Fábio. Noteworthy records of birds from the Pantanal, Chiquitano dry forest and Cerrado of south-western Brazil. *Bulletin of the British Ornithologists' Club*, Tring, v. 128, n. 1, p. 57-67, 2008.
- VASCONCELOS, Marcelo Ferreira de; MATRANGOLO, Carlos Augusto Rodrigues; D'ANGELO-NETO, Santos. Variação de plumagem e expansão geográfica do Rapazinho-dos-velhos *Nystalus maculatus*. *Cotinga*, Sandy, v. 20, p. 66-67, 2003.
- VAURIE, Charles. Taxonomy and geographical distribution of the Furnariidae (Aves, Passeriformes). *Bulletin of the American Museum of Natural History*, New York, v. 166, n. 1, p. 1-357, 1980.
- VIVEIROS, Ester de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.
- WETMORE, Alexander. Further additions to the birds of Panamá and Colombia. *Smithsonian Miscellaneous Collection*, Washington, DC, v. 122, n. 8, p. 1-12, 1953.
- WHITTAKER, Andrew. Pousada Rio Roosevelt: a provisional avifaunal inventory in south western Amazonian Brazil, with information on life history, new distributional data and comments on taxonomy. *Cotinga*, Sandy, v. 31, p. 20-43, 2009.

- WINKLER, Hans; CHRISTIE, David A. Family Picidae (Woodpeckers). In: DEL HOYO, Josep; ELLIOTT, Andrew; SARGATAL, Jordi (Org.). *Handbook of the birds of the world* 7. Barcelona: Lynx Edicions, 2002. p. 296-555.
- ZIMMER, John Todd. Studies of Peruvian birds. III – The genus *Myrmotherula* in Peru, with notes on extralimital forms. Part 1. *American Museum Novitates*, New York, v. 523, p. 1-19, 1932.
- ZIMMER, John Todd. Studies of Peruvian birds. XVII – Notes on the genera *Syndactyla*, *Anabacerthia*, *Philydor*, and *Automolus*. *American Museum Novitates*, New York, v. 785, p. 1-24, 1935.
- ZIMMER, John Todd. Studies of Peruvian birds. XX – Notes on the genus *Synallaxis*. *American Museum Novitates*, New York, v. 861, p. 1-26, 1936.
- ZIMMER, Kevin J.; ISLER, Morton L. Family Thamnophilidae (Typical Antbirds). In: DEL HOYO, Josep; ELLIOTT, Andrew; CHRISTIE, David A. (Org.). *Handbook of the birds of the world* 8. Barcelona: Lynx Edicions, 2003. p. 448-681.

MARECHAL RONDON: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E ENSINO DE HISTÓRIA

Níleide Souza Dourado

Renilson Rosa Ribeiro



Escola do Posto de Protecção aos índios Parecís

Estação de Utilidade da Linha telegraphica de Matto-Grosso ao Amazonas

MARECHAL RONDON: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E ENSINO DE HISTÓRIA

MARSHAL RONDON:
NARRATIVES, MEMORIES AND
HISTORY OF EDUCATION

Nileide Souza Dourado

Doutora em Educação, Historiadora da área Técnica e Científica do NDIHR e professora do PROFHISTÓRIA / IGHD/UFMT- Mestrado Profissional em Ensino de História. nileide@terra.com.br

Renilson Rosa Ribeiro

Doutor em História, Professor Associado I do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História/PPGHIS e PROFHISTÓRIA/IGHD/UFMT, Pós-doutorando em Educação pela FEUSP. rrenilson@yahoo.com

RESUMO: Este estudo procura abordar a presença do *Marechal Candido Rondon*, personagem como símbolo da integração nacional, “pai das comunicações” – representando o Brasil moderno que se desejava instituir e ensinar nos bancos escolares. Busca também a pesquisa compreender como se dá a fabricação, primeiramente, do herói da narrativa histórica, para em seguida pensar a sua própria condição de agente – em suas diferentes facetas e elaborações. E, por último, demonstrar os lugares de memória, a história escrita e ensinada sobre o *Marechal Rondon*.

Palavras-chave: Marechal Rondon. Narrativas. Memórias. Ensino de História. Mato Grosso.

ABSTRACT: This study seeks to address the presence of Marechal Candido Rondon, character as a symbol of national integration, “father of communications” - representing the modern Brazil who wanted to introduce and teach in school enrollment. It also seeks to research to understand how is the manufacturing, first, the hero of the historical narrative, to then think about your own agent status - in its different facets and elaborations. And, finally, demonstrate the places of memory, the story written and taught about the Marechal Rondon.

Keywords: Marechal Rondon. Narratives. Memoirs. History teaching. Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Este estudo procura abordar a presença do *Marechal Candido Rondon*, personagem como símbolo da integração nacional, “pai das comunicações” – representando o Brasil moderno que se desejava instituir e ensinar nos bancos escolares. Busca também a presente pesquisa compreender como se dá a fabricação, primeiramente, do herói da narrativa histórica, para em seguida pensar a sua própria condição de agente – em suas diferentes facetas e elaborações. E, por último, demonstrar os lugares de memória, a história escrita e ensinada sobre o *Marechal Rondon*.

Nessa perspectiva, a reflexão acerca da construção histórica dos heróis e símbolos nacionais, em pesquisas como a realizada por Thais Nívia de Lima e Fonseca, no livro *História & Ensino de História* (2003), tem apontado para a necessidade de se pensar os sujeitos na História não centrada apenas em personagens que realizaram feitos individuais ou tidos como heroicos, como autoridades ou figuras políticas. As tramas da história não podem ser entendidas como sendo dependente do destino de poucos, de façanhas individuais ou vontades individuais de lideranças, em que pouco se destaca a dimensão coletiva das lutas por mudanças ou da resistência exercida por grupos em defesa de seus direitos.

Nessa mesma linha, os sujeitos históricos como sugere os próprios *Parâmetros Curriculares Nacionais*, seriam vistos como todos aqueles que, em determinados contextos históricos, mostraram suas especificidades, sendo líderes de lutas para transformações ou permanências na sua realidade, atuando em grupo ou de forma isolada. Eles seriam trabalhadores, mulheres, escravos, camponeses, religiosos, políticos entre outros. Nestas narrativas sai à névoa da mística e da celebração dos heróis nacionais e entra em cena o exercício reflexivo e crítico sobre a ação social de indivíduos, grupos ou classes sociais, por vezes, à margem das páginas dos livros didáticos de História.

Considerando as questões tratadas sobre a construção da figura do herói nacional no discurso histórico didático, a seguir, aborda-se de forma mais detida como tal estratégia de “invenção discursiva” que pode ser percebida na construção do mito *Marechal Rondon*, na sua interface entre o nacional e regional no ensino da história. Em outras palavras, a ideia é compreender como se dá a fabricação, primeiramente, do herói da narrativa histórica, para em seguida pensar a sua própria condição de agente – em suas diferentes facetas e elaborações.

1. ENTRE A MITOLOGIA E A HISTÓRIA (ENSINADA): OS PERSONAGENS E AS NARRATIVAS (INVENTADAS) EM NOME DA NAÇÃO

O universo infanto-juvenil é povoado de heróis e figuras míticas. Os (super) heróis estão presentes nos livros, gibis e filmes. Não é muito difícil encontrar entre este público referências aos seus heróis favoritos. Há aqueles que marcaram gerações como *Batman* e *Robin*, *Superman*, *Homem-Aranha* e *Chapolin Colorado*. Há também os personagens do esporte e da música que se transformaram em ídolos por seus feitos, criando uma legião de fãs entre as crianças e adolescentes, como é o caso, por exemplo, do piloto Ayrton Senna, tri-campeão de *Fórmula 1*, do cantor Renato Russo, líder da banda de rock *Legião Urbana*, e do jogador de futebol Neymar Jr.

O herói, em suas múltiplas versões, revela-se ao mundo por intermédio de feitos fantásticos, realizando atos de coragem, salvando vidas ou até mesmo oferecendo a sua própria por uma causa maior. E por seu gesto de nobreza torna-se um exemplo a ser seguido. Quem na infância nunca teve vontade de ser um bombeiro ou fazer parte dos *Super-Amigos*?

As aulas de História não fogem a esta regra e também trazem nas suas narrativas a presença de heróis, lideranças que se destacaram em determinadas situações ou eventos. As lições de História do Brasil por muito tempo se notabilizaram pelo relato de datas e feitos de grandes personagens, geralmente homens de Estado ou políticos, responsáveis pela edificação e defesa da nação em diferentes contextos.

No livro *Por que estudar a história?* (2007), voltado para alunos do ensino médio, o historiador Caio César Boschi afirma que esta concepção de história esteve em voga no século XIX, consagrada pelo escritor escocês Thomas Carlyle (1795-1881), no seu livro *Os heróis: o culto dos heróis e o heróico na História*. Escrita em 1841, a sua obra defendia que a história da humanidade seria fruto dos grandes homens. Eles seriam os símbolos de todas as lutas e conquistas. Em muitas destas narrativas a exagerada glorificação destes agentes históricos era envolvida pelo discurso ficcional e místico-religioso.

Em junho de 2008, a *Revista de História da Biblioteca Nacional* lançou uma enquête para saber quais seriam os heróis e vilões da história do Brasil. Tal consulta feita por meio de questionário teve a participação de mais de 200 pessoas, envolvendo historiadores, professores, jornalistas, economistas, políticos e artistas, que tiveram a opção de escolher até cinco pessoas para o bem e outras cinco para o mal.

Apesar da polemica e dos debates gerados acerca do assunto, notou-se nas escolhas o peso da dimensão de exemplo e singularidades dos eleitos, granjeando para si sentimentos, lutas, projetos de nação e cidadania. Machado de Assis, D. Pedro II e Getúlio Vargas foram os mais votados no hall dos queridos. Um dos mais odiados foi justamente o chefe de polícia do próprio Vargas durante o Estado Novo, Filinto Muller, ao lado do presidente Emílio Garrastazu Médici, representante da fase mais dura do regime militar pós-1964. Marechal Rondon, objeto desse artigo, ficou na lista dos “bonzinhos”. De acordo com a reportagem especial,

De modo geral, parece que o Brasil tem mais heróis do que vilões. Nas artes (principalmente), na ciência, na política e até no esporte, os participantes se lembraram de nada menos que 56 nomes valerosos. De Antonio Conselheiro ao marechal Rondon, de Ayrton Senna ao barão de Mauá, de Chiquinha Gonzaga a Betinho, o orgulho brasileiro se manifesta em múltiplos tons. Menções honrosas para Oswaldo Cruz, Sérgio Buarque de Holanda, Patrícia Galvão (Pagu), Paulo Freire, Rui Barbosa, José Bonifácio, Mário de Andrade e Luís Carlos Prestes. (*REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL*, 2008).

O culto aos heróis nacionais, em diferentes contextos e com interesses e fins diversos, esteve associado ao processo de recuperação de um passado comum glorioso. Um dos princípios básicos deste pensamento era o da ação individual em nome do coletivo, o do sacrifício em prol da nação. Quem nunca teve de fazer as famigeradas pesquisas ou responder questionários nos livros didáticos sobre as biografias de personagens como Pedro Álvares Cabral, José de Anchieta, Tiradentes ou D. Pedro I?

A eleição dos heróis do panteão nacional envolve uma série de questões políticas e jogos de interesse dos grupos dominantes no poder. Esta escolha não é neutra. Definir aqueles que traduziriam os sentimentos nacionais ou dos grupos remete a reflexão sobre as polêmicas em torno das disputas de identidade. A indicação de um herói como símbolo nacional significa a composição do retrato e dos valores que se desejam instituir para a população (cf. ENDERS, 2014).

Em síntese, procura construir modelos a serem seguidos e exaltados. A constituição de um calendário de festas e comemorações, bem como o culto aos heróis do passado, geralmente tidos como os construtores ou fundadores da nação ou de um movimento revolucionário, faz parte do processo de legitimação de um regime político

ou das lutas e reivindicação de grupos minoritários, por exemplo. Fazia parte da agenda das lideranças da Revolução Francesa a criação de símbolos nacionais capazes de garantir a unidade social em oposição à antiga tradição monárquica e aristocrática. Segundo Lucia Lippi Oliveira (1989, p. 181), no artigo “As festas que a República manda guardar”, “bandeiras, hino, datas comemorativas, cerimônias, procissões, marchas, festas para a deusa da razão e heróis objetivavam garantir a obediência, a lealdade e a cooperação dos súditos, ainda mais quando estes se tinham tornado cidadãos”.

Os líderes da República brasileira, instituída em 1889, à semelhança dos revolucionários franceses, também procuraram forjar o seu panteão nacional e seu calendário de festividades. Ao longo de aproximadamente cem anos de regime republicano, o próprio parlamento se ocupou por diversas vezes com a questão da construção de “um panteão para o culto cívico aos grandes homens da Pátria brasileira” (FERNANDES, 2005, p. 1). José Ricardo Oriá Fernandes catalogou, a partir dos registros parlamentares, exemplos dessa demanda em forjar o altar da pátria, passando por propostas de homenagens e reconhecimentos para personagens como Benjamin Constant e Marechal Deodoro, representantes do projeto republicano, até figuras como de outros períodos históricos Tiradentes, José Bonifácio, D. Pedro I, Duque de Caxias e Getúlio Vargas. Esse panteão nacional era traduzido em prédios, monumentos, pinturas e nomes de espaços públicos:

Num esforço de promover a “pedagogia da nação”, construíram-se vários monumentos históricos que evocavam personagens e fatos históricos marcantes, dignos de registro à posteridade. No Brasil, em especial, seguindo a tradição francesa da “estatuomania”, foram edificadas inúmeros monumentos a partir do ano de 1862, com a inauguração da estátua equestre do imperador D. Pedro I, na Praça Tiradentes. A estes se seguiram outros, principalmente durante o período republicano, cujo lócus privilegiado foi a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país.

No Brasil, temos alguns panteões mais conhecidos, construídos no decorrer da história, como o Panteão dos Andrada, em Santos-SP, o Panteão de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro-RJ, o Panteão dos Inconfidentes, também conhecido como Museu da Inconfidência, em Ouro Preto-MG, o Panteão da Independência, em São Paulo, além do Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília-DF. (FERNANDES, 2015, p. 5).

Neste sentido, à guisa de ilustração, temos a emergência da figura do alferes Tiradentes, tomado como símbolo da Inconfidência Mineira, como herói nacional. A Inconfidência Mineira seria representada como a semente colonial do desejo de formar uma República no Brasil. A construção da imagem do Tiradentes como símbolo da República brasileira foi brilhantemente analisada pelo professor José Murilo de Carvalho, no *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil* (1990), publicado no contexto das comemorações do primeiro centenário da Proclamação da República no Brasil.

2. O PANTEÃO DOS HERÓIS NACIONAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL¹⁷

Nas primeiras décadas da era republicana a produção historiográfica ainda estava estreitamente vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) onde, desde a sua fundação, desenvolvia-se o projeto de escrita de uma história nacional. A princípio, os estudos produzidos na esfera do Instituto eram profundamente marcados pela exaltação da monarquia e da colonização portuguesa no Brasil, vista como a responsável pela construção das bases da nação. E a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e os livros didáticos de Joaquim Manuel de Macedo eram exemplares nesta linha de interpretação histórica e política (cf. RIBEIRO, 2015; MENDES, 2016).

Com o alvorecer da República, as preocupações dirigiram-se para a valorização do novo regime, o prestígio e o elogio da colonização portuguesa sofreram alguns reveses, mas as diretrizes metodológicas básicas do IHGB se preservaram até, pelo menos, o começo dos anos 1930 do século passado. Enfim, continuou-se a confeccionar uma narrativa histórica centrada nos fatos políticos, nos feitos dos grandes homens, nos episódios gigantescos da era dos descobrimentos, da colonização e da ocupação do território brasileiro e, especialmente, na valorização da ideia de unidade nacional (FONSECA, In: SIMAN; FONSECA, 2001, p. 93).

Nesse momento, a produção dos livros didáticos de História também esteve fortemente atrelada ao IHGB, uma vez que muitos historiadores a ele vinculados escreviam os livros mais conhecidos e adotados nos ensinos primário e secundário. Estes vínculos garanti-

¹⁷ Uma versão prévia dessas discussões acerca da narrativa da nação e da mitologia dos heróis pode ser consultada em: Ribeiro, 2007; 2008.

ram a permanência das formas de interpretação então predominantes da História do Brasil, que passavam do Instituto às salas de aula das escolas por intermédio da mediação dos livros escolares, reforçando-as e difundindo-as.

Ao analisar algumas produções didáticas de História do Brasil desde o começo do século passado, identificamos o elenco dos heróis do panteão nacional, agentes da construção da nação. Eles seriam os grandes protagonistas dos principais eventos formadores de nossa história, persistindo mesmo diante de sucessivas reformas curriculares.

Professor do Colégio Pedro II e membro do IHGB, autor de trabalhos sobre folclore, história, crítica literária, filologia e gramática da língua portuguesa, João Ribeiro (1860-1934) tornou-se respeitado entre os seus contemporâneos e gerações posteriores como filólogo e historiador. Segundo Patrícia S. Hansen (MATTOS, 1998, p. 45),

Seu livro História do Brasil expressa de maneira bastante eloquente de que modo algumas das experiências vividas por sua geração implicavam em uma revisão da história do Brasil, fundamentada sobre pressupostos que estavam se tornando hegemônicos na produção historiográfica, para que o ensino da disciplina cumprisse seu papel em um momento considerado decisivo para o destino do país.

A sua *História do Brasil (Curso Superior)*, lançada em 1900, inovou na organização dos conteúdos, ao apresentar, além da história nacional, novas unidades temáticas, como as que denominou de história comum e de história local. Nesse modelo de história, inspirado em Karl P. von Martius, o autor procurou demonstrar que o Brasil derivou do colono, do jesuíta e do mameluco, da ação dos índios e dos escravos negros, todos personagens principais da sua obra didática.

Embora crítico da obra colonial, dedicou grande parte do livro didático para os seus temas como, por exemplo, *descobrimto, colonização, administração, invasões, ocupação, revoltas* entre outros. E nessas tramas e narrativas figuras como os jesuítas, bandeirantes, inconfidentes e abolicionistas receberam especial destaque como heróis da História do Brasil.

Seu livro didático teve várias reedições, chegando a ser adotado ainda em 1964 em escolas públicas de São Paulo e do Rio de Janeiro (cf. MELO, 1997). Além do próprio João Ribeiro, faziam parte desse grupo Rocha Pombo, Jonathas Serrano, João Ribeiro e Oliveira Lima (cf. BITTENCOURT, 1990).

Rocha Pombo (1857-1933), professor da Escola Normal, no seu famoso livro didático *História do Brasil (Curso superior)*, nos anos 1920, em perspectiva cronológica – da colônia à era republicana, destacou a figura dos bandeirantes paulistas, representados por Raposo Tavares, Domingos Jorge Velho e Anhanguera, como responsáveis pelo desenho das fronteiras do Brasil. Suas aventuras pelo interior da Colônia foram exaltadas por uma narrativa épica e romanceada.

Além dos bandeirantes, o autor dedicou páginas memoráveis à figura do Tiradentes, o herói eleito pelo discurso republicano. No cenário da Inconfidência Mineira, o alferes foi elevado à condição de líder da revolta e de herói martirizado pelo ideal da futura pátria. Era, segundo Rocha Pombo, um das personagens principais da nossa história, símbolo da resistência à tirania da metrópole e vítima das mazelas da colonização portuguesa (cf. MICELI, 1988; CARVALHO, 1990; FONSECA, 2001; GAMA, 2016).

Outra personagem de destaque presente no seu texto foi o príncipe D. Pedro, tido como o mentor da independência brasileira. Para Rocha Pombo, o príncipe regente seria o protagonista dos eventos que culminaram no “sete de setembro”, assumindo ao lado de Tiradentes, elevado posto no panteão da pátria.

Contudo, foi a partir de 1930 que, com a centralização da política educacional, tornaram-se mais explícitas as orientações nacionalistas, tanto para os programas curriculares quanto para os livros didáticos de história do Brasil.

Duas reformas educacionais sucessivas durante a era Vargas (a Francisco Campos, em 1931, e a Gustavo Capanema, em 1942) estabeleceram com maior precisão as diretrizes do ensino de História do Brasil, por meio da implantação dos programas elaborados pelo recém-criado Ministério da Educação. A primeira reforma preocupava-se com a educação política do adolescente e a segunda ampliava essa educação para a formação de uma consciência patriótica (REZNIK, 1992; FONSECA, In: SIMAN e FONSECA, 2001).

Era dentro desta perspectiva nacionalista que os livros didáticos produzidos e utilizados nas escolas brasileiras nos anos 1930 e 1940 montavam sua estrutura e abordagem. Esta linha de pensamento impunha, no discurso didático, uma valorização da atuação dos brasileiros em seu passado histórico, principalmente a partir do momento em que se verificaria o nascimento do sentimento nacional (cf. RIBEIRO JÚNIOR, 2007).

Escrevendo nos anos 1940 sua *História do Brasil para a primeira série ginasial*, livro didático amplamente adotado até o período militar pós-

1964, Joaquim Silva (1880-1966), professor dos colégios Andrews e São Luiz na cidade de São Paulo, também ajudou na exaltação dos heróis nacionais (cf. PINTO JUNIOR, 2010). Embora crítico da colonização portuguesa, acusada de ser responsável pelo atraso do país, o autor não poupou elogios aos jesuítas.

Nas páginas do seu livro didático, figuras como José da Anchieta e Antonio Vieira eram celebradas como os responsáveis pela manutenção da unidade da Colônia por meio da evangelização. Eles salvavam os índios bárbaros por meio da catequese e os colonos pela vigilância da moral e dos bons costumes cristãos. Os perigos e privações, por exemplo, enfrentados pelos virtuosos jesuítas no sertão em busca do indígena para trazê-lo à fé cristã tomava conta do relato épico apresentado por Joaquim Silva.

Assim como Rocha Pombo, o autor não economizou elogios ao herói Tiradentes, praticamente travestido de Jesus Cristo nas páginas de seu livro didático. A sua narrativa do martírio do alferes aproximava-se, pelo teor dramático, do vivido por Cristo. Joaquim Silva colocou Tiradentes no posto mais elevado entre os heróis da nação em virtude deste ter morrido em nome dos ideais da liberdade sem trair seus pares e enfrentar seu fim com resignação e coragem. Para ele, o sangue do mártir sacrificado vicejaria a árvore da liberdade no solo brasileiro. Ele teria lançado as sementes da independência do Brasil, alimentando ainda mais no espírito dos colonos os sentimentos de nacionalidade, de amor à terra.

Os livros didáticos deste autor ultrapassaram épocas, sendo amplamente utilizados durante o regime militar, instaurado no Brasil pós-1964. Alguns de seus livros chegaram a atingir a marca de 100 edições durante os anos 1960.

A propaganda nacionalista, em especial no período do Estado Novo (1937-1945), espalhou-se por meio de diversos mecanismos, e o ensino de História, mediado pelos livros didáticos, foi um dos mais poderosos. Tanto que deixou raízes profundas no sistema educacional brasileiro, não tendo sido alterado substancialmente até os anos 1980 do século passado (cf. ABUD, In: BITTENCOURT, 1998; REZNIK, 1992).

Desde 1945 até o seu falecimento, o professor Antonio José Borges Hermida (1917-1989) dedicou a sua vida à produção de livros didáticos de História para o primeiro e segundo graus. De acordo com Juliana Ricarte Ferraro, Borges Hermida

[...] teve suas obras editadas pela Companhia Editora Nacional durante trinta anos, entre 1959 e 1989, com títulos variados de História do Brasil e História Geral, sendo constantes em sua periodicidade. Este é um tempo considerado longo para uma relação comercial entre autor e editora e se justifica pelo sucesso de seus livros. (FERRARO, 2013, p. 8).

O seu livro didático de História do Brasil seguiu na mesma linha nacionalista de interpretação histórica de Joaquim Silva. Nele, o autor deu especial relevo para os eventos dos descobrimentos portugueses do século XV; a mistura das raças (índios, portugueses e negros); os jesuítas representados como os “amigos dos índios”; a epopeia dos bandeirantes adentrando o interior do país; os ciclos econômicos (pau-brasil, cana-de-açúcar e ouro); as invasões holandesas; a Inconfidência Mineira e a exaltação da figura do mártir Tiradentes.

Merece destaque no panteão de heróis nacionais do volume de sua História do Brasil a presença de *Marechal Candido Rondon*, personagem abordado neste artigo, como símbolo da integração nacional, “pai das comunicações” – representando o Brasil moderno que se desejava instituir e ensinar nos bancos escolares.

Para atender ao aumento da demanda de alunos matriculados a partir das reformas educacionais da era Vargas, os livros didáticos passaram a valorizar cada vez mais o uso de ilustrações, mapas e atividades com documentos. Os textos foram elaborados, pouco a pouco, para o aluno e não somente para o professor, cuja formação já vinha sendo realizada na universidade desde os anos 1930. Os livros de Joaquim Silva e Borges Hermida são ilustrativos desta nova mentalidade que tomava conta das páginas dos livros didáticos no país.

As editoras de livros didáticos concentravam-se nesse momento em São Paulo e não mais apenas no Rio de Janeiro. Com o passar dos anos, elas passaram a convidar professores universitários para escrever os novos livros didáticos. Os enfoques variavam entre o político e o econômico. Neste último exemplo, a narrativa histórica era dividida em ciclos, que iam do pau-brasil ao ciclo do café e à industrialização (cf. PINSKY, In: PINKY, 1994).

Depois da reforma educacional de 1961, os conteúdos tornaram-se menos rígidos. Certa influência dos chamados “métodos ativos”, que combatiam o excesso de memorização de nomes e datas, criou algumas inovações, como a coleção organizada pelo historiador paulista Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), abarcando história do Brasil e história geral. Num trabalho com uma equipe de professores universitários, o autor desvinculou-se dos esquemas de memorização,

passando a destacar a história da cultura e a documentação iconográfica, principalmente sobre o Brasil. A coleção de Sérgio Buarque inovou ao trazer um conteúdo por série, de acordo com propostas oficiais, além de sugerir o uso didático de documentos de época, como trechos da Carta de Pero Vaz de Caminha. Em termos de conteúdo, o livro didático de Sérgio Buarque continuou a seguir o roteiro trilhado pelos demais autores da tradição didática. O enredo traçado era o mesmo em relação ao Brasil colonial – descobrimento, administração, invasão holandesa, ciclos econômicos, revoltas coloniais e independência.

Durante a ditadura militar (1964-1985), com o crescimento do mercado editorial e a ampliação do número de alunos, sobretudo após a reforma educacional de 1971, ocorreu um aumento significativo da produção didática no Brasil. Novas formas de expressão veiculadas pelos modernos meios de comunicação, em especial a televisão, influenciaram de maneira emblemática na apresentação e linguagens dos livros, colocando em xeque os métodos tradicionais.

Também sofreu mudanças a relação entre o livro didático e o professor. Se antigamente o professor possuía maior autonomia em relação ao uso do livro, pois se pressupunha que a formação docente deveria habilitá-lo integralmente, na nova realidade educacional os professores, principalmente aqueles que tiveram sua formação nos cursos rápidos denominados de Licenciaturas Curtas, passaram a depender com frequência dos livros para preparar e ministrar suas aulas (cf. RIBEIRO, 2003, p. 17-34).

Numa tentativa de despertar o interesse dos jovens leitores, acostumados com o mundo das imagens e dos sons, os livros didáticos passaram a apresentar ilustrações em grande quantidade, jogos de memorização, além de adotarem cada vez mais os exercícios de múltipla escolha (BITTENCOURT, 2003, p. 52-54).

No contexto das transformações ocasionadas pela crise do regime militar, o ensino de História encontrou-se diante do dilema de permanecer a difundir a chamada “história oficial” ou de renovar seus objetivos e suas abordagens, seguindo a direção dos ventos que partiam do processo de redemocratização do país entre 1980 e 1989 (cf. NADAI, 1993, p. 143-62).

Diversas foram as propostas de mudanças programáticas e metodológicas, algumas delas ajudando, de maneira efetiva, no abalo das estruturas do tradicionalismo arraigado no ensino da disciplina (cf. FONSECA, 1993).

Na busca de uma atitude mais crítica, muitos autores construíram livros didáticos que não apenas tentavam abandonar a formatação convencional, como também faziam uso de linguagens até então pouco convencionais. Segundo Thais Nivia de Lima e Fonseca (SIMAN; FONSECA, 2001, p. 107), textos leves e impregnados do léxico coloquial e o uso de charges como ilustrações foram alguns dos recursos mais utilizados em muitos dos novos livros de História. Cartunistas conhecidos por seu trabalho na imprensa foram, não raro, ilustradores desses livros, dando um viés debochado às abordagens pretendidas. Nesse caso, o risco de banalização da história foi considerável, e alguns livros acabaram por transformar o processo histórico numa revista, às vezes, de gosto duvidoso.

Devemos ressaltar que diante das chuvas de críticas à produção didática desse período, inclusive do seu comprometimento ideológico, uma nova leva de autores e editores partiram à procura de saídas para manter certa qualidade. O aumento dos cursos de pós-graduação, na década de 1970, permitiu uma renovação significativa do conhecimento histórico, trazendo novos problemas, abordagens e objetos (cf. LAPA, 1981).

Os autores profissionalizaram-se cada vez mais, atraídos pelo desafio a frente e, também, pelos rendimentos decorrentes da venda maciça de livros. De acordo com Kazumi Munakata (FREITAS, 1998, p. 271-296), as lutas pelo retorno da disciplina História e Geografia, e o fim das disciplinas de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB), promoveram mudanças importantes. Como muitos dos autores e alguns editores tiveram formação marxista e haviam participado das lutas pela democratização do país, cresceu a tendência a ensinar história a partir de conceitos como modo de produção e classes sociais. É neste cenário que entrara em cena as coleções *História e Vida*, do professor universitário e jornalista Nelson Piletti, em parceria com o seu irmão Claudino Piletti.

O livro didático *História e Vida*, dos irmãos Piletti, publicado nos anos 1980, influenciado pelo contexto da abertura e da democratização do país, defenderia a necessidade de se falar dos verdadeiros heróis nacionais: o povo. Índios e negros seriam as vítimas-heróis da nossa história por terem lutado contra o domínio do português. Jesuítas e bandeirantes, outrora elogiados, eram criticados por colaborarem com a dominação dos indígenas.

Inspirados nas proposições de autores de tradição marxista como o intelectual uruguaio Eduardo Galeano e o jornalista militante Léo

Huberman, os irmãos Piletti privilegiaram Zumbi como o rei palmarino, que imprimiu uma resistência quilombola contínua contra o poder colonial. Priorizaram a história de Palmares mediante os aspectos político e revolucionário. Zumbi, silenciado ou tratado de forma marginal pelos outros autores, seria nas páginas do seu livro didático um símbolo de uma história didática engajada e militante próximo de características populares. Narrar sua história seria denunciar o mito da “democracia racial” e a idéia da escravidão amena e benigna. A descrição da luta e morte de Zumbi aproximou-se muito, em alguns aspectos, da feita sobre Tiradentes nas páginas de *História & Vida* (cf. RIBEIRO, 2004; SILVA FILHO, 2005).

Os Piletti trouxeram um forte discurso de exaltação do martírio de Tiradentes, sacrificado pelas atrocidades do poder colonial. Houve a construção de um herói popular nacional traduzido na figura do pobre alferes. Era o símbolo da nova República, que procurava se identificar com heróis populares. Tiradentes era restaurado como o herói da abertura e da redemocratização, traduzindo a esperança de um povo. O aspecto popular de Tiradentes procurava se distanciar da imagem do militar instituída pelos livros didáticos produzidos pós-golpe de 1964.

O lado épico da figura de Tiradentes seria contraposto pela figura patética de D. João VI, retratado como um medroso e despreparado, e oportunista de D. Pedro, visto como herdeiro de uma Coroa responsável pela exploração do Brasil. Dentro da tradição republicana de crítica ao passado colonial, os Piletti reforçaram seu repúdio aos portugueses até na imagem do agente do grito da independência do Brasil.

Os livros didáticos dos irmãos Piletti, editados e amplamente usados nas escolas brasileiras entre 1980 e 2000, foram obras emblemáticas concebidas no bojo das propostas marcadas pela crítica à “história oficial” elitizada (cf. CORDEIRO, 1994).

Em produções didáticas mais recentes inspiradas nas novas propostas dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998) e da historiografia contemporânea, identificamos a preocupação em trabalhar com os alunos a idéia de como os heróis e mitos são historicamente construídos. Os professores Andrea Montellato, Conceição Cabrini e Roberto Catelli Junior, na coleção didática *História Temática*, no volume “Diversidade Cultural e Conflitos”, procuraram mostrar as articulações entre a criação de mitos e a memória histórica, enfatizando os usos políticos e ideológicos no enaltecimento de heróis por povos e nações. Ao tratarem do caso de Tiradentes, por exemplo, os autores analisam sua imagem a partir do contexto da Inconfidência

Mineira, mas também como parte da invenção do panteão nacional republicano. Zumbi dos Palmares foi outra personagem a ganhar relevo na narrativa das resistências escravas ao cativo no período colonial. Os autores tiveram a preocupação de demonstrar como a sua história tem sido apropriada como símbolo da luta contra o racismo pelo movimento negro.

A valorização dos heróis nacionais, segundo os autores da coleção *História Temática*, no ensino de História é tão marcante que podemos perceber sua presença no nosso cotidiano nomeando ruas, praças, bairros e monumentos. Sua presença é tão marcante que parece que seria impossível narrar a história do Brasil sem eles. O Brasil não existiria sem seus heróis.

Essa perspectiva de compreensão da história e dos seus atores, adotada pela coleção *História Temática*, contrapõe-se àquela imagem tradicional “martelada” em corações e mentes infanto-juvenis nos bancos escolares pelas narrativas e imagens presentes nos livros didáticos:

Houve um tempo em que a História era doutrinação e se destinava, antes de tudo, a formar e manter os valores da nacionalidade, e a disciplina acabava se transformando no espaço cultural mais adequado à reprodução desses sentimentos. Na escola, a pátria era grande, a raça era forte, os governadores – menos alguns tiranos – amavam o povo e eram amados por ele, não havia sangue, nem lutas, nem desavenças... Todos, afinal, se entendiam na doce harmonia de um magnífico paraíso tropical, desenhado graças à ação dos excepcionais heróis imortalizados no panteão da pátria. (MICELI, in: PINSKY, 2009, p. 47).

3. MARECHAL RONDON, ENTRE OS “LUGARES DE MEMÓRIA” A HISTÓRIA ESCRITA E ENSINADA

3.1. OS LUGARES DE MEMÓRIA

Já a história escrita e ensinada sobre o *Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon* é fermentada também a partir dos “lugares de memória”, ou seja, um misto de história e memória - categoria que nasce e vive a partir do sentimento que não há memória espontânea verdadeira, que é preciso criar arquivos, bibliotecas, museus, notariar atas; organizar lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; registrar os lugares simbólicos de comemorações, as peregrinações, as celebrações dos aniversários ou os emblemas; pronunciar elogios

fúnebres e os lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história. (NORA, In: LE GOFF, 1996, p. 472-473).

Portanto, esses lugares apontados por Pierre Nora (1996) seriam onde a memória se enraizou e vem servindo como uma nova forma de apreender a memória que não vivemos mais o que eles representam, contudo, são apropriadas pela história como fontes.

O artigo que ora apresentamos é uma produção concebida por meio de muitas trilhas, resíduos, restos, enfim, lugares de memórias e histórias. São lugares funcionais, materiais e imateriais que tem se dado a conhecer mediante produções, homenagens como as confezidas ao agente publico e politico Rondon, em edificações e espaços públicos, em monumentos, em celebrações, como também em páginas de periódicos, manuais, livros, relatórios, filmes, poesias, no Brasil e pelo mundo, como é o caso das histórias escritas e publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – n. 65 – *Centenário da Comissão Rondon (1907-2007)*, editada no ano de 2007, pelo IHGMT, onde é possível conhecer e acessar uma vasta documentação, memórias e histórias sobre Rondon, assim, como as questões relacionadas à literatura, a fotografia, o cinema e lugares nomeados, objetivando de certa forma, reunificar o indivíduo fragmentado pela história. Todavia, os textos que compõem a RIHGMT – *Centenário da Comissão Rondon (1907-2007)* têm como contribuição maior à historiografia e levar à sociedade conhecer a trajetória histórica do “filho de Mato Grosso” – Rondon.

Nesses termos, o “lugar social” de Rondon em Mato Grosso e no Brasil, também, na perspectiva da RIHGMT é apresentado pelos inúmeros discursos com reconhecimento e relevância atribuídos pela população, frente à produção de saberes sobre o “sujeito social – Rondon”. Assim, Rondon é nomeado em vários lugares e em diferentes situações. Uma vez que “nomear lugares” é muito mais do que uma simples atribuição de nomes, é “materializar” o sentimento de que um lugar é uma entidade que possui individualidade que a distingue de outros lugares, e isso ocorre com base na constatação de que um lugar é útil e vale a pena ser nomeado (ROMANCINI, 2007, p. 95).

Em face ao extenso e volumoso trabalho apresentado, bem como, pelo reconhecimento recebido pela comunidade regional, nacional e internacional, Rondon é materializado e recebe em diferentes e merecidas deferências, vale citar algumas, como homenagens, celebrações, pronunciamentos e elogios, tornando-se um mito nacional e rememorado internacionalmente.

Assim, de acordo com a historiografia brasileira, vale destacar que, no dia do seu aniversário, em 5 de maio, no ano de 1955, o Congresso Nacional Brasileiro, oferta a Rondon, o título de *Marechal do Exército Brasileiro*; no ano de 1956, o *Território Federal do Guaporé* teve seu nome alterado, em homenagem ao nosso herói, para *Território Federal de Rondônia*, elevado a estado no ano de 1981; Rondon foi indicado no ano de 1957, para o prêmio *Nobel da Paz*, pelo Explorer's Club, de Nova Iorque (EUA) por reconhecê-lo como grande defensor das telecomunicações, inovador das formas de registros documentais com o uso de imagens e vozes, fotografias e filmes ao longo de seus trabalhos; foi homenageado nomeado por escolas, diferentes bairros, praças e ruas do Brasil, a exemplo, a Escola e a Rodoviária da cidade de Recife-PE; com honrarias, Rondon é o *Patrono das Telecomunicações no Brasil* e, em sua homenagem, o dia 5 de maio é o *Dia Nacional das Comunicações*; Rondon recebeu com honrarias a designação de *Patrono da Arma de Comunicações do Exército Brasileiro*; o Ministério da Educação e Cultura criou o *Projeto Rondon*, com a finalidade de promover estágios de serviço de estudantes universitários em áreas do interior do país. Já o Município de *Marechal Rondon*, no Estado do Paraná foi criado em sua homenagem.

Além de diversos discursos, relatórios e conferências, Rondon publicou *Índios do Brasil*, em três volumes: Do centro, noroeste e sul de Mato Grosso, Das cabeceiras do rio Xingu aos rios Araguaia e Oiapoque e Do norte do rio Amazonas. Publicou ainda, em colaboração com o etnólogo João Barbosa de Faria, *Esboço gramatical*, vocabulário, lendas e cânticos dos índios *ariti* ou *parecis* e *Glossário geral das tribos silvícolas de Mato Grosso e outras da Amazônia e do Norte do Brasil*. Sobre sua vida e atuação, foram publicadas várias obras, entre as quais a de Charles Badet, *Rondon, charmeur d'indiens* (1915), a de Domenico Bartolotti, “Rondon”, em *Oro verde del Brasile* (1928), a de Clóvis Gusmão, *Rondon* (1942), a de Oto Carlos Bandeira Duarte Filho, *Rondon, o bandeirante do século XX* (1945), a de Antônio Figueiredo, *Rondon, o protetor dos índios* (1957), a de Ester Viveiros, *Rondon conta sua vida* (1958) e as de Edilberto Coutinho, *Rondon e a integração amazônica* (1968) e *Rondon, o civilizador da última fronteira* (1969).

Nessa mesma perspectiva, a de que se processe a construção de uma memória de nossa identidade nacional, quando, a partir de março de 1990, o *cruzeiro* é determinado como a nova moeda nacional, e a emissão de “cédulas de mil cruzeiros” acontecem com estampas que homenageiam o *sertanista Rondon*, tendo no anverso da cédula, referências a seu trabalho como desbravador do território nacional. Daí

a inserção de uma imagem de estação telegráfica sobre fundo com o mapa do Brasil, além de imagens representativas de instrumentos de telegrafia. No reverso, numa evidente alusão ao fato de Rondon defender os direitos da população indígena, destaca-se a imagem de um casal de índios, não como efígie, mas numa postura mais informal, além de uma série de elementos gráficos típicos do artesanato indígena (GOMES e KORNIS, 2002, p. 23).

Vale também ressaltar no presente artigo que a presença de Rondon se encontra também, cravada no Estado de Mato Grosso, em especial nos espaços urbanos de Cuiabá, Várzea Grande, Mimoso, distrito do município de Santo Antonio de Leverger, Rondonópolis, entre outros, nos lugares de memórias, cujos significados evocam feitos e importância histórica.

Na cidade de Cuiabá, Rondon é nomeado em logradouro como a *Rua Cândido Mariano*; recebe homenagens com a instalação do *Busto de Rondon* na Praça Alencastro; no processo de criação e instalação dos lugares de memórias da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no ano de 1972, o Museu da UFMT foi construído e nomeado como *Museu Rondon*, cujo lugar, foi erguido uma *Estátua de Rondon*, por iniciativa da Sociedade Amigos de Rondon; há uma Instituição privada de ensino superior, em Cuiabá, denominada de Centro Universitário UNIRONDON, em sua homenagem; já o principal Aeroporto do Estado de Mato Grosso, localizado na cidade de Várzea Grande, coirmã de Cuiabá, recebe o nome de *Aeroporto Internacional Marechal Rondon*; a cidade de Rondonópolis, em 1918, surge com a passagem da Comissão Rondon pela região de *Ponte de Pedra* a fim de fazer levantamentos para a construção de linhas telegráficas, o tenente Otávio Pitaluga, que mediu e instituiu as diretrizes para uma futura cidade, e, mediante tal projeto, a localidade foi rebatizada de *Rondonópolis*, em homenagem a Marechal Rondon; dessa maneira, Rondon é agraciado pelo o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso com o título de *Sócio Honorário* do IHGMT.

Por outro lado, o culto à memória e às imagens possibilitou a Rondon também ser notícias, seja em documentos escritos e iconográficos como mapas, registros fotográficos e filmes sobre os trabalhos que realizou. Joel Leão (2007, p. 72) destaca com grande propriedade Joel Leão que as primeiras imagens fotográficas produzidas pela Comissão Rondon, encontra-se reunidas no álbum *Lembranças da Comissão Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia*, organizado em 1890. Revela o autor que na linha cinematográfica, *Os Serões de Mato Grosso* foi o primeiro filme documentário de longa-metragem do Marechal Rondon, ocasião em

que foi montado o primeiro laboratório da Comissão, contando com equipamentos modernos e contratação de profissionais especializados na produção de filmes. Ressalta Leão (2007) que o segundo filme foi intitulado *De Santa Cruz*, considerado um dos melhores filmes até então executados pela Comissão Rondon, com fotografia impecável, mais dinâmico com cenas de animais e os índios e, em especial, os saltos Utiarity e Bello. E, por último, as produções cinematográficas seguintes que, segundo Joel Leão (2007), conta com os filmes *Rituais e Festas Bororos* (editado em 1917), a seguir o *Ronuro, Selva do Xingu* (editado em 1924); *Ao Redor do Brasil*, filmado entre 1924/30. *Viagem ao Roraima e Parrima, Fronteiras do Brasil*, os dois documentários produzidos em 1927, nas viagens de Inspeção de Fronteiras feitas pelo General Rondon. Assim, finaliza Joel Leão registrando em seu texto, o depoimento de Thomaz Reis sobre as angústias e alegrias de um cinegrafista a serviço da Comissão Rondon:

[...] Conta sobre suas angustiantes viagens na selva e sua observação precisa, de deixar “repousar os sentimentos”, sem pressa, para obter o melhor resultado. O martírio do cinegrafista crescia com a monotonia e repetição das paisagens, com a ausência de aspectos interessantes a ser registrados, o que nos dá uma pista tanto do roteiro que ele gostaria de cumprir, quanto do que o cinema deveria registrar. Um pequenino povoado tornava-se a grande alegria do cinegrafista no sertão. A cada viagem, mais difícil tornava-se a coleta de novas imagens que prendesse a atenção do espectador. O cinema a serviço da Comissão não criava “artifícios” ou ilusões, apenas registrava, com arte e nitidez, costumes indígenas até então ignorados nos “centros civilizados”; sua função talvez estivesse justamente aí: revelar aos civilizados aspectos desconhecidos do interior do País. Mostrar o Brasil aos Brasileiros (LEÃO, 2007, p. 73)

Também, no campo da Literatura, outro lugar de memória, o Marechal Rondon recebe singelas homenagens de conterrâneos mato-grossenses, através de *poesias* e composição poética literária, no formato de *acróstico* - originais e publicadas na RIHGMT (2007), conforme se segue:

Amidicis Diogo Tocantins¹⁸ saúda Rondon com a sua poesia “*Mimoso*” (À memória do ínclito Marechal Cândido Rondon), vejamos essas duas estrofes:

18 Sócio efetivo do IHGMT, falecido em 1985.

Em meio ao cavalgar, eis que surge Mimoso,
 Terra de Rondon, no sopé de uma ascensão;
 Corixos... Buritis... Sertão, o mais formoso
 Da natureza em festa. Há, pois, uma canção.
 Que ouço já bem perto, na amena tardinha:
 É o aboio plangente dos velhos vaqueiros.
 Índio Miguel, Pedrão, Zé Cinza... Oh! Gente minha,
 Quero abraça-los, bem como aos rijos tropeiros [...].
 (Amidicis Diogo Tocantins. RIHGMT, 2007, p. 105)

Igual a Amidicis, o professor Benedito Pinheiro de Campos, membro do IHGMT, também, homenageia o *Marechal Rondon*, por ocasião das comemorações do Centenário da Comissão Rondon (1907-2007), com a poesia, intitulada “Nativo Bandeirante”, publicada na RIHGMT, de n. 65, edição dedicada a um dos mais ilustres de seus membros, o mato-grossense *Cândido Mariano da Silva Rondon*:

Nativo Bandeirante
 Esse pantaneiro, marechal
 Resume a história em marcha
 Da memória ecológica do Pantanal
 Desponta no cerrado e na floresta
 Festa bororo, dança, reza,
 Na alcova da mata é o Marechal que passa
 Abrindo estradas e comunicação [...]
 (CAMPOS, B. O. de. RIHGMT, 2007, p. 106)

Rondon (Teu Acróstico) é mais uma homenagem, ofertada ao filho de Mato Grosso, por Ede Gonçalves (RIHGMT, 2007, p. 108-109):

RONDON, nome que ainda brilhará, no cenário, de um GEO-
ESTACIONÁRIO
Ousando unir o brasileiro, ao universo inteiro
Nunca, jamais deixando cair no esquecimento, nem por um só
 momento
Demonstrando com isso que o Brasil é composto de um povo
 culto, que homenageia o seu vulto
Ousado, humano, que zombou da morte, mas teve sorte
Não renegou os irmãos seus, pois eram todos filhos de DEUS!

4. BREVE APRESENTAÇÃO BIOGRÁFICA DO PERSONAGEM “RONDON”¹⁹

[...] os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas [...] (GOMES, 2004)

Nessa perspectiva, o ato de escrever sobre vidas é muito antigo e que a trajetória humana gera uma história que vale a pena ser escrita e reescrita muitas vezes. Dessa maneira, a biografia de Rondon é digna de ser socializada, comentada, sobretudo, por destacar alguns momentos importantes da trajetória de vida e obra do celebrado Marechal Rondon. Antecede ressaltar que em 1958 a biografia do Marechal Cândido Mariano da Silva (1865-1958) foi publicada, intitulada: *Rondon conta sua vida* (RONDON, 1958), obra prefaciada por Rachel de Queirós, que destaca em seu texto a máxima importância de Esther de Viveiros na transcrição dos diários de campo de Rondon, no recolhimento de informações e de entrevistas para composição do texto definitivo, salientando de certa forma, o caráter híbrido de Rondon a partir de *registro autobiográfico e romance biográfico*.

Muito há que dizer sobre a história de vida de Rondon, nasceu em Mimoso, no município de Santo Antônio de Leverger (MT), no dia 5 de maio de 1865, e faleceu em 19 de janeiro de 1958. Filho de Cândido Mariano da Silva e de Claudina de Freitas Evangelista. Seu pai faleceu em 1864, vítima de uma epidemia de varíola e sua mãe em 1867. Filho único ficou aos cuidados do tio, Manuel Rodrigues da Silva Rondon, em cuja homenagem acrescentou o nome Rondon ao seu em 1890.

Segundo os vários estudos de biógrafos de Rondon, é de descendência indígena por linhagem materna. Seu bisavô, o paulista Francisco Lucas Evangelista, casara-se com Joaquina Gomes, filha de índios bororos, fixando-se na sesmaria de Morro Redondo, em Mimoso. A sesmaria passou em usufruto aos descendentes de Joaquina Gomes, e Rondon, por ter sido filho único, ocupava o primeiro lugar entre os herdeiros.

No campo educacional, Rondon completa o curso primário, tendo estudado na escola do Mestre João, um índio Bororo, e com

¹⁹ Esse ensaio biográfico de Rondon tomou por referência o material disponibilizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), intitulado “Rondon, Cândido”.

o Professor Francisco Ribeiro da Costa, conhecido como Mestre Chico. Com o término do curso primário em Cuiabá matriculou-se na Escola Normal (mais tarde Liceu Cuiabano), no ano de 1879, visando sua formação docente. Aos 16 anos Rondon é nomeado professor primário.

Em novembro de 1881, abandona a atividade de docente e busca assentar a sua vida no campo militar, alistando-se no 3º Regimento de Artilharia a Cavalos, Quartel do antigo acampamento Couto de Magalhães, em Cuiabá, aos 26 de novembro, com o propósito de inscrever-se na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então capital do Império, veio para esta cidade em dezembro, classificado no 2.º Regimento de Artilharia de Companhia. Matriculou-se no curso preparatório da Escola Militar, encerrando-o, com distinção, no ano de 1884. Matriculou-se no curso de cavalaria e infantaria, concluindo-se no ano de 1885. Já em 1887 terminou o curso de artilharia em 1888, ao encerrar o curso de estado-maior de primeira classe, foi promovido a alferes-aluno.

Rondon ingressou na Escola Superior de Guerra, no ano de 1889, onde ensinava Benjamin Constant Botelho de Magalhães, líder republicano e positivista, de quem se tornou aluno e seguidor (CPDOC, 2016). Rondon teve participação no movimento que depôs a Monarquia, em 15 de novembro de 1889, com a participação da tomada do quartel-general e da detenção dos ministros do último gabinete do imperador Pedro II. Ainda, neste mesmo ano, de 1889, Rondon recebeu o título de engenheiro militar e de bacharel em matemática e ciências físicas pela Escola Militar. Promovido a alferes no dia 4 de janeiro de 1890, três dias depois foi promovido à primeiro-tenente “por serviços relevantes à República” (CPDOC, 2016).

Na virada do século XIX para o século XX, Rondon dirigiu-se para Mato Grosso, a convite do Major Antonio Ernesto Gomes, chefe da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas empenhadas em construir a ligação entre Cuiabá e a margem esquerda do Araguaia, divisa com o estado de Goiás, para as funções de ajudante. Findo o trabalho da Comissão, retornou Rondon ao Rio de Janeiro em maio de 1891, para assumir suas funções na Escola Militar.

Casou-se com Francisca Xavier, no ano de 1892. Foi nomeado chefe do distrito telegráfico de Mato Grosso por indicação do major Gomes Carneiro, e pediu demissão de sua cadeira na Escola Militar para retornar ao sertão e consolidar a linha já construída. Em setembro do mesmo ano, promovido a capitão, substituiu o major Gomes Carneiro na chefia da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas

e, em seguida, foi encarregado também da construção da rodovia Cuiabá-Araguaia, parte da chamada “estrada estratégica” que deveria ligar Cuiabá ao Rio de Janeiro. Até então, o acesso a Cuiabá se fazia por via fluvial através do rio da Prata.

Rondon interrompeu por algum tempo seu trabalho à frente da Comissão para responder a um inquérito do Conselho de Guerra, no Rio de Janeiro, por castigos corporais infligidos a soldados sob o seu comando. O processo, contudo, foi arquivado, e Rondon pôde retornar a Mato Grosso e aos trabalhos da comissão (CPDOC, 2016).

Em 1898, com o fim da tarefa de construção de linhas, transferiu-se para o Rio de Janeiro e foi nomeado auxiliar técnico da Intendência Geral da Guerra em 1899, permaneceu pouco tempo no cargo, recebendo em 1900 a incumbência de estender a ligação telegráfica a partir do Rio de Janeiro até as fronteiras com o Paraguai e a Bolívia, na chefia de nova Comissão Construtora de Linhas Telegráficas, cujos trabalhos foram encerrados em meados de 1906, foi promovido a major em 1903, mesmo ano em que revalidou seu casamento segundo o ritual positivista.

O resultado dessa expedição foi a construção de 1.746km de linhas telegráficas, ficando o Rio de Janeiro ligado a Corumbá e Coimbra, na fronteira boliviana, e a Porto Murtinho e Bela Vista, na fronteira com o Paraguai.

Assim, em meio a dificuldades devidas à insuficiência de soldados, a deserções e às baixas provocadas pela malária e pelo beribéri, a expedição recolheu ainda grande quantidade de amostras de minérios, da flora e da fauna da região para o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Rondon estabeleceu relações amistosas com os *índios bororos*, que chegaram a participar em diversas ocasiões dos trabalhos de construção, e com os *terenas* e os *quiniquenans*, que vinham tendo suas terras tomadas por fazendeiros. Iniciou a demarcação das terras dessas tribos, conseguindo fazer com que o governo de Mato Grosso reconhecesse a sua propriedade, e colocou ainda sob a proteção da comissão, além dos grupos já citados, os *cadineus* e os *oiafés*, habitantes das cabeceiras dos rios Taboco e Negro, que vinham sendo assassinados por fazendeiros de gado.

Embora o problema indígena fosse alheio às atribuições oficiais da comissão, Rondon procurava sempre travar contato amistoso com os grupos que encontrasse e defender os direitos espoliados dos índios, afirmando, na época: “Temos para com os índios grande dívida contraída desde os tempos de nossos maiores que lhes foram invadindo os territórios, devastando a caça, furtando o mel, para

não falar em males muito maiores, mais graves, vergonhosos e infames.” Procurava fazer com que os brasileiros das cidades tomassem conhecimento dos problemas dos índios, e adotou como lema para os homens sob seu comando “Morrer se preciso for, matar, nunca”, inaugurando uma nova forma sistemática de promover o primeiro contato entre civilizados e as populações indígenas. Logo após o fim dessa primeira expedição, o presidente da República, Afonso Pena, determinou ainda em 1906 a extensão das linhas telegráficas até o vale Amazônico nomeando Rondon engenheiro-chefe da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas.

O próprio Rondon escolheu, entre civis, oficiais e praças do Exército, os componentes da expedição, que ficou conhecida como *Comissão Rondon* e tinha o objetivo paralelo de reconhecer a região, proceder a seu estudo científico e demarcar as terras da fazenda Casalvasco, que se estendia da serra de Aguapeí (MT) à fronteira com a Bolívia. A expedição descobriu e fez o reconhecimento do rio Juarena, no norte de Mato Grosso, desbravando o nordeste do estado e conseguindo atravessar em seguida a selva amazônica até Manaus, onde Rondon, promovido a tenente-coronel em 1908, chegou no início de 1910 acometido de grave crise de malária. Ao longo de seu trajeto, travou relações amistosas com os índios *Parecis*, alguns dos quais serviram inclusive de guias para a expedição, e aproximou-se dos temidos *nhambiquaras*, que tinham fama de ferozes antropófagos e até então haviam rejeitado qualquer contato com os civilizados. De Manaus, Rondon dirigiu-se para o Rio de Janeiro, onde chegou em fevereiro de 1910 sob aclamações populares, após quatro anos de internamento na selva, durante os quais chegou até a ser dado como desaparecido.

Em junho de 1910, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, e Rondon, seu maior animador, tomou posse como primeiro diretor do órgão no dia 7 de setembro do mesmo ano. A criação do SPI foi possível graças ao apoio do presidente em exercício, Nilo Peçanha, e do ministro da Agricultura, Rodolfo Miranda, pois desde a morte de Afonso Pena (1909) o trabalho de Rondon vinha enfrentando a oposição de diversos elementos do governo, principalmente do ministro da Viação, J. J. Seabra. Após permanecer no Rio de Janeiro em recuperação de seus problemas de saúde, em março de 1911 Rondon partiu para São Paulo a fim de pacificar os índios *caingangues* do noroeste paulista, que vinham atacando fazendeiros da região em represália a agressões sofridas.

Resolvida à questão em março do ano seguinte, em junho Rondon voltou a Mato Grosso via Manaus, retomando, já promovido a coronel, o comando dos trabalhos da comissão. No Amazonas, protegeu os índios *parintintins*, perseguidos e explorados por seringueiros, e rumou para Mato Grosso por terra, em viagem de inspeção das linhas construídas pela comissão e do trabalho realizado pelo SPI. Em 1913, foi designado para organizar uma expedição para, em companhia de Theodore Roosevelt, presidente dos Estados Unidos de 1901 a 1908, percorrer os vales dos rios Paraguai e Amazonas. Roosevelt trouxe com ele naturalistas norte-americanos a fim de selecionar e coletar material para o Museu de História Natural de Nova Iorque, e Rondon convidou cientistas brasileiros para que também participassem da expedição. Iniciada em dezembro de 1913, a viagem de exploração durou até maio do ano seguinte, e foi descrita por Roosevelt, no livro *Through the Brazilian wilderness*, publicado ainda em 1914. Entre 1915 e 1919, Rondon empenhou-se na elaboração da carta de Mato Grosso, além de prosseguir em seu trabalho com os índios. A comissão que comandava mapeou um extenso território, incluindo as cabeceiras de seis rios, e concluiu o estudo das cabeceiras do Xingu, do alto e do médio Paraguai e de mais de 30 rios. Localizou e identificou diversos acidentes geográficos, descobrindo ainda jazidas de ferro, ouro, diamantes, manganês, mica e gipsita em diversos pontos do estado. Além disso, estabeleceu contato com vários grupos indígenas, desarmando a belicosidade de alguns, como os *nhambiquaras*, os *barbados*, os *pauatês*, os *tacuatês*, os *urumis* e os *bororos* do rio das Garças, e conquistando definitivamente a amizade de outros, como os *parecis*, os *bacaeris*, os *jarus*, os *urupás*, os *parintintins* e os *botocudos*.

Promovido a general de brigada em 1919, Rondon foi nomeado diretor de Engenharia do Exército pelo ministro da Guerra Pandiá Calógeras, conservando, todavia o título de chefe da Comissão de Linhas Telegráficas. Na diretoria, promoveu a remodelação de inúmeras instalações militares, bem como a construção de vários novos quartéis. Em 1922, o presidente Epitácio Pessoa indicou-o para participar da comissão de inspeção das obras contra a seca no Nordeste. Em setembro de 1924, na sequência do movimento revolucionário iniciado em São Paulo em julho, foi designado para o comando das forças legalistas em ação contra os revoltosos no Paraná e em Santa Catarina. Travou combate diversas vezes com as forças rebeldes até junho de 1925, quando, já reunidas na Coluna.

Prestes, essas forças se deslocaram rumo ao norte. O comando de Rondon, promovido a general de divisão em dezembro de 1924,

foi extinto, e em seguida o general partiu em nova viagem de inspeção das linhas telegráficas ainda existentes, dedicando-se também a estudos para a extensão da ferrovia Noroeste até Cuiabá. Em 1927, o presidente Washington Luís destacou Rondon para a missão de inspecionar as fronteiras brasileiras desde a Guiana Francesa até o Uruguai, ao longo de mais de dez mil quilômetros. As viagens de inspeção, que também davam continuidade ao trabalho junto aos índios, contaram com a participação de diversos cientistas. Um deles foi Gastão Cruis, que descreveu a segunda expedição, realizada em 1928, em seu livro *A Amazônia que eu vi* (1938). A eclosão da Revolução de 1930 surpreendeu Rondon em Marcelino Ramos (RS). Preso por forças revolucionárias comandadas por Miguel Costa, Rondon reafirmou sua fidelidade a Washington Luís e recusou-se a apoiar ou aderir ao movimento, apesar dos esforços nesse sentido feitos por Osvaldo Aranha, um dos principais líderes revolucionários. Transferido para Porto Alegre, permaneceu algum tempo preso na capital gaúcha, embora cercado de atenções especiais.

Pouco depois da vitória das forças revolucionárias e da instalação do governo provisório, Rondon foi duramente criticado por Juarez Távora, que em entrevista ao *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro qualificou-o de “dilapidador dos cofres públicos, a distribuir pelo sertão bruto linhas telegráficas aos índios para servir-lhes de brinquedo”. Diante disto, Rondon solicitou a Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, sua reforma do Exército em caráter irrevogável, insistindo para que o submetessem a um conselho de justiça ou a um conselho de guerra. Embora aceitasse sua reforma em novembro de 1930, o ministro da Guerra José Fernandes Leite de Castro negou a Rondon seu pedido de exoneração, confirmando-o no cargo de inspetor de fronteiras.

Entre 1930 e 1934, Rondon dedicou-se à elaboração do relatório de sua viagem de inspeção de fronteiras, entregando-o afinal a Getúlio Vargas. Em 1934, agravou-se o conflito entre Peru e Colômbia em torno do porto de Letícia, pertencente à Colômbia por força de tratado de 1924, mas ocupado por peruanos armados desde 1932. O Brasil, através do Ministério das Relações Exteriores, ofereceu seus préstimos como mediador, e, de uma lista de nomes, Getúlio escolheu o de Rondon para chefiar a delegação brasileira junto aos países litigantes. Rondon permaneceu quatro anos à frente dessa delegação, até que se realizou a conferência que trouxe a solução definitiva para o conflito. Em seu regresso, em 1938, Rondon foi saudado por uma comissão nacional de recepção, composta por todos os ministros de

Estado. Um coro regido pelo maestro Villa-Lobos entoou em sua homenagem diversos hinos, entre os quais Parecis Nazari-Né, composto pelo próprio Vila-Lobos com base em elementos colhidos por etnógrafos da Comissão Rondon. Em 1939, foi instituído o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, e o general Rondon, então com 74 anos, foi nomeado seu primeiro presidente. O conselho seria o órgão formulador e consultor da política indigenista brasileira, cabendo ao SPI apenas atribuições executiva.

Rondon foi membro da Sociedade dos Amigos da América, fundada em janeiro de 1943 e presidida pelo general Manuel Rabelo, igualmente positivista e engenheiro militar, que servira sob suas ordens em Mato Grosso entre 1907 e 1918. Reunindo militares e líderes políticos civis favoráveis aos Aliados na Segunda Guerra Mundial, a sociedade se colocava contra o fascismo, a favor da democracia e do envio de tropas brasileiras à Europa para combater as forças do Eixo. Ativa entre 1943 e 1945, em 1944 teve sua sede fechada pela polícia do Distrito Federal. Em 1952, já com 87 anos, Rondon levou ao presidente Getúlio Vargas o projeto de lei de criação do Parque Nacional do Xingu, destinado à preservação da flora e da fauna locais, com usufruto da área para os índios que nela viviam. No ano seguinte, incentivou a criação do Museu do Índio. Em 1956, já aos 91 anos e próximo da morte, apelou ao presidente Juscelino Kubitschek no sentido de salvar o SPI da desmoralização que vinha sofrendo em virtude da intromissão da política partidária na gestão do órgão.

Por seu trabalho de sertanista e de proteção aos índios, Rondon recebeu inúmeras homenagens tanto no Brasil como no exterior. Em 1911, foi aplaudido no Congresso Universal das Raças, reunido em Londres, como exemplo a ser seguido “para honra da civilização”. Em 1914, a Sociedade de Geografia de Nova Iorque concedeu-lhe o prêmio Livingstone. Em 1920, foi condecorado pessoalmente pelo rei Alberto I, da Bélgica, “pelo bem que tem feito pela humanidade”. O III Congresso Internacional de História das Ciências, reunido em Portugal, homenageou-o dando seu nome a um meridiano. Em 1954 a Universidade da Sorbonne, em Paris, comemorou com uma sessão especial seu 89º aniversário. O marechal Rondon morreu em seu apartamento de Copacabana, no Rio de Janeiro, no dia 19 de fevereiro de 1958.

5. OS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS, ACADEMIAS MILITARES E ESCOLAS: LUGARES DE PERPETUAÇÃO DA IMAGEM DO HERÓI – RONDON

O nome de Rondon constitui sinônimo de herói militar e/ou intelectual dentro dos espaços dos institutos históricos, academias e de escolas militar, sempre adotado como um modelo a seguir por seus exemplos de vida disciplinada e corajosa e seus atos como o desbravamento e civilização dos sertões. A comunhão da formação militar e das doutrinas positivistas é sempre lembrada como elementos marcantes na constituição da sua biografia. Além disso, há o reforço da mística de homem predestinado desde a infância em Mimoso, no interior de Mato Grosso.

As narrativas sobre a sua vida apontam sua origem mameluca como traço que advém do “ethos” bandeirante, reforçando um discurso identitário regional comum presente em estados como São Paulo e Mato Grosso. Ao mesmo tempo, estabeleceu relações amistosas com os índios bororos, que chegaram a participar em diversas ocasiões dos trabalhos de construção, e com os terenas e os quinquenaus, que vinham tendo suas terras tomadas por fazendeiros. Iniciou a demarcação das terras dessas tribos, conseguindo fazer com que o governo de Mato Grosso reconhecesse a sua propriedade, e colocou ainda sob a proteção da comissão, além dos grupos já citados, os *cadineus* e os *oiafês*, habitantes das cabeceiras dos rios Taboco e Negro, que vinham sendo assassinados por fazendeiros de gado.

Institutos históricos como o IHGB, fundado em 1838, e seus congêneres nas províncias/estados, academias literárias, museus, arquivos e associações científicas – desde os tempos do Império – cumpriram a missão de forjar um “passado comum” para a nação brasileira, tendo como fio condutor uma narrativa unificadora congregando nomes de ilustres brasileiros.

A análise da construção de narrativas nesses espaços é emblemática para se entender o processo de construção de mitologias fundacionais pautadas em conceitos como origem, povo, tradição e herança. Nas páginas das publicações dos letrados do IHGB, à guisa de ilustração, podem ser identificadas memórias e biografias dos “construtores” ou “formadores” do Brasil desde os tempos coloniais (cf. OLIVEIRA, 2011), assim como dos principais acontecimentos da nação imaginada e desejada. Nessas tramas, nomes como o de Marechal Rondon tem o seu assento no “panteão de papel”, uma

vez que traz para o tempo presente lições, missões e justificativas da força do passado e da tradição.

A organização, as finalidades e as formas de entender o passado do grêmio fluminense serviram de modelo e fontes de inspiração para iniciativas semelhantes em diferentes partes do Brasil no final do século XIX e início do XX. Nesse contexto, por exemplo, foram fundados o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (IAGP), em 1862, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), em 1894, na capital paulista, e o Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT), no contexto das comemorações do bicentenário de Cuiabá, em 1919.

Em nome da construção e consolidação do Brasil enquanto Estado-nação, os membros do IHGB e congêneres dedicariam suas atividades de pesquisa documental e de produção de memórias, juízos, biografias e compilações, publicadas nas páginas de seu periódico. Ele seria a vitrine das ideias, projetos e discussões da agremiação.

Escrever história, para esses homens em sua maioria, constituía uma atividade de garimpagem, de quem recolhia documentos da mesma forma como se achassem preciosidades. Para Lília Schwarcz, “o ato de selecionar fatos supunha a mesma isenção encontrada naquele especialista que, ciente do seu ofício, separa as boas pedras das más”, ou mesmo daquelas que ofereciam pouco brilho ao olhar (SCHWARCZ, 1993, p. 114). E a biografia, repleta exemplos e conquistas, de Rondon – no período republicano – se constituiriam no caso desses artífices da memória nacional em um grande achado da lavra dos rios da história. As histórias da Comissão Rondon se tornaram alavancas para a potencialização de uma imagem de um Brasil moderno, que ocupava e domesticava o seu interior, levando as “luzes” da civilização.

Em 6 de setembro de 1939, na sessão especial do IHGB, ao ser apresentado por Bernardino José Sousa (1884-1949) para fazer conferência “José Bonifácio e o problema indígena”, Rondon foi descrito como aquele tornaste “em vida o símbolo do Brasil”:

E quem o diz? Será só a palavra amiga que vos sauda? Certo que não: é todo o Brasil que vos acompanhou a escalada da glória no silêncio de suas matas opulentas e no murmúrio de seus rios escachoantes; do alto das serranas ásperas ao liso dos taboleiros e planícies embrejadas; é o Brasil que lê e que pensa, é o Brasil honesto no julgamento de seus valores; é o Brasil dos brasileiros

que o estremecem e acreditam na valia de suas reservas de capacidade individual e coletiva (SOUSA, 1939, p. 864).²⁰

Em publicação na *Revista do IHGB*, de 1950, o historiador Basílio de Magalhães (1874-1957) traçaria a história de Mato Grosso como um longo e contínuo percurso entre o bandeirante Paschoal Moreira Cabral até Marechal Rondon. Rondon era sinônimo de Mato Grosso e por isso carregava consigo o “ethos” dos desbravadores do século XVIII. Conquistar, colonizar e dominar eram as marcas dessa identidade comum entre Moreira Cabral e Rondon.

No ano de 1965, o seu conterrâneo, o renomado historiador Virgílio Correa Filho (1887-1973), também membro do IHMT, dedicaria páginas da *Revista do Instituto* para fazer uma biografia do marechal já falecido, sem deixar de destacar seus feitos e méritos para a história da formação do território do Brasil, bem como sua atuação junto aos povos indígenas. Em outro texto, publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, em 1961, o historiador mato-grossense atribuiria a Rondon a condição de um dos grandes “vultos da geografia do Brasil”.

Em razão de seu reconhecimento como importante homem público e político, Rondon – reconhecido como o bandeirante do século XX – seria recebido como sócio do IHGSP, em 25 de março de 1939. Se deixar de zelar pela imagem que ao longo do tempo constituiu de si, no discurso de sua posse o Marechal destacaria os atributos sobre a sua missão, que posteriormente seus biógrafos iriam abraçar para defini-lo como importante personagem da história do Brasil:

[...] o meu dever me chama à realidade dos compromissos que tomei ao encetar a minha carreira. [...] embora um general reformado, sinto que as honras do meu posto não me inibem de deveres, até ao final de minha vida. [...] São Paulo exalta um dos filhos de Mato Grosso por ter esse mato-grossense sabido cumprir as ordens emanadas da suprema Magistratura da República (IHGSP, Recepção e Posse do General Rondon, 1939).

A presença de Rondon como sócio nos quadros do instituto histórico paulista legitimava o projeto historiográfico que o grêmio defendia desde sua fundação. O IHGSP, fundado em 15 de novembro de 1894, almejava construir uma identidade de âmbito nacional a partir de seus valores e símbolos de cultura e civilização, até en-

20 Segundo Elizabeth Madureira Siqueira (2007, p. 31), o Marechal Rondon foi “agraciado com o título Oficial de Civilizador do Sertão, outorgado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”.

tão monopolizados e concentrados na Corte – Rio de Janeiro (cf. FERREIRA, 2002). A frase provocativa, “A história de São Paulo é a própria história do Brasil”, publicada no primeiro volume da sua Revista, denunciava a insatisfação com o Instituto fluminense que havia se autodenominado brasileiro. A temática que iria servir aos anseios do Instituto paulista seria a do bandeirantismo, valorizados e popularizados pelos seus historiadores. Rondon seria sujeito e objeto de uma visão bandeirante da história do Brasil.

Bandeirantismo e o desenho das fronteiras serão também os mo-tes principais para a constituição da identidade mato-grossense, em especial de Cuiabá, frente à ameaça da perda da hegemonia política enquanto capital para a parte sul do Estado e para livrar-se de um histórico “estigma da barbárie”, nas palavras de Lylia Galetti (2012). Nesse processo de invenção de uma história e identidade de Mato Grosso, o IHGMT – fundado em 1919 – e figuras como D. Aquino Correa (1885-1956), Virgílio Correa Filho e Marechal Rondon terão papéis de destaque, sejam na condição de artífices dessa narrativa, sejam “heróis intelectuais” – biografados. Fazer a história de Mato Grosso seria reafirmar a narrativa da nação, sem desconsiderar a sua cor local – regional (cf. LEOTTI, 2013; AMEDI e RIBEIRO, 2013).

Segundo Lylia Galetti (2012, p. 321), é no momento de comemoração do bicentenário que ganha força e consistência

[...] a elaboração de símbolos distintivos da identidade regional – como o hino, o brasão e a Carta Geográfica de Mato Grosso, as datas, os heróis e grandes personagens redescobertos ou alçados a essa condição – que passaram a compor a memória histórica e as tradições locais.

Essas personagens passaram a povoar poemas, epopeias, livros, manuais escolares, praças, ruas e monumentos, assumindo o papel de símbolos da identidade da capital de Mato Grosso. Nesse período, o Estado de Mato Grosso era governado por D. Aquino Corrêa (1918-1922).

De acordo com Osvaldo Zorzato (1998, p. 12), nesse contexto, constituiu-se uma historiografia marcadamente memorialista em Mato Grosso, na esteira do que acontecia nas outras regiões do país com a criação dos institutos históricos e academias:

[...] seu surgimento está relacionado, num primeiro momento, com a necessidade de servir de suporte a uma identidade almejada objetivando afirmar uma suposta peculiaridade, que a um

só tempo especifique e insira Mato Grosso no cenário nacional [...] os historiadores locais ao procurarem substituir a imagem de violência e selvageria atribuída ao mato-grossense pela de “revolucionário”, de um lado, contrapõem a imagens externas que lhes são adversas e, de outro, buscam reconstruir uma memória que os aproxime, independentemente de sua vinculação política, tendo em vista a perpetuação do grupo no controle do estado.

Nesse processo de fabricação de identidade amparado nos preparativos do “bicentenário de fundação de Cuiabá”, D. Aquino Correa, que além de presidente do Estado, era também cantor e poeta das qualidades de sua terra natal, teria papel de destaque, incentivando a criação instituições como o IHMT e a Centro Mato-Grossense de Letras (CML), além de alguns símbolos que marcariam a identidade mato-grossense como o brasão de armas e o Hino de Mato Grosso – ambos com marcas da simbologia bandeirante. Para Odemar Leotti,

Acontecimentos como a chegada dos sertanistas deveriam constituir-se enquanto discurso fundador da identidade mato-grossense, legitimando o poder político no presente. Assim, ao ato de seu sentido local e temporal (dos sertanistas terem vindo em busca de apresamento indígena), é acrescentado para, em seguida, ligá-lo a outro corpo de escrita, estabelecendo uma continuidade histórica e com ela a festa que uniria o povo mato-grossense (LEOTTI, 2013, p. 143).

De acordo com Laura Antunes Maciel (1992, p. 124), a passagem do bicentenário foi propícia para acrescentar mais alguns elementos e símbolos ao ideário da tradição, caro aos mato-grossenses “legítimos”, descendentes dos “civilizadores do sertão”: os bandeirantes. Dessa forma,

Tem início um movimento em torno da criação ou retomada de símbolos, alguns sepultados desde o período colonial, que, sob nova roupagem, fossem capazes de produzir uma identidade comum a todos os mato-grossenses. Assim, datam desse momento a composição do Hino do Estado de Mato Grosso e a recriação do seu Brasão de Armas, insistentemente utilizados, durante os anos posteriores ao bicentenário, nas festas cívicas, nas publicações oficiais ou não, nas representações do estado, nas exposições nacionais e internacionais, ou em qualquer ato público dali por diante.

A identidade bandeirante mato-grossense, tomada como lema dessa elite intelectual, encontraria na figura de Rondon mais legitimidade. O filho de Mimoso, a essa época já era reconhecido e respeitado pela sua atuação na comissão construtora de linhas telegráficas no Brasil Central e Amazônia e na criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Em vida carregava a alcunha de maior herói da história republicana de Mato Grosso e Brasil (cf. SÁ, 2009).

Para os intelectuais locais ligados ao IHGMT, Rondon era um símbolo das qualidades raciais e de caráter que identificavam o mato-grossense com suas origens bandeirantes. Visto como desbravador do sertão, semeador de civilização, sua figura simbolizava a tradição (símbolo da raça bandeirante em Mato Grosso) e do progresso (representado pelas linhas telegráficas que implantara e pelo trabalho com os indígenas). Os textos sobre seus feitos oscilavam na sua qualificação entre pacificador e mediador.

Além do espaço recebido nos institutos históricos, Rondon teria sua história adotada como exemplo na formação de jovens nas escolas e academias militares. Seu nome seria referência para a construção de um sentimento de respeito pela hierarquia, disciplina, rigidez e luta. Nessas instituições de ensino essa metodologia de trabalho tinha como finalidade não apenas moldar a razão, mas também a sensibilidade do indivíduo. Essa pedagogia pautada nos exemplos tem a figura do herói como ponto central do ensino.

Para Suzana Marly Magalhães (2015), essa educação militar, fundamentada em rituais e simbologias heroicas, prepararia o aluno para o seu destino ou missão: enfrentar a morte no conflito armado. A “pedagogia do guerreiro”, conforme denomina a autora,

[...] encontrado nos mitos e nas lendas da maioria das culturas, caracteriza-se por valores como força, destreza, destemor, responsabilidade e cumprimento de missão. O herói está associado também à narrativa dos percalços que o indivíduo tem que enfrentar para atingir a maturidade, conquistar honra pessoal e aceitação pela coletividade. Tudo isso só pode ser obtido por meio de extremo sacrifício pessoal, em ações públicas de demonstração de força e coragem.

No Exército brasileiro, os ensinamentos orais e escritos nas escolas de formação têm os patronos Duque de Caxias e Marechal Rondon como modelos a ser seguidos: “As vidas idealizadas dos patronos se enlaçam a uma narrativa maior, a gênese do Exército brasileiro, e ambas estão presentes no relato histórico da formação da nação e de seus mitos fundadores” (MAGALHÃES, 2015). Em outras palavras,

fazer a biografia celebrativa desses homens é uma forma também da fazer a própria biografia “militarizada” do Brasil como Estado-nação.

Nos livros infantis mais antigos, adotados nas escolas primárias, eram recorrentes a presença de história de heróis e mitos fundadores do Brasil. A história da pátria era ensinada por meio do exemplo dessas personagens. Histórias de personagens históricos eram contadas em formato de fábula em livros de leitura adaptados para as crianças. São exemplares desse tipo de narrativa voltada para o público infantil os livros *História do Brasil para crianças* (1934) e *Meu Torrão: contos da História Pátria* (1935), do escritor Viriato Correa.

Segundo José Ricardo Oriá Fernandes (2009, p. 6), autores da envergadura de Viriato Correa consideravam que a História seria “fonte de infinitas lições para as novas gerações, que deveriam se espelhar no exemplo de brasileiros patriotas que, em vida, se dedicaram à causa nacional”.

Esse tipo de narrativa, misturando ficção e realidade, pode ser encontrado também em textos dedicados às crianças sobre a história de Marechal Rondon, recuperando episódios marcantes e de aventura do personagem. Um exemplo recente desse tipo literatura infantil é a obra *Rondon, o desbravador do Brasil*, de autoria do jornalista Walter Vitillo, publicado pela Editora Cortez. Vitillo foi roteirista de diversas revistas em quadrinhos e atualmente escreve e faz adaptações para livros didáticos. A sinopse do livro já dá indicativos desse perfil de texto adaptado para o mundo da criança, ressaltando um “personagem extraordinário” da história do Brasil:

Desde pequeno, Cândido Rondon gostava de contemplar a exuberância das matas e imaginar o que havia nelas: seus animais exóticos e a beleza dos pássaros que coloriam os céus provocavam naquele garoto órfão e pobre, nascido no estado de Mato Grosso na segunda metade do século XIX, verdadeiro encanto. Ele cresceu e se tornou um brasileiro extraordinário que dedicou a vida à sobrevivência dos índios e valorização de sua cultura como primeiros habitantes da floresta (VITILLO, 2013, sinopse).

Rondon, ao longo da sua vida e principalmente depois de sua morte, recebeu nas mais de vinte e sete biografias de diferentes perfis – celebrativas, míticas ou investigativas – inúmeras adjetivações, sendo as mais conhecidas as de “pacificador”, “bandeirante”, “desbravador dos sertões”, “amansador de índios” entre outros. De acordo com Antonio Carlos de Souza Lima (2007), no artigo “Pacificador ou mediador?”, publicado na *Revista de História da Biblioteca Nacional*,

Rondon é, de fato, um dos mais poderosos mitos que figuram no panteon da nacionalidade brasileira e que vem sendo alimentado e revigorado ao longo dos tempos. Diante dele, ou melhor, da investigação de sua atuação, ficamos diante de uma difícil equação, sobretudo para aqueles comprometidos com os destinos dos grupos sociais afetados pelas políticas de Estado: para falar de ocupação do interior do país, de política indigenista, de defesa de fronteiras, é preciso recorrer às celebrações de indivíduos exemplares? É possível mostrar como essa individualidade complexa e mitificada foi construída social e historicamente – por ações de grupos e redes sociais dotados de diferentes interesses – escavando o sentido do “ser exemplar” e o homem em sua trajetória de vida, seus compromissos, virtudes e erros, para além da persona pública?

A resposta, obviamente, é não. O importante, porém, é, ainda que suave e brevemente, ultrapassar um pouco a névoa que o mito instaura e tentar saber um pouco daquilo que está escondido na imagem do “pacificador”. Para tanto, é na origem das políticas republicanas para os povos indígenas que devem ser buscados os conteúdos históricos que fizeram de Cândido Rondon um mito, perpetuado na visão de correntes de nosso pensamento social que sempre pensaram os indígenas como necessitados de uma assistência comparável àquela que deveria se oferecer às crianças.

Essas considerações feitas por Antonio Carlos de Souza Lima apontam para a necessidade de compreender as diferentes facetas da personagem histórica Marechal Rondon, além de entender a própria elaboração do mito (cf. também LIMA, 1995; MACIEL, 1998; BIGGIO, 2003; TACCA, 2001). Nesse sentido, implica em ler de forma contextualizada e crítica a as narrativas biográficas forjadas sobre o “pacificador” e atentar-se para as diferentes questões políticas, intelectuais, identitárias e culturais que perpassam a experiência do sertanista de Mimoso.

No caso, seria interessante – especialmente para nós educadores – fazer uma revisão das ressonâncias de elementos da chamada “pedagogia do guerreiro” presente na forma como apresentamos Rondon para os nossos alunos em sala de aula – seja na escola pública, seja nas academias militares. Dentro desta perspectiva, os apontamentos de Suzana Magalhaes (2015) servem de importante ponto de reflexão para o fazer do docente:

[...] para se adaptar melhor à sociedade contemporânea, marcada pela Ciência e pelo Estado Democrático de Direito, a narrativa dos heróis poderia incorporar esclarecimentos sobre vários aspectos da história da instituição militar. Caberia, por exemplo, abordar a biografia de homens e mulheres notáveis do Exército, trazendo as contribuições da história social e cultural do país, explicando a sua forma de sensibilidade e os seus valores, mostrando as relações estabelecidas entre o Exército e a sociedade brasileira e a dinâmica de suas transformações internas em razão de fatores políticos e econômicos.

Em termos da produção historiográfica, as imagens e representações desse sujeito histórico têm assumido diferentes perspectivas e abordagens a partir do diálogo interdisciplinar com áreas como ciências naturais, literatura, fotografia, cinema, antropologia e sociologia, quebrando o retrato fixo, essencializado e mítico de *Candido Mariano da Silva Rondon* forjado pelas (auto)biografias e memórias (cf. MACIEL, 1998; LIMA, 1999; BIGGIO, 2003; ARRUDA, 2003; DIACON, 2006; LIMA e SÁ, 2007; KURY, 2007; MACIEL, 2007; SÁ, 2009; LIMA JUNIOR, 2010; HAAG, 2012 entre outros). Mas essa é outra história para trilharmos (adiante) em um universo rico e vasto de livros, teses, dissertações e artigos científicos produzidos nas últimas décadas no Brasil.

Comemorar datas e marcos como os 150 anos de nascimento de Rondon significa fazer um exercício crítico e reflexivo de leitura(s) da sua história, da história que nos ensinaram, das histórias silenciadas ou esquecidas, da história do Brasil e do Mato Grosso – enfim, da nossa própria história como personagens individuais e coletivos no tempo presente.

REFERÊNCIAS

- ABUD, Kátia Maria. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe Maria F. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 28-41.
- AMEDI, Nathália da Costa; RIBEIRO, Renilson Rosa. “... denodados heóris, civilizadores do sertão...”: o mito fundador bandeirante na constituição da história de Cuiabá – Mato Grosso, século XX. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*. Cuiabá, v. 9, p. 153-180, 2013.
- ARRUDA, Lucybet Camargo de. Posto Fraternidade Indígena: estratégias de civilização e táticas de resistência (1913-1945). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.
- BIGGIO, Elias dos Santos. *Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930)*. Brasília, FUNAI/CGDOC, 2003.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. *Pátria, Civilização & Trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- _____. A História nos livros. *Nossa História*. Rio de Janeiro, dez. 2003.
- BOSCHI, Caio César. *Por que estudar a história?* São Paulo: Ática, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CORDEIRO, Jaime F. P. A História no centro do debate: da crítica ao ensino ao ensino crítico – as propostas de renovação do ensino de história nas décadas de setenta e oitenta. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. Rondon. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 266, p. 155-158, jan./mar. 1965.
- _____. Vultos da geografia do Brasil: Rondon. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 2, p. 105-108, 1961.
- DIACON, Todd A. *Rondon: o marechal da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. O Parlamento brasileiro e a construção da memória nacional: os monumentos históricos em praça pública (1891-1986). *Anais eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis: UFSC; ANPUH Brasil, 2015, p. 1-16.

_____. “Sem história não há pátria”: Viriato Corrêa e a literatura escolar para o ensino de história. *Anais eletrônicos do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: UFC; ANPUH Brasil, 2009, p. 1-9.

FERRARO, Juliana Ricarte. *Compêndio de História do Brasil*, de Borges Hermita: produção, editoração e circulação. *Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: UFRN; ANPUH Brasil, 2013, p. 1-16.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

FONSECA, Selva Guimaraes. *Caminhos da História Ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *Da infâmia ao altar da pátria: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. “Ver para compreender”: arte, livro didático e a história da nação. In: SIMAN, Lana Mara de C.; FONSECA, Thais Nívia de Lima e (Org.). *Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 91-121.

GALETTI, Lylia da Silva G. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: Ed. UFMT; Entrelinhas, 2012.

GAMA, Luciana Coelho. *As vestimentas do mártir: as representações sobre Tiradentes em Joaquim Norberto de Souza Silva e Lúcio José dos Santos e a narrativa da nação no discurso didático*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

GOMES, Ângela de Castro; KORNIS, Mônica Almeida. Com a história no bolso: moeda e a República no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O outro lado da moeda”. (2001, Rio de Janeiro, RJ). Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2002, p. 107-134.

GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Escrita de Si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

HAAG, Carlos. Ciência para criar uma nação. *Pesquisa Fapesp*. São Paulo, n. 195, p. 74-79, mai. 2012.

HANSEN, Patrícia S. João Ribeiro e o Ensino da História do Brasil. In: MATTOS, Ilmar R. (Org.). *Histórias do ensino da História no Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998, p. 45-65.

KURY, Lorelai. Marchar com fé. *Revista de História*. Rio de Janeiro, set. 2007.

IHGSP. Recepção e posse do General Rondon – discursos proferidos na sessão extraordinária de 25 de março de 1939. *Separata da Revista do IHGSP*. São Paulo, v. XXXVI, 1939.

LAPA, José Roberto do A. *Historiografia Brasileira Contemporânea* (A História em Questão). Petrópolis: Vozes, 1981.

LEOTTI, Odegar. *Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT: relações de poder, escrita, política, cientificidade e a invenção do mato-grossense moderno (1895 a 1934)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

LEÃO, Joel. A fotografia e o Cinema na Comissão das Linhas Telegráficas. *RIHGMT*. Cuiabá, n. 65, p. 69-76, 2007.

LIMA JUNIOR, Luiz Gustavo de Souza. *Por uma geodésia dos acontecimentos: a operação cartográfica na obra de Candido Rondon (1890-1952)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Pacificador ou mediador?* Revista de História. Rio de Janeiro, set. 2007.

_____. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. No rastro do desconhecido. *Revista de História*. Rio de Janeiro, set. 2007.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”*. São Paulo: Educ; Fapesp, 1998.

_____. O sertão domesticado. *Revista de História*. Rio de Janeiro, set. 2007.

MAGALHÃES, Basílio de. Mato Grosso: de Pascoal Moreira Cabral a Cândido Rondon. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 206, p. 102-157, jan./mar. 1950.

MAGALHAES, Suzana Marly da Costa. Pedagogia do guerreiro. *Revista de História*. Rio de Janeiro, set. 2015.

MELO, Ciro Flávio C. B. *Senhores da História: a construção do Brasil em dois manuais de História na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

MENDES, Luís César C.; RIBEIRO, Renilson Rosa. Fronteira e integração territorial na escrita da história didática oitocentista. *Clio. Série História do Nordeste*. Recife, v. 34, p. 73-95, 2016.

MENDES, Luís César C. “*Logo que o seu cofre proporcione esta despesa*”: A construção da narrativa didática nacional nos manuais de História do Brasil no Colégio Pedro II (1838-1898). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

MICELI, Paulo C. Uma pedagogia da História? In: PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de História e a criação do fato*. Ed. rev. e atualizada. São Paulo: Contexto, 2009, p. 37-52.

_____. *O mito do herói nacional*. São Paulo: Contexto, 1988.

MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos César (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto; Bragança Paulista: EDUSF, 1998, p. 271-296.

NADAI, Elza. O ensino de História: trajetória e perspectivas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-62, set. 1992/ago. 1993.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história*: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Ed. FGV; EDUR; ANPUH Rio de Janeiro, 2011.

PINSKY, Jaime. Nação e ensino de história no Brasil. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de História e a criação do fato*. 6 ed. São Paulo, Contexto, 1994, p. 12-22.

PINTO JUNIOR, Arnaldo. *Professor Joaquim Silva, um autor da história ensinada do Brasil*: livros didáticos e educação moderna dos sentidos (1940-1951). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

Quem são os heróis e vilões de nossa história. *Revista de História*. Rio de Janeiro, jun. 2008.

REZNIK, Luis. *Tecendo o amanhã* (A História do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos, 1931 a 1945). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

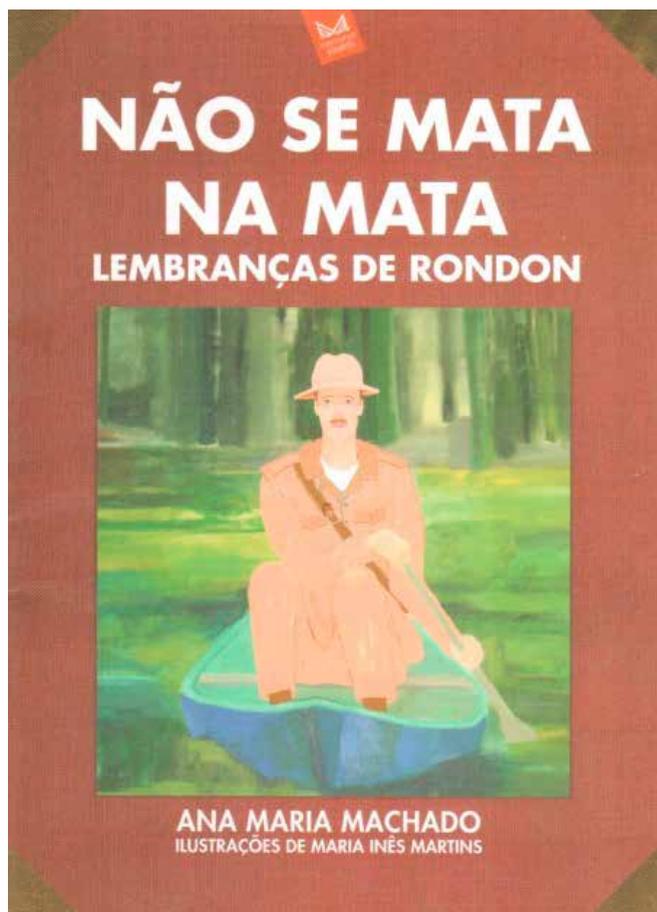
RIBEIRO JUNIOR, Halfred Carlos. O sistema de ensino ginásial e livros didáticos: Interpretações da Independência Brasileira de Joaquim Silva entre 1946 e 1961. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2007.

- RIBEIRO, Renilson Rosa. *Colônia(s) de Identidade(s):* Discursos sobre a raça nos manuais escolares de História do Brasil. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- _____. *O Brasil inventado pelo visconde de Porto Seguro:* Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção do Brasil Colonial no Brasil Império (1838-1860). Cuiabá: Entrelinhas, 2015.
- _____. O saber em discurso, projetos e leis: A história ensinada no Brasil entre o II pós-guerra e a ditadura militar. *ETD – Educação Temática Digital*. Campinas, v. 04, n. 2, p. 17-34, jun. 2003.
- _____. Os superbrasileiros. *Revista de História*. Rio de Janeiro, set. 2008.
- _____. Representações Didáticas do Brasil Colonial. *ETD – Educação Temática Digital*. Campinas, v. 8, p. 53-68, 2007.
- ROMANCINI, Sonia R.; SILVA, Adriana da Mata; SOUZA, Josemara de Brito. Rondon e seus espaços na cidade contemporânea. *RIHGMT*. Cuiabá, n. 65, p. 95-101, 2007.
- RONDON, Candido Mariano da Silva; VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida:* por Esther Viveiros. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.
- RONDON, Cândido. Militar; sertanista; ch.SPI 1910-1958. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RONDON,%20C%C3%A2ndido.pdf>> Acesso em: 5 set. 2016.
- SÁ, Luiza Vieira. *Rondon: o agente público e político.* Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930).* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA FILHO, João Bernardo. Os discursos verbais e iconográficos sobre os negros nos livros didáticos de História. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Cronologia de Rondon. *RIHGMT*. Cuiabá, n. 66, p. 11-36, 2007.
- SOUZA, Bernardino José. Saudação a Cândido Mariano da Silva Rondon. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 174, p. 863-865, 1939.
- TACCA, Fernando de. *A imagética da Comissão Rondon: etnografias fílmicas estratégicas.* Campinas: Papirus, 2001.
- VITILLO, Walter. *Rondon, o desbravador do Brasil.* São Paulo: Cortez, 2013.

NÃO SE MATA NA MATA: RONDON NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL

Anna Maria Ribeiro F. M. Costa

Rosemar Eurico Coenga



NÃO SE MATA NA MATA: RONDON NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL

DO NOT KILL THE KILLS: RONDON IN LITERATURE CHILDREN JUVENILE

Anna Maria Ribeiro F. M. Costa

Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco, professora do Univag Centro Universitário e Vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. E-mail: anna-edu@hotmail.com

Rosemar Eurico Coenga

Doutor em Teoria Literária e Literaturas pela Universidade de Brasília. Docente do Programa de Pós-graduação e Ensino UNIC/IFMT; E-mail: rcoenga@gmail.com

RESUMO: O artigo analisa o livro paradidático *Não se mata na mata: Rondon na literatura infanto-juvenil*, de Ana Maria Machado, publicado em 2008 pela editora Mercuryo Jovem. A partir desse procedimento metodológico, tem como objetivo apresentar um percurso para o conhecimento das ações desenvolvidas pelo militar e indigenista Cândido Mariano da Silva Rondon em prol dos povos indígenas. Necessário se faz despertar no alunado para o entendimento das políticas governamentais direcionadas aos povos indígenas, com o intuito de conhecer esse segmento da população brasileira. A proposta tem início com uma discussão sobre a necessidade de os governos e a sociedade civil elegerem heróis para homenageá-los em datas específicas. Nesse percurso, faz uso das discussões de Miceli (1988) e Bolognesi e Puntoni (2012) para o entender as razões pelas quais essas pessoas são levadas ao pedestal da história do Brasil. O segundo momento da discussão analisa o referido livro para, então, apontar práticas didático-pedagógicas mais efetivas na formação do leitor. Também fornece maiores reflexões acerca da aplicabilidade da Lei 11.645/08, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio, em estabelecimentos públicos e privados. A discussão justifica-se à medida que, nos dias de hoje, ainda percebe-se que a temática indígena em sala de aula mostra-se pouco abordada, ocasionando um

expressivo desconhecimento sobre a história dos povos indígenas que atualmente habitam o território brasileiro.

Palavras-chave: Literatura infanto-juvenil. Ana Maria Machado. Cândido Mariano da Silva Rondon. Lei 11.645/ 2008.

ABSTRACT: This article analyzes the book *paradidactic not kill in the woods*: Rondon on children and youth literature, Ana Maria Machado, published in 2008 by publisher Mercuryo Young. From this methodological procedure, aims to present a path to knowledge of the actions developed by the military and indigenous Cândido Mariano da Silva Rondon in favor of indigenous peoples. Required if the student body is awakening to the understanding of government policies directed at indigenous people, in order to meet this segment of the population. The proposal begins with a discussion of the need for governments and civil society elect heroes to honor them on specific dates. Along the way, it makes use of discussions Miceli (1988) and Bolognesi and Puntoni (2012) to understand the reasons why these people are brought to the pedestal of the history of Brazil. The second moment of discussion analyzes the said book, then point most effective didactic and pedagogical practices in the player's training. It also provides further reflection about the applicability of Law 11,645/ 08, which deals with the mandatory teaching of history and african-Brazilian culture and indigenous in primary and secondary education in public and private establishments. The discussion is justified as, these days, yet it is clear that indigenous issues in the classroom appears to be little discussed, leading to a significant lack of knowledge about the history of indigenous peoples that currently inhabit the Brazilian territory.

Keywords: children's literature. Ana Maria Machado. Cândido Mariano da Silva Rondon. Law 11.645 / 2008

INTRODUÇÃO

Temos aqui a intenção de discorrer sobre a vida e obra do indigenista de Cândido Mariano da Silva Rondon, com base o livro infanto-juvenil *Não se mata na mata, lembranças de Rondon*, de Ana Maria Machado. Não se trata de apresentar um texto biográfico, mas de sugerir estratégias didático-pedagógicas aos professores do ensino fundamental e médio, especialmente para atender o que preceitua a Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Em seu Art. 26-A, determina aos “estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, Lei 11.645, 2008).

Nos dias de hoje, constata-se que a temática indígena em sala de aula é insuficientemente estudada e, muitas vezes, pouco levada com a seriedade necessária. Se comparada aos demais conteúdos de história do Brasil, como por exemplo, a chegada da esquadra de Cabral ao litoral brasileiro, Conjuração Mineira, Independência do Brasil, Abolição da Escravidão, Proclamação da República, dentre outros, veem-se formas mecânicas que muitas escolas ainda ensinam história indígena. Debruçada sobre o passado e amesquinhada em informações desatualizadas e preconceituosas, quase nada se sabe sobre os povos indígenas que atualmente habitam o território brasileiro. Ao contrário, o que vem prevalecendo há décadas é a imagem do índio comemorada na efeméride do “Dia do Índio”, e esta ação ser suficiente para cumprir o que determina a lei, completamente descontextualizada de suas existências.

O Dia do Índio, 19 de Abril, foi criado por Getúlio Vargas, pelo decreto-lei nº 5.540, de 2 de Junho de 1943. O dispositivo legal atendeu ao que ficou estabelecido durante o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, ocorrido em Pátzcuaro, no México, em 1940. Idealizado para discutir políticas para zelar pelos direitos dos povos indígenas na América, naquele momento também propôs a todos os países americanos a adoção da data para homenagear os povos indígenas.

Insegurança e falta de precisão são estados que continuam a permear a ação pedagógica dentro das escolas, em razão da ausência de textos didáticos que possam dar subsídios às aulas e discussões. Isso porque, na maioria das vezes, os livros didáticos, em especial os do ensino fundamental, trazem o índio como mera ilustração, desarticulado de contextualizações históricas. Muitos educadores ainda prosseguem com conteúdos desconectados com a temática,

abordando apenas os fatos ocorridos no passado, não permitindo que os alunos aprofundem nas particularidades da vida indígena e em seu contato com os não índios.

Comumente, pessoas veem o índio como um “selvagem”, que não usa roupas e apenas os adornos e pinturas corporais cobrem seus corpos. No que diz respeito aos meios de subsistência, a caça e a pesca são as únicas formas de aquisição de alimento. Nem mesmo a agricultura tem destaque nesse item. E mais: de índole preguiçosa, fundamento advindo dos anos da colonização europeia, especialmente a portuguesa, quando o índio se recusou a trabalhar na condição de escravo.

Assim, cabe ao professor exercer um papel primordial na educação escolar de seus alunos diante da temática indígena. Nesse local, deve provocar discussões coerentes e contextualizadas historicamente, possibilitando que o aluno conheça sobre a riqueza das culturas indígenas existentes em seu Estado e no Brasil. A utilizar os dados do Censo Demográfico de 2010, pode apresentar uma parte do Brasil que é indígena, agora mais numerosa e mais diversa, diante a atenção maior dada aos povos indígenas: 879.000 pessoas que se autodeclararam índio, distribuídas em 305 etnias, falantes de 274 línguas.

A trama escriturística deste texto se propõe inicialmente a discutir sobre a necessidade que as sociedades têm, desde muito tempo, de eleger heróis. Nesse momento, Paulo Míceli, com o livro *O mito do herói nacional* (1988), e Luiz Bolognesi e Pedro Puntoni com *Meus heróis não viraram estátua* (2012), contribuem de maneira ímpar para entender como e porquê homens e mulheres, estas em menor número, são eleitos para serem colocados no pedestal da História do Brasil. “Mais do que enumerar fatos, personagens e datas, *Meus heróis não viraram estátua* convida o leitor a pensar sua própria realidade de forma crítica. E a escolher seus próprios heróis”. Ao alcançarem esse lugar, saltam de seu tempo para revelar seus tristes destinos e a dar exemplos de moral e civismo para salvar gerações posteriores. Suas ações consistem em lições de vida que devem ser apreendidas.

Por último, esta abordagem trata especificamente do livro *Não se mata na mata: lembranças de Rondon*, de Ana Maria Machado, momento em que toda a discussão se encontra presente no texto. Com o intuito de propor subsídios ao debate em sala de aula, busca também uma reversão de estigmas e esteriótipos que ainda operam no imaginário da sociedade brasileira.

UMA NAÇÃO PRECISA DE HERÓIS?

Parece ser uma questão indiscutível: todo regime político cria sua galeria de heróis, com o intuito de exaltar personagens que sirvam de exemplo ao seu país. Por outro lado, cabe a todo cidadão examinar cuidadosamente quem são esses homens e mulheres que estão na berlinda, a chamar a atenção sobre si. A lembrar de Sócrates que já havia alertado que “uma vida sem esse exame não é digna de ser vivida” (PLATÃO, 1980, p. 22). Nas palavras do historiador francês Jacques Le Goff (1996, p. 17), em seu livro *História e Memória*, “a história deve forjar ferramentas, isto é, métodos, e submetê-los que à reflexão e à discussão”.

No Brasil, dos onze feriados nacionais (a terça-feira de Carnaval é caracterizada como data comemorativa), três são destinados a homenagear heróis/fatos históricos: 21 de Abril, que exalta a figura de Tiradentes, 7 de Setembro, Independência do Brasil, e 15 de Novembro, Proclamação da República. O historiador Paulo Miceli publicou, em 1988, o resultado de uma pesquisa realizada com 267 estudantes, do 6º ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio, quando foi verificada entre os entrevistados a popularidade de Tiradentes, que desde 1870 já havia um interesse dos republicanos em colocá-lo em lugar de destaque. Para Miceli, isso se deve ao fato de Tiradentes ser:

[...] o herói brasileiro por excelência, mais até do que Macunaíma, esse protótipo insuperável. Nele não parece haver qualquer coincidência entre consciência histórica, ação e resultados dessa ação. Tiradentes era pobre, feio, desprezado pelos poderosos e colecionador de fracassos profissionais. É só sair à rua para ver a infinita multidão de ‘tiradentes’ que desfilam, carregando no pescoço o laço invisível da condenação social. Além dessa identificação imediata, Tiradentes saltou de sua condição para lutar por seus iguais, e se não conseguiu emancipá-los, ao menos ganhou lugar de destaque na história, o que – num país de tradição religiosa como é o Brasil – equivale à conquista do Paraíso, após uma vida de privações e sacrifícios.

Para a pergunta lançada – Uma nação precisa de heróis? – opiniões são divergentes. Em Brasília, na praça dos Três Poderes, Oscar Niemeyer projetou o Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, um memorial cívico fúnebre para homenagear brasileiros e brasileiras que contribuíram para o engrandecimento do Brasil, recebendo o título de “herói nacional”. Dos heróis nacionais registrados no “livro

de aço”, o que recebe maior destaque é Tiradentes, em virtude da Inconfidência Mineira, sua imagem ligada aos ideais republicanos e a sua pena de morte.

Contudo, se para o dramaturgo alemão Bertolt Brecht “infeliz a nação que precisa de heróis”, para Cazuzza e Frejat, seus “*Heróis morreram de overdose*”, *confessaram em Ideologia*, composição musical de 1988. Mas, a resposta, certamente, é positiva, pois brasileiros buscam pessoas para homenagear, ainda que não haja unanimidade tanto na necessidade de se ter heróis como na escolha deles.

Em Cuiabá, estátuas estão espalhadas pelos seus quatro cantos, ainda que esquecidas em praças, jardins e canteiros centrais de avenidas e rodovias, quase invisíveis aos olhos dos transeuntes apressados. Vão desde pessoas que ocuparam lugares privilegiados na história do Brasil, até aquelas que não exerceram cargos da ordem política brasileira, como, por exemplo, Maria Taquara. E por que não incluir aqui os artistas de telenovela, jogadores de futebol, pilotos de fórmula 1, cantores, dentre outros? Na verdade, o fato de as pessoas necessitarem de eleger heróis ou heroínas para homenagear ou se inspirar não faz parte da condição humana. Isso porque é algo que foi criado e incorporado por desejo ou imposição.

A História oficial, sob o viés Positivista, Bertolt Brecht, Paulo Miceli, Bolognesi e Puntoni, Cazuzza e Frejat, todos aqui citados, têm visões específicas da adoção ou não de heróis para estar à frente de uma nação, e de quem ser homenageado. Em Brasília, o Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, memorial cívico fúnebre que homenageia homens e mulheres brasileiras, fez uma escolha logo ao nomear a arquitetura modernista com linhas curvas em forma de pomba.

A construção cenotáfia, batizada de Tancredo Neves, primeiro presidente civil eleito por voto indireto, depois de vinte anos de regime militar, está localizada na Praça dos Três poderes e foi inaugurada na presidência de José Sarney, em 7 de setembro de 1986, data cívica que comemora a Independência do Brasil. Com o intuito de homenagear todos aqueles que se destacaram em prol da pátria brasileira, os nomes dos homenageados constam no Livro de Aço, também chamado de Livro dos Heróis da Pátria, ou seja, os heróis nacionais. O nome do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon encontra-se inscrito no Livro de Aço, pelo Projeto de Lei n. 562/2003, de autoria de Elimar Máximo Damasceno e, pela morosidade do Congresso Nacional, aprovado somente em 2015. Na justificação pode-se ler:

“Morrer se preciso for, matar nunca”. Esse lema imortalizou na história do País a figura ímpar de um homem que dedicou grande parte da sua vida à defesa intransigente dos direitos indígenas. Estamos nos referindo a Cândido Mariano da Silva Rondon – o Marechal Rondon.

No Brasil, dentre inúmeras homenagens, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística concedeu-lhe o título de Civilizador do Sertão e na passagem de Território para Estado, o Guaporé muda sua denominação para Rondônia. Para além do território brasileiro, por Albet Einstein, o nome de Cândido Mariano da Silva Rondon foi indicado ao comitê do prêmio Nobel da Paz. Seu nome também aparece com letras de ouro nas páginas do Livro da Sociedade de Geografia de Nova Iorque, como explorador que percorreu mais profundamente em terras tropicais. Mas, e as crianças do Brasil, conhecem “nosso” herói e seus feitos?

Desde a infância, especialmente no espaço escolar, diversas figuras humanas são apresentadas aos alunos, pelos livros didáticos ou pelas datas cívicas, como “heróis nacionais” sem ao menos explicar as razões dessas escolhas. Nos dizeres de Paulo Miceli, a escola vem a ser “um viveiro de heróis”. Então, o que resta fazer? Cabe aos educadores e à família trazer à tona a vivência desses personagens e exercitar as crianças a fazer (ou não) suas próprias escolhas. O que vale é criar elementos que possibilitem ao aluno saber quem é a personagem, em que época viveu, quais interesses atendeu e, então, compreender o que o tornou “herói”.

Pode-se dizer que Cândido Mariano da Silva Rondon é um “herói nacional”. Justificativas existem de sobra e são extremamente convincentes, especialmente no que diz respeito a sua atuação com os povos indígenas, quando preocupou-se em estabelecer uma política indigenista no país, em um momento em que se prognosticava o extermínio dos povos indígenas diante o avanço de frentes expansionistas. Na análise de Oliveira Filho (1995, p. 65),

Rondon criticou ferozmente as práticas de extermínio bem como de uma assimilação dirigida e acelerada (como faziam algumas missões religiosas), defendendo ao contrário um tratamento humanitário aos silvícolas, que lhes permitisse no curso de algumas gerações ascender dos “princípios fetichistas” ao “pensamento científico”. Em uma perspectiva geopolítica, os índios eram pensados como os guardiães das fronteiras políticas da nação, pois,

embora fossem os habitantes dos rincões mais afastados do país, eram conceituados como “os primeiros brasileiros” e viviam sob uma tutela direta do Estado.

No dia 5 de Maio é celebrado o Dia Nacional das Comunicações, data escolhida em homenagem ao nascimento de Marechal Rondon, uma das principais figuras da difusão dos sistemas de comunicação no Brasil. Por esse motivo, por vezes, a referida data é mencionada como “Dia de Rondon”. Mas, como trabalham as escolas sobre alguns heróis oficiais? E se um professor do ensino fundamental e médio pedisse aos seus alunos para escrever uma lista de heróis nacionais, Rondon seria lembrado? E por qual motivo o personagem nascido em Mimoso, Mato Grosso, estaria na lembrança dos alunos? Nossos alunos conhecem a história de Rondon? São sabedores de sua contribuição?

APLICABILIDADE DA LEI N. 11.645

Este texto, que traz uma parte da resenha do livro *A temática indígena em sala de aula*, organizado por Edson Silva e Maria da Penha da Silva (2013), discute a Lei 11.645, de 10 de março de 2008, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, oriunda da alteração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. O instrumento jurídico institui diretrizes e bases para a educação nacional, a fim de levar ao currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Ainda que estudos e pesquisas demonstrem que a obrigatoriedade da lei não tenha surtido os efeitos desejados, não se pode negar que o dispositivo legal vem instigando a produção de artigos, livros, dissertações e teses sobre histórias e culturas afro-brasileira e indígena. Entretanto, ainda que a produção acadêmica direcionada aos povos indígenas seja quantitativamente expressiva e qualitativamente reconhecida no âmbito científico, um dos impecílios se dá porque essa produção:

[...] ainda não logrou ultrapassar os muros da academia e o círculo restrito dos especialistas. Nas escolas a questão das sociedades indígenas, frequentemente ignorada nos programas curriculares, tem sido sistematicamente mal trabalhada. Dentro da sala de aula, os professores revelam-se mal informados sobre o assunto e os livros didáticos, com poucas exceções, são deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil. (GRUPIONI, 1994, p. 13).

Do mesmo prisma, no que tange a abordagem de temas que versam sobre o estudo dos povos indígenas no ensino fundamental e médio, objeto desta análise, podem ser citados: *A temática indígena na escola: subsídios para professores* (2011), de Funari e Pinõn, *Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas* (2014), organizado por Collet, Paladino e Russo, e *Ensino (d)e história indígena* (2015), sob a organização de Luisa Tombini Wittmann.

Publicações anteriores à Lei 11.645/ 2008 devem ser destacadas e, ainda que não estejam no mercado editorial e nas mãos de professores, alunos e demais pesquisadores no tempo necessário para obter o adjetivo “clássicas”, já alcançaram o merecimento para tal. Nessa esfera podem ser referidos os livros “*A questão indígena na sala de aula: subsídios para professores de 1º e 2º graus*” (1987), sob a orientação de Aracy Lopes da Silva, e “*A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*” (1995), coletânea de artigos organizada por Aracy Lopes da Silva e Luís Donisete Benzi Grupioni.

Nos dois blocos, livros anteriores e posteriores à promulgação da Lei n. 11.645/ 2008, podem ser verificadas preocupações comuns: difundir informações corretas sobre as histórias e culturas dos indígenas, apresentar uma historiografia sobre povos indígenas que não legitime a visão do colonizador, desconstruir conhecimentos que coloquem os indígenas somente no tempo pretérito e sob a ótica do folclore, resultante de processos de “aculturação”. Também têm como propósito, instigar professores à prática da pesquisa que busque materiais diversos que versem sobre os povos indígenas: livros (inclusive os paradidáticos escritos por índios e não índios), filmes, músicas e sites.

Esses procedimentos constróem, certamente, o respeito pela diferença, a neutralização do preconceito, inseridos em uma organização escolar e curricular com base em componentes estéticos, políticos e éticos. Na trilha dos Parâmetros Curriculares Nacionais, orientam-se em atender aos princípios orientadores da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Amparam-se, portanto, na experiência humana do aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser. No ensino desses procedimentos, a temática indígena passa a ser entendida como de responsabilidade de todos nós e deve, ainda, resultar de atitudes que repudiam a discriminação e o preconceito.

À vista do que apresentamos, une-se ao conjunto de livros *A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei*

11.645/2008 (2013), sob a organização de Edson Silva e Maria da Penha da Silva, recentemente lançado em sua segunda e merecida edição. Como os demais, disponibiliza artigos que, sem dúvida, contribuem para o trabalho qualificado de professores, ao abordar temáticas indígenas e a aplicação da lei em discussão. Portanto, rompe com conteúdos que se contentam simplesmente em atender efemérides escolares, quase sempre descontextualizadas e fundadas em princípios positivistas e colonialistas.

Sem pretender colocar um ponto final na temática indígena destinada ao trabalho docente em sala de aula, os livros aqui elencados primam por lançar luzes às vidas, à personagens protagonistas, reais ou idealizados, desse vasto lugar que passou a ser chamado de Brasil. Em espaços e tempos distintos, os estudos demonstram, num ato político de reafirmação de identidades indígenas, um país que “se descobre plural”, “de muitos rostos”. Para além de atender ao dispositivo legal em epígrafe, especialmente o Art. 26-A, que institui que nos “estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”, os livros possibilitam um “repensar a História do Brasil”. Nesse percurso, em merecido relevo, leem-se as diversidades culturais que discutem o ser índio, no passado e no presente.

NÃO SE MATA NA MATA: LEMBRANÇAS DE RONDON

Nas escolas da rede pública e privada pouco se estuda sobre os povos indígenas. Livros didáticos do Ensino Fundamental e Médio ainda pecam pelos poucos conteúdos, em contraste com um país onde há aproximadamente 817.000 índios que habitam áreas urbanas e rurais (IBGE, 2013), distribuídos em 215 etnias e falantes de 180 línguas. Estudos sobre demografia indígena informam que:

São ainda muito pouco conhecidas as mais diversas dimensões da dinâmica demográfica seja natalidade, mortalidade ou migração dos povos indígenas no Brasil contemporâneo. Se essa assertiva se aplica plenamente ao conjunto dos povos indígenas, torna-se ainda mais contundente em face da diversidade dessas sociedades. São mais de 200 povos, falantes de aproximadamente 180 línguas, distribuídos em praticamente todo o território nacional, em áreas rurais e urbanas, com características sociais e culturais, bem como com trajetórias históricas, econômicas e políticas, as mais diversas. (PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005, p. 11).

Em relação a Mato Grosso, por exemplo, a estranheza permanece, mesmo que se caracterize por ser extremamente rico em diversidade cultural indígena. De acordo com dados da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), são 51 povos indígenas, número que coloca o Estado em segundo lugar em etnias, ficando após o Amazonas. Informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que, da população que se autodeclarou indígena no Censo de 2010, 42.538 pessoas são de Mato Grosso, número que representa 5,2% do total da população brasileira indígena. Em nível estadual, os dados apontam que os índios representam 1,4% da população, que atualmente tem pouco mais de 3 milhões de habitantes” (IBGE, 2013).

A representação do índio, um processo de significação histórica, é socialmente construída e envolve por relações de poder (HALL, 1997). Nesse sentido, o índio nos livros didáticos vem sendo representado mais como uma ilustração de conteúdos sobre a diversidade cultural brasileira, junto a outros agentes sociais, do que como um dos importantes formadores do povo brasileiro.

Desafios se instalam em virtude de se verificar o pouco interesse por parte das escolas em incluir nos conteúdos, principalmente das disciplinas das áreas das ciências humanas, a questão indígena. A justificativa recai para o vácuo existente em relação aos materiais disponíveis, pois os professores das escolas não indígenas “muitas vezes não têm informações suficientes ou bem balizadas sobre os índios, embora a cultura indígena faça parte do nosso cotidiano” (FUNARI; PIÑON, 2011, p. 25). Como se observa, a rica diversidade cultural indígena no país ainda não consiste em um excelente motivo para que a temática seja contemplada nas disciplinas ofertadas tanto no Ensino Fundamental como no Médio.

A formação continuada de professores direcionada à temática afro-brasileira e indígena recebe pouca atenção do governo federal. No que diz respeito às histórias e culturas indígenas, os recursos didáticos são ainda mais escassos quando comparados aos afro-brasileiros:

Os livros didáticos dedicam pouca atenção a tais temáticas e em muitos casos, infelizmente, ainda reproduzem os estereótipos acima mencionados. Quanto aos livros e materiais “alternativos”, como aqueles produzidos por autores indígenas que se dirigem ao público infanto-juvenil, têm circulação e divulgação muito limitadas e, em sua maioria, são desconhecidos pelos professores. (COLLET, PALADINO; RUSSO, 2014, p. 7).

A Lei n. 11.645/ 2008 vem reforçar – na forma de obrigatoriedade – o que dizem os Temas Transversais dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), Pluralidade Cultural (BRASIL, 1997, p. 19), quando associa:

[...] ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal.

Quais as condições básicas que o tema transversal da Pluralidade Cultural pode oferecer aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, ávidos por respostas às inquietudes que permeiam sua prática pedagógica em relação à aplicabilidade da Lei 11.645?

Criar na escola um ambiente de diálogo cultural, baseado no respeito mútuo; perceber cada cultura na sua totalidade: os fatos e as instituições sociais só ganham sentido quando percebidos no contexto social em que foram produzidos; e uso de materiais e fontes de informação diversificadas: fontes vivas, livros, revistas, jornais, fotos, objetos – para não se prender a visões estereotipadas e superar a falta ou limitação do livro didático. (BRASIL, 1997, p. 95).

Por mais que o tema transversal da Pluralidade Cultural esteja justificado e embasado conceitualmente nos PCNs, o livro não apresenta sugestões de atividades a serem desenvolvidas em sala de aula. O item Orientações Didáticas limita-se a discorrer sobre as condições básicas para o desenvolvimento da temática e a perspectiva da pluralidade no primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental.

Nesse percurso teórico, o livro infanto-juvenil *Não se mata na mata: lembranças de Rondon* (2008), de autoria de Ana Maria Machado, envolto nos fios de buriti de uma rede de dormir²¹, pode ser um rico instrumental para o cumprimento da Lei 11.645/2008. Isso, porque discorre sobre a atuação de Cândido Mariano da Silva Rondon junto aos povos indígenas. Nele recebem destaques a biografia de Rondon e sua atuação junto aos povos indígenas a partir da construção das Linhas Telegráficas que partiram de Mato Grosso e chegaram ao Amazonas, iniciada em fins do século XIX.

21 Todas as páginas no livro são emolduradas pelo trançado de uma rede de dormir, confeccionada com fios da palmeira de buriti.

O conjunto da obra literária da escritora carioca Ana Maria Machado, que ocupa a Cadeira nº 1 da Academia Brasileira de Letras, direciona-se aos adultos, jovens e crianças. Dentre centenas de livros, com a temática indígena, destacam-se *Uma arara e sete papagaios* e *Menino Poti*, ambos da coleção Mico Maneco e publicados em 1988, *De olho nas penas*, de 1981²² e *Não se mata na mata: lembranças de Rondon*, de 2008, este selecionado para análise desta proposta.

O livro pode ser dividido em duas partes: a primeira, com menor número de páginas, versa sobre a vida de Rondon, desde menino, quando ficou órfão, até a construção das Linhas Telegráficas, sua segunda parte. As últimas páginas são reservadas às biografias de Maria Inês Martins, arquiteta que se responsabiliza pela ilustração do livro, e da própria autora.

O que mais chama a atenção na narrativa de Ana Maria Machado é a forma pela qual apresenta o “herói nacional”, ainda que não faça uso do termo. Isso porque o trabalho de Rondon, desenvolvido junto ao governo brasileiro e aos indígenas, vem contextualizado, explicado, e não com nomes, datas e fatos isolados, como um dos procedimentos do ensino de história sob o viés positivista. A vida e obra de Rondon, como propõe a autora, são construídas no desenrolar da história política do Brasil. Mesmo a famosa frase “Morrer se preciso for. Matar nunca”! (MACHADO, 2008, p. 22) inscreve-se no texto dentro de uma perspectiva histórica de contato com os índios da etnia Nambikwara, habitantes de terras a oeste de Mato Grosso, na fronteira do Brasil com a Bolívia.

Ainda que a autora use o termo “branco” para designar pessoas não índias²³, o livro consiste em um precioso instrumento para discutir a temática indígena em sala de aula e não somente para comemorar o Dia das Comunicações, 5 de maio, dia de nascimento de Rondon. O texto pode proporcionar o desenvolvimento de diversas ações pedagógicas para o conhecimento do Brasil, do final do período Imperial das primeiras décadas do republicano, finalizando com a decadência do telégrafo em decorrência do advento do telégrafo sem fio e, a seguir, do rádio.

22 Este livro foi ganhador de vários prêmios, a saber: Prêmio Casa de las Américas/Literatura Brasileira/ Havana/Cuba, 1981; melhor livro infantil do ano/Associação Paulista de Críticos de Arte, 1981; Selo de Ouro/melhor livro juvenil do ano/Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, 1981. Também foi publicado em espanhol, sueco, dinamarquês e norueguês.

23 Atualmente, grande parte da historiografia emprega as expressões “não índio” e “não indígena” para se referir a todos aqueles que não se sentem pertencentes a uma coletividade indígena.

Ana Maria Machado vai mais longe... Longe no sentido de extrapolar o recorte temporal que se propõe a apresentar Rondon aos jovens e crianças. Isso porque principia uma discussão sobre o entendimento da formação do povo brasileiro. Isso se dá ao término do livro, no último parágrafo:

Mas ainda bem que Rondon topou entrar pela mata adentro para construir a rede telegráfica. Graças a ele, apesar de todos os perigos e ameaças, e de uma história de violência, os índios passaram a ter algum tipo de proteção em seus contatos com o resto da nação. E nós pudemos nos conhecer melhor. (MACHADO, 2008, p. 26).

Ao final da leitura do livro *Não se mata na mata: lembranças de Rondon* e das atividades propostas pelo professor em sala de aula, torna-se possível compreender os feitos do personagem central de Ana Maria Machado. Quem sabe Rondon poderá fazer parte das listas de “heróis” de alunos do ensino fundamental e médio?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revelou o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em relatório com dados de 2014, que:

[...] a população indígena brasileira foi um dos segmentos mais atingidos por graves violações de direitos humanos no período pesquisado e reconhece a responsabilidade do Estado brasileiro no esbulho de suas terras. E, ainda, que a “não demarcação é o foco central gerador das graves violências. (CIMI, 2014)

Livros paradidáticos são preciosos. Podem propor novos subsídios para professores de 1º e 2º graus, com a finalidade de elucidar temas relacionados à diversidade cultural dos povos indígenas na contemporaneidade e na condução da temática em sala de aula, atendendo aos preceitos da Lei n. 11.645/ 2008. Ao trabalhar a diversidade das culturas existentes no país e a comprovar, dentre outras, a assertiva do antropólogo Roque de Barros Laraia: “nossos contemporâneos indígenas”.

O livro de Ana Maria Machado, intitulado *Não se mata na mata: lembranças de Rondon*, pode ser um instrumento precioso para um início de conversa sobre os povos indígenas que atualmente habitam o Brasil e das políticas indigenistas a eles direcionadas. A utilização de obras literárias que versam sobre a temática indígena é um caminho

a conduzir os alunos à reflexão sobre suas visões, antes e depois de ler e analisar o livro aqui discutido. Entretanto, não é suficiente apenas indicar a leitura aos alunos. É necessário que os professores conduzam-nos à problematização das informações contidas no livro, para que possam compreender as razões da atuação de Rondon junto aos indígenas e, principalmente, desconstruir possíveis preconceitos, estereótipos e atitudes de discriminação.

REFERÊNCIAS

BOLOGNESI, Luiz; PUNTONI, Pedro. *Meus heróis não viraram estátua*. São Paulo: Ática, 2012.

BRASIL. *Decreto-lei N° 5.540, de 2 de julho de 1943*. Considera “Dia do Índio” a data de 19 de abril. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del5540.htm. Acesso em 10.07.2016.

BRASIL. *Lei N° 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em 10.07.2016.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CIMI. Relatório “*Violência contra os Povos Indígenas no Brasil*”, dados de 2014. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/pub/Arquivos/Relat.pdf>. Acesso em 01.10.2016.

COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. *Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2014 (Traçados, 3).

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. *A temática indígena na escola: subsídios para os professores*. São Paulo: Contexto, 2011.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. As sociedades indígenas no Brasil através de uma exposição integrada. In: GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Org). *Índios no Brasil*. Brasília: MEC, 1994, p. 13-28.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Tradução de T. T. da Silva e G. L. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

IBGE. *Brasil Indígena*. Fundação Nacional do Índio; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.funai.gov.br/arqui->

vos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/pdf-brasil-ind.pdf. Acesso em 14.10.2016.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4ª ed. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1996 (Coleção Repertórios).

MACHADO, Ana Maria. *Não se mata na mata*. Lembranças de Rondon. São Paulo: Mercúryo Jovem, 2008.

MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. 4ª ed. São Paulo: Contexto (Repensando a História).

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donizete Benzi. *A temática indígena na escola*: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo: MEC; MARI; UNESCO, 1995, p. 61-86.

PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura. Demografia dos Povos Indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Demografia dos povos indígenas no Brasil*. [on line]. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2005, p. 11-32. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/qdgt/pdf/pagliario-9788575412541.pdf>. Acesso em 08.10.2016.

PLATÃO. *Defesa de Sócrates*. 2ª ed. Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 3-27. (Os Pensadores).

SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Orgs.). *A temática indígena na escola*. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da (Orgs.). *A temática indígena na sala de aula*. Reflexões pra o ensino a partir da Lei 11.645/2008. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.

WITTMANN, Luisa Tombini (Org.). *Ensino (de) História Indígena*. Belo Horizonte: Autêntica Editora (Coleção Práticas Docentes).

MARECHAL CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON: ALTRUÍSTA E MECENAS

Ivan Echeverria

Rio, 31 de Dezembro de 1941.

Meu caro Odorico -

Como o tempo corre! E
com ele o destino das
povos.

Quanta seja o novo ano
a esperança dos que so-
frem as consequências da
guerra que indignita o Mundo!

Resista com firmeza
os nossos realzados votos
de feliz Ano Novo, que
desejamos também a todo
M. Grosso como ao Bra-
zil inteiro.

*



MARECHAL CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON: ALTRUÍSTA E MECENAS

MARISCAL CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON: ALTRUISTIC Y MECENAS

Ivan Echeverria

Presidente da Academia Mato-Grossense de Ciências Contábeis – AMACIC, Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT, Mestre em Educação.

E-mail: iv.echev@gmail.com)

RESUMO: Cândido Mariano da Silva Rondon teve sua história de vida contada a Esther de Viveiros, a qual pôde ser complementada com as cartas escritas de próprio punho ao seu amigo e parente Odorico Tocantins. Considerada a sucessão familiar, neste trabalho foi evidenciada a divisão da Sesmaria Morro Redondo, também conhecida por Mimoso; na localidade foi edificada a Escola Rural Santa Claudina, cujo nome foi escolhido em homenagem à mãe do Marechal Rondon, sendo por ele patrocinada com seus recursos próprios, na condição de altruísta e mecenas.

Palavras-chave: Rondon. Mimoso. Escola Rural Santa Claudina. Altruísta. Mecenas.

RESUMEN: Cândido Mariano da Silva Rondon tuvo su historia de vida contada a Esther Viveiros, quien pudo complementar con las cartas escritas con su propia mano al amigo y pariente Odorico Tocantins. Considerada la sucesión familiar, en este trabajo se muestra la división de la *Sesmaria Morro Redondo*, también conocido como Mimoso; en cuya área fue edificada la Escuela Rural Santa Claudina, cuyo nombre fue elegido en homenaje a la madre del Mariscal Rondon, siendo auspiciado por él con sus propios recursos, siempre altruísta y mecenas.

Palabras clave: Rondon. Mimoso. Escuela Rural Santa Claudina. Altruísta. Mecenas

INTRODUÇÃO

Ao rever o conjunto das cartas de Rondon, a opção foi para traçar uma linha do tempo para identificar as épocas das escritas de si e das escritas da história, pois sentencia Gomes (2004, p. 8) “o texto é o centro da produção literária e suas características semânticas e culturais são fundamentais à atividade de pesquisa”.

Gomes (2004, p. 11) ainda exara: “o ato de escrever sobre a própria vida e a vida de outros, bem como escrever cartas seja praticado desde há muito, seu significado ganha contornos específicos com a constituição do individualismo moderno.” Aqui se explica a obra de Esther de Viveiros (1958) na qual “Rondon Conta Sua Vida” e a coletânea das cartas por ele escritas, constantes do livro “Cartas do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon: Relíquias do Telegrafista Tocantins”, (ECHEVERRIA; TOCANTINS, 2013), ora evidenciadas.

No contexto é imperioso iniciar pelas últimas palavras da obra de Echeverria e Tocantins (2013, p. 281), as três derradeiras orações exaradas em “A título de (in)conclusão”, quais sejam:

As reproduções dos conteúdos das cartas foram necessárias para buscar o verdadeiro sentido do lado humano e social do último bandeirante do século XX, o desbravador dos ignotos sertões brasileiros. Ele contornou as faldas das colinas, andou léguas e mais léguas, a cavalo; navegou nos inúmeros rios e riachos mato-grossenses, em canoas; atravessou por igarapés e cachoeiras, em rios caudalosos; abriu picadas e estradas, construiu pontes; ergueu postes, puxou fios de cobre, levou o telégrafo para mais longínquos rincões, construiu estações; pacificou inúmeras tribos indígenas e apaziguou povos sul-americanos vizinhos.

O militar, engenheiro, cientista, professor, construtor, matemático, indigenista, árbitro, escritor, historiador, geógrafo, humanitário foi louvado com muitas obras escritas sobre seu extraordinário, gigantesco e épico trabalho de campo, tanto nos rincões mato-grossenses quanto na inspeção das linhas fronteiriças brasileiras e, sob outra forma, na busca da paz com os índios do Brasil e com povos circunvizinhos; no entanto, pouco se escreveu sobre essa sua face oculta, sobre seu carisma, sobre sua sensibilidade humana.

Por isso, esta obra se acha inconclusa, porém, abre caminhos para novas erudições.

Conquanto Cândido Mariano esteja definido por esses predicados e adjetivos, observa-se a ausência de altruísta e de mecenas. Altruísmo: no sentido do amor ao próximo, da filantropia; e mecenas: como patrocinador generoso. Considera-se a sua atitude, desprendimento com relação aos herdeiros da Sesmaria Morro Redondo e a aplicação de seus recursos financeiros – obtidos como prêmio pelo seu trabalho de árbitro no exterior, em Letícia – na construção da Escola Rural Santa Claudina, no Mimoso.

RONDON: ALTRUÍSTA

A Sesmaria Morro Redondo – a exemplo das demais sesmarias criadas no solo brasileiro – teve seu início pelo requerimento de terras aos capitais-generais, cujo modelo foi exportado da Coroa Portuguesa.

O trâmite da concessão era feito, conforme Siqueira (2002, p. 39):

- a) o interessado solicitava, mediante ofício, uma área de terras, alegando seus motivos pelos quais a desejava;
- b) a concessão era feita em caráter provisório, pelo capitão-general com a carta de doação de “data” de terra de sesmaria, encaminhando o pedido do colono ao rei de Portugal;
- c) a carta definitiva da sesmaria era expedida pelo rei, diante de documento elaborado pelo Conselho Ultramarino.

A Sesmaria do Morro Redondo foi obtida dessa forma e doada pelos antecessores do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, cuja propriedade foi medida judicialmente em dezembro de 1841, com área de 13.068 (treze mil e sessenta e oito) hectares, ratificada com vistoria de marcos em 6 de julho de 1893, pelos sucessores de dona Joaquina Gomes. Tem também a denominação de Mimoso, localizada no município de Santo Antônio de Leverger, Mato Grosso (VIVEIROS, 1958, p. 23).

José Francisco Lucas Evangelista foi o proprietário da Sesmaria, vendida a Paulo Luis Barata e este, posteriormente, a dona Joaquina Gomes, sendo por sua morte partilhada aos seus filhos: João Lucas Evangelista; Anna Gomes; Joaquina Gomes, Silveria Gomes; Francisca Gomes; Thomazia Gomes; Antonia Gomes; Maria Thomazia Gomes; e Maria Francisca Gomes.

Maria Constança de Freitas e João Lucas Evangelista – herdeiro na propriedade pró-indivisa – tiveram 11 (onze) filhos, entre eles Claudina de Freitas Evangelista, casada com Cândido Mariano da Silva, genitores do filho único: Cândido Mariano da Silva Rondon.

Adentrando no precioso arquivo das Cartas de Rondon, em cuja reprodução textual foi mantida a escrita original, apresenta-se o registro da herança na Sesmaria do Morro Redondo, pela descendência de seu avô materno e, por sucessão, da sua mãe. Sobre a regularização da área obtém o concurso de seu estimado amigo telegrafista Tocantins; eis os termos da missiva tratando do registro da área:

Meu caro Odorico,

Pelo correio terrestre registrei hoje os dois certificados que requeira em Cuiabá e Santo Antonio sobre a Sesmaria do Morro Redondo, na qual tenho um pequeno quinhão como herdeiro de João Lucas Evangelista, meu Avô, por parte de minha mãe.

Os proprietários da referida Sesmaria que a fizeram medir e demarcar em 1841 eram em número de 8 como consta do Certificado de Santo Antonio. Portanto, para cada proprietário da Comuna coube em área de 1.647 hectares, considerando que a sesmaria tem a área de 13.178 hectares, a razão de uma légua de frente por três de fundo, como verificou a vistoria em 1893. É por isso, de 1.647 hectares a parte que coube, de direito, a João Lucas Evangelista, meu Avô. Quando este faleceu deixou 9 herdeiros diretos, 9 filhos, sendo a minha Mãe um deles. Si a parte de João Lucas Evangelista era de fato 1.647 hectares, segue-se que a cada herdeiro deste caberiam 183 hectares na partilha que se fizesse juridicamente. A parte que coube a minha Mãe, e, portanto, ao seu único filho, que sou eu, no Mimoso (Sesmaria do Morro Redondo) é de 183 hectares. Mas, como o terreno que de fato os Mimosos ocupam é maior que 13.178 hectares, como se verificou a vistoria de 1893, e se poderá constatar, no arquivo da antiga Relação, no processo da Ação que os Mimosos intentaram contra Prudente Gonçalves de Queiroz e outros não vale a pena modificar os 199 hectares que figuram na cobrança do imposto que me cabe pagar por parte da mencionada Sesmaria do Morro Redondo, registrada em Santo Antonio. Conviria lá registrar também a vistoria de 1893. Muito difícil será apurar os outros herdeiros do meu avô João Lucas e dos outros 7 primitivos herdeiros da Comuna; julgo impossível conseguir isto, tal a multiplicidade dos herdeiros que sucederam aos primeiros donos.

De 1841 até hoje, quatro gerações sucederam-se e multiplicaram-se. Como saber com exatidão quais são os legítimos herdeiros de Joaquina Gomes, Antonia Gomes, Manoel de Souza Neves,

Thomazia Gomes, Francisca Gomes, Silveria Gomes e Anna Gomes, no cáos que se transformou o Mimoso?

O meu caso é o único solúvel, por isso que João Lucas Evangelista é um dos 8 primeiros proprietários da Sesmaria concedida em 1801 a Antonio Francisco Teixeira Portugal, que transmitiu a outro cujo nome figura no certificado, que por via terrestre acabo de te enviar. Este segundo proprietário doou àqueles oito, constantes do registro de Santo Antonio, os quais mandaram medir a Sesmaria em 1841.[...].

Recebe com D. Alina os nossos abraços e afetuosas recomendações.

Velho parente amigo gratíssimo.

Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 23 de maio de 1941)

Numa verdadeira aula de topografia e geografia, o engenheiro Rondon descreve sobre a citada sesmaria ao telegrafista Odorico:

[...]

A revisão foi executada tendo em vista os autos da medição e demarcação existentes no arquivo de Registro da Repartição competente de Cuiabá.

Por essa vistoria verificamos as seguintes distâncias: Do marco do môrro ao Chacururé (Chacororé) ao da Chimbuva 3 léguas; dêste ao do Arrozal 1 légua; dêste ao do Môrro Redondo 2 léguas; dêste ao da Lingua de Onça 1 légua; e finalmente, dêste no do Môrro do Chacururé 1 légua.

Essa é a descrição da medição e demarcação executadas em 1841. Essa sesmaria pertenceu ao paulista José Francisco Lucas Evangelista, que não podendo deixar aos filhos que teve com Joaquina Gomes, da Jacobina, por ser casado em São Paulo, doou a referida Sesmaria ao seu compadre Paulo Barata sob a condição de passar êste a escritura de doação á Joaquina Gomes, cujos filhos: João Lucas Evangelista, Ana Gomes, Joaquina Gomes, Silvéria Gomes, Francisca Gomes, Tomázia Gomes, Antônia Gomes, Maria Tomázia Gomes, Maria Francisca Gomes foram por morte de sua mãe, os herdeiros do Mimoso.

O polígono que foi revisado deu uma área maior de 13.068 hectares, da tal sesmaria, o que não é para admirar, dada a ineficiência técnica dos medidores de então, chamados pilotos, aliada á tendenciosa má fé dos interessados no aumento da área. Admitindo que a Sesmaria fôra demarcada com 13.068 hectares, que foi a concessão oficial, a coletoria teria que cobrar o imposto territorial correspondente àquela área o que o Coletor de “Leverger” terá que fazer. Nêste caso será preciso registrar o processo da medição de 1841, existente, como já disse, no Arquivo de Registro das medições antigas em Cuiabá, por essa hipótese, a parte que me toca no Mimoso, corresponde a 145,2 hectares, que é o quinhão correspondente a um herdeiro dos 10 que teve João Lucas Evangelista, um dos 9 filhos de José Francisco Lucas Evangelista com Joaquina Gomes, esta nascida em Jacobina, Município da antiga Vila Maria, hoje S. Luiz de Cáceres.

[...]

Esse é o histórico da origem do Mimoso, dos seus primeiros proprietários, e descendentes destes.

Faço questão de ser respeitado o direito, que todos os herdeiros de Joaquina Gomes têm pela posse secular daquele solar campestre, que é o famigerado “Mimoso”, Aquirió, nome toponímico a esse pantanal dado pelos seus primitivos habitantes, os Índios Borôro - << Chacururé>>

[...]

Nossas saudades a Dona Alina, teus Filhos, e um afetuoso abraço para ti do velho parente e amigo.

Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 24 de Julho de 1944)

Em se tratando de condomínio indiviso, quando não se sabe a localização da parte de cada coproprietário, é impraticável a cessão parcial da propriedade como pedida pelo poder público municipal. Essa foi a conclusão do assunto.

Mas a regularização da complicada situação das terras do Mimoso, é de grande interesse de Rondon, pois é de seu conhecimento a dificuldade dos demais herdeiros em trabalhar na solução do problema, tanto mais pelo seu peculiar sentimento de amor familiar. Assim, se expressa:

Caro Odorico,

Aqui estamos abraçando-te e a Dona Alina pela entrada do Ano Novo.

[...]

Respondo tua atenciosa e amavel carta de 7 de Dezembro findo.

[...]

A intrincada questão do Mimoso, relativa á Sesmaria do “Môrro Redondo” resolveste com o teu bom senso. Nêste momento o que há a fazer é examinar na Coletoria da antiga Cidade de Santo Antônio até quando foram pagos tais impostos, calcular os atrasados com as multas da Lei e nos dizer qual a importância a pagar.

Providenciarei com o Prudente e outros herdeiros da Sesmaria êsse pagamento até exercício de 1945, por meio de um rateio amigável, refletidamente estudado. – Isso só poderá ser feito in loco, isto é, no Mimoso, mediante uma reunião dos interessados. – Para isso a minha presença será indispensável em Cuiabá e no meu eternamente querido rincão natal o incomparável Jardim da Natureza, que é o Mimoso.

A nota que o nosso amigo Sérgio enviou-me por teu intermédio explica o que se torna necessário fazer para deslindar a complicação das Famílias resultantes dos 9 herdeiros de Joaquina Gomes, a donatária do paulista José Francisco Lucas Evangelista, através do seu amigo Paulo Luiz Barata.

Na realidade, só de um dos nove herdeiros de Joaquina Gomes, o meu Avô João Lucas Evangelista posso descriminar a descendência e portanto o quinhão correspondente aos seus 10 herdeiros, sendo 7 homens e 3 mulheres.

Uma destas mulheres é minha Mãe, Claudina Lucas Evangelista. Si a cada herdeiro de Joaquina Gomes cabe o quinhão de 1.452 hectares, é claro que a cada um dos 10 herdeiros de João Lucas Evangelista caberá a área de 145,2 hectares. É o quinhão que minha Mãe teria si fôsse viva. Portanto, como sou filho único, a parte que tenho no Mimoso, é de 145 hectáres e dois décimos. Essa é a parte líquida, sem contestação, dos direitos dos 9 herdeiros de Joaquina Gomes, por parte do único filho varão que ela teve, João Lucas Evangelista.

As outras 8 herdeiras de Joaquina Gomes, devem ter tido filhos, como é natural pensar, mas de difícil discriminação hoje, com precisão e discernimento. O Mimoso é produto do entrelaçamento das diferentes Famílias resultantes dos 9 filhos que Joaquina Gomes deixou no tempo em que lá viveu, a partir de 1840. Dessas Famílias só a proveniente do meu Avô João Lucas conheço, e posso mencionar, os herdeiros, sendo a minha Mãe a única que só teve um Filho. Portanto, a solução definitiva da Sesmaria do Morro Redondo, sendo de séria complicação, não poderá ser resolvida sem minha ida á Cuiabá e portanto ao Mimoso. Exige tantas pesquisas entre os supostos herdeiros das Filhas de Joaquina Gomes, que muito que fazer darão essas pesquisas entre os atuais moradores daquela localidade.

[...]

Desculpar-me-ás tantos aborrecimentos a que submeto a tua jobiana²⁴ paciência.

Que fazer? Só tu poderás me ajudar, como o tens feito, desde que nos conhecemos.

E a minha gratidão nunca será tão grande que baste para render-te graça por graça.

Recebe, com Dona Alina, teu Sogro, meu velho amigo Manoel Leopoldino, e teus queridos Filhos os nossos renovados abraços e melhores votos de boas festas no fim de 1944 e feliz Ano Novo, na entrada do esperançoso 1945.

Velho parente e amigo, muito grato.

Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1945)

A sesmaria “Morro Redondo” ou “Mimoso”, pelo seu mais nobre filho, Cândido Mariano da Silva Rondon, teve atribuído o carinhoso cognome “Jardim da Natureza”. Este, por si só, expressa o belo, o magnífico! Jardim se traduz por um local cheio de plantas de exuberante beleza. Natureza se diz por uma força ativa estabelecida, conservando a ordem natural de tudo quanto existe. É poesia. Assemelha-se ao Jardim do Éden (GÊNESIS, 2-8). Estando ainda no Rio de Janeiro, escreveu:

24 O livro de Jó é o primeiro dos sapienciais integrantes da Bíblia Sagrada. Jó foi fiel a Deus e exemplo de perseverança na provação e figura do Servo Sofredor (Is. 53). Ouvistes a respeito da perseverança de Jó e conheceis o fim que lhe deu o Senhor (Tg. 5,11). A palavra “jobiana” utilizada no texto é uma metáfora ao homem temente a Deus: Jó.

Caro Odorico:

Em virtude de embaraços de serviços, aqui, penso que só de Julho em diante poderei formular minha viagem ao Mimoso.

Nessa ocasião trataremos de todos os assuntos que nos interessam particularmente, e de um modo geral, à Mato Grosso.

O meu tempo é consumido em grande parte para atender a pedidos quase diários, não só daqui do Rio, como de todos os quadrantes do Brasil.

[...]

Esta, aliás, foi sempre a minha feição, a missão que eu devia desempenhar na Sociedade: Servir a Família, a Pátria e a Humanidade. Os desprotegidos encontraram sempre apoio na boa vontade do humilde mimoseano que, por uma aberração da natureza, nunca precisou da ajuda estranha à da sua vontade de querer.

Abraço-te mil vezes agradecido.

Velho parente e amigo – Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, em 25 de março de 1945)

Cuidar do Jardim da Natureza era primordial para seu dedicado filho. No individual ou no coletivo, seus atos e diligências estavam sempre presentes. Assim, transmite notícias recebidas do Secretário de Agricultura do Estado de Mato Grosso, critica a política e pede gestões para a construção de Escola Rural no seu torrão natal.

Caro Odorico,

Para teu conhecimento transcrevo telegrama do Dr. Arquimedes aqui recebido no dia 30 passado, pelo qual respondia ao meu que lhe dirigi de Rondonópolis no sentido da recondução do Prudente ao cargo de subdelegado do Mimoso:

« General Rondon - Domingos Ferreira – Copacabana – Rio – D.F.U 25 Cuiabá MT 959, 47, 30, 1215 – NOG 186 de 10, 10, 46. Comunico eminente amigo conterraneo que atendendo seu telegrama de Rondonópolis Governo baixou ato reconduzindo Sub delegado Mimoso Prudente Gonçalves Queiróz pt Queira preclaro amigo dispor do Arquimedes Pereira Lima. Sec. da Agricultura».

Logo que te seja possível peço fazer ciente daquele nosso amigo da resolução do Governo, para, que êle proceda com a necessária cautela na execução das informações policiaais, afim de evitar qualquer intriga da politicagem.

Ainda bem que o Governo corrigiu a ação dos interesses eleitorais, restabelecendo os preceitos da justiça!

Ninguém no Mimoso, presentemente, se interessa mais pelo bem daquela localidade e seus habitantes do que Prudente, que é prudente em todos os seus atos.

Infelizmente Mimoso é vitima da politicagem dos cabos eleitorais vizinhos, que exploram a desunião ingênita daquele povo. Cumpre respeitar a liberdade individual de cada Cidadão.

*

Peço-te procurar o Engenheiro construtor da Empresa Bueno e em nome dizer-lhe que estou esperando a planta da Escola Rural com respectivo orçamento, que êle prometeu-me conseguir da Secretaria do Governo – para transmitir-me.

Para maior garantia da remessa, desejaria que dêle recebesses a planta com o orçamento e me enviasses por via aérea êsses papéis. – Ser-te-ei gratíssimo por mais êsse obséquio amistoso.

Com as nossas recomendações a Dona Alina, envio-te um afetuoso abraço.

Velho parente e amigo grato.

Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1946)

No acervo das cartas de Odorico Tocantins há uma destinada a um de seus filhos tratando de assuntos correlatos ao Mimoso:

Presado Amamel Tocantins,

Acabo de receber tua carta de 4 do corrente datada.

Por ela conclúo ser resultado do pedido que para ao teu caro Pai, a providência movida da Prefeitura de Leverger.

Infelizmente não poderei de pronto dar cumprimento à solicitação da Prefeitura em aprêço, por depender da reunião prévia dos coproprietários da Sesmaria do “Morro Redondo”.

Para isso seria indispensável que eu fosse ao Mimoso e lá convocasse todos os Chefes das Famílias mimoseanas para expor-lhes

as exigências da Prefeitura, a fim de precisar a doação que desejo fazer a parte do quinhão que me toca da partilha do meu Avô João Lucas Evangelista. Cada um dos herdeiros de Joaquina Gomes (eram 9 filhos), por morte desta teve de quinhão da Sesmaria “Morro Redondo” 1452 hectares. Portanto, o quinhão do meu Avô corresponde àquele numero de hectares.

Como êle teve 10 filhos, morrendo o primeiro sem deixar herdeiros, a sua parte de 1452 hectares terá que ser dividida pelos 9 filhos restantes. Ora, a minha mãe era um dos herdeiros: por conseguinte cabia-lhe a nona parte dos 1452 hectares, quinhão pertencente ao seu pai. E como ela só teve um filho o quinhão do seu único herdeiro corresponde á parte integral do quinhão que a ela tomaria na partilha do inventário do meu Avô João Lucas Evangelista, isto é, a nona parte dos 1452 hectares, quinhão que coube a João Lucas na partilha da Sesmaria do “Morro Redondo”, por morte da sua única proprietária Joaquina Gomes.

Nessas condições o quinhão que me cabe por lei na partilha da Sesmaria do “Môrro Redondo” (atualmente Mimoso), por parte do meu Avô João Lucas Evangelista é de 161 hectares e 33 centésimos. – Como depois da morte de Joaquina Gomes nunca houve inventário, acontece que até hoje aquele imóvel permanece indivisível, sendo os descendentes dos 9 filhos de Joaquina Gomes condôminos daquela secular propriedade. Para se resolver qualquer assunto relativo á propriedade da Sesmaria, indispensável será que todos conheçam do assunto e participem da resolução. Infelizmente me não é possível ir ao Mimoso agora. Só em Maio seria isso exeqüível.

Vou, portanto, escrever ao Prefeito de Leverger, cientificando-o da única resolução possível a tomar.

Agradeço-te e ao teu Pai o interesse que assim tomaram pelo assunto que mais me afeta neste momento, abraço-te, desejando-te um Feliz Natal, próspero Ano Novo e todas as felicidades para a tua Família no Ano da Paz e confraternização das Famílias do Ocidente e do Oriente.

Velho parente agradecido

Cândido M. S^a. Rondon.

(Carta: Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1946)

Esse conjunto de cartas escritas de próprio punho por Rondon dá-nos a certeza do seu profundo interesse na regularização das propriedades havidas por herança no Mimoso e, altruisticamente, cuida do interesse de todos os coproprietários da Sesmaria Morro Redondo.

Outro desafio demonstrado foram os pormenores depois da inauguração da Escola Santa Claudina – como se apresenta na seção seguinte – construída no Mimoso, para a qual houve dificuldades no quadro de recursos humanos.

Já de regresso ao Rio de Janeiro regozija-se com as notícias recebidas da novel Escola Rural Santa Claudina: de um lado, a liquidação dos compromissos oriundos da edificação e, de outro, o seu pleno funcionamento, atingindo aos objetivos inicialmente aventados, sempre demonstrando seu idolatrado amor ao berço natal e a sua gente:

Caro Odorico

[...]

Venho com prazer responder ás comunicações que amistosamente me tens feito de tudo que diz respeito ao Mimoso: tuas visitas e de D. Alina ás Escolas Reunidas “Santa Claudina”, recebimento do último suplemento de recursos monetários para conclusão dos pagamentos das despesas oriundas da construção da Escola, isto é, do Edifício da Escola Rural “Santa Claudina”, e outras – Ficamos satisfeitos e animados com as informações que me dás do impulso esperançoso que a Escola tomou, logo após a sua inauguração, com uma matrícula e frequência maior de 100 alunos, e a Supletiva com cerca de 50. Êsse impulso é auspicioso ao futuro daquela população campeзина, da secular Sesmaria do Mórro Redondo, atual Mimoso.

[...]

Si o César Ferreira dos Reis não puder pagar os poucos dias que passar na pensão, peço atender a essas despesas por minha conta. Correrão ainda como despesas da inauguração da Escola “Santa Claudina”.

A´Deusa, peço transmitires a minha boa Amiga tua Sogra, as minhas saudosas lembranças com os melhores votos pela sua saúde.

A´ti, Dona Alina e Filhos nossas saudades. Recebe os abraços e agradecimentos do velho parente.

Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 1948)

Rondon, estando no Mimoso, faz alusão à visita do Inspetor na Escola Santa Claudina, dá ênfase especial ao trabalho da Diretora, professora dona Anita, e agradece ao apoio recebido da professora Alina Tocantins, esposa do seu amigo:

Caro Odorico

Recebi tua carta, que respondo, agradecendo a amistosa solicitude com que atendeste os meus pedidos.

Dona Oacy esperava Dona Alina, e todos nós a ti, supondo que viesses com o Dr. Garcia.

Tivemos a visita do Américo Brasil, que veio inspecionar a Escola. Recebeu do que viu e pôde apreciar, emocionante impressão, que experimentam todos que chegam á Escola. A Diretoria é modelar. Mimoso deve essa felicidade à Dona Alina, nossa grande Amiga.

(Carta: Mimoso, 18 de outubro de 1948)

O engenheiro José Garcia Neto executou relevante trabalho na construção da escola, ponderado o elevado grau de consideração e estima a ele dispensado pelo general Rondon, são divulgadas as palavras de agradecimento e reconhecimento proferidas a esse conceituado profissional, cujo teor enriquece esta obra. Tratando, pois, de vários assuntos relacionados sobre a Escola Rural Santa Claudina, no livro de autoria da nobre senhora Maria Lygia Borges Garcia foi encontrada, sob o título “Carta de Rondon II” uma missiva dirigida ao seu esposo. (GARCIA, 2000, p. 123-137).

Abaixo, reproduz-se o seu teor:

Em igual data de sua missiva ao Dr. Garcia, escreve para o Sr. Tocantins.

A par das ocorrências em relação à Escola Rural Santa Claudina, para não haver solução de continuidade na programação escolar, volta a solicitar o apoio da dona Alina, esposa do seu amigo, no sentido de conseguir uma Professora Normalista para manter uma escola excelência no Mimoso, com docentes e diretores formados, garantindo, nessa medida, uma educação aprimorada para seus conterrâneos:

Caro Odorico

[...]

Volto a pedir a Dona Alina a sua influência prestigiosa para conseguirmos Professora Normalista para a nossa Escola, presentemente em má situação. É possível que a Professora licenciada D. Benedita, não queira voltar ao Mimoso. Não sei em que caráter foi nomeada a que lhe vai suceder, si provisoriamente ou definitivamente.

[...]

Peço-te comprares uma caixa de querozêne e os ingredientes de limpeza dos ladrilhos do Recreio Coberto da Escola e mandar á Diretora, em meu nome. É o meu presente para a Escola se manter como foi inaugurada.

[...]

A ´Deusa, peço transmitires a minha boa Amiga tua Sogra, as minhas saudosas lembranças com os melhores votos pela sua saúde. A ´ti, Dona Alina e Filhos nossas saudades. Recebe os abraços e agradecimentos do velho parente.

Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 30 de maio de 1949)

A busca pela excelência é evocada uma vez mais por Rondon, tratando das finanças e requesting os préstimos de D. Alina Tocantins:

Caro Odorico

Cuiabá

[...]

Escrevo-te nas antevésperas da tua partida para esta Capital. Com o intuito de combinarmos tudo que ainda tenho a fazer por teu intermédio, ao “Mimoso” e ao “Negro D´Agua”.

Ao Mimoso são pagamentos a fazer para a completa conclusão de montagem da Escola “Santa Claudina”: Pagamento dos bancos carteiras; da lona e acessórios para as entradas abertas do “Recreio Coberto” da mesma, salários do pedreiro e material adquirido para a construção do marco da placa de bronze, que será instalado no “Recreio Descoberto” da Escola. Além dessas despesas outras haverá com montagem dos aparelhos de ginástica e com a volta do César que está executando essa montagem.

[...]

Far-me-ás o favor de comunicar-me, depois de pago tudo, a importância que devo remeter para atenderes a todas essas despesas, afim de eu providenciar a remessa do necessário cheque.

Por tudo confesso-me infinitamente agradecido.

[...]

D. Alina poderia nos ajudar conseguindo uma digna professora para a esperançosa Escola.

Recebe com D. Alina e minha Amiga sua sogra as nossas afetuosas recomendações – Velho parente.

Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 25 de junho de 1949)

A preocupação de Rondon com o corpo docente é evidenciada, porquanto é indispensável para o bom funcionamento da escola; pede importantes gestões com vistas a evitar problemas futuros:

Caro Odorico

Cuiabá, 2 de outubro de 1949

Peço a D. Alina não se esquecer da professora para a Escola Supletiva do Mimoso, agora que o Tenente Euclides não poderá estar todo o dia junto a sua Esposa no Mimoso. Era êle que ajudava a Diretora da Escola, nas aulas noturnas dos adultos.

Vou me dirigir ao Sr. Governador solicitar-lhe a nomeação da Professora. Até hoje Supletiva tem funcionado com acúmulo de serviço das Escolas Reunidas.

Muito grato sou por tudo que vocês me ajudam no Mimoso – Nossas recomendações a D. Alina e sua veneranda mãe. Um abraço a Amedina pelo que ela fez ao Jaurú. Para ti um longo abraço do velho parente agradecido.

Cândido Mariano.

(Carta do Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1949)

No lapso de uma semana, conquanto nada tenha sido resolvido relativamente à nomeação de uma professora auxiliar, nova solicitação é feita buscando apoio da família Tocantins para o assunto:

Caro Odorico

Venho agradecer-te o grande favor de que me déste conhecimento pelo telegrama ontem recebido.

[...]

Reitero o pedido feito a Dona Alina, a respeito da Normalista para a Supletiva do Mimoso, muito grato a ela pôr mais êsse favor, e a sua veneranda mãe, envio as minhas cordiais saudações.

Velho parente, amigo muito grato.

Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1949)

Surge outro problema funcional: o desligamento da diretora da escola. Agradecido, ressalta com carinho a prestimosa colaboração da professora Anita, a qual durante quatro anos dirigiu a escola prestando significativos serviços à educação e instrução dos jovens da Sesmaria Morro Redondo:

Caro Odorico

Tenho em mãos a tua carta de 21 próximo passado.

Tomei conhecimento dos dizeres nela contidos, agradecendo-te de todo coração o auxílio que assim me prestaste.

Acabei de receber a carta de D. Catarina de Figueiredo Silva, Diretora das Escolas Reunidas “Santa Claudina” em que me comunica a resolução de se exonerar do encargo de Diretora daquelas Escolas Reunidas, para poder dirigir a educação das suas Filhas pessoalmente, uma vez que não é possível fazê-la de longe.

As razões apresentadas sendo justas, nada tenho que ponderar, sinão agradecer o bem que proporcionou aos Filhos do Mimoso nos 4 anos que dirigiu com proficiência a educação e instrução dos jovens Mimosanos.

Foi um golpe profundo dado na Instituição que criei para perpetuar o Amor que consagro áquele meu Torrão Natal.

Como infelizmente, nada posso fazer para devolver a resolução da Diretora, venho apelar para Dona Alina e Você me ajudarem a reparar o mal causado pela justa resolução de Dona Anita.

Peço particularmente á Dona Alina descobrir uma nova Normalista, capaz de substituir Dona Anita, que exerceu a função

com correção, dignidade e competência, durante os 4 anos de existência das Escolas Reunidas do Mimoso.

Estarei em Cuiabá em Julho vindouro para inaugurar nas Escolas Reunidas, a luz elétrica que não pude fazer êste ano, em virtude do desastre que sofri nos primeiros dias de Agosto e do qual estou até agora sofrendo as consequências.

Só Você e Dona Alina serão capazes de salvar o Mimoso neste momento, que sofro as consequências da justa resolução da digna Diretora daquelas Escolas.

Conto com a boa vontade de Dona Alina para salvar a situação do Mimoso e aliviar-me do remorso que está me causando aquele acontecimento.

É verdade que a Escola é estabelecida na Roça, mas é certo que o conforto que o Edifício proporciona á Diretora é maior do que se encontra nas Escolas comuns das cidades.

Apelo para Dona Alina e para si, ajudem-me a salvar o que foi feito com tanto sacrifício e amor.

Contando com o interesse que Vocês têm por nosso Mato Grosso, aguardo confiante, a solução que solicito com infinito interesse.

Velho parente e amigo

Cândido M. S^a. Rondon

(Carta: Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1951)

Ao acrescentar um *postscriptum*, no dia 28, dentre outros assuntos, em especial o interesse de autoridades estrangeiras manifestando o desejo de visitar o Mimoso, evidencia o problema da saída da diretora da escola:

P.S. 28 Dezembro 1951

Acabo de receber a comunicação do CNPI que o Embaixador da Turquia e o Ministro do Panamá desejam visitar o Mimoso para apreciarem o panorama daquele pantanal.

Diante da resolução de Dona Anita de se exonerar da Diretoria da Escola do Mimoso, não sei como agir.

Para que a visita agradasse aos Diplomatas seria conveniente que a Escola estivesse funcionando normalmente com a sua Diretoria primitiva.

A retirada de Dona Anita no próximo ano causará perturbação na administração e irregularidades nas aulas.

Sou por isso forçado a pedir a Dona Anita só se retirar depois da visita daqueles Diplomatas.

Não sei entretanto, si conseguirei da nossa amiga o favor que lhe vou solicitar. Seja como fôr, porém é de toda urgência a tentativa de Vocês para conseguir a Normalista que será a futura Diretora das Escolas Reunidas “Santa Claudina”.

Apelei para Dona Anita aguardando sua resposta para poder me atender com aqueles Diplomatas e com o senhor Governador.
Ro.

(Carta: Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1951)

Rondon preocupava-se com a nomeação da nova diretora para a Escola Rural Santa Claudina, pois a busca era por uma normalista com conhecimentos didáticos, pedagógicos e administrativos:

Caro Odorico

Recebi tua carta de 8 do corrente, que respondo.

Quanto a substituição de D. Anita, compreendo a dificuldade que vocês têm encontrado para conseguir a Normalista que queira aceitar a Diretoria das Escolas Reunidas do Mimoso. Não convém que seja nomeada uma Professora leiga para êsse alto cargo. Por isso, insisto, em nome da população do Mimoso, para que não deixem de insistir na procura da Normalista desejável.

Como Dona Alina conhece o professorado de Cuiabá, é possível que ela consiga o que todos desejamos e exige a Departamento de Educação e Cultura.

[...]

Adeus, até Março. Recebam os abraços e agradecimentos do velho parente gratissimo.

Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1952)

O amor de Rondon pelo seu povo mimoseano é imenso. Quando recebe informação da continuidade da diretora professora Anita na escola, embora provisoriamente, tem um grande alívio, mas preocupava-se com a situação da escola, agravada com a anunciada visita do governador de Mato Grosso, Dr. Fernando Corrêa da Costa:

Caro Odorico

Respondo tua carta de 23 do mês passado.

Tenho a dizer-te e á Dona Alina que o assunto principal dessa tua missiva causou-me profunda preocupação pelo Mimoso. Pois, as Escolas Reunidas não poderão funcionar devidamente sem a direção de uma Normalista, pela qual continuo a insistir. Em virtude da declaração de Vocês, de não terem podido encontrar que pudesse substituir Dona Anita, como Normalista, fui levado a pensar no recurso extremo, apelando para o Secretário do Interior designar a Professora indispensável.

Não sei si poderei conseguir resposta positiva. aguardo todavia com certa esperança a solução oficial.

O nome indicado por Vocês não pode satisfazer ás exigências do cargo, visto tratar-se de pessoa de insuficiência para o desempenho administrativo e cultural da função em apreço. Contudo não me desanimei. Ainda tenho esperança em Dona Alina, que tão boas relações tem com as Professoras Públicas do Estado.

Está assim ameaçado de cair por terra tudo quanto projetei para o Mimoso!

[...]

Como Dona Anita resolveu aguardar a visita do Senhor Governador do Estado ao Mimoso, em virtude de pedido que lhe fizera, ela terá de continuar à testa da Diretoria até a realização da supra citada visita.

Nessas condições, a Escola terá de ser aberta em Março ainda pela Dona Anita, pelo quê peço-te providenciar entrega ao Tenente Euclides de material que êle solicitar para reabertura das aulas daquela Escola, isto é, uma caixa de querosene Jacaré, todos os ingredientes necessários a limpeza de assoalho das salas das aulas, e qualquer outra necessidade indispensável. [...]

Recebam meus afetuosos abraços, e transmita a Amedina os meus sinceros agradecimentos pelos esforços empregados em me servir. Velho parente gratíssimo.

Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1952)

Novo diretor para substituir a atual diretora foi selecionado, mas diante da próxima visita do governador Fernando Corrêa da Costa, sua nomeação foi postergada:

Caro Odorico

Não tive oportunidade de esclarecer a Dona Alina sobre a situação da Escola do Mimoso, com a transferência da minha viagem para Setembro, por não poder se realizar em Julho, que é o mês de férias das Escolas Públicas. Como o Senhor Governador deseja ir ao Mimoso quando lá fôr, não poderá Dona Ana Catarina se exonerar de Diretora, antes da visita do Dr. Fernando, porque só ela é que poderá explicar ao Governador a situação da Escola e dos alunos no sentido do Governador e o Secretário do Interior poderem ter uma idéia precisa da Escola e dos alunos. Daí a razão de não se poder fazer desde já a nomeação do Sr. Oliveiros Gonçalves de Queiróz para substituir a Dona Ana Catarina. A sua nomeação só poderá ser feita quando a atual Diretora das Escolas Reunidas “Santa Claudina” apresentar o seu pedido de exoneração e fôr êsse pedido atendido.

Por isso peço a Dona Alina se entender com o Sr. Oliveiros para que êle aguarde a minha chegada aí para os necessários efeitos da sua nomeação.

Antes de 7 de Setembro não poderei sair do Rio, de modo que não haverá outro meio sinão aguardar a minha viagem á Cuiabá, que se efetuará logo após essa data.

[...]

Velho parente e amigo gratíssimo.

Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 11 de junho de 1952)

O sentimento de responsabilidade e sinceridade do General Rondon é demonstrado em seus atos, desta vez quando se dirige à professora, diz-lhe da impossibilidade de sua ausência em virtude da visita do Dr. Fernando à Escola Rural Santa Claudina:

Caro Odorico

Recebi tua carta de 1º do corrente. Tomei conhecimento dos assuntos nela contidos para providenciar de acordo com os interesses de cada caso. Acabo de escrever a Dona Anita declarando-

-lhe que ela não poderá deixar de estar presente na Escola por ocasião da visita do Senhor Governador do Estado. A licença que ela deseja solicitar só poderá se efetuar depois daquela visita. Demais, não sei si ela conseguirá obter o que imagina, o desdobramento da sua classe para que possam ser nomeados Professores, o Oliveiros e sua Esposa.

[...]

Adeus, recomendo-me a Dona Alina, à minha boa amiga Dona Candinha, ao Aecim e aos demais filhos.

Saudoso abraço do velho parente agradecido.

Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1952)

O Secretário do Interior e Justiça do Estado de Mato Grosso, Dr. Demóstenes Martins encontrava-se no Rio de Janeiro e pôde o general Rondon encontrar-se com ele e diligenciar gestões no sentido de procurar resolver o caso da diretoria da escola rural. Pediu para seus amigos em Cuiabá, senhor Odorico e dona Alina, acompanharem o assunto:

Caro Odorico

Recebi hoje o teu Telegrama [...].

O Dr. Demostenes Martins partirá amanhã para Cuiabá. Com êle combinei tudo que Dona Alina havia ajustado com Oliveiros e sua Senhora. Está de pleno acôrdo com o que ficou ajustado. Prometeu de, ao chegar em Cuiabá, se entender com o Diretor de Educação e Cultura a respeito. Será conveniente que Dona Alina, acompanhada por ti, converse a respeito com Dr. Demostenes, a quem pedirás também sua atenção para o caso.

Seremos felizes si tudo pudermos conseguir.

Adeus - Minhas homenagens à minha boa amiga Dona Candinha e saudosos abraços para ti e Dona Alina.

Velho parente amigo.

Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1952)

Não se obteve pessoa capacitada para substituir a atual diretora da escola de balde todas as gestões. A procura era contínua. É mani-

festou o carinho demonstrado por Rondon pelo seu povo e porque não dizer pela escola por ele construída:

Caro Odorico

[...]

A Escola do Mimoso deve estar com exames dos alunos para entrar em férias em Dezembro próximo. Preocupa-me a situação em que a Escola cairá com a retirada de Dona Anita. Infelizmente até hoje não conseguimos descobrir a necessária substituta da Diretora.

Peço a Dona Alina conhecedora do meio pedagógico cuiabano, continuar a tentar descobrir uma Normalista que queira exercer a função de Diretora da Escola do Mimoso.

Dona Alina com Dona Anita, talvez consiga resolver o caso que tanto me preocupa.

[...]

Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1952)

Continuam as dificuldades em designar uma nova diretora e professora para a escola; contudo, o senhor Odorico escreve dizendo continuar a procura de pessoa qualificada para o mister:

Prezado amigo e parente

Snr. General Rondon.

Av. Copacabana, Rio

Saudações

Resposta sua carta de 19 de Novembro:

[...]

Normalista para o Mimoso: fico ciente de ter a D. Anita voltado a insistir pela a sua retirada da escola.

Continuamos a procurar uma normalista que queira ir para o Mimoso e não a encontramos, tornando-se agora mais difícil com a dependência que ora surge, de ser ou não aceita pelo pessoal do Mimoso, como no caso do Oliveiros.

Quando o Tte. Euclides tratou da anulação do indicado Snr. Oliveiros, fiz sentir a dificuldade que iríamos encontrar para

conseguirmos outro, e ele me declarou que não seria difícil, e que êle não só encontraria substituto para Diretor, como também para uma professora.

Agora penso que ele deve fazer a indicação, uma vez que achou tão fácil o que para nos tem sido tão difícil.

Até hoje felizmente, nada encontramos que desabonasse o Oliveiros, não querendo, dizer que insistimos pela sua indicação que ficou queimada.

Peço aceitar os melhores votos de felicidades – pelo Natal, e no decorrer do próximo ano. Saudosos abraços do parente e amigo.

Odorico S. Tocantins.

(Carta: Cuiabá, 13 de dezembro de 1952)

Foi escolhida a professora normalista Ana da Costa Moraes para substituir a professora Anita:

Caro Odorico

Agradecemos e penhoradamente retribuimos as saudações e votos de Feliz e Próspero Ano Novo.

Comunicou-me Dona Ana Catarina ter conseguido uma Normalista para substituí-la, e que, a respeito se entendeu contigo e Dona Alina.

Foi uma grande providência para o Mimoso e felicidade para ela, que assim poderá realizar o seu projeto de se recolher à casa para acompanhar a instrução das Filhas.

Peço a Dona Alina, em meu nome, agradecer à Normalista que é a professora Dona Ana da Costa Moraes, a boa vontade em que ela aceitou o convite de Dona Anita.

Em meu nome e de todo Mimoso os nossos mais profundos reconhecimentos.

[...]

Velho parente e amigo gratíssimo.

Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1953)

Novas gestões são feitas para a nomeação da nova diretora da Escola Rural Santa Claudina. O General insiste nas providências junto ao Secretário, Dr. Demósthene Martins, pois a maior preocupação de Rondon era para as aulas começarem no novo período escolar com a diretora nomeada. Ele, ainda, recomenda para a posse ser solene, inclusive com a presença do Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leverger:

Caro Odorico

Venho apelar para a tua constante boa vontade em colaborar pelo progresso do Mimoso. É chegado o momento de pensarmos na nomeação da nova Diretora das Escolas Reunidas as “Santa Claudina”, que terá de substituir Dona Ana Catarina em princípio de Março por ocasião da abertura das aulas daquela Escola.

Peço-te então para com Dona Alina procurar o Dr. Demostenes Martins afim de se efetuar no começo da segunda quinzena do mês corrente a necessária nomeação de Dona Ana da Costa Moraes. Será necessário, desde já, preveni-la para se preparar, afim de seguir ao Mimoso com Dona Ana Catarina, para no dia 1º de Março ela tomar posse do cargo que lhe transmitirá Dona Ana Catarina, com a solenidade conveniente, e assistência de todas as Famílias do Mimoso e Autoridades do Município de Santo Antônio de Leverger.

Confio na tua proverbial boa vontade para que possamos dar ao Mimoso a garantia do seu progresso.

O Dr. Demostenes terá de se entender com o secretário do Interior para os necessários fins.

Agradecendo-te e a Dona Alina mais esse importante serviço.

Abraço-lhes afetuosamente. Velho parente e amigo.

Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1953.)

Sempre preocupado, o general Rondon pede informações sobre a Escola e alegra-se com a notícia de o tenente Euclides continuar ministrando educação física para os alunos e não deixar a presidência do Clube Agrícola:

Caro Odorico

Acabo de receber tua carta de 10 do corrente.

[...]

Até agora nenhuma notícia tive do Mimoso a respeito da reabertura da Escola e posse da nova Diretora. O Tenente Euclides me comunicara há poucos dias que seguirá para lá com o Sr. Prefeito. Oxalá seja a nova Diretora digna substituta de Dona Ana Catarina. Tenente Euclides prometeu continuar como Presidente do Clube Agrícola, de continuar assim como chefe da Educação física dos alunos, e se encarregar espontaneamente do serviço externo do Moínho do Vento.

Envio a minha amiga, mãe de Dona Alina minhas saudosas recomendações e melhores votos pelo seu completo restabelecimento. À Dona Alina afetuosas recomendações. A todos teus caros Filhos saudade.

Abraços do velho parente gratíssimo.

Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 15 de março de 1953)

Todas essas gestões foram atos de altruísmo do Patrono da Escola Santa Claudina, a qual foi construída exclusivamente para atender ao povo mimoseano.

RONDON: MECENAS

Tenho o maior empenho em consolidar a obra em que a maior valia está na construção, que foi conseguida pelo impulso do Amor, para bem servir uma população de pobres camponeses, agropecuários, do Pantanal do Mimoso, secularmente “Sesmaria do Morro Redondo. (RONDON, Carta de 30 de maio de 1949)

Diante da legislação vigente, presente o Decreto-lei 8.529, de 2 de janeiro de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Primário (ROMANELLI, 2000) definindo a estrutura do ensino primário, apoiando-se na Carta Magna de 18 de setembro de 1946, ao estabelecer a competência da União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. e ao Estado e aos Municípios a organização de seu sistema de ensino. Existiam ainda as escolas isoladas, as escolas rurais, as escolas reunidas e os grupos escolares. (HERKENHOFF, 1989)

Nesse contexto educacional Mato Grosso, conforme o Decreto-Lei nº 8.530/1946, criou duas escolas de Curso Normal com a fina-

lidade precípua de preparar professores presente uma nova filosofia para o sistema do ensino primário (SÁ; SIQUEIRA, 2006).

Então, sopesado nos termos da legislação tornou-se factível a instalação de um prédio escolar, pois um homem preocupado em oferecer educação aos seus conterrâneos, além de idealista, possuía clarividência e era também partícipe dos construtores da nação. Na carta, a seguir transcrita, endereçada ao telegrafista Tocantins, inicia-se o projeto da Escola Rural do Mimoso:

Caro Odorico

A quanto tempo não nos correspondemos por carta? Retomo essa correspondência para te prevenir que espero partir para o Mimoso no princípio de Julho próximo. Desta vez terei de me demorar em Cuiabá algum tempo para me entender com o Governador e seu Secretário de Educação no intuito de saber como proceder para conseguir realizar meu velho projeto de construir uma casa para a Escola Rural do Mimoso, que desejo doar ao Município a que pertence.

Tenho tenção de ir de avião até Campo Grande [...]

Para a realização dessa viagem almejava conseguir nova ajuda do teu genro, que transportou o ano passado no seu caminhão a gasolina da caminhonete, distribuindo-a pelos pontos do nosso itinerário para Cuiabá. [...]

Peço-te consultá-lo e me transmitir em carta com a brevidade que puderes.

[...]

Gratíssimo pela urgência da informação que puderes me enviar a respeito, abraço-te e á D. Alina, com o meu até breve.

Velho parente amigo, gratíssimo.

Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 4 de junho de 1947)

O engenheiro José Garcia Neto iniciou a construção da Escola Rural localizada no Mimoso. O grande projeto de Rondon começa a desabrochar; os recursos financeiros seriam por ele fornecidos, e objeto de sua conforme expediente endereçado ao senhor Odorico:

Pelo teu telegrama de anteontem 27 fiquei ciente que recebeste os Cr\$ 100.000.00 [Cem mil cruzeiros] que por intermédio do Banco Almeida Magalhães enviei a agência do Banbrasil a tua disposição para atenderes ás despesas da construção da casa da Escola do Mimoso.

[...]

O Dr. Garcia irá sacando por teu intermédio as importâncias que forem sendo necessárias para pagamento das despezas que tiver de atender. Uma dessas despezas se refere à compra de mantimentos precisos para a cozinha dos operários da construção, isto é, para pedreiros, carpinteiros, serventes, etc. Esse serviço esta a cargo do Pedrão. Sua mulher auxiliada pela prima Eulália se encarregará de fornecer comida aos operários.

Mensalmente o Engenheiro construtor, Dr. Garcia Netto requisitará o numerário necessário para os pagamentos a seu cargo.

[...]

Por hoje lhes enviamos saudades e abraços. Até breve.

Velho parente amigo – Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1947).

Deve ser ressaltada a nobreza do Dr. José Garcia Neto por abdicar de quaisquer pagamentos pela prestação dos seus magníficos trabalhos profissionais, atitude essa a comover profundamente o general Rondon (ECHEVERRIA; TOCANTINS, 2013, p. 62).

Merecem destaque as dificuldades encontradas por este engenheiro para a construção física da escola, pois a localidade, situada em zona rural, não possuía estabelecimentos comerciais na área da construção civil, os quais eram remetidos de Cuiabá pelas estradas de terra até o Mimoso. Havia dificuldade também quanto à mão-de-obra, porquanto peões não eram pedreiros para levantar as paredes, nem carpinteiros para assentarem os telhados. A dificuldade para o fornecimento da alimentação dos trabalhadores foi outro aspecto de destaque por não haver restaurante ou pensão na localidade, fato contornado pelas gestões do administrador da obra.

A satisfação pelo andamento dos trabalhos de construção da Escola Rural do Mimoso é manifestada por Rondon, quando resalta a preciosa colaboração do Dr. Garcia, cuja atuação altamente meritória foi decisiva para a realização do ideal do general:

Fico satisfeito pelas boas informações que me dás do Mimoso. A tua visita com D. Alina terá despertado nas famílias Mimoseanas alegria natural.

Estou entusiasmado com a direção do Dr. Garcia na construção da casa da Escola mais que a sua competência técnica, aprecio a sua dedicação pela causa social que representa o futuro do Escola Rural que preparamos para a juventude mimoseana atual e às futuras gerações que sucederão. A sua colaboração nêsse sentido é para mim preciosíssima.

Venho apreciando o empenho que tem demonstrado pela economia da construção, manifestado desde o começo em que no Mimoso contratou as empreitadas dos trabalhos preliminares. E agora, ao iniciarem os pedreiros os trabalhos respectivos, solucionou com habilidade a complicada questão de alimentação do pessoal contratando a bóia dos operários com o Joaquim Evangelista, serviço que eu havia pensado conferir ao Pedrão, isto é, à sua mulher que seria auxiliada pela minha prima Eulália. Para que o Pedrão pudesse dar conta dessa incumbência sem sacrifício da indispensável economia, isto é, sem esbanjamento, seria necessário que Prudente fornecesse diariamente à cozinha do Pedrão, as rações dos mantimentos como se procede nos Quartéis, nos ranchos das praças. Ora, isso daria ao Prudente um trabalho insano.

O Dr. Garcia resolveu o problema com habilidade de administrador. [...]

Gratíssimo por tudo, abraça-te saudosamente o velho parente.

Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1947)

A construção da Escola Rural tem seu andamento dentro do cronograma e previsão orçamentária, notadamente com o apoio do engenheiro responsável pela edificação da escola, cuja construção começa a tomar forma:

Recebi com datas de 15 e 16 do corrente as contas correntes respectivamente de despesas minhas e das correspondentes á construção da casa da Escola do Mimoso [...].

Sou muito grato á preciosa colaboração com que concorres para a realização dos meus sonhos filiais. O Dr. Garcia nêsse sentido

tem sido inexcedível. Ele não só fiscaliza a realização da obra, como cuida da economia para que a construção se faça dentro do orçamento apresentado.

Estou me preparando para seguir ao Mimoso dentro da primeira semana do próximo mês. [...]

Até esse dia, te enviamos e a Dona Alina saudosas recomendações. – Velho parente gratíssimo.

Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1947)

Olhando para a educação e para a cultura de seu povo mimoseano, o altruísta Rondon se preocupou, então, em construir uma escola na zona rural. Eis tratativas sobre os recursos financeiros para erigir as instalações físicas. O engenheiro Garcia Neto esteve no Rio de Janeiro, oportunidade de solucionar assuntos relativos aos seus trabalhos:

Caro Odorico,

[...]

Antes da chegada daquele nosso Amigo recebi teu telegrama informando-me do extravio da carta que havia dirigido ao Prudente, solicitando cópia da mesma. Acabei de escrever a êste nosso amigo do Mimoso, repetindo-lhe o que comunicava na carta extraviada.

A vinda aqui do Dr. Garcia foi uma providência. – Com êle estou combinando tudo que fôr necessário para conclusão das obras do Mimoso. A respeito de fundos requisitados pelo Dr. Garcia, necessários á conclusão das obras do Mimoso já me entendi pessoalmente com êle. – Esses fundos serão remetidos em princípio do próximo mês, como fizera diretamente da Agência do Banco do Brasil a tua disposição.

O Dr. Garcia permanecerá ainda aqui esta semana. – Só regressará na derradeira semana dêste mês, para ir ao Mimoso logo que lhe seja possível depois da sua chegada a Cuiabá.

*

Já havia tratado com o Dr. Garcia da impropriedade da época marcada para inauguração da Escola, com o campo ainda completamente alagado, além da possibilidade de impedimento de

transporte na baía do Chacororé. Vou pensar melhor sôbre esse assunto para resolver em definitivo quando chegar no próximo mês ao Mimoso.

[...]

Abraços do velho parente e amigo.

Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1948)

O Regulamento da Instrução Pública Primária de 1927, como evidenciado linhas atrás, caracterizava o ensino primário público em: grupos escolares, escolas isoladas urbanas, escolas isoladas rurais e escolas reunidas.

Conhecedor dessa situação, Rondon antes de concluir a edificação da escola já demonstrava a preocupação pelo seu perfeito funcionamento, conforme se verifica na carta abaixo reproduzida. Desta feita, classifica-a como escola reunida, cuja definição previa o artigo 19, do Regulamento de 1927, a saber: “Quando, num raio de dois quilômetros, funcionarem três ou mais escolas, com freqüência total mínima de 80 (oitenta) alunos, o governo poderá reuni-las em um só estabelecimento, que receberá a denominação de ‘Escolas Reunidas’”. Acrescenta o artigo 20: “As escolas reunidas terão o máximo de sete classes e não poderão funcionar com menos de três” (SÁ; SIQUEIRA, 2006, p. 62).

Para a excelência da escola, a escolha de uma professora normalista para dirigi-la constituía séria preocupação do general:

Caro Odorico,

Escrevo-te e a Dona Alina pedindo a ambos se interessar na descoberta de um casal de normalistas para Professores da Escola Reunida “Santa Claudina” a se inaugurar brevemente no Mimoso, como Vocês sabem.

Si não fôr possível conseguir o casal de normalistas, já nos atenderia pelo menos só a Normalista. O que é indispensável é que a Professora seja diplomada. O Sr. Governador é que teve a idéia da Escola Reunida, com intuito de garantir a permanência da professora na efetividade da Escola. Si não fôr possível conseguiremos o casal de Normalistas, não haverá outra solução sinão a de uma simples Escola comum para ser regida por uma Normalista, convindo nêste caso que seja ela casada.

Seja como fôr, peço a Dona Alina empregar todo o seu prestígio de Professora conceituada na Sociedade cuiabana, a ver si me ajuda na solução do urgente problema que ora nos assoberba, diante da responsabilidade que tomei pela criação e inauguração da Escola do Mimoso.

O edifício da Escola será modular. Com todos os recursos modernos de que será dotada virá a ser o modelador das Escolas Rurais de Mato Grosso.

*

Não poderei partir neste mês, como te avisei. Só no primeiro avião da FAB do próximo Abril será possível a minha viagem. Neste caso, ela se realizará no dia 7 vindouro.

Avisarei previamente.

Com as nossas recomendações, abraçamos os caros amigos.

Velho parente agradecido – Cândido Mariano.

(Carta: Rio de Janeiro, 16 de março de 1948)

O espírito detalhista de Rondon se expressa; ele foi ao Mimoso para, pessoalmente, participar da alegria dos trabalhos da construção da escola:

Pelo mestre Carpinteiro Metelo que concluiu o serviço nas obras da Escola Santa Claudina, envio a minha correspondência. Peço-te o favor de encaminhá-la aos destinos. Juntamente mando a minha lanterna elétrica cuja lampadazinha queimou. Peço providenciar a substituição. Para isso envio as respectivas minhas que estão perfeitas. Servirão para experiência. Fará o obséquio de me devolver pelo Dr. Garcia quando vier. Todos daqui te mandam saudades e a D. Alina, esperando a visita dos bons amigos. Abraços do velho parente.

Cândido Mariano

(Carta: Mimoso, 19 de abril de 1948)

O sonho filial idealizado chega perto de sua concretização total: a inauguração da escola rural Santa Claudina. Sua carta de 24 de abril de 1948, escrita no Mimoso, bem demonstra a preocupação com o ato. Durante longo tempo permanece naquela localidade participando e alegrando-se com as providências finais para inauguração da escola.

Cidadão organizado e detalhista, o general Rondon preocupava-se com os pormenores do evento. Admirável o seu espírito minucioso:

[...]

As obras marcham em remate e vão avançando dando-me a esperança de podermos inaugurar a Escola no dia 13 de Junho, data histórica de grande significação para o Brasil e para Mato Grosso principalmente.

Espero ir á Cuiabá em princípio de Junho para vir com o Governador inaugurar a Escola. Nestas condições não será preciso mandar-me pelo Garcia a mala armário, como te havia pedido no último bilhete.

Preciso sim que me mandes por êle além das cousas já pedidas mais o seguinte: 2 latas de aveia, 5 quilos de café, 2 de mate, 1 galão de querosene, 5 litros de farinha de milho, além do pão, torrada e rosca, pedidos anteriormente.

Estamos pensando no embarço em que ficaremos para hospedar tanta gente. O banquete não poderá deixar de ser um churrasco, à moda pastoril. Mesmo assim precisaremos de espaço, que a Escola não tem. Seremos forçados a oferecer o churrasco na mesma casa em que recebemos o Ministro da Agricultura, Dr. Fernando Costa e o Governador Dr. Arnaldo de Figueiredo, a casa do Sabino.

Para tudo isso precisaremos de louça, toalhas, guardanapos, etc. etc. Como haver tudo isso? Dona Oacy precisa do conselho e auxílio indispensáveis de Dona Alina. Apelamos para ela e para ti.

Aguardamos a resposta de ambos. [...]

Com as nossas recomendações recebam os abraços do velho parente amigo.

Cândido Mariano.

(Carta: Mimoso, 24 de abril de 1948)

O general se desloca para o Mimoso sessenta dias antes da inauguração e pessoalmente coordena as últimas providências.

Comunica a conclusão do edifício da escola:

Caro Odorico

[...].

O Dr. Garcia regressa hoje para voltar na semana vindoura. O serviço geral da construção do Edifício está concluído. Faltam os complementos externos, trabalhos que estão atrasados. O

peior de tudo é a demora da chegada do mobiliário da Escola. A inauguração depende dêsse mobiliário.

O Dr. Garcia comunicou-me haver necessidade de novo suplemento de verba para conclusão da Obra do Mimoso.

[...]

Só poderei seguir para aí no dia 1º de Junho.

[...]

Contamos com o valioso auxílio de Dona Alina para ajudar Dona Oacy, que sósinha não dará conta da responsabilidade de uma recepção oficial de certa monta. Adeus – Até breve. Recebam meus abraços e transmitas à tua nobre sogra as minhas saudosas e recomendações. Velho parente.

Cândido Mariano.

(Carta: Mimoso, 18 de maio de 1948)

O planejamento para a inauguração da escola era desenvolvido. Estava quase no final. Adquiriu em Cuiabá os móveis para a escola e, ainda, os bancos para a igreja, ambos com seus recursos próprios.

Os últimos preparativos se sucedem para a esperada inauguração da Escola Rural Santa Claudina. Os convites saíram no dia 8 de junho de 1948 para a solenidade no dia 13.

A anotação da precisa hora de chegada ao Mimoso bem caracteriza a pontualidade de suas ações.

Tudo pronto:

Aqui chegamos ontem às 19 horas e 20 minutos, após vários tropeços de viagem.

Esqueci aí, em tua casa, a muda da bananeira Maranhão que o Però solicitamente me levou pessoalmente, com as necessárias recomendações sobre o modo de cuidá-la.

O Álvaro ontem, pelo chauffeur do carro que nos levou ao Aricá, recomendou ao Benjamin procurá-la em tua casa e remetê-la hoje pelo caminhão que traz a mobília da Escola e os bancos da Igreja.

[...]

Tivemos a surpresa de ver a possibilidade de tráfego no pantanal por qualquer automóvel. A sêca se pronuncia e os atoleiros diminuem.

Vamos hoje iniciar os trabalhos de manutenção da Escola para termos tudo pronto no domingo. [...]

Prepararemos tudo para que na 2ª f.^a²⁵ venhas conosco – É lamentável que D. Alina não possa vir antes ajudar D. Oacy, que ficará abarbada²⁶ com tanta atrapalhação própria de dia como êsse que o Mimoso vai ter.

Até breve – Abraços – Velho parente –

Cândido Mariano.

(Carta: Mimoso, 10 de junho de 1948)

O sonho filial de Rondon se tornou realidade. Eis o convite oficial para a inauguração da Escola Rural Santa Claudina, no Mimoso, a sua escola – a escola dos mimoseanos.

Nesse convite feito pelo próprio general, ele bem retrata a sua formação cívico-patriótica e os princípios de respeito aos preceitos religiosos e costumes da sociedade.

Inauguração da Escola Rural “Santa Claudina”.

C O N V I T E

O General Cândido Mariano da Silva Rondon tem a honra e a satisfação de convidar a seus conterrâneos e amigos para assistirem a 13 do corrente as solenidades e os festejos a se realizarem em Mimoso consoante o programa anexo com a presença do Exmo. Snr. Governador do Estado de Mato Grosso.

Cuiabá, 8 de Junho de 1948.

General Cândido Mariano da Silva Rondon.

ESCOLA RURAL “SANTA CLAUDINA”

Inauguração em 13 de Junho de 1948, data da Gloriosa Retomada de Corumbá, em comemoração da defêsa da Unidade Territorial de Mato Grosso e festejos de Santo Antônio, Padroeiro do Município de Leverger e da Secular Sesmaria do Mimoso.

P R O G R A M A

INAUGURAÇÃO DA ESCOLA RURAL “SANTA CLAUDINA”.
Erigida em honra dos antepassados e da terra do Mimoso no chão

25 Segunda-feira.

26 Sobrecarregada de serviço.

do Nascimento do Doador, General Cândido Mariano da Silva Rondon, construída com a decisiva assistência dos Governos do Brasil e do Estado de Mato-Grosso.

9 horas – 1ª PARTE – Festa Religiosa

Missa Campal, frente à Capelinha Santo Antonio de Padua, padroeiro do Município e da Sesmaria do Mimoso. Predica religiosa.

10 horas – 2ª PARTE – Festa Cívica.

I – Hino Nacional - Hasteamento solene da Bandeira Nacional – Abertura da Cerimônia – Discurso do Exmo. Snr. Governador do Estado, Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo.

II – Histórico de um Oficial do Exército Brasileiro, devotado à Família, ao Brasil e à Humanidade – relato sintético histórico e autobiográfico, pelo General Rondon.

IV – 13 horas – Churrasco ao ar livre.

- 3ª PARTE –

15 horas – Festejos típicos, em honra de Santo Antônio, pelo povo do Mimoso.

a) O Laço – a pé e a cavalo

b) Domação de poldros

c) Carreiras a pé e a cavalo.

- 4ª PARTE –

19 horas – Comemoração especial dos gloriosos feitos de 13 de Junho.

Conferência pelo General Rondon

20 horas – Declamação de poesia “Retomado de Corumbá”, pelo autor, Bel Ulysses Cuiabano, Diretor do Departamento de Educação e Cultura.

- 5ª PARTE –

22 horas – Convivência social dos habitantes do Mimoso. Baile e encerramento.

As palavras elogiosas e eloquentes da homenagem de Rondon à Escola Rural Santa Claudina expressam uma das mais belas manifestações de amor filial e sentimental, dignas de atenta leitura e profunda reflexão (VIVEIROS, 1958, p. 622-625):

Do programa de “fazer a felicidade de meus irmãos do Mimoso” constava a fundação de uma escola.

Não me fora, desde logo, possível realizar esse sonho, porque para isso me faltavam recursos. É que nunca aceitara qualquer remuneração ou prêmio pelas comissões que exerci, limitando-me aos vencimentos do oficial do exército.

Mas a Comissão de Letícia proporcionar-me-ia os meios de prover o Mimoso da tão sonhada escola, cuja fundação seria, ao mesmo tempo, piedosa homenagem à minha Mãe.

É que, como General em exercício de funções oficiais no estrangeiro, deveriam ser meus vencimentos pagos em ouro, o que elevaria ao quádruplo. Não cogitara eu disso e só no regresso é que o oficial-contador propôs que eu recebesse a diferença, de acordo com o artigo 19 e seus parágrafos do Código de Vencimentos dos Militares.

Levei, entretanto, o escrúpulo ao ponto de endereçar uma consulta ao Ministério da Guerra, sobre o assunto, e este despachou com sua própria letra: “Requeira que seu direito é líquido”.

Com enérgica e rápida decisão pus mãos à obra, para a fundação da Escola, recusando subvenção governamental que me foi oferecida. Do concurso oficial aceitei apenas o do engenheiro diretor das obras de Cuiabá, posto à minha disposição para dirigir a construção.

Comuniquei ao governador de Mato Grosso, ao passar para o Mimoso:

-- Não é, desta vez, apenas uma visita ao meu rincão natal. Vim realizar uma aspiração de minha mocidade – fundar uma escola no local em que minha Mãe faleceu e eu nasci. Vou lançar a pedra fundamental.

-- Pois eu o acompanharei, General: desejo conhecer o Mimoso e nenhuma oportunidade melhor do que esta que me proporciona o prazer de sua companhia.

Aceitei jubiloso a delicada distinção. Foi, assim, luzida comitiva a que seguiu para o Mimoso, tendo-se-lhe incorporado o Ministro da Agricultura, Dr. Fernando Costa, e o Rev. Frei Leitz.

A uma légua de distância do Mimoso vieram-nos ao encontro 70 cavaleiros, formando guarda de honra ao carro governamental em que eu viajava.

Mimoso se engalanara, Todos, em trajes festivos, estavam presentes – desde as criancinhas que abriam grandes olhos curiosos e admirados, até aos anciãos de mãos trêmulas e passos tardos.

Pela primeira vez recebia aquele incomparável “Jardim da Natureza” a visita do governador do Estado – embora lá já tivesse ido em minha companhia um presidente, o de São Paulo, Dr. Altino Arantes, trocando primorosos discursos com D. Aquino, encantado com aquela vida simples, saboreando, logo cedo, no curral, o leite que tio Marcelino tirava para ele.

O local da escola seria o do humilde rancho de palha onde nasci em 1865, perfeitamente demarcado por uma pitombeira que ali fora plantada e que vicejava, exuberante...²⁷ Mandara eu exumar os restos de minha Mãe e aí sepultar as sagradas relíquias.

Pronunciei, então, as seguintes palavras:

“Minha santa Mãe,

Para mim não morreste.”

Quando compreendi as doçuras da educação moral que não pude receber – porque só a Mãe pode presidir o conjunto dessa educação – comecei a te sentir na saudade que me invadia a alma, embora não tivesse tido a ventura de te conhecer e de receber teus carinhos.

Nessa saudade ressuscitaste, reviveste no coração de teu filho e no daquela que se tornou tua filha pelo Sacramento que o grande São Paulo instituiu na Igreja Católica.

27 Com reticências no original.

Num preito de amor filial, de joelhos, aqui estamos, teu filho e sua angélica Esposa – esta subjetivamente. Estás viva, em nosso amor e em nossa saudade, e viverás também nas criancinhas desta escola cuja criação tua sagrada memória inspirou a teu filho.

Bem verdade é que “nada há de real no mundo senão amar”.

Ao chegarmos, falou, em nome do povo do Mimoso Frei Leitz. Expressou a emoção de que se achavam todos possuídos, pela honra da visita do governador do Estado e pelo justo orgulho de ter Mimoso um grande filho que não era apenas um grande mimoseano, era mais ainda do que um grande brasileiro, porque era um grande Homem, com H maiúsculo.

No dia seguinte, 8 de agosto de 1947, depois da missa campal, em frente à moderna capelinha da povoação, dirigimo-nos todos para o local onde se realizaria a cerimônia, iniciada pela leitura da ata.

Seguiu-se alegre a festa. O Comandante da Região de Campo Grande mandara, para a abrilhantar, a banda de música do 16º batalhão e, não contente com isso, providenciara para que o baile, que deveria encerrar as festividades, fosse iluminado a luz elétrica.

A 13 de junho de 1948 era inaugurada a Escola Santa Claudina, com a presença do governador do Estado.

Meu discurso foi um resumo de minha vida – era como se eu prestasse contas a minha santa mãe dos dons que dela recebera e a meu venerado Pai de como cumprira o seu voto de bem servir a nossa Terra.

Nos meus agradecimentos a todos os que cooperaram para a realização de meu sonho – desde o Engenheiro que dirigiu as obras ao mais humilde trabalhador – não esqueci os índios: o bororo Virgílio Comerire e sua mulher Emilia Tareguede, descendentes da tribo Chacoróige, que prestaram esforçado concurso, desde o lançamento da pedra fundamental; dois bororos do Posto Indígena General Carneiro, que acompanharam o Boemejera Tagaiiau, vulgo Capitão Cadete, na visita que me veio fazer, em Mimoso, prestaram também preciosa cooperação, nos dias em que o Boemejera permaneceu no Mimoso, em visita oficial.

Guardando o nome de Escola Rural Santa Claudina, não pode ser ela escola rural, pois a primeira matrícula foi de 150 alunos. Eram, assim, necessárias três professoras e uma diretora. A escola rural tornar-se-ia “Escolas Reunidas”.

Comuniquei a fundação da Escola Rural Santa Claudina ao Dr. Daniel de Carvalho, Ministro da Agricultura, e este promoveu imediatamente a fundação do Clube Agrícola General Rondon, anexo à Escola, sendo o marido da diretora desta nomeado presidente do Clube.

É inútil dizer o zelo com que providencio para que folhetos e material não falem ao Clube, onde os alunos aprendem a amar e cultivar a terra.

Nesta transcrição encontra-se o qualitativo de mecenas, pois o próprio Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon atesta a aplicação dos seus próprios recursos financeiros obtidos pelos ingentes trabalhos em Letícia na construção da Escola Santa Claudina em seu torrão natal, o Mimoso.

A TÍTULO DE (IN) CONCLUSÃO

Esther de Viveiros, em sua grandiosa obra “*Rondon conta a sua vida*”, teve por base uma expressiva série de depoimentos oferecidos pelo próprio Rondon. A contribuição do presente artigo, escrito a partir das correspondências de Cândido Mariano com o telegrafista Odorico Tocantins, complementa e atualiza o discurso de Rondon.

As cartas endereçadas ao amigo Tocantins formam um discurso pronunciado na época de sua escrita, daí sua relevância, pois exprime e revela os sentimentos vivenciados.

Os conteúdos das cartas foram reproduzidos para buscar o verdadeiro sentido do altruísmo, do amor ao próximo, da filantropia para com a comunidade da sua terra natal, o Mimoso, ao lado do mecenato haja vista a aplicabilidade de seus próprios recursos financeiros na construção da Escola Rural Santa Claudina, especificamente no distrito do Mimoso, repetindo, a sua terra natal para beneficiar a sociedade mimoseana.

Aliás, foi apresentado o depoimento do Marechal Rondon sobre a precitada escola e sobre a aplicabilidade do numerário havido por sua missão em Letícia.

Ainda assim esta obra se acha inconclusa, mas abre caminhos para novas erudições tanto com a obra pela qual “Rondon conta sua vida” a Esther de Viveiros, quanto com a coetânea das “*Cartas do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon: relíquias do Telegrafista Tocantins*”.

REFERÊNCIAS

- BÍBLIA SAGRADA. *Antigo Testamento, Novo Testamento*. Coord. ger. Ludovico Garmus. Intr. ger. Carlos Mesters. 45. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- BRASIL. Constituição (1946) *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em: 30 jun. 2016.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946. *Lei Orgânica do Ensino Primário*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949>. Acesso em: 30 jun. 2016.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. *Lei Orgânica do Ensino Normal*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949>. Acesso em: 30 jun. 2016.
- ECHEVERRIA, Ivan; TOCANTINS, Aecim. *Cartas do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon: Relíquias do Telegrafista Tocantins*. Cuiabá: KCM, 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Conforme a nova ortografia. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.
- GARCIA, Maria Lygia de Borges.... *e também conto o que me contaram*. Cuiabá: Atalaia, 2000.
- GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- HERKENHOFF, João Baptista. *Dilemas da Educação: dos apelos populares à Constituição*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989. (Coleção Educação Contemporânea).
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 24 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (Orgs.). *Palácios da Instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)*. Rosinete Maria dos Reis; Nicanor Palhares Sá. Cuiabá, Central do Texto; EdUFMT, 2006. (Coletânea: Educação & Memória, v. 2).
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- VIVEIROS, Esther. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: São José, 1958.

TRANSPLANTES DE CIVILIZAÇÃO: OS POSTOS TELEGRÁFICOS E SEU PAPEL NA OCUPAÇÃO DO INTERIOR E FRONTEIRA OCIDENTAL DO BRASIL

Fernanda Quixabeira Machado
Luciwaldo Pires de Ávila



TRANSPLANTES DE CIVILIZAÇÃO: OS POSTOS TELEGRÁFICOS E SEU PAPEL NA OCUPAÇÃO DO INTERIOR E FRONTEIRA OCIDENTAL DO BRASIL

CIVILIZATION TRANSPLANTATION:
RANKS TELEGRAPHIC AND ITS ROLE IN THE
INTERIOR OF OCCUPATION AND FRONTIER
WEST OF BRAZIL

Fernanda Quixabeira Machado

Coordenadora do Patrimônio Cultural (SEC-MT).

E-mail: fernandamachado@cultura.mt.gov.br

Lucivaldo Pires de Ávila

Gerente de Tombamento, Registro e Inventário (SEC-MT).

E-mail: lucivaldoavila@cultura.mt.gov.br

RESUMO: O presente artigo aborda o trabalho de implantação das linhas telegráficas empreendido pela Comissão Rondon, que resultou no surgimento de inúmeros núcleos populacionais. Foram construídas cerca de cinquenta e cinco estações telegráficas, nas linhas-tronco de Cuiabá a Santo Antônio do Rio Madeira (atual Porto Velho-RO), de Cuiabá ao Araguaia e Linhas estratégicas na defesa da fronteira em Mato Grosso, ao ligar as localidades fronteiriças de Forte de Coimbra, Porto Murtinho, Bela Vista, Cáceres e Corumbá. De 1907 a 1915, foram construídos mais de 1.500 km de linhas tronco, 784 ramais, dezenas de estações telegráficas; promovendo, em decorrência, a exploração, reconhecimento e levantamento de milhares de quilômetros quadrados, tanto terrestres quanto fluviais.

Palavras-chave: Postos Telegráficos. Comissão Rondon. Tombamento.

RESUMEN: El presente artículo habla sobre el trabajo de implantación de las líneas telegráficas herigidas por la Comisión Rondon que resultaron en la fundación de inúmeros pueblos interioranos. Se construyeron cerca de 55 estaciones telegráficas em las líneas tronco desde Cuiabá hasta Santo Antônio do Rio Madeira (Atual Porto Velho – RO), Cuiabá hasta el Araguaia y líneas estratégicas de defensa de la frontera em Mato Grosso, interligando a los sitios fonterizos de Forte Coimbra, Porto Murtinho, Bela Vista, Cáceres y Corumbá. Desde 1907 hasta 1915 se construyeron mas de 1.500 km de líneas tronco, 784 ramales, decenas de estaciones telegráficas; provocando y fomentandose a la exploración, reconocimiento y levantamiento de miles de quilômetros quadrados, tanto terrestres como fluviales.

Palabras clave: Postos Telegráficos. Comisión Rondon. Tombamiento.

A vastidão territorial do Brasil, conquistada a ferro, fogo e astúcia lusitana, herdada pelo Estado Nacional, demorou a ser devidamente valorizada.

Desde os primórdios da colonização do Brasil, a povoação ocorreu, inicialmente, na costa litorânea, quedando-se, por séculos, com a face voltada para a Europa e literalmente dando as costas ao sertão, de dimensões continentais, reputado inóspito, infestado de feras e índios hostis, além de distante e até então praticamente desconhecido.

As bandeiras e expedições científicas empreenderam incursões que palmearam esses sertões à busca de riquezas naturais, evidenciando o caráter predatório e extrativista da relação do Brasil com seu vastíssimo sertão oeste.

Iniciativas de povoamento dessa vastidão territorial no interior do continente se deram ainda no período colonial, quando a coroa lusitana, aproveitando as incertezas da cartografia da época, com ousadia e astúcia, dispoñdo suas peças no xadrez intrincado da expansão territorial para assegurar a posse das minas auríferas na banda ocidental do meridiano de Tordesilhas, embaraçando a dilatação colonial dos castelhanos e deles conquistando vastos territórios no interior do continente.

Pacificadas as questões de fronteira com os países vizinhos através de tratados datados dos tempos coloniais, o interior do Brasil imperial quedou-se novamente esquecido; províncias longínquas e marginalizadas.

Foi somente com o advento da Guerra do Paraguai (1865-1870) que o império brasileiro despertou para o valor estratégico e econômico desse território, ocasião em que pode avaliar o risco real de sua perda, movendo e comovendo a monarquia alarmada pela brutalidade da invasão estrangeira em cidades fronteiriças. Tal evento despertou para o valor de suas longínquas e vastas províncias do interior, em especial a de Mato Grosso, cujo território, à época, abarcava os atuais estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Vencido o inimigo estrangeiro invasor, e repacificada a fronteira ocidental, novamente o Brasil litorâneo se esqueceu de seu sertão, experimentou a mudança do regime político que resultou numa república aristocrática e polarizada, na qual os Estados de maior força econômica e política ditavam as regras e se revezavam no poder, alijando os demais do processo político e econômico, relegados que ficaram à agropecuária de subsistência, ao ostracismo, à discriminação e preconceito; isolamento e esquecimento.

Entretanto, as duras lições forjadas na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai marcaram profundamente a cúpula técnica do

Para esse mister, o Estado Nacional incumbiu essa tarefa ao Exército, que traçou seu plano de atuação criando a Comissão de Implantação de Linhas Telegráficas Estratégicas, que, a partir de 1889, atuou em sucessivas frentes, sob o comando de oficiais experimentados da arma de engenharia, sendo iniciadas pelo General Ernesto Gomes Carneiro e, posteriormente, estruturadas e concluídas pelo Mal. Cândido Mariano da Silva Rondon.

Vários fatores reforçavam a necessidade de se interligar o Centro-Oeste (que abarcava vastas regiões do planalto central, bacia amazônica e pantanal) ao Brasil, através da comunicação telegráfica com a capital federal, dentre eles:

1. A vastidão territorial com baixíssima densidade demográfica, fragilizando a proteção das fronteiras ocidentais já contestadas anteriormente pelos países vizinhos,
2. As lições aprendidas com a guerra do Paraguai, quando até mesmos as tropas brasileiras ficaram sem comunicação,
3. A corrida extrativista de produtos como a borracha, poaia e erva-mate,
4. A crise do Acre com a República da Bolívia,
5. A construção da Estrada de Madeira-Mamoré (BORZACOV, 2015, p. 1)

Para tanto, a Comissão Rondon abriu estradas carroçáveis, percorreu sertões então desconhecidos, sondou florestas, rios, pantanais e acidentes geográficos que foram reconhecidos e registrados pela cartografia, realizou sondagens científicas; além de estabelecer os primeiros contatos com nações indígenas dessa vasta região, crucial para sua pacificação e para mitigar os efeitos desastrosos do embate que ocorreria a seguir com os colonos e migrantes que se fixariam na região.

De 1907 a 1915 foram construídos mais de 1.500 km de linhas tronco, 784 ramais, dezenas de estações telegráficas; promovendo, em decorrência, a exploração, reconhecimento e levantamento de milhares de quilômetros quadrados, tanto terrestres como fluviais. Com o advento do rádio, os telégrafos com fio tornaram-se ultrapassados, e por essa razão a construção das linhas telegráficas foi interrompida em Santo Antônio do Rio Madeira (atual Porto Velho), sendo a partir daí implantada a nova tecnologia para o Acre, Manaus e outras localidades.

Mapa contendo localização e datas de inauguração das estações telegráficas de Mato Grosso



Fonte: LASMAR, Denise Portugal. *O acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio: 1890-1938*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008, p. 26.

Ao construir essas estações, a Comissão semeou núcleos de colonização, abrindo vias de comunicação terrestres e promovendo a circulação de pessoas e mercadorias para suprimento e manutenção das mesmas, provocando, como efeito direto, a integração dessas regiões do Centro-Oeste e Amazônia entre si e ao restante do país, quer pela comunicação ou pelas estradas ao longo do traçado das linhas telegráficas.

O sucesso desse empreendimento despertou e estimulou políticas do governo federal para ocupar e colonizar esses vastos territórios, visto que subsidiado pela cartografia e reconhecimento promovido pelas incursões empreendidas pela Comissão Construtora das Linhas Telegráficas. Igualmente, pode traçar planos de grande envergadura, como a Marcha para Oeste, uma vez que se valeram das estradas e núcleos abertos pela mesma. Tal dinâmica promoveu a mobilização de grandes contingentes da população de diversos pontos do país que se encontravam marginalizados do processo econômico, oportunizando a construção de uma nova vida e integrando os “dois Brasis”, com o

intuito de fortalecer a unidade nacional, ao dinamizar e diversificar a economia, pacificando conflitos e empregando as forças produtivas nas terras recém-reconhecidas no sertão interior do país.

Historicamente, é possível afirmar que o povoamento do Brasil Central está intimamente ligado à geopolítica, tendo sido favorecido a partir da implantação das estações telegráficas, visto que, ao longo de seu traçado, se abriram as principais rotas e estradas que se tornaram eixos de colonização nas décadas seguintes.

Cada estação telegráfica implantada se configurou como marco referencial de colonização, pois, no seu derredor foram se estabelecendo pequenos núcleos urbanos, dos quais se valiam seringueiros, caboclos, fazendeiros e população ribeirinha interiorizada nas matas, os quais povoavam esparsamente o território, desde os tempos dos bandeirantes. Para suprir as necessidades dos funcionários das estações, se estabeleceram lavouras e criações de subsistência, além de fomentar o comércio em função da circulação de pessoas e mercadorias ao longo das estradas no traçado das linhas, o que gerava o trânsito de víveres e artigos dos centros comerciais, como sal, trigo, café, açúcar, mate, roupas, calçados, querosene e ferragens.

Nas décadas de 1940/50, com a criação do telegrafo a rádio, foi dispensado o uso de cabos entre as estações, ficando, o sistema a fio, tecnologicamente obsoleto, suprimindo a necessidade de tantas estações intermediárias. Nessa modernização, muitos postos perderam sua função técnica, sendo incorporados à estrutura dos Correios, através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCCT, até serem gradualmente abandonados por não mais comportar as atividades modernas, afluxo de público e demanda de serviços postais, pois se tratavam de instalações majoritariamente modestas, com arquitetura não padronizada, construídas com matérias de construção disponíveis nas redondezas (madeira, adobe, pau-a-pique e alvenaria de tijolos), todos em pequenas dimensões, visando o atendimento das demandas locais específicas da ocasião de sua implantação.

Contudo, cumpriram seu papel estratégico ao formar, em suas imediações, núcleos de colonização, com a fixação de famílias oriundas de diversas partes do país, pessoas imbuídas de espírito empreendedor que, compelidas pelas oportunidades e contingências da vida e valendo-se de programas de financiamento governamental, promoveram uma verdadeira revolução, tanto demográfica quanto econômica, transformando a região em grande produtora de riquezas, a partir da agropecuária em larga escala.

Reconhecendo sua importância enquanto núcleos estratégicos, os sucessivos projetos de colonização dos governos militares, das décadas de 1960/70/80, sempre partiram da BR-364, BR-163, BR-425, BR-070 e BR-029, cujos traçados retratam a interligação terrestre entre as antigas Estações telegráficas.

Rodovias que seguiram o traçado das linhas telegráficas



Fonte: <http://viajeaquil.abril.com.br/nationalgeographic/interatividades/mapas/2009/maparondon.jpg>

Relação geral das estações telegráficas

Nº	NOME DA ESTAÇÃO
1	VOADEIRA (25 km de Barra do Garças)
2	GENERAL CARNEIRO
3	PRESIDENTE MURTINHO
4	CORONEL PONCE (11 Km de Campo Verde)
5	RIO MANSO
6	CUIABÁ
7	LIVRAMENTO
8	POCONÉ
9	CÁCERES
10	DESCALVADO
11	PORTO ESPERIDIÃO

DOSSIÊ

12	TAPITAPOÃ (70 Km de Tangará da Serra)
13	PONTES E LACERDA
14	MATO GROSSO (Vila Bela)
15	GUIA
16	BROTAS (Acorizal)
17	ROSÁRIO OESTE
18	DIAMANTINO
19	BARRA DO BUGRES
20	SANTO AFONSO
21	PARECIS
22	PONTE DE PEDRA
23	CAPANEMA
24	UTIARITY
25	JURUENA
26	NAMBIQUARA
27	VILHENA
28	JOSÉ BONIFÁCIO
29	BARÃO DE MELGAÇO
30	PIMENTA BUENO
31	PRESIDENTE HERMES
32	PRESIDENTE PENA
33	JARU
34	ARIQUEMES
35	CARTIANAS
36	JAMARY
37	SANTO ANTÔNIO DO RIO MADEIRA
38	PORTO VELHO
39	JACY PARANÁ
40	CARIPUNAS
41	PRESIDENTE MARQUES
42	GUAJARÁ MIRIM
43	SÃO LOURENÇO
44	ITIQUIRA
45	CORRENTE
46	COXIM
47	CAMPO FORMOSO

48	RIO NEGRO
49	FAZENDA FIRME
50	CORUMBÁ
51	COIMBRA
52	PORTO ESPERANÇA
53	MIRANDA
54	AQUIDAUANA
55	CAMPO GRANDE
56	ÁGUA CLARA
57	TRÊS LAGOAS
58	NIOAC
59	MARGARIDA
60	BELA VISTA
61	PORTO MURTINHO
62	PONTA PORÃ

Com o intuito de preservar essa importante memória do povo mato-grossense, a Secretaria de Estado de Cultura tombou quatro postos telegráficos: o de Porto Esperidião, Voadeira (Distrito de Barra do Garças, Maria Joana (Nova Marilândia) e Casa Rondon (Tangará da Serra).

O Posto Telegráfico de Voadeira, localizado na praça central do distrito rural de Voadeira, a cerca de 25 km de Barra do Garças, remonta ao primeiro ramal das linhas que foram instaladas pela pioneira comissão chefiada pelo General Ernesto Gomes Carneiro, que, entre 1890-1891, interligou Cuiabá ao Registro do Araguaia, no estado de Goiás, configurando-se como uma das primeiras estações construídas no pioneiro ramal que interligou Cuiabá à capital federal e ao Sudeste do país, ainda nos últimos anos do século XIX.

Em janeiro de 1890, Cândido Mariano da Silva Rondon graduou-se Engenheiro Militar, com bacharelado em Matemática e Ciências Físicas e Naturais, galgando o posto de 1º Tenente, e, nessa patente, engajou-se nos trabalhos da Comissão Gomes Carneiro, participando ativamente dos trabalhos de implantação desta e de diversas outras estações telegráficas na então região leste de Mato Grosso, a ponto de ser convidado pelo governo federal a suceder ao Gal. Gomes Carneiro no comando das etapas de trabalho subsequentes, tornando-se responsável pela implantação dos demais ramais e trechos subsequentes que penetrariam para além do cerrado, no Pantanal e na Amazônia.

Por essa razão, pode-se inferir que a implantação da Estação Telegráfica de Voadeira serviu de estágio, laboratório experimental para o jovem e recém-formado Rondon, local onde ele pode exercitar, na prática, os conhecimentos adquiridos nos estudos da academia militar. Nessa missão, ali ele teve os primeiros contatos com o cotidiano dos serviços, o que o tornaria célebre, aprendendo a realizar planejamento logístico para suprimentos e transportes, comando de tropas e trabalhadores, manejo de instrumentos e tecnologias, estratégias para lidar com as ásperas condições naturais do sertão, como travessias de rios e montanhas para abertura de matas e estradas, mecanismo de defesa das feras e endemias, além de estabelecer os primeiros contatos com nações indígenas, até então não contatadas e pacificadas.

Curiosamente, o povoado de Voadeira não se situa à margem da Rodovia BR-070, ainda que o traçado das antigas estações telegráficas tenha inspirado seu itinerário, havendo uma explicação convincente para isso: a rápida formação do núcleo urbano no sítio de Barra do Garças, por volta de 1924, com atração de garimpeiros de ouro e diamante, o que provocaria a emancipação do município em relação a Araguaiana, em 1948.

A despeito da distância em relação à sede do município, o Posto Teleográfico de Voadeira operou até 1963, retransmitindo o sinal de comunicação com os postos mais distantes, como Guajará-Mirim e Santo Antônio do Rio Madeira (na Amazônia meridional), mas também com Porto Murtinho e Ponta Porã (no extremo pantanal sul), interligando o interior do país ao litoral, cumprindo, nessa medida, o propósito idealizado por Rondon.

O Posto Teleográfico de Porto Esperidião, instalado às margens do Rio Jauru, integra as linhas telegráficas de Cáceres, datando sua inauguração de 24 de fevereiro de 1908. Possuía em seu percurso as estações de Porto Salitre, hoje Porto Esperidião e Pontes e Lacerda. O nome Porto Esperidião foi dado por Rondon, como consta em um dos seus relatos “Chegamos ao barracão de Balbino Maciel, à margem direita do Jauru, no Porto Salitre, e, em homenagem aos serviços prestados pelo engenheiro Espiridião da Costa Marques, crismei esse porto com o nome de Porto Esperidião” (RONDON, C. M. da S. In: VIVEIROS, 2010, p. 205). Serviu de estação de comunicação entre Vila Bela, Porto Esperidião, Cáceres e Cuiabá até meados da década de 1950, tendo sido tombado pelo Estado pela Portaria 65/83, publicada no DOU de 09/01/1984. Esse Posto foi totalmente restaurado em 2007, pela Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso.

A Casa Rondon, localizada à beira do rio Sepotuba, município de Tangará da Serra, foi tombada para o patrimônio histórico de Mato Grosso, pela Portaria n. 04, de 27 de fevereiro de 2012. Possui como área de tombamento e entorno de 445 m² (quatrocentos e quarenta metros quadrados). O local abriga parte relevante da memória histórica do Brasil, pois é um espaço de referência para a história da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso ao Amazonas, no período de 1906 a 1909, tendo servido de abrigo à equipe de trabalho e sede de abastecimento de víveres dos postos telegráficos localizados na proximidade. Data sua construção do início do século XX, quando Rondon resolveu instalar, à beira do rio Sepotuba, um local de apoio à Comissão. A Casa Rondon tinha a função de atender a Comissão e ser um posto telegráfico, servindo também de alojamento para os trabalhadores.

A Casa foi base de apoio da Expedição Científica Roosevelt-Rondon, entre os anos de 1913 e 1914, quando o ex-presidente americano, Theodore Roosevelt, e vários cientistas acompanharam Cândido Mariano da Silva Rondon em uma viagem ao Rio de Dúvida, a fim de estudar a fauna e flora das matas brasileiras.

O Posto Telegráfico Maria Joana, localizado no município de Nova Marilândia, faz parte da implantação das linhas telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, iniciadas em 1907. Rondon passou pela região em busca do Rio Juruena, tendo atingido o Rio Verde e seguido em busca do Salto de Utiariti. A estação de Utiariti foi o centro em que se reuniram as tropas, bois, carretas, gêneros e materiais enviados de Cuiabá para a Expedição Roosevelt-Rondon.

No processo de ocupação da região, o trabalho dos índios Pareci foi fundamental, como destaca Rondon:

[...] Para captarmos a confiança e simpatia dos Parecis, povoadores dos chapadões que atravessávamos, bastaram os nossos primeiros actos fraternaes. Tivemos a sua colaboração desde a nossa entrada nos sertões de Diamantino sempre e cada vez mais crescente, a ponto de fundarmos na sua existência a mais viva esperança para a conservação da linha até o Juruena” (RONDON, C. M. da S. Relatório do Serviço de Conservação da Linha Telegráfica no período de junho de 1913 a setembro de 1914, p. 17).

O Posto Telegráfico de Maria Joana é uma réplica que seguiu as características originais do prédio: telhado com duas águas, portas e janelas de madeiras. O edifício original foi construído em 1920, tendo se prestado como posto dos correios, até 1969.

A instalação das linhas telegráficas abriram, portanto, caminhos antes impenetráveis, permitindo a consolidação e formação de inúmeras núcleos urbanos. Nas palavras de Rondon, proferidas nas Conferências realizadas nos dias 5, 7 e 9 de outubro de 1915,

*O preliminar está feito.
A base está lançada.
A sondagem foi praticada.*

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Emmanuel Silvestre do. *Levantamento e Locação do trecho compreendido entre os Rios Zolabaruná (Burity) e Juruena*. Anexo 3, Publ. 6. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1909.

ROSDON, C. M. da Silva. *Conferências realizadas nos dias 5, 7 e 9 de outubro de 1915, no Theatro Phenix do Rio de Janeiro sobre os trabalhos da Expedição Roosevelt-Rondon e da Comissão Telegraphica*. Publ. 42. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1916.

FERREIRA, João Carlos; Silva, José de Moura. *Cidades de Mato Grosso: origem e significado de seus nomes*. Cuiabá: Memória Brasileira, 2008.

FREIRE, Nilza Queiroz. *Trajatória de Rondon: vida militar e Comissão Rondon*. *Revista do IHGMT*, Cuiabá, n. 65, p. 37-44, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Global, 2015.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO. *Centenário de Rondon*. *Revista do IHGMT*, Cuiabá, 2009.

LUCÍDIO, João Antonio Botelho; LIMA JÚNIOR, Luiz Gustavo de Souza. Rondon, a imagem como aliada (1890-1940). *Revista do IHGMT*, Cuiabá, n. 65, p. 58-67, 1906.

MALCHER, José Maria da Gama. *Índios: grau de integração na comunidade nacional, grupo linguístico, localização*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1964.

MATIAS, Francisco. *Porto Velho-Amazonas, o cemitério e a História*. v. 2. Disponível em: <<http://www.gentedeopiniaio.com.br/noticia/porto-velho-amazonas-o-cemiterio-e-a-historia-2/114817>>. Acesso em: 10 jan. 2016. (Texto de 03.08.2013.)

MENDONÇA, Rubens de. *Nos bastidores da História de Mato Grosso*. Cuiabá: SEC-MT, Defanti, 2012.

MATO GROSSO. Governo do Estado. *Processo de tombamento da Casa de Rondon*. 2012. Acervo: SEC-MT.

HORTA BARBOSA, Julio Caetano. *Relatório do Serviço de Conservação da Linha Telegraphica no período de junho de 1913 a setembro de 1914*. Rio de Janeiro: 1916.

SILVA, Hiram Reis e. Os heróis anônimos da Comissão Rondon. *Roraima em foco*. Roraima, 2 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.roraimaemfoco.com/artigo-os-herois-anonimos-da-comissao-rondon-hiram-reis-e-silva/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

TOCANTINS, Aecim; ECHEVERRIA, Ivan. *Cartas do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon: relíquias do telegrafista Tocantins*. Cuiabá: Tribunal de Contas, 2013.

LIRA, João Salustiano. *Variante da Ponte de Pedra ao Salto Utiariti e Aldeia Queimada*. Anexo 3, Publ. 7. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1908.

VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

MEMORIAL RONDON EM MIMOSO E O CONTEXTO ESPACIAL

Suíse Monteiro Leon Bordest



MEMORIAL RONDON EM MIMOSO E O CONTEXTO ESPACIAL

MEMORIAL IN RONDON MIMOSO AND SPATIAL CONTEXT

Suíse Monteiro Leon Bordest

Geógrafa, Doutora em Geociências. Membro efetivo do IHGMT.

E-mail; bordest@uol.com.br

RESUMO: O presente texto aborda trajetória histórica de Mimoso, desde a sesmaria até a contemporaneidade, tendo por base analítica a construção inicial e final do Memorial Rondon, situado no Distrito de Mimoso, seus impactos ambientais e concepção do mesmo na ótica da população local mimoseana. Outro ícone comunitário trata-se da Escola Santa Claudina, mandada edificar por Rondon e principal referência no interior da comunidade. Seria o Memorial um lugar ou um não lugar? Tais reflexões tiveram por base, principalmente, os conceitos de Michel de Certeau e de Augé.

Palavras-chave: Mimoso. Memorial Rondon. Escola Santa Claudina.

ABSTRACT: This paper discusses historical trajectory of Mimoso, since the land grant to the contemporaneity, based analísica the initial construction and final Rondon Memorial, situated in Mimoso District, environmental impact and design of it from the viewpoint of the local mimoseana population. Another Community icon it is the School Santa Claudina, which was built by Rondon and main reference within the community. It would be the Memorial a place or no place ? Such reflections were based mainly the concepts of Michel de Certeau and Marc Augé.

Keywords: Mimoso. Rondon Memorial. School Santa Claudina.

A reflexão aqui proposta tem como foco *contextualizar* o Memorial Rondon em Mimoso na sua dinâmica espacial ressaltando a figura mítica de Marechal Rondon. O texto se apoia no relato de moradores concedido a esta autora no ano 2000, do qual extraímos alguns trechos.

O Memorial Rondon constitui-se no marco geográfico recentemente inaugurado e tem por finalidade abrigar os pertences do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, orgulho da população de Mimoso, terra onde nasceu.

A Escola Santa Claudina, posicionada em frente ao Memorial inacabado, é o prédio por ele mandado edificar em 1940, no mesmo local do rancho de seus pais, e que recebe atualmente a maioria dos viajantes que passam por Mimoso. O nome da escola é uma homenagem a sua mãe, Claudina Lucas Evangelista, cujos restos mortais estão em um jazigo, na entrada da escola, também construído como obra de Rondon.

Na época da inauguração da escola, uma árvore alta e imponente foi plantada por ele no fundo da mesma, onde permanece frondosa e altiva.

Preocupados com os possíveis impactos que o referido Memorial, possa causar Pantanal Mato-Grossense, queremos, neste texto, refletir sobre as expectativas e significados desse empreendimento e de outro lado, registrar a inquietação dos mimoseanos, dos visitantes e mato-grossenses em geral, quanto à demora e viabilidade na construção desse monumento, que se arrasta por dezoito anos, com paradas e retomadas da obra.

SITUANDO O MEMORIAL

Seria o memorial um não lugar?

Para Certeau (1994), os relatos produzem efeitos que incessantemente transformam os lugares em espaços e os espaços em lugares.

Um lugar pode ser definido como identitário, relacional e histórico. Um espaço que não se pode definir como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá o que Marc Augé (2004) chama de não lugar. Os “não lugares” seriam espaços que não são lugares antropológicos. Mas, segundo o autor, nem um nem outro existem sob uma forma pura, o lugar não é totalmente apagado e o “não lugar” nunca se realiza totalmente.

Nesse sentido, compreender este memorial como repertório de significado da origem, do lugar próprio, reafirma o lugar que ainda

mantêm um pouco da história, da identidade e da relação social. Mas, o Memorial Rondon também pode ser visto como um *não lugar*, se partilharmos do o olhar de Augé (2012) que trás uma intrigante reflexão sobre o papel daqueles lugares nos quais permanecemos em trânsito, em espera ou apenas de passagem.

Em *não lugares* Augé (2004) analisa a relação do homem com o espaço, a questão da identidade e da coletividade. Ele designa *não lugar* todos os dispositivos e métodos que visam à circulação de pessoas, em oposição à noção sociológica de *lugar*. Isto é, a ideia de uma cultura localizada no tempo e no espaço. Segundo Augé, os espaços em que vivemos carecem de uma reavaliação, pois “vivemos num mundo que ainda não aprendemos a olhar”.

Outro questionamento refere-se ao fato que o Memorial Rondon tanto poderia ser construído em Mimoso como em outras paragens.

Situando o Memorial Rondon no seu contexto espacial, lembramos que Mimoso posicionado no Pantanal Mato-Grossense integra a zona pantaneira de Barão de Melgaço e faz parte da bacia hidrográfica do rio Cuiabá. Retomando Bordest (2002, p.14): Mimoso é um distrito de Santo Antônio de Leverger, no Estado de Mato Grosso. Servem de referência a sua localização as coordenadas geográficas 16°15' de latitude Sul e 55°45' de longitude Oeste. Partindo de Cuiabá, pode-se chegar a Mimoso através de duas rodovias: pela MT 070 Bernardo de Oliveira, a partir de Santo Antônio de Leverger; e pela MT 316, com entroncamento na BR 364 na Serra de São Vicente, e ainda pelo rio Cuiabá. Inserido em área pantaneira, submete-se aos alagamentos cíclicos, em consequência do movimento das águas dos rios, particularmente do rio Cuiabá, que extravasam em época de cheias.

O povoado teve origem em uma sesmaria de treze mil hectares, a de Morro Redondo, que foi doada ao casal Joaquina Gomes e Lucas Evangelista, no início do século XIX. Os descendentes desse casal continuaram vivendo em Mimoso, onde praticavam a criação de grandes rebanhos bovinos e equinos e uma agricultura de subsistência.

Com o passar do tempo, o aumento da população, entrada de zoonoses que contaminaram o rebanho e a diminuição de áreas disponíveis para pastagens, principalmente em função de um alagamento definitivo que roubou praticamente 50% das terras da sesmaria, e com a mudança da configuração político-econômica do estado de Mato Grosso, a partir da década de 1960, houve um empobrecimento progressivo da população mimosseana.

Conforme Silva (2000) atualmente há em Mimoso, muitas famílias com apenas uma ou duas reses e o criador de gado afirma não ter mais que duzentas cabeças. Praticam uma agricultura de subsistência e são bastante independentes da economia de mercado e do trabalho assalariado.

Embora, alguns jovens trabalhem em fazendas da região, os mimoseanos conservam certa independência econômica e se mantêm unidos, principalmente em torno da memória do Marechal Rondon. Atualmente, entre outros problemas, queixam-se da falta de emprego e acreditam ser o Memorial uma possibilidade de reverter à situação.

FOTO 1 - Moradia na Vila de Mimoso



Foto Bordest, 1999.

DIALOGANDO COM A POPULAÇÃO AUTÓCTONE

“Quando você chega a um campo de céu aberto, aí é minha terra”.

Assim, Rondon, no início do século XIX, definia Mimoso, comunidade no meio rural, incrustada no Pantanal Mato-Grossense. Ainda hoje, essa afeição por sua terra natal continua viva na memória dos mimoseanos.

FOTO 2 - Largo de Mimoso



Foto Bordest, 1999.

Das visitas e pesquisas desenvolvidas em Mimoso, ouvindo os moradores, buscando captar seus olhares sobre as diversidades de seu ambiente e tentando resgatar suas crenças e valores, passamos neste texto que ressalta a figura de Rondon, ao relato de trechos de entrevistas concedidas a esta autora no ano 2000, publicados em Bordest, 2002, quando ainda se questionava a construção de um memorial no largo de Mimoso.

Selecionamos alguns registros a partir das falas dos moradores de Mimoso, a exemplo de D. Tonica, Joelson, D. Nercina, Carlos Reiners e Caetano, que descrevem a experiência vivida em seu lugar de convivência socioambiental.

Respeitante a cultura mimoseana, D. Tonica, antiga moradora e descendente da família de Marechal Rondon diz:

Em Mimoso, festa e tradição é uma coisa só. Os cantadores de cururu vão se renovando. Nas festas, além dos daqui, vêm também os de fora, mas conservam a tradição. (BORDEST, 2002, p. 22)

É de se notar que o vilarejo se transforma nos dias de festa. As casas de “portas e janelas fechadas”, como descreve Ivens Scaff (1999), nos dias de festas, se abrem para acolher os visitantes.

Quanto ao turismo Joelson, dono da Mercearia do Gaúcho, residente em Mimoso desde 1982, informa:

[...] A maioria das pessoas passa por aqui na seca. Essas pessoas vão para S. Pedro de Joselândia, bem como para as fazendas da região. Os turistas passam em direção as pousadas, baías e rios. Vêm para pescar. Alguns param para tomar refrigerante, comprar mantimento, pedir informação e até para acampar. Quem mais procura Mimoso, para o lazer é o colégio São Gonçalo, que vem em excursão. Vêm, também, turistas de outras regiões e outros Estados, principalmente os paulistas. Passam também estrangeiros, em particular alemães e japoneses. Acompanham-nos guias bilíngues, mas param pouco por aqui. Geralmente, hospedam na Pousada do rio Mutum. Os estrangeiros pouco pescam, ficam de dois a quatro dias, visitando ninhais, viveiros e fazem passeio de barco. Tiram fotos e filmam. Alguns vêm conhecer a Escola. Às vezes, compram produtos da região: queijo, rapadura de coco babaçu e alguns exemplares de artesanato do Bastião Piraputanga, não longe daqui. Seu artesanato é de madeira e barro. A região tem potencial, mas falta decisão do governo e prefeitura. Como potencial cultural, destacam-se grupos de danças folclóricas e músicas diversas. Como potencial natural, muitos são os rios, baías, morros, animais, aves, vegetais. Há plantas medicinais e quem delas entende. São os curandeiros, que tradicionalmente resolvem os problemas das doenças, pois não há médicos na comunidade, nem remédios, nem vacinas para os problemas frequentes como picada de cobra. O Sr. Teófilo faz garrafadas de plantas medicinais. No mais das vezes, as mulheres cuidam das plantas medicinais. (BORDEST, 2002, p. 23)

Das palavras de Joelson fica claro que Mimoso é um lugar de passagem da maioria dos turistas que vão para as pousadas.

Ainda na fala de Joelson:

Os maiores problemas aqui são saúde e desemprego. Atualmente, serviço só de vaqueiro nas fazendas, já que muitos perderam suas propriedades. A maioria vai para a periferia de Cuiabá e passa a morar em casas desconfortáveis, convivendo com os esgotos dos bairros e invasões. Fazem esta opção porque aqui não tem futuro para sobreviver economicamente. Como segurar e dar emprego ao jovem daqui? Estou desacreditado do político. (BORDEST, 2002, p. 25)

Sobre a educação, D. Nercina (falecida), na época diretora da Escola Estadual Santa Claudina. Filha de gente mimoseana e parente de Rondon lembra que em 1948, a Escola foi fundada só para parentes de Rondon. Moradora de Mimoso, D. Nercina foi eleita diretora para o período 1999-2001, e reconduzida em 2002. Na escola funcionam o ensino fundamental e o ensino médio. Na época a escola recebia também alunos de Porto de Fora, que chegavam de condução escolar.

O Sr. Carlos Reiners (falecido), também professor aposentado, esposo de D. Nercina, era a pessoa que acolhia os visitantes da Escola Santa Claudina, muitas vezes na sua própria residência, oferecendo as mais importantes informações sobre Mimoso.

Sobre a igreja, D. Dina Lucas Evangelista (também parente de Rondon) relembra as festas da Igreja. Santo Antonio, padroeiro da comunidade, foi achado em um terreno baldio, onde hoje é o centro comunitário. “Festejam-se outros santos, mas a de Santo Antônio, festa do padroeiro é a maior”. (BORDEST, 2002, p. 26).

Nessa festa vem gente de todo lugar e as pessoas acampam nas barracas, na igreja, ou ficam em casa de parentes. D. Dina lembra que a igreja é aberta todos os dias. Aos domingos, à tarde e a noite. D. Tonica e Rita tiram a reza. A reza em Mimoso é diferente de outras localidades. (BORDEST, 2002, p. 26)

Referindo-se ao Centro Comunitário, o professor Caetano diz que na prática costumam transferir para a Escola todas as atividades e obrigações comunitárias, sobrecarregando os funcionários, professores e direção com questões que poderiam ser discutidas e resolvidas pelos membros do Centro Comunitário. A comunidade esperava, na época, poder conseguir através do Centro uma quadra de futebol, para o lazer da comunidade, promover ensaio de teatro, danças e oficinas.

Nessa breve contextualização, baseada nas vozes dos moradores, vislumbra-se a participação ativa dos mimoseanos na vida da comu-

nidade e na alta consideração que rendem ao vulto Rondon. Na vila sua lembrança está impressa nas diversas construções: escola, posto telefônico, centro comunitário e na alma de sua gente.

MARECHAL RONDON PATRONO DAS COMUNICAÇÕES

Filho único de Cândido Mariano da Silva e de Claudina Lucas Evangelista, nascido em 05 de maio de 1865 em Mimoso, Cândido Mariano da Silva perdeu o pai aos cinco meses de sua gestação, vindo sua mãe a falecer quando tinha quase três anos. O pai recomendara, no leito de morte, ao seu irmão Manuel Rodrigues da Silva Rondon que, se nascesse menino, o levasse para Cuiabá para estudar e diz mais: “[...] na cidade poderá se preparar para servir melhor nossa terra” (BORDEST, 2005, p. 2155)

Aos sete anos foi levado pelo tio para a capital, onde estudou até os dezesseis anos. Daí foi para o Rio de Janeiro, para seguir a carreira militar. Em 1890, foi classificado na Escola Superior de Guerra obtendo o título de Engenheiro Militar e o diploma de Bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Resolveu, então, adotar o sobrenome do tio, passando a assinar Cândido Mariano da Silva Rondon. (BORDEST, 2005, p. 2156)

Entre seus inumeráveis feitos, incorporou ao ocidente do território brasileiro uma série de explorações, desvendando segredos dos pantanais e das florestas tropicais, executando estudos geográficos, fazendo determinações precisas de coordenadas de pontos para operações geodésicas, classificando flora e fauna.

Com a máxima “morrer se preciso for matar nunca”, Rondon pacificou sertões, incorporando índios, plantando cidades e vilas.

A preocupação de Rondon também se voltava para a população pobre não índia, composta de sertanejos e caipiras, que habitava o interior brasileiro conforme Siqueira (2002).

Com o soldo da missão que lhe fora confiada para mediar o dissídio fronteiriço entre Peru e Colômbia, em 1938, construiu a escola de Mimoso.

FOTO 3 - Escola Estadual Santa Claudina

Foto Bordest, 1999.

Rondon teve seu nome dado a um meridiano, ao Estado de Rondônia, e a cidade de Rondonópolis-MT. Seu nome figura com letras de ouro maciço na Sociedade de Geografia de Nova York, como o explorador que mais se avantajou em terras tropicais. Falecido em 1958, no Rio de Janeiro, homenagem póstuma lhe foi conferida como Patrono das Comunicações.

Por ato contido em decreto n. 51.960 de 26 de abril de 1963 Rondon é Patrono da Arma de Comunicações do Exército, como reconhecimento de seus feitos. Em 27 de abril de 1971 obteve do Ministério de Comunicações autorização do Presidente da República para que o nome do Marechal Rondon fosse reconhecido como “Patrono das Comunicações Nacionais”, ficando o dia 05 de maio a data de seu nascimento dedicado às Comunicações.

O MONUMENTO DO MEMORIAL

O Memorial Rondon representa atualmente um marco geográfico em Mimoso que conforme o projeto deverá abrigar os objetos e demais pertences do homenageado, símbolo de uma memória repleta de significados de um passado não muito longínquo.

A referida construção é parte do Plano Diretor que previa para Mimoso, obras no local onde nasceu Rondon. O referido Plano

Diretor previa, ainda, a construção do campo de pouso Santos Dumont, para receber pequenas aeronaves, balonismo e aeromodelismo, com estrutura de hangar simples e pista de 800m, gramada. Previa, também, a construção de marina sobre o rio Mutum, interligando-o com uma rodovia próxima a estrada turística, assinalando os portos de maior interesse turístico, a revitalização do casario da vila de Mimoso, com projeto para recuperação da tipologia original e reforma da Escola Santa Claudina.

FOTO 4 - Escola Estadual Santa Claudina Reformada



Foto Bordest, 2005.

No projeto inicial, o Memorial Rondon seria uma espécie de museu itinerante que além de abrigar os pertences de Rondon, deveria promover a divulgação dessa cultura e oportunidades de emprego aos mimoseanos, conforme era desejo de Marechal Rondon.

A ideia da construção de uma obra que transmitisse à posteridade a memória de Rondon partiu do então governador do Estado Dante Martins de Oliveira (1995-2002), que em 1997 solicitou uma proposta desse monumento ao arquiteto José Afonso Botura Portocarrero. Parte da construção ergueu-se até 2002.

FOTO 5 Armação do Memorial em construção

Foto Bordest, 2002

Mais tarde, no Governo Blairo Maggi (2003-2010), após várias reuniões entre civis, militares e representantes de OGs e ONGs, houve uma tentativa de viabilizar o plano do Memorial. Oportuno lembrar que em homenagem ao Dia de Rondon, 5 de maio de 2004, fechando as reuniões promovidas pelo governo do Estado, ocorreu uma grande festa na Vila de Mimoso, com almoço, condecorações e discursos de políticos, que anunciavam para breve a finalização e inauguração da referida obra. Entretanto, esse fato não aconteceu. Ao contrário, o desperdício de material que ficou exposto aos cataclismas, como madeiramento e a própria estrutura metálica da obra abandonada deixou a comunidade mimoseana indignada conforme registros da comitiva do IHGMT que visitou Mimoso em 09/05/2007. Apesar disso, ainda que polêmicas, algumas benfeitorias, foram realizadas, como limpeza e revitalização da Escola Santa Claudina, asfaltamento da rodovia entre Santo Antônio de Leverger e Barão de Melgaço.

ANOTAÇÕES FINAIS

A polêmica construção do Memorial Rondon, iniciado no alvorecer do novo milênio, no governo Dante de Oliveira, com previsão de ser inaugurado em 2005, contava com o apoio da maioria da população local, que esperava ser este além de ponto de referência ao turismo diferenciado, possibilitasse a divulgação das riquezas panta-

neiras e esteio para se promover o desenvolvimento local, conforme anotações de Bordest (2005).

Grande parte da construção projetada por Portocarrero em parceria com o arquiteto Paulo Molina ergueu-se nos primeiros anos do século XXI sobre terreno alagadiço, em frente à Vila de Mimoso. Seguindo-se durante a construção fases de paralisações e breves retomadas.

Apesar de muito distante do projeto original, no dia 24 de agosto de 2016, a obra do Memorial foi finalizada e entregue ao público pelo atual Governador do Estado, Pedro Taques, agora intitulada como “Complexo Turístico e Histórico de Mimoso”. Na ocasião uma exposição com 190 fotografias foi montada e complementada com a divulgação da obra intitulada “Paisagens de Rondon”, de autoria do fotógrafo e documentarista Mário Friedlander (2016), que apresenta uma mostra de diversas paisagens naturais e etnias indígenas, com as quais Rondon manteve contato.

Foto 6 - Memorial Rondon em 2016



Foto SEC. 24.08.2016

Pairou durante anos uma interrogação entre os mimosanos e mato-grossenses em geral, quanto à inauguração definitiva do Memorial Rondon, e se o mesmo se encaixaria nos princípios almejados por Rondon, que tanto se preocupou com seus conterrâneos, os quais ainda se mantêm unidos em torno de sua memória. Afinal, até que ponto o monumento hoje construído se aproxima do projeto original? Qual o significado imaterial presente nesse concreto edificado em Mimoso?

Este memorial clama por um significado mais autêntico, pois, como lembra Bordest (2002, p. 48):

No âmago de sua existência, Mimoso tem atrativos mais verdadeiros, que constroem sua amálgama social, pois já constitui cultura. Basta os envolvidos com este tema saberem fazer expandir esta centelha que já existe, secularmente, na memória de sua gente.

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, M. *Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 4 ed., São Paulo: Papirus, 2004.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BORDEST, S. M. L. *O Papel do Memorial Rondon no contexto do espaço geográfico e do turismo mato-grossense*. Anais do X EGAL. Universidade de São Paulo. 20-26/03/2005, p. 2152. (Capturado Google)
- BORDEST, S. M. L. *Potencialidade turística de Mimoso e o olhar do autóctone*. Cuiabá: Gráfica Print, 2002.
- FRIEDLANDER, M. et al. *Paisagens de Rondon*. Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso. Cuiabá, MT: Acênica, 2016.
- SCAFF, I. *Portas e janelas fechadas para um mundo especial*. In: Projeto Ação Rondon visa resgate da cultura do lugar. A Gazeta, Caderno 06 E, Cuiabá. 28/11/1999.
- SILVA, C. J. da; SILVA, J. A. F. *No ritmo das águas do pantanal*. São Paulo: NUPAUB / USP, 1995.
- SILVA, J. A. F. *Tempo, mito e história em Mimoso*. In: Revista do PPGH da UFMT. V.1, n.1, jul-dez 2000, Cuiabá, MT, p. 253-382.
- SIQUEIRA, E. M. *A história de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

UM MARECHAL SERTANISTA PACIFICADOR NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL: CÂNDIDO MARIANO (RONDON)

Fernando Tadeu de Miranda Borges



UM MARECHAL SERTANISTA PACIFICADOR NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL: CÂNDIDO MARIANO (RONDON)

A MARSHAL FRONTIERSMAN PEACEMAKER
IN SOUTH AMERICA CENTRE: CÂNDIDO
MARIANO (RONDON)

Fernando Tadeu de Miranda Borges

Professor Titular da Universidade Federal de Mato Grosso. Membro da Associação de Amigos de Rondon, da Academia Mato-Grossense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica

Resumo: Este artigo aborda a candura de Cândido Mariano, marechal sertanista pacificador, nascido em Mato Grosso, centro da América do Sul, e que tornou-se um dos mais importantes brasileiros do século XX. O “Memorial de Rondon”, da escritora Stella Leonardos, emoldura poeticamente as argumentações. Com notas sobre a Sociedade de Amigos de Rondon, fundada em Cuiabá para manter viva a trajetória de Cândido Mariano, finaliza.

Palavras-chave: Cândido Mariano. Rondon. Mato Grosso. Cuiabá.

Abstract: This article discusses the candor of Cândido Mariano, Marshal frontiersman peacemaker, born in Mato Grosso, central South America, and became one of the most important Brazilian of the twentieth century. The “Rondon Memorial”, the writer Stella Leonardos, poetically framed the arguments. With notes on the Society of Friends of Rondon, founded in Cuiabá to keep alive the path of Cândido Mariano, concludes.

Keywords: Cândido Mariano. Rondon. Mato Grosso. Cuiabá.

Neste artigo revisito a candura de Cândido Mariano (Cândido Mariano da Silva Rondon) na luta pela integração do Brasil. Um marechal sertanista pacificador, nascido no centro da América do Sul, membro da “família” do trem para Cuiabá, ferrovia esta aguardada desde 1852, na tentativa de impulsionar o desenvolvimento regional (BORGES, 2005).

Cândido Mariano é considerado um dos mais importantes brasileiros de todos os tempos, pelo trabalho realizado na área das comunicações, tendo sido, em 1963, condecorado com o título de Patrono das Comunicações (MARTINS, 1963, p. 74). Abordar a trajetória de Cândido Mariano, “marechal sertanista pacificador”, dá cor ao presente e aos amanhãs, e reforça a crença sobre a importância do cultivo de valores, como honestidade, responsabilidade, determinação.

O perfume deixado por Cândido Mariano precisa continuar guiando os brasileiros, natos ou adotivos, para que não desistam do Brasil.

Stella Leonardos, escritora brasileira, que em 1995 publicou, pela Editora Universitária da Universidade Federal de Mato Grosso, o livro, “*Memorial de Rondon*”, ao cantar Cândido Mariano, proclamou,

Macunaíma: me atende/tapahuna costelado!/Te peço, Macunaíma:/ de tua oca lá em cima/mostra o riso ensacizado./Mas me empresta mão de estrelas/que dê mancheia de lendas,/acenda atalho de cisma,/de força e vida./- Escuta, Mitavaí/da igarité do Irovi/do cururu flor de lima!/MitavaíArandú/do morro onde atrás tem morro,/meu bravo etê de alta estima:/me traz teu lirismoaçu/ar de graça, estrela e cima./Na força viva./- Kerpimanha, mãe-do-sonho,/mensagemira de Tupana!/Desce do céu, Kerpimanha,/rondante eterna do sono./Assoma, velha, das sombras,/ embrenha em meu coração/e me faz rever Rondon/mais que num puro entressonho./Com força e ao vivo./”(LEONARDOS,1995, p. 12-13).

E com o pedido de Leonardos, creio que CÂNDIDO MARIANO SEMPRE ESTARÁ PRESENTE EM TODOS OS CORAÇÕES. As visitas de Cândido Mariano a Cuiabá, durante o século XX, eram anunciadas e divulgadas pela revista A Violeta, criada em 1916, e queteve a escritora, professora e jornalista Maria Dimpina, como uma de suas maiores articulistas. A revista A Violeta exalou para o mundo o perfume das violetas cuiabanas, jovens mulheres letradas, pelo período de quase toda a primeira metade do século XX. Maria Dimpina, baluarte do periódico, escreveu vários artigos sobre a estrada de ferro para Cuiabá, e nas ocasiões especiais, ressaltou a força e a crença de

Cândido Mariano no empreendimento, destacando sua participação com as iniciativas estaduais animadas pelas federais, lançam também as suas vistas para o sertão, rumo ao Oeste. Assim é que a Estrada de Ferro Araraquara, que tinha as pontas de seus trilhos na Cidade Paulista Mira Sól, futuro sertão do rio Preto, resolveu continuar o seu avanço para o extremo Oeste do Paraná: o histórico porto do Taboado, hoje 'Getúlio Vargas'. Essa próspera Estrada paulista visa realizar o sonho secular dos cuiabanos, de uma ligação ferroviária direta com o porto de Santos. A iniciativa estadual vem ao encontro da Marcha para Oeste.

É válido assinalar que a Estrada de Ferro nunca chegou a Cuiabá, contudo, a chama lançada, pelos mato-grossenses Maria Dimpina e Cândido Mariano, continua preenchendo o cotidiano de uma grande parte da sociedade cuiabana (BORGES, 2005). A trajetória de Cândido Mariano tem em sua tessitura linhas com cores do verdadeiro ouro: bravura, firmeza e determinação.

Cândido Mariano nasceu no dia 5 de maio de 1865, em Mimoso, distrito de Santo Antônio do Rio Abaixo, atual município de Santo Antônio do Leverger, estado de Mato Grosso. Era filho de Cândido Mariano da Silva e Claudinade Freitas Evangelista. De origem humilde, órfão ainda pequeno, foi criado por uma bisavó, de descendência indígena, e aos sete anos de idade, na infância, mudou-se para Cuiabá, com a finalidade de estudar, tendo ficado, sob a tutela do seu tio Manoel Rodrigues da Silva, capitão da guarda-nacional, que resolveu adotar o sobrenome Rondon, apelido de Claudina de Freitas Evangelista, mãe de Cândido Mariano, por ter um homônimo que vinha causando-lhe alguns contratemplos. Segundo Viveiros (1958, p. 32), Cândido Mariano,

Ao formar-me, adotei o nome de Rondon, em homenagem ao tio que quisera ser meu pai. Requeri, ao Ministro da Guerra, permissão para acrescentar Rondon ao meu nome e passei a assinar Cândido Mariano da Silva Rondon, depois de deferido meu requerimento.

Defensor da Libertação dos Escravos e da Proclamação da República, Cândido Mariano dedicou grande amor a Mato Grosso, tendo demonstrado pelo pantanal mato-grossense um profundo sentimento de respeito:

Havia rosas no Céu, fresca no ar, rocio na erva. Leves sussurros de asas, piados, trinados principiavam a animar o pantanal.

[...]

O Cuiabá saltava todos os anos os limites das margens, para vir beijar as ervinhas e detinha-se, preguiçoso, na campina, formando o *pantanal*. Lá é que ia nadar.

[...]

Iniciei, bem pequeno, as caçadas, de que fui sempre apaixonado – até que lhes compreendi a desumanidade. Minha arma era um bodoque com que atirava pelotas de barro.

Vivia a vida ao ar livre, vida sã e ativa, naquelas paragens pelos borôros denominadas Aquirílio – nome de um pequenino pássaro que vive e faz os ninhos no capim macio das campinas. [...]

Em mim se desenvolviam, assim, naturalmente, os germes de todos os elementos do sertanejo. (VIVEIROS, 1958, p. 25-26).

A escravidão no Brasil, ao longo de quase todo o século XIX, deixou fortes marcas, e que ainda hoje se fazem presentes, tendo inviabilizado, à época, a entrada do Brasil na nova organização do trabalho. Para compreender as dificuldades do presente a recomendação é ser necessário pesquisar no passado a escravidão (GREMAUD *et al.*, 1997).

Cândido Mariano viveu a beleza e a liberdade da vida do sertão. Parece ter admirado a natureza com todas as letras, dedicando-se com afinco ao Brasil. Concluiu os estudos na Escola Militar, no ano de 1889, recebendo, em 1890, o título de Bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais (MAGALHÃES, 1942, p. 20). Terminada essa fase, trabalhou inicialmente como auxiliar de Gomes Carneiro, na Comissão para a Construção de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Registro do Araguaia. Por um curto período de tempo, Cândido Mariano lecionou astronomia, e casou-se, em 1892, com dona Francisca Xavier, mais conhecida como dona Chiquita, com quem teve sete filhos: Araci Rondon, Benjamin Rondon, Clotilde Rondon, Marina Rondon, Beatriz Emília Rondon, Maria de Molina Rondon e Branca Luiza Rondon, muitos netos e bisnetos (VIVEIROS, 1958).

Na construção de linhas telegráficas, Cândido Mariano ligou o Brasil ao Brasil, e conheceu o país de dentro. Nessas missões destacou-se com maestria, e recebeu inúmeras condecorações pelos relevantes serviços prestados. Foi o primeiro diretor do Serviço de Proteção ao Índio, e nesse cargo obteve elevado reconhecimento (MARTINS, 1963, p. 73). Em 1913, foi encarregado pelo governo brasileiro para

organizar e acompanhar o presidente dos Estados Unidos da América, Theodoro Roosevelt, que viera ao Brasil em viagem de estudos, obtendo, Cândido Mariano, pelo trabalho desempenhado, o Prêmio Livingstone, conferido pela Sociedade de Geografia de Nova York, e teve seu nome gravado numa placa de ouro (VIVEIROS, 1958).

Depois dessa missão, Cândido Mariano retornou aos trabalhos das linhas telegráficas, contribuindo para o efetivo conhecimento da cartografia de Mato Grosso e do Brasil. Nesses estudos, Cândido Mariano descobriu que Cuiabá encontra-se localizada no Centro Geodésico da América do Sul. A capital mato-grossense, então, desde 1909, passou a contar com o marco do Centro Geodésico, que considero a “Torre Eiffel” Sul-Americana, e mais importante pelo fato de reunir simbolicamente muitos países. A luta, portanto, em Cuiabá, deve ser pela integração das várias culturas, pela derrubada dos muros culturais, e pela maior divulgação do marco do Centro Geodésico da América do Sul.

Cândido Mariano participou do bicentenário de Cuiabá, com conferências e exposição cartográfica no Palácio da Instrução. No livro de Viveiros, o seguinte registro:

A colaboração da Comissão Rondon nos festejos se exerceu de duas maneiras: uma, com a Exposição Retrospectiva da Cartografia Matogrossense e Demonstrativa da Natureza dos Trabalhos da Comissão Rondon; outra, com a conferência que fiz, sob o título “*Influência de Cuiabá na Evolução Política e Histórica de Mato Grosso*”. (VIVEIROS, 1958, p. 463).

O Território do Guaporé, criado em 1943, recebeu, em 1956, o nome de Território de Rondônia, e Estado de Rondônia, em 1981, inspirado no livro “*Rondônia*”, de 1917, do diretor do Museu Nacional, Roquette Pinto:

O médico e antropólogo Roquette-Pinto participou, de julho a setembro de 1912, da viagem científica da Comissão Rondon à Serra do Norte, em região hoje pertencente aos estados de Mato Grosso e Rondônia. Um dos principais objetivos da expedição era o estudo do povo nambiquara, que nos anos imediatamente anteriores havia sido contatado por integrantes da Comissão. Da viagem resultou a publicação, em 1917, do livro *Rondonia*, que, após receber o Prêmio Pedro II, conferido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no mesmo ano, alcançou grande repercussão nos meios científico e intelectual.

[...]

Após a experiência da viagem, Roquette-Pinto inaugurou as conferências do Museu Nacional, em 1915, propondo o termo “Rondonia” para designar a zona compreendida entre os rios Juruena e Madeira. Simultaneamente, prestava homenagem a Rondon e delimitava o que percebia como área de grande importância para a pesquisa científica. (LIMA *et al.*, 2007).

Como deputado, o tenente Otávio Pitaluga, propôs, em 1918, a mudança do nome do povoado mato-grossense de Rio Vermelho, criado em 10 de agosto de 1915, pelo presidente do estado de Mato Grosso, Joaquim da Costa Marques, para Rondonópolis, em homenagem a Cândido Mariano, que nesse lugar estivera com a Comissão (<http://www.rondonopolis.mt.gov.br/?pg=conteudo&intCatID=121>).

Das inúmeras homenagens que Cândido Mariano recebeu destacam-se: Medalha de Ouro - Prêmio Levingstone – Conferida pela Sociedade de Geografia de Nova York, Diploma de Sócio Honorário da Sociedade Nacional de Geografia de Washington, Diploma de Sócio Honorário da Sociedade Geográfica de Munique, Diploma de Membro e Sócio Correspondente da Sociedade de Geografia de Lima, Título de Civilizador do Sertão conferido pelo Instituto de Geografia e Estatística, Diploma de Sócio Honorário da Sociedade Holandesa de Geografia de Haya, Diploma de Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Diploma de Sócio da Sociedade de Geografia de Roma, Sócio Honorário da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro (MAGALHÃES, 1942, p. 219-223).

Cândido Mariano contribuiu com dados preciosos para a confecção do mapa de Mato Grosso, em 1952 (MARTINS, 1963, p. 74), e ainda, na década de 1950, recebeu a patente de Marechal do Exército (VIVEIROS, 1958, p. 638).

Na década de 1950, muitos países movimentaram-se com vistas a indicar Cândido Mariano ao “Nobel da Paz” (BOTELHO, 1957, p. 31), vindo, no entanto, a falecer, em 19 de janeiro de 1958 (MARTINS, 1963, p. 75), sem ter sido agraciado com esse merecido prêmio.

Cândido Mariano deve, portanto, continuar sendo exemplo para todas as gerações. É preciso que o “Memorial de Rondon”, em Mato Grosso, concebido em livro pela escritora Stella Leonardos, em 1995, projetado pelos arquitetos Paulo Molina e José Afonso Portocarrero, em 1997, e inaugurado, em 2016, venha a ser conhecido, e que seja referência no mundo, como centro de documentação, com trabalhos

de pesquisa, livros, jornais, revistas, discursos, gravações, fotografias, filmes etc.

É importante continuar despertando nos jovens o orgulho e a grandeza de ser brasileiro. É necessário cultivar a crença de que é possível fazer mais pela sociedade brasileira e mundial. É imperioso desenvolver o compromisso inarredável com a história, a responsabilidade social, a educação ambiental e a democracia. É recomendado que se criem aulas práticas ministradas em museus para jovens estudantes de Cuiabá e Mato Grosso. Que venha a comemoração do tricentenário de Cuiabá. O desejo é de uma cidade, um estado e um país mais fraterno e humano, num mundo amadurecido, sem fome e desigualdade, para poder comungar com Stella Leonardos.

É preciso continuar despertando nos jovens o orgulho e a grandeza de ser brasileiro. É necessário cultivar a crença de que é possível fazer mais pela sociedade brasileira e mundial. É importante desenvolver o compromisso inarredável com a história, a responsabilidade social, a educação ambiental e a democracia. É recomendado que se criem aulas práticas ministradas em museus para jovens estudantes de Cuiabá e Mato Grosso. Que venha a comemoração do tricentenário de Cuiabá. O desejo é de uma cidade, um estado e um país mais fraterno e humano, num mundo amadurecido, sem fome e desigualdade, para poder comungar com Stella Leonardos,

Cândido Mariano da Silva Rondon. Gravo teu nome de evento./Nos longes de Mato Grosso./Numa palhoça em Mimoso,/que Cuiabá fica longe./Cândido rompes da mata,/caboclinho de orfandade,/desafiando a morte em torno./Pequeno, forte, teimoso./ Gravo teu nome de alento./Cresces. Vais crescendo aos poucos./Lecionando outros caboclos caboclos./Lendo nas folhas e rostos./Decifrando águas pensantes./E aprendes o que é ser homem/em meio a bois e piranhas,/macharrões, cobras e pombos./Mariano forte, não cândido./ Gravo teu nome de advento./Engenheiras já teu sonho/de porfiar telegrafias/ e unir por fios que falam/silêncios grandes do mapa./O engenho se faz soldado/dado ao sol, rios e matas,/ligando céus e silvícolas,/Mariano forte, da Silva./ Gravo teu nome de intento./Candeia de persistência/no acampamento e campanha/escandes por todo o sempre./Além das campas e campos/e os telégrafos que cantam/nos longíquos arraiais,/te inscrevo, lúcido Cândido,/por brenhas e pantanais./Gravo teu nome de tento./ Enquanto febres te rondam,/feras e flechas irrompem/ e tribos brabas rondeiam./

Que venceste os impossíveis,/marcha de ardor semprevivo,/árdua
bandeira da paz./E grave teu nome o vento, Rondon de morrer
talvez, Rondon do matar jamais. (LEONARDOS, 1995, p. 15-16).

Leonardos ressalta, que Cândido Rondon, teve como lema, “Ainda mesmo que alguém da expedição seja ferido pelos guerreiros do Juruena, nenhuma represália deve ser movida contra os atacantes: no seu justo direito, defendem as suas terras e as suas famílias” (LEONARDOS, 1995, p. 82). E, ainda observa numa outra parte,

Passo a passo ouço teu passo/e ouço teu peito, Rondon,/se
adentrando em Mato Grosso/num desbravar de rondônias./
Pensarás, grande caboclo, nas três tribos ancestrais/ de idos bra-
vos que te veiam?/Indagarás nas andanças/ouvindo as vozes das
veias:/-Por onde andarão os guanã?/-Que sorte terão os tereno/
das incansáveis errâncias?/Vejo te vir aos terrenos/das aldeias
dos bororo./Em que chão de que terreiro/teus avós do último
sono?/Tua procura se estende./E as folhas e asas te entendem,/e
os rastros dos rumos vastos/das terras de Mato Grosso/almam
bichos de tristeza,/respondem tristes, cabloco/a teus pensares
tão longos./Das tristíssimas estrelas/aos verdes vistos por lá,
desconsolo nas paragens./Dizem, ouves? – Não sabemos./Gemem: - Pá-arádu-cá. (LEONARDOS, 1995, p. 23-24).

Cândido Mariano, de acordo com Leonardos (1995, p. 63-64), numa das ocasiões ressaltou, “...Tudo foi feito pelos meus dedicados auxiliares. Eu nada fiz. O que eu fiz qualquer um pode fazer...” Para concluir, a indagação de Stella Leonardos (1995, p. 63-64), da qual creio que todos comungam, “(Será só querer? Será? E o valor desse querer?).”

E como prova da crença dos que aqui vivem de que o querer de Cândido Mariano é digno de respeito foi a criação, no dia 5 de maio de 1969, da Sociedade de Amigos do Marechal Rondon. Essa fundação aconteceu no Museu de Pedras Ramis Bucair, Rua Pedro Celestino n. 213, com o objetivo de “cultuar-lhe a memória e propagar a obra do grande sertanista cognominado o ‘Bandeirante do Século XX’”, conforme registrado na ata da Sociedade. A reunião deve ter sido emocionante, pelo E como prova da crença dos que aqui vivem, de que o querer de Cândido Mariano é digno de respeito, foi a criação, no dia 5 de maio de 1969, da Sociedade de Amigos do Marechal Rondon. Essa fundação aconteceu no Museu de Pedras Ramis Bucair, Rua Pedro Celestino n. 213, com o objetivo de “cultuar-lhe a memória e propagar a obra do grande sertanista cognominado o ‘Bandeirante

do Século XX””. A reunião deve ter sido emocionante, pelo fato de contar com falas do historiador Rubens de Mendonça e do entusiasta cultural cuiabano Ramis Bucair. A presidência da Sociedade de Amigos do Marechal Rondon foi ocupada por Ramis Bucair, que teve como secretário Rubens de Mendonça e depois Ivan Vidal Pedrosa.

A Sociedade de Amigos do Marechal Rondon me foi apresentada pela sócia da entidade Leila Francisca de Souza. Tinha muito interesse em conhecer de perto essa sociedade, que desde que foi criada nunca deixou de divulgar os feitos e a grandeza de Cândido Mariano.

Fui indicado pela Leila Francisca de Souza para pertencer a essa agremiação, e numa noite de céu estrelado, no salão de festas da Casa Barão de Melgaço, tomei posse como membro efetivo, tendo sido a solenidade conduzida com maestria pelo Presidente, Ivan Vidal Pedrosa. Depois dessa data, selei o compromisso de manter vivos os ideais da Sociedade de Amigos do Marechal Rondon.

Ivan Vidal Pedrosa nasceu no dia 30 de dezembro de 1929, em Recife, Pernambuco. Era filho do jornalista Carlos Pedrosa e da Professora Ausenda Vidal Pedrosa. No ano de 1936 sua família mudou-se para o Rio de Janeiro, e em 1963, para Brasília. Formado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, turma de 1955, e jornalista profissional, com carteira expedida pelo Ministério do Trabalho do Rio de Janeiro, em 1962, Ivan Vidal Pedrosa transitou com tranquilidade pelas duas áreas. Foi membro fundador do Comitê de Imprensa da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1962), membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (1985), secretário da Associação de Amigos do Marechal Rondon (1996), secretário Perpétuo da Associação de Amigos do Marechal Rondon (2004) e presidente da Associação de Amigos do Marechal Rondon (2012-2015).

Ivan Vidal Pedrosa chegou a Cuiabá, em 1964, para ocupar o cargo de diretor da Superintendência de Valorização da Amazônia (SPVEA). Nesse cargo, Pedrosa ficou até 1996. Seu casamento com a cuiabana Maria Dalva Griggi, de família tradicional, que residia numa linda casa cuiabana, ocorreu no dia 26 de dezembro de 1967. E, foi, a partir dessa data, que Ivan Vidal Pedrosa incorporou a cuiabandade, termo utilizado pelo saudoso Lenine de Campos Póvoas, para expressar a hospitalidade cuiabana. Segundo Póvoas (1987, p. 7-8):

Para nós, CUIABANO não era apenas o que nascia na nossa cidade, mas também aquele que aqui se estabelecia. [...] De fato, quem foi mais cuiabano do que os Fortunato, os Cândia, os Ricci,

os Fava, os Miraglia, os Gaeta, os Tenuta, os Barbieri, os Lotufo, os Guerrize, os Dorsa, os Laraya, os Maiolino, os Boabaide, os Haddad, os Malouf, os Feguri e centenas de outros? Italianos, espanhóis, portugueses, franceses, gregos, sírio libaneses, suíços, etc... etc..., todos se ‘naturalizaram’ cuiabanos pelo coração. O que sempre existiu, em nativos ou adventícios, foi o ‘sentimento de cuiabanidade’, que nada mais é do que o ‘sentimento de brasilidade.’ O orgulho de sermos brasileiros, por tudo que o nosso país representa, não constitui nada condenável e, muito pelo contrário, é um sentimento e um estado de espírito que deve ser cultivado desde as escolas destinadas à primeira infância. Assim como temos razões de sobra para nos orgulharmos do nosso país, sobejam razões para que nós, cuiabanos, nos orgulhemos de nossa terra.

E, aqui, um parênteses, para a seguinte indagação: quem é mais cuiabana ou cuiabano que Lucinda Persona, Myrian Thereza de Moura Serra, Elizabeth Madureira Siqueira, Nileide Souza Dourado, Aline Figueiredo, Maria Lúcia Cavalli Neder, Luzia Guimarães, Eduardo Mahon, Maria Adenir Peraro, Carlos Américo Bertolini, Luiza Rios Ricci Volpato, Neusa Souza Dourado, Sonia Regina Romancini e tantas outras?

Ivan Vidal Pedrosa exerceu, em vida, inúmeras funções das quais destacam-se: assessor parlamentar do Ministro da Justiça, professor Alfredo Nasser (1962), redator da Voz do Brasil na Câmara Federal (1962 e 1963), oficial de Gabinete do Ministro da Justiça, professor João Mangabeira (1964), oficial de Gabinete do Ministro da Justiça, Doutor Abelardo Jurema (1964), servidor Público Federal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com relevantes serviços desempenhados.

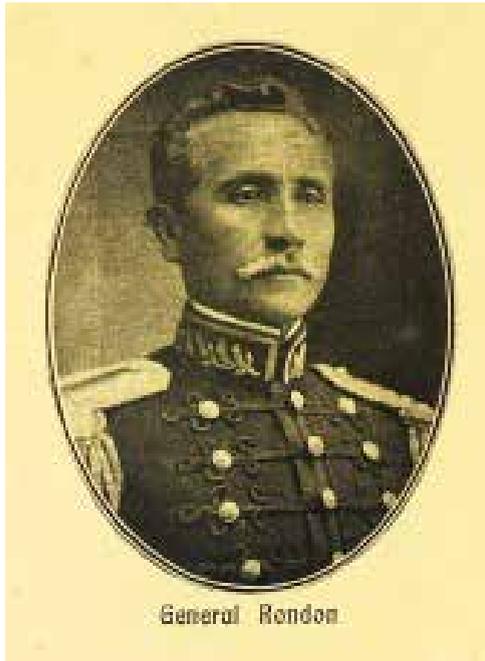
A cuiabanidade tornou Ivan Vidal Pedrosa um cuiabano de coração e alma. E, muitos que chegam a Cuiabá para trabalhar, estudar, morar, também tornam-se cuiabanos, tragados pela cuiabanidade. Que Senhor Bom Jesus de Cuiabá proteja a nossa cuiabanidade. Que a terra de Cândido Mariano continue firme e próspera. Salve Mimoso! Salve Cuiabá! Salve Mato Grosso, terra de Rondon! Viva Cândido Mariano!

REFERÊNCIAS

- ACERVO FAMÍLIA PEDROSA. *Currículo de Ivan Vidal Pedrosa* (cópia cedida pela família).
- BIBLIOTECA Militar. *Rumo ao Oeste*. Conferência realizada pelo General Rondon no D. I. P. em 3-IX-1940 e discursos do dr. Ivan Lins e do General Rondon, pronunciados na Associação Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, s/d.
- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Esperando o Trem: Sonhos e Esperanças de Cuiabá*. São Paulo: Scortecci, 2005.
- COMPANHIA Estrada de Ferro Norte de Matto Grosso. Lista de Acionistas. Cuiabá. Documento Avulso: Secretaria do Interior e Justiça (Maço). Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, Lata B, 1925.
- GREMAUD, Amaury Patrick e outros. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.
- LEONARDOS, Stella. *Memorial de Rondon*. Cuiabá: EdUFMT, 1995.
- LIMA, Nisia Trindade; SANTOS, Ricardo Ventura; JUNIOR COIMBRA, Carlos E. A. Rondônia, de Roquette-Pinto: as veias do Brasil. Rio de Janeiro: Revista de História, 11/09/2007. (Site: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/conteudo-complementar/rondonia-de-roquette-pinto-as-veias-do-brasil>)
- MAGALHÃES, Amilcar A. Botelho. *Rondon uma relíquia da Pátria*. Curitiba: Editora Guaíra, 1942.
- SILVA, V. Benício da e BRANCO, Firmino Lages Castello. *Rondon. Civilizador do Sertão*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.
Site: <http://www.rondonopolis.mt.gov.br/?pg=conteudo&intCatID=121>
- SOCIEDADE DE AMIGOS DO MARECHAL RONDON. *Ata da Sessão de Fundação da Sociedade de Amigos do Marechal Rondon* (cópia cedida por Ivan Vidal Pedrosa).
- VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

PAGMEJERA

Vera Randa ၁၉၀၀



General Rondon

PAGMEJERA

Vera Randazzo

Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-
-Grossense de Letras

RESUMO: Conto ficcional alusivo à vida do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, utilizando como título o nome que os índios o nominavam.

Palavras-Chave: Cândido Mariano da Silva Rondon. Magmejera. Conto.

ABSTRACT: Fictional tale concerning the life of Marshal Cândido Mariano da Silva Rondon, using as a title the name that the Indians called it.

Keywords: Cândido Mariano da Silva Rondon. Pagmejera. Tale.

Era uma vez um pequeno Menino de olhos levemente oblíquos que morava na grande casa campesina de seu avô, pois seus pais tinham morrido e ele era, então, o enlevo do velho.

O Menino sem mãe tinha, porém, uma porção de tias com longos vestidos e luzidios cabelos atados em coques. Todas as noites acendiam uma lamparina e imploravam à Virgem que protegesse o sobrinho.

A casa, feita de adobes escuros, ficava na sesmaria do Morro Redondo e tinha na frente uma frondosa mangueira que dava sombra para descanso de jovens morenos, em suas lides diárias.

Muitas vezes o menino, ao lado do avô, seguia com o olhar atento o arriscado trabalho dos tios que domavam os ligeiros corcéis, famosos em toda aquela vasta região.

Depois, quando o avô tomava guaraná ralado, que uma das tias trazia, tinindo com a colherinha de prata, o Menino brincava de domador e amansava os bezerros que depois montava para ir nas roças vizinhas. Então, em alegres algazaras com os primos, atirava-se do alto de um barranco e nadava vigorosamente nas plácidas águas do Itibiráí.

Mas, uma noite em que o Menino dormia na alva rede que sua madrinha tecera com as próprias mãos, muito em silêncio, um Maniô saiu das lendas antigas de sua doce Mãe, acercou-se dele e sussurrou:

“Serás o orgulho da tua Pátria e da Humanidade!

Tua presença, tua perfeita distinção, teus amplos conhecimentos e tua valentia te destacarão sempre dos demais companheiros.

Unirás tua vida a uma empresa considerada impossível e saberás realizá-la com perfeição acima do esperado.

Serás dotado de imensa energia vital e terás também uma voz de admirável ressonância, pois que serás um grande condutor de homens e ideias.

De tua descendência materna, princesas das raças terenas e guanás, filhas dos outrora senhores absolutos da terra em que nasceste, raça hoje perseguida e à beira do aniquilamento final, tu, filho dileto, foste escolhido para protegê-las e redimi-las.

Teu coração puro e nobre saberá compreender e encontrar meios para que os teus outros irmãos, os civilizados, possam ver a desumanidade que praticam com o simples e nobre povo indígena.

Terás, como todos os grandes, inimigos que dificultarão os teus trabalhos, farão surgir obstáculos e sobre ti levantarão calúnias, mas passarás incólume

sobre tudo, já que tens no sangue que herdaste de teus antepassados, a chama da persistência e da honestidade.

Amarás uma meiga moça que fará do teu lar um pedaço de céu e o encherá de crianças e te esperará sorrindo cada vez que voltares. Durante as tuas ausências, será a guardiã incomparável da tua casa e da tua felicidade.

Viverás quase um século. Vai filho e luta pela paz dos teus irmãos”

E assim falando, o espírito do sonho afastou-se, pois eis que chegava a rósea claridade matinal.

Passaram mais alguns dias suaves e calmos, mas num entardecer, quando o avô e o Menino estavam recolhendo o gado, um cavaleiro chegou. Era o tio paterno que, após muitos diálogos feitos à distância e através de amigos comuns, tinha afinal conseguido permissão para levar o Menino aos Centros do Saber.

O avô fitou tristemente as campinas pontilhadas de bois gordos, que sempre tinha pensado serem suficientes para criar o filho de sua filha, e depois pousou a mão calosa sobre a cabeça do seu neto. Tinha afinal compreendido que o Menino tinha uma inteligência invulgar que não poderia se coadunar em ambiente de simples vaqueiros. E deixou-o partir.

Assim, entre lágrimas de saudade, o pequeno órfão partiu daquele rincão paradisíaco, deixando a grande casa e o plácido Itibirai; deixando os campos verdejantes onde os tios e primos, centauros alados cortavam o vento, deixando as doces tias com os negros olhos mais escuros pela dor da partida; deixando o avô com o rosto preguiçoso de amargura, fitando a estrada vazia...

Foram passando os anos e o Menino ultrapassou todos os mestres que o tio contratou para que lhe ensinassem Matemática e Geografia, línguas e ciências e chegou, assim, o dia que transformado num jovem altaneiro e de olhar audacioso seguiu para outras plagas, descendo pelo rio Cuiabá. Foi para a cidade mais linda do mundo, onde o mar beija amorosamente a areia mais alva que as nuvens e onde poderia encontrar mil divertimentos que, porém, jamais o tentaram.

Todo dedicado aos estudos, não olvidava nunca as palavras que seu pai dissera ao irmão quando pressentira a morte, antes mesmo do nascimento do único filho – “*Se eu não viver, e se a criança que nascer for homem, leve-o para a cidade, para que estude e, assim, possa servir a nossa Terra*”.

E com o tempo, o jovem estudante ficou um valoroso Militar e recebeu incumbências arriscadas e difíceis que cumpria sem nunca medir sacrifícios.

Desenrolou gigantescos carretéis de fios que ligaram florestas e montanhas, sertões e pantanais com o litoral, onde estava o Governo de sua Pátria.

E percorreu milhares de quilômetros de fronteiras onde sempre resolvia litígios e afastava mal-entendidos.

E, às vezes, era chamado para pacificar revoluções e em toda parte usava somente a justiça, a bondade, a retidão e a disciplina.

Mas, acima de tudo, dedicou-se com afincos, sem esmorecer nunca um só instante, à grande campanha de salvar os seus irmãos indígenas da incúria, do abandono, das injustiças das atrocidades e da usurpação dos seus direitos.

E por meio da bondade e da persistência chegou mesmo aos mais ferozes que viviam em tribos longínquas e levou-lhes a Esperança, a Fé e a Caridade.

A sua bandeira levava o lema: *Morrer, se necessário for, matar nunca.*

E reis e chefes estrangeiros vinham de longe, atravessando mares e oceano para conhecerem o Harmonizador, o Pacificador dos Sertões.

Por isso, hoje, quando o vento tange as liras dos rios por onde ele navegava, murmurava suavemente:

- Cândido Mariano da Silva Rondon!

E as cachoeiras que ele descobriu e batizou, ao caírem em catadupas sonoras cantam:

- Cândido Mariano da Silva Rondon!

E os pássaros, em revoadas alegres pelas matas e serras:

- Rondon, Rondon!

E os índios, de cujo sangue descendia, do norte ao sul dos sertões brasileiros, unidos na saudade, relembram seus feitos e cantam sua vida:

- Pagmejera! Pagmejera!

RONDON

Amidicis Diogo Tocantins

*Na travessia imensa do sertão
Na catequização dos Parecís
E outros indígenas destes Brasis,
Só a máscula figura de Rondon*

*Seria o derradeiro Bandeirante –
Anchieta sem cruz, mas com a bondade,
O amor e a férrea força de vontade –
A serviço da Paz. E, tão radiante,*

*Deixou seu feito na História gravado,
Glória, pois, a quem tanto trabalhou!
Mato Grosso se orgulha do ilustrado*

*Filho, que honrou, fazendo-o conhecido
Além-pátria. E assim, sua lição ficou
Ao povo brasileiro agradecido.*

(TOCANTINS, Amidicis, D. *Prosa e Poesia*. 2009, p. 236. São Paulo, 18/11/1963)

NORMAS DA REVISTA DO IHGMT

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso poderá ser dividida nas seguintes seções: **Editorial, Dossiê, Artigos e Notícias**, podendo ainda, ocasionalmente, **resenhas, discurso, nominata institucional, relatórios e transcrição de documentos**. Os textos aceitos para a publicação deverão ser inéditos e versar sobre o contexto regional ou nacional. Os mesmos serão previamente aprovados pelos Conselhos Editorial e Consultivo da Revista. Em casos especiais, serão aceitos artigos para republicação, acompanhados de autorização dos autores e do diretor do periódico em que os mesmos foram originalmente publicados.

Para publicar na Revista, as colaborações devem seguir as seguintes especificações:

- Estudos de autoria de pesquisadores vinculados ao IHGMT, a instituições públicas ou privadas, ou de pesquisadores independentes. O *Dossiê* será sempre temático e os artigos nessa seção, deverão contemplar, obrigatoriamente, o tema privilegiado pela Instituição. Os *Artigos* devem versar sobre temas diversos e serão também objeto de análise e seleção pelo Conselho Editorial e Consultivo do periódico.

Todos os **artigos**, do *Dossiê* ou da seção *Artigos*, obrigatoriamente, após o **título** (em língua portuguesa e estrangeira, grafados em **Time News Roman, fonte 14, CAIXA ALTA**), seguido do Título em Língua Estrangeira, serão seguidos da(s) autoria(s) (Autor(es) por nome(s) e sobrenome(s), identificados em **rodapé**, constando: **vinculação institucional, maior título e-mail**).

Abaixo do Título deverão, obrigatoriamente, constar:

RESUMO: (no mínimo 5 linhas)

Palavras-chave: (no mínimo 3, intercaladas por ponto final)

ABSTRACT OU RESUMEN: (no mínimo 5 linhas)

Keywords ou **Resumen:** (no mínimo 3, intercaladas por ponto final)

Os **Resumos** e sua versão em língua estrangeira deverão ser grafados em **Time News fonte 11 e espaço simples, justificado**. Os autores poderão optar pelo inglês, espanhol ou francês.

- Normas de apresentação do corpo dos textos:

- Digitados em Windows, fonte **Times New Roman tamanho 12, espaço 1,5, com margens de 2,0 cm, formato de página A4, justificado;**

- Dimensão mínima de **15 e máxima de 35 laudas** para artigos, incluídas referências e notas, sendo que para as demais categorias a margem de páginas é livre, sendo dispensados o resumo, palavras-chave, abstract e keywords, porém a referência em rodapé do(s) autor(es) é indispensável.

- Expressões em *língua estrangeira, títulos de obras e trechos de entrevistas* devem ser digitados em *itálico*

- Deve ser **evitado o uso do negrito** para destaque, preferindo-se o *itálico*.

Citações no corpo do texto

- As **citações no corpo do texto, até 4 linhas**, devem estar grafadas em fonte 12, espaço 1,2, **entre aspas** e sem qualquer grifo, seguidas da **referência abreviada** (AUTOR, ANO E PÁGINA). Exemplo (SOUZA, 2008, p. 387), deixando a citação completa para as **Referência** final. Caso a citação tenha sido capturada de outra obra, referencia-se (SOUZA, 2008, *apud* AUTOR, ano e página)

- As **Citações com mais de 4 linhas** devem ser apresentadas em **recoo de 2 cm** da margem esquerda, grafadas em **fonte normal**, Times New Roman Tamanho **11**, com **espaçamento simples** entre linhas e alinhamento **justificado**.

- Quando as citações de corpo de texto ou recuo forem de **transcrição de entrevistas** ou depoimentos devem ser grafadas, sempre, em *itálico*, Times New Roman 12, entre aspas, para corpo do texto, e fonte **11**, com **espaçamento simples** entre linhas e alinhamento **justificado**, para mais de 4 linhas.

- As **ilustrações** devem apresentar título centralizado (parte superior, fonte 12), sendo que na parte inferior da imagem (**fonte 10**), indicativa deve-se indicar a fonte de onde foi retirada, ou autor e ano da foto, se for o caso.

Na **citação documental**, referenciar entre parênteses: (TÍTULO DO DOCUMENTO, local, data e indicação do Arquivo/Acervo)

- As **imagens** devem ser gravadas nas extensões JPG, com resolução de 300 DPI **enviadas em separado**, indicando no texto a sua entrada.

Notas de Rodapé

- As notas de rodapé deverão **ser sempre de natureza explicativa**, grafadas em **Time News, tamanho 10, justificadas**.

Referências

- As **Referências**, colocadas sempre incluem tanto a bibliografia quanto a documentação e deverão vir no final do texto. A bibliografia deverá ser ordenada em ordem alfabética dos autores (SOBRENOME, nome e pré-nome, seguida do *título (grafado em itálico)* sendo que a documentação por entrada de acervos ou ordenada apenas cronologicamente. **Formatadas à esquerda.**

- Para **notícia, discurso, resenha** não será exigido número mínimo de páginas, deverá conter, na primeira página, as seguintes informações:

* Título, nome do autor alinhado à direita;

* Em nota de rodapé ordinal deverá ser colocada: Instituição (Universidade, Departamento, Instituto etc.) – Formação, local de atividade *e-mail*.

Direitos Autorais

- Os direitos autorais dos artigos publicados pertencerão aos respectivos autores. Os artigos, resenhas e outros deverão ser oferecidos gratuitamente pelo autor ao IHGMT.

Avaliação dos textos para publicação

- Os textos entregues à publicação serão apreciados pelos membros do Conselho Editorial e Consultivo da Revista, ou por pareceristas *ad-hoc*, especialmente convidados para este fim. Após o processo seletivo, os autores serão informados sobre a situação de sua colaboração via *e-mail*.

Encaminhamento dos originais:

O material para publicação deverá ser encaminhado via *e-mail* para o seguinte endereço: **bethmsiqueira@gmail.com**, em arquivo (em Word 97-3002 ou Word dotx) anexado à mensagem de encaminhamento, contendo a identificação e endereço postal e eletrônico do remetente no corpo do *e-mail*.

Revisão dos textos

A **revisão** dos textos pelas normas da ABNT, ortográfica e gramatical, é de inteira responsabilidade do(s) autor(es), podendo esse serviço ser contratado ao IHGMT, por preço simbólico com pagamento por página (R\$ 5,00).

Publicação

A Revista do IHGMT poderá ser publicada **em papel e/ou on-line**. No primeiro caso, cada autor tem direito a 5 exemplares, o mesmo ocorrendo na versão *on-line*. A revista na íntegra será veiculada no *site* www//ihgmt.casabarao.com.br.

O periódico está **cadastrado no IBICT** – Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia e possui ISSN: 1677-0897. Na avaliação pela CAPES, está qualificado em Qualis B3.

As dúvidas deverão ser encaminhadas para **emsiqueira@gmail.com**.

EDITORIAL

DOSSIÊ: SESQUICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE
CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON (1865-2015)

RONDON
Ivens Scaf

A SAGA DO MARECHAL RONDON NA FORMAÇÃO DA UNIDADE MATO-GROSSENSE
João Carlos Vicente Ferreira

A COMISSÃO RONDON E A IMPLANTAÇÃO DA LINHA TELEGRÁFICA
EM MATO GROSSO: UMA POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO E DE
CONHECIMENTO CIENTÍFICO DO SERTÃO OESTE BRASILEIRO
Shirley Hitomi Gushiken
Margareth da Silva Pereira

POR UM FIO DE MEMÓRIA: A FAZENDA VELHA QUE FOI DE RONDON (RONDONÓPOLIS, MT)
Jocenaide Maria Rossetto Silva

CIENTISTAS BRASILEIROS CONHECEM E ESTUDAM, PELA PRIMEIRA VEZ,
O BRASIL ATRAVÉS DA COMISSÃO RONDON
Elizabeth Madureira Siqueira

A “NEFASTA DOENÇA” E A EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA ROOSEVELT-RONDON
Nanci Leonzo

CONTRIBUIÇÕES DA EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA ROOSEVELT-RONDON
AO ESTUDO DAS AVES DO BRASIL
Marcelo Ferreira de Vasconcelos
Fernando Augusto Valério
José Fernando Pacheco
Henrique Belfort Gomes

MARECHAL RONDON: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E ENSINO DE HISTÓRIA
Nileide Souza Dourado
Renilson Rosa Ribeiro

NÃO SE MATA NA MATA: RONDON NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL
Anna Maria Ribeiro F.M. Costa
Rosemar Eurico Coenga

MARECHAL CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON:
ALTRUÍSTA E MECENAS
Ivan Echeverria

TRANSPLANTES DE CIVILIZAÇÃO: OS POSTOS TELEGRÁFICOS
E SEU PAPEL NA OCUPAÇÃO DO INTERIOR E FRONTEIRA OCIDENTAL DO BRASIL
Fernanda Quixabeira Machado
Lucivaldo Pires de Ávila

MEMORIAL RONDON EM MIMOSO E O CONTEXTO ESPACIAL
Suíse Monteiro Leon Bordest

UM MARECHAL SERTANISTA PACIFICADOR NO CENTRO DA AMÉRICA
DO SUL: CÂNDIDO MARIANO (RONDON)
Fernando Tadeu de Miranda Borges

PAGMEJERA
Vera Randazzo

RONDON
Amidicis Diogo Tocantins

NORMAS DA REVISTA DO IHGMT